Aurum
EDITORA

CONEXÕES DE SABERES:

PERSPECTIVAS MULTIDISCIPLINARES

ORGANIZAÇÃO
AURUM EDITORA

Aurum
EDITORA

CONEXÕES DE SABERES:

PERSPECTIVAS MULTIDISCIPLINARES

ORGANIZAÇÃO
AURUM EDITORA

AURUM EDITORA LTDA - 2025
Curitiba – Paraná - Brasil

EDITOR CHEFE
Gian Felipe Bonfantti

ORGANIZADOR DO LIVRO
Aurum Editora Ltda

EDIÇÃO DE TEXTO
Stefanie Vitoria Garcia de Bastos

EDIÇÃO DE ARTE
Cauan Hammerschmidt de Almeida

IMAGENS DA CAPA
Freepik banco de imagens
Freepik - Suíte AI

BIBLIOTECÁRIA
Aline Graziele Benitez

ÁREA DE CONHECIMENTO
Multidisciplinar

Copyright © Aurum Editora Ltda
Texto Copyright © 2025 Os Autores
Edição Copyright © 2025 Aurum Editora Ltda

Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License.

A responsabilidade pelo conteúdo, precisão e veracidade dos dados apresentados neste texto é inteiramente do autor, não refletindo necessariamente a posição oficial da Editora. O trabalho pode ser baixado e compartilhado, desde que o crédito seja dado ao autor, mas não é permitida a modificação do conteúdo de qualquer forma ou seu uso para fins comerciais.

Todos os manuscritos passaram por uma avaliação cega por pares, realizada pelos membros do Conselho Editorial, e foram aprovados para publicação com base em critérios de imparcialidade e objetividade acadêmica.

A Aurum Editora se compromete a manter a integridade editorial em todas as fases do processo de publicação, prevenindo plágio, dados ou resultados fraudulentos, e assegurando que interesses financeiros não afetem os padrões éticos da publicação. Qualquer suspeita de má conduta científica será verificada com atenção aos princípios éticos e acadêmicos.

CORPO EDITORIAL

Arthur Arndt Rodrigues - Editor Independente - Graduado (PUCPR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná)

Lucas Gabriel Vieira Ewers - Editor Independente - Graduado (PUCPR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná)

Priscila da Silva de Souza Bertotti - Editora Independente - Graduada (Centro Universitário Uniopet)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Conexões de saberes [livro eletrônico] :
perspectivas multidisciplinares /
organização Aurum Editora. -- Curitiba, PR :
Aurum Editora, 2025.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-986235-0-0

1. Artigos científicos - Coletâneas
2. Conhecimento humano 3. Multidisciplinaridade
4. Produção científica.

25-263089 CDD-001

Índices para catálogo sistemático:

1. Conhecimento: Coletâneas 001

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Aurum Editora Ltda
CNPJ: 589029480001-12
contato@aurumeditora.com
(41) 98792-9544
Curitiba - Paraná

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Aurum Editora DECLARA, para fins de direitos, obrigações e aspectos legais ou metodológicos, que:

Esta publicação representa apenas uma transferência temporária dos direitos autorais, conferindo o direito de publicação e reprodução dos materiais. A Editora não assume responsabilidade pela autoria dos manuscritos publicados, conforme as disposições da Lei de Direitos Autorais (Lei 9610/98), do art. 184 do Código Penal e do art. 927 do Código Civil. O(s) autor(es) são exclusivamente responsáveis por garantir a conformidade com as questões de direitos autorais e outros aspectos legais, isentando a Editora de quaisquer responsabilidades civis, administrativas ou criminais que possam ocorrer.

Autoriza-se a DIVULGAÇÃO DO TRABALHO pelo(s) autor(es) em palestras, cursos, eventos, programas de mídia e televisão, desde que o devido reconhecimento da autoria e edição seja dado, sem fins comerciais, e que os CRÉDITOS à Aurum Editora sejam devidamente apresentados. A omissão ou exclusão dessas informações será de responsabilidade do(s) autor(es) e da editora.

Todos os e-books são de acesso aberto, portanto, não devem ser vendidos em sites, plataformas de comércio eletrônico ou qualquer outro meio, seja virtual ou físico. Assim, não há transferência de direitos autorais para os autores, uma vez que o formato não gera outros direitos além dos usos didáticos e publicitários da obra, a qual pode ser acessada a qualquer momento.

Todos os membros do Conselho Editorial atuam de forma voluntária, sendo graduados ou pós-graduados em suas respectivas áreas.

A Aurum Editora não autoriza a venda ou compartilhamento dos nomes, e-mails e quaisquer outros dados pessoais dos autores, exceto para a divulgação desta obra, em conformidade com o Marco Civil da Internet, a Lei Geral de Proteção de Dados e a Constituição da República Federativa.

DECLARAÇÃO DO AUTOR

O autor deste trabalho DECLARA, para os fins seguintes, que:

Não possui nenhum interesse comercial que possa gerar conflito em relação ao conteúdo publicado;

Declara ter se envolvido ativamente na elaboração do manuscrito, preferencialmente nas seguintes etapas: Desenvolvimento do estudo, e/ou coleta de dados, e/ou análise e interpretação dos dados, redação do artigo ou revisão para garantir a relevância intelectual do material e aprovação final do manuscrito para envio;

Certifica que o texto publicado está completamente livre de dados falsificados ou resultados fraudulentos, bem como de falhas relacionadas à autoria;

Confirma que fez a citação correta e a devida referência a todos os dados e interpretações oriundas de outras pesquisas;

Reconhece que todas as fontes de financiamento que possam ter sido recebidas para a realização da pesquisa foram devidamente declaradas;

Autoriza a edição do trabalho, incluindo registros de catálogo, ISBN, DOI e outros indexadores, design gráfico e criação de capa, layout interno, além do lançamento e divulgação de acordo com os critérios estabelecidos pela Aurum Editora.

AUTORES

Adilson Amaral Gonçalves
Adriano Reis de Paula e Silva
Ana Beatriz da Silva Resende
Ana Raquel da Silva Conrado
Antônio Rosevaldo Ferreira da Silva
Bárbara Gazzola
Cauã Picetti
Clayton Alexandre Zocarato
Eder Samuel Silvestre
Enzo Ribeiro Amaral Gonçalves
Ester Henrique da Silva
Fabiana Custódio e Silva
Felipe Matheus Coutinho Carvalho
Gisele Fernandes
João Wilson Savino Carvalho
Kauã de Sousa Araújo
Lourdes Helena Martins da Silva
Lucas Gabriel Vieira Ewers
Luz del Carmen Vilchis Esquivel
Mariceia Lima Ribeiro
Milena Bruna de Oliveira Ferreira da Costa
Paulo Cardoso Jales
Regina Heidrich
Ricardo de Moura Borges
Rodrigo Elias de Rezende
Solane Soraia Coutinho Carvalho
Suelma Rodrigues Duarte
Suzana Schuquel
Verbena Vieira Ribeiro de Sousa
Vitor Ribeiro Filho

SUMÁRIO

Capítulo 1

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA NO ÂMBITO JURÍDICO: ANÁLISE DO INSTITUTO DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA

Lucas Gabriel Vieira Ewers.

Crossref doi ***https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-001***

.....**1-15**

Capítulo 2

DA ENCRUZILHADA DA ARTE AFRO-BRASILEIRA AO MEMORIAL DA LOUCURA: UMA VIAGEM AO FUNK, UM GRITO DE LIBERDADE E OUSADIA PRETAGONISTA

Adilson Amaral Gonçalves, Enzo Ribeiro Amaral Gonçalves, Milena Bruna de Oliveira Ferreira da Costa e Ana Beatriz da Silva Resende.

Crossref doi ***https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-002***

.....**16-23**

Capítulo 3

CIÊNCIA E SENSO-COMUM: UMA RELAÇÃO DE ADMIRAÇÃO E DESPREZO

João Wilson Savino Carvalho, Solane Soraia Coutinho Carvalho e Felipe Matheus Coutinho Carvalho.

Crossref doi ***https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-003***

.....**24-35**

Capítulo 4

DIVERSÃO MATEMÁTICA: UM JOGO DE QUIZ COMO FERRAMENTA LÚDICA PARA O ENSINO DA HISTÓRIA DA MATEMÁTICA

Mariceia Lima Ribeiro, Paulo Cardoso Jales, Verbena Vieira Ribeiro de Sousa, Ana Raquel da Silva Conrado, Ester Henrique da Silva e Kauã de Sousa Araújo.

Crossref doi ***https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-004***

.....**36-45**

Capítulo 5

PRÁTICAS PSICOMOTORAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: A CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS NA INCLUSÃO ESCOLAR

Eder Samuel Silvestre.

Crossref doi ***https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-005***

.....**46-69**

Capítulo 6

CAPACITAÇÃO EM NR-24: PROMOVENDO SEGURANÇA E CONFORTO NO AMBIENTE DE TRABALHO

Adriano Reis de Paula e Silva, Bárbara Gazzola e Vitor Ribeiro Filho.

Crossref doi ***https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-006***

.....**70-76**

Capítulo 7
EDUCAÇÃO E SAÚDE – DESAFIOS E OPORTUNIDADES PÓS PANDEMIA NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
Fabiana Custódio e Silva, Suelma Rodrigues Duarte e Rodrigo Elias de Rezende.

Crossref doi ***https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-007***
.....**77-86**

Capítulo 8
CORPO E MENTE: LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO FRENTE ÀS EMPRESAS
Clayton Alexandre Zocarato.

Crossref doi ***https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-008***
.....**87-93**

Capítulo 9
HEGEL: SUA HISTÓRIA DA FILOSOFIA, E A FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO
Ricardo de Moura Borges.

Crossref doi ***https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-009***
.....**94-107**

Capítulo 10
O FUNCIONAMENTO DA CASA ABRIGO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA EM BAGÉ
Gisele Fernandes e Lourdes Helena Martins da Silva.

Crossref doi ***https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-010***
.....**108-126**

Capítulo 11
INCIDENCIA DE LAS TEORÍAS FILOSÓFICAS EN EL DISEÑO
Luz del Carmen Vilchis Esquivel.

Crossref doi ***https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-011***
.....**127-137**

Capítulo 12
A PRISÃO COMO ESPAÇO RACIALIZADO: VIVÊNCIAS DE CONFINAMENTO DE UMA MULHER NEGRA
Lourdes Helena Martins da Silva.

Crossref doi ***https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-012***
.....**138-153**

Capítulo 13
INCLUSÃO DIGITAL ATRAVÉS DOS JOGOS DIGITAIS: UMA ANÁLISE DE ACESSIBILIDADE TEXTUAL DO JOGO QUEENS: THE RESISTANCE STREET
Cauã Picetti, Suzana Schuquel e Regina Heidrich.

Crossref doi ***https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-013***
.....**154-163**

Capítulo 14

A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NOS TRANSPORTES PÚBLICOS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Antônio Rosevaldo Ferreira da Silva.

Crossref doi ***https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-014***

.....**165-182**

ISBN: 978-65-986235-0-0

Aurum EDITORA

CAPÍTULO 1

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA NO ÂMBITO JURÍDICO: ANÁLISE DO INSTITUTO DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA[1]

THE EVOLUTION OF THE CONCEPT OF FAMILY IN THE LEGAL SPHERE: ANALYSIS OF THE INSTITUTE OF SOCIO-AFFECTIVE FILIATION

https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-001

Lucas Gabriel Vieira Ewers
Graduado no curso de Direito na Pontifícia Universidade Católica do Paraná

RESUMO
Este trabalho foi realizado com a finalidade de sintetizar informações gerais acerca do instituto da filiação socioafetiva. Com a evolução dos indivíduos e da sociedade, o conceito de família passou por diversas alterações de significado. Nos dias de hoje, percebemos a família contemporânea como uma formação de diversos modelos. Uma destas possibilidades é a filiação socioafetiva, que se dá quando a afetividade entre o enteado ou enteada e o padrasto ou madrasta é maior até mesmo do que um vínculo genético, que se dá pela consanguinidade. Foi apresentada a evolução da família e os dispositivos legais mais relevantes acerca do reconhecimento jurídico desta evolução, incluindo como se apresentaram as primeiras normas que tratavam sobre o vínculo socioafetivo entre o filho ou filha com seu pai ou mãe socioafetivo. Por fim, apresentou-se os efeitos que decorrem do reconhecimento do vínculo da filiação socioafetiva com o novo registro.

Palavras-chave: Conceito de família; Filiação contemporânea; Estado de filho; Multiparentalidade; Filiação socioafetiva.

ABSTRACT
This work was carried out with the aim of summarizing general information about the institute of socio-affective filiation. As individuals and society have evolved, the concept of the family has undergone several changes in meaning. Nowadays, we see the contemporary family as a formation of various models. One of these possibilities is socio-affective filiation, which occurs when the affection between a stepson or stepdaughter and their stepfather or stepmother is even greater than a genetic link, which is caused by consanguinity. The evolution of the family and the most relevant legal provisions regarding the legal recognition of this evolution were presented, including how the first rules dealing with the socio-affective bond between a son or daughter and their socio-affective father or mother came about. Finally, the effects of recognizing the bond of socio-affective filiation with the new registration were presented.

Keywords: Concept of family; Contemporary filiation; Status of child; Multiparenthood; Socio-affective filiation.

[1] Artigo Científico apresentado à disciplina de TCC2, vinculado ao Projeto de Pesquisa "As Relações Familiares Contemporâneas", da Linha de Pesquisa "Novos Paradigmas do Direito Civil", sob a orientação da Professora Simone Maria Malucelli Pinto Schellenberg.

1 INTRODUÇÃO

Devido ao desenvolvimento humano, o conceito do termo "família" passou por diversas mudanças, de modo que sua definição alterou-se conforme o contexto histórico da sociedade. Tomando como base as civilizações mais antigas, este termo carregava outro significado diverso do utilizado no século XXI. Como aponta Venosa (2017, p. 18 e 19), a família era "ampla e hierarquizada". Na civilização romana, por exemplo, havia o poder do pater. Este poder se apresentava como absoluto e o vínculo principal era o da religião, ainda maior do que o vínculo do nascimento, de modo que com o casamento, a mulher devia adorar os deuses adorados pelo seu marido e sua família, além dos antepassados do mesmo. Assim, era como se a mulher integrasse a família de seu marido e deixasse de fazer parte de sua família anterior, constituída com seu pai e sua mãe.

O poder do pater era absoluto de modo que além de fazer com que a mulher adorasse seus deuses e integrasse como de sua família, também era responsável por administrar o chamado "culto familiar", que era voltado aos antepassados de sua família. Como era importante a existência de tal culto, um filho homem deveria ser concebido para que pudesse assumir o poder do pater e futuramente a posição que o pai ocupava.

No mesmo vértice, claramente as relações mais antigas em torno da família tinham como prioridade os fins religiosos de modo arcaico e também o melhor para o patrimônio da família, não havendo como prioridade a afetividade. O autor Paulo Lobo[2] leciona que ocorreu uma "repersonalização das relações civis",de modo que o real interesse da pessoa é levado em conta, sobrepondo seu vínculo afetivo sobre seu vínculo patrimonial, o que o autor enquadra como um "fenômeno jurídico-social".

Com fim exemplificativo de como o instituto da família já foi totalmente arcaico e inaceitável para os dias atuais, a própria legislação era excludente, conforme o Código Civil de 1916[3]:

> Art. 229. Criando a família legítima, o casamento legitima os filhos comuns, antes dele nascidos ou concebidos (arts. 352 a 354).
>
> Art. 337. São legítimos os filhos concebidos na constância do casamento, ainda que anulado, ou mesmo nulo se se contraiu de boa fé (art. 221).
>
> Art. 358. Os filhos incestuosos e os adulterinos não podem ser reconhecidos.

O conceito de família sofreu muitas mudanças com o decorrer das décadas, havendo assim uma grande evolução para os indivíduos, para a sociedade como um todo. Antes quase não havia importância quanto aos sentimentos da pessoa, importando apenas nos casos de filiação o que era realmente derivado da genética, de modo que agora os laços afetivos são mais valorizados, tendo o mesmo peso, a mesma

[2] LOBO, Paulo. A Repersonalização das Relações Civis. "repersonalização das relações civis, que valoriza o interesse da pessoa humana mais do que suas relações patrimoniais". Disponível em https://jus.com.br/artigos/5201/a-repersonalizacao-das-relacoes-de-familia.
[3] BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 2016. Código Civil Brasileiro de 1916. Brasília, Distrito Federal: Senado, 1916.

relevância que o laço sanguíneo. Neste sentido, Boeira (1999, p. 22-23) afirma que a família valoriza as relações de sentimentos dos membros, numa comunhão recíproca de afetividade quando esta se transforma. Dias[4] corrobora com o sentimento do autor:

A dignidade da pessoa humana encontra na família o solo apropriado para florescer. A ordem constitucional dá-lhe especial proteção independentemente de sua origem. A multiplicação das entidades familiares preserva e desenvolve as qualidades mais relevantes entre os familiares – o afeto, a solidariedade, a união, o respeito, a confiança, o amor, o projeto de vida comum –, permitindo o pleno desenvolvimento pessoal e social de cada partícipe com base em ideais pluralistas, solidaristas, democráticos e humanistas.

Fica claro com os comentários dos doutrinadores que a dignidade da pessoa humana é princípio importantíssimo para o direito de família, de modo que a constituição apresenta-se como grande evolução em 1988 para, mesmo que implicitamente, ressalvar as carências dos grupos familiares, incluindo aqueles que ainda estavam por serem descobertos historicamente pela sociedade.

2 FAMÍLIA ENQUANTO COMUNIDADE DE AFETOS

A família apresenta-se atualmente com maior relevância enquanto comunidade de afetos do que com fins meramente patrimoniais e administrativos de tal patrimônio, de modo diverso dos modelos familiares de centenas de anos atrás. Neste sentido da família enquanto comunidade de afetos, Gama[5]:

> Propõe-se, por intermédio da repersonalização das entidades familiares, preservar e desenvolver o que é mai s relevante entre os familiares: o afeto, a solidariedade, a união, o respeito, a confiança, o amor, o projeto de vida comum, permitindo o pleno desenvolvimento pessoal e social de cada partícipe, com base em ideias pluralistas, solidaristas, democráticas e humanistas.

Não existe modo de falar da evolução da família sem que trate-se também da evolução da sociedade como um todo. A Constituição Federal de 1988 foi um salto gigantesco para o brasileiro e suas relações jurídicas e sociais. Com o advento da Carta Magna, surgiu o princípio da dignidade da pessoa humana, presente no art. 1º, III, do dispositivo legal supra.

Este princípio é definido por Alexandre de Moraes[6] como:

> […] um valor espiritual e moral inerente a pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se em um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que apenas excepcionalmente possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos.

[4] DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 5. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2009, p. 62.
[5] GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. Filiação e reprodução assistida: introdução ao tema sob a perspectiva civil-constitucional. In: TEPEDINO, Gustavo [org]. Problemas de direito civil-constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 20 00, p. 520.
[6] MORAES, Alexandre de. Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 129/129.

Já Maria Helena Diniz[7] aponta que:

> […] constitui base da comunidade familiar (biológica ou socioafetiva), garantindo, tendo por parâmetro a afetividade, o pleno desenvolvimento e a realização de todos os seus membros, principalmente da criança e do adolescente (CF, art. 227).

Tal princípio apresenta-se não apenas de modo a proteger as pessoas, como também de indicar que estas devem ser tratadas com igualdade, com estima enquanto seres humanos. Esta estima apresenta-se também através dos direitos fundamentais presentes na Constituição Federal, sendo o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, intimamente ligados à evolução da estrutura familiar.

A família possui sua evolução histórica repleta de alterações em sua concepção e na forma como se apresenta. Entretanto, é sabido que a família é instituição onde temos toda nossa base construída, seja de personalidade, emocional e de assumir responsabilidades.

Neste sentido, Lima[8], nos anos 60, já apontava:

> A família na sociedade destaca-se para o homem como o seu mais importante elo de ligação no relacionamento social, pois é no seio dela que ele surge, recebe a proteção indispensável para a continuidade da vida e se prepara para os embates que o futuro lhe reserva em termos de subsistência, evolução pessoal e material que a humanidade busca sem cessar, como fator de seu desenvolvimento e progresso continuo.

Neste sentido, nas palavras de Liberati[9]:

> Os pais são responsáveis pelo desenvolvimento integral de seus filhos. Cabe-lhes, também, sua proteção, não só porque detém o poder familiar, mas pelo dever de garantir-lhes os direitos fundamentais assegurados pelo artigo 227 da CF, tais como a vida, a saúde, a alimentação e a educação.

Ainda, como o autor aponta o art. 227, torna-se justo apreciar um pouco mais de tal norma. O artigo supra traz não somente tais direitos elencados, mas também o próprio direito à convivência familiar, demonstrando assim a importância desta instituição na formação das crianças e jovens. Importância esta que não restringi-se à previsão somente na constituição, mas também há referência no Estatuto da Criança e do Adolescente[10], em total consonância com o art. 227.

Já na jurisprudência, o STJ[11]:

---

[7] DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Direito de Família. Vol. 5. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 37.
[8] LIMA, Alceu Amoroso. A família no mundo moderno. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1960, p. 26.
[9] LIBERATI, Wilson Donizeti. Direito da criança e do adolescente. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2007.
[10] Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.
[11] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1328380 MS 2011/0233821-0. Relator Ministro Marco Aurélio Bellizze. Brasília, DF, 21 de outubro de 2014. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/153483514/recurso-especial-resp-1328380-ms-2011-233821- 0/relatorio-e-voto-153483526>. Acesso em 10 de out. de 2020.

> […] Em atenção às novas estruturas familiares, baseadas no princípio da afetividade jurídica (a permitir, em última análise, a realização do indivíduo como consectário da dignidade da pessoa humana), a coexistência de relações filiais ou a denominada multiplicidade parental, compreendida como expressão da realidade social, não pode passar despercebida pelo direito. […]

Como afirma Monteiro (2016, p. 08), "o ideal a ser alcançado em todas as relações familiares é a harmonia, por meio do afeto". Assim, tem-se o princípio da afetividade como ponto crucial e basilar dentro do direito das famílias, sendo este o qual fez com que a família deixa-se de possuir caráter patrimonial ou até mesmo com vínculo apenas sanguíneo, para que os laços afetivos tomassem maior relevância dentro das relações familiares, abrindo espaço inclusive para a filiação socioafetiva.

Tratando do princípio em cheque, Pereira[12] trata do mesmo se referindo como "princípio jurídico da afetividade", conforme:

> O princípio jurídico da afetividade, em que pese não estar positivado no texto constitucional, pode ser considerado um princípio jurídico, à medida que seu conceito é construído por meio de uma interpretação sistemática da Constituição Federal (art. 5º, § 2º, CF) princípio é uma das grandes conquistas advindas da família contemporânea, receptáculo de reciprocidade de sentimentos e responsabilidades. (…) o princípio da afetividade possui duas dimensões: uma objetiva e outra subjetiva

Mesmo a afetividade não decorrendo da Constituição Federal de forma direto e explícita, pode-se afirmar que apresenta-se como decorrente da dignidade da pessoa humana, termo já descrito no presente trabalho.

Tartuce[13] complementa:

> O afeto talvez seja apontado, atualmente, como o principal fundamento das relações familiares. Mesmo não constando a palavra afeto do Texto Maior como um direito fundamental, podemos dizer que o afeto decorre da valorização constante da dignidade humana.

De forma prática, é notável no dia a dia que a afetividade existe em diversas famílias, seja em casos de netos criados pelos avós, seja através de crianças adotadas, do casamento homoafetivo, da filiação socioafetiva e demais modelos familiares. De modo palpável o direito das famílias se apresenta com uma evolução necessária, tornando a afetividade mais significativa de modo a tornar o direito cada vez mais humanizado, atendendo as demandas da sociedade legalmente atendidas para o bem-estar destas enquanto no que consideram como seu seio familiar.

[12] PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Família. v. 5. 22 ed. rev.atual. amp. Rio de Janeiro: Forense, 2014. p.65-66.
[13] TARTUCE, Flávio. Novos princípios do direito de família brasileiro. Manual de direito das Famílias e das sucessões. Belo Horizonte. Del Re, 2008, p. 47.

O Recurso Especial 1.183.378-RS[14] também demonstra como a Constituição Federal de 1988 foi importante para a evolução dos novos modelos familiares. Ipsis litteris:

> DIREITO DE FAMÍLIA. CASAMENTO CIVIL ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO (HOMOAFETIVO). INTERPRETAÇÃO DOS ARTS. 1.514, 1.521, 1.523, 1.535 e1.565 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. INEXISTÊNCIA DE VEDAÇÃO EXPRESSA A QUE SE HABILITEM PARA O CASAMENTO PESSOAS DO MESMO SEXO. VEDAÇÃO IMPLÍCITA CONSTITUCIONALMENTE INACEITÁVEL. ORIENTAÇÃO PRINCIPIOLÓGICA CONFERIDA PELO STF NO JULGAMENTO DA ADPF N. 132/RJ E DA ADI N. 4.277/DF. 1. Embora criado pela Constituição Federal como guardião do direito infraconstitucional, no estado atual em que se encontra a evolução do direito privado, vigorante a fase histórica da constitucionalização do direito civil, não é possível ao STJ analisar as celeumas que lhe aportam "de costas" para a Constituição Federal, sob pena de ser entregue ao jurisdicionado um direito desatualizado e sem lastro na Lei Maior. Vale dizer, o Superior Tribunal de Justiça, cumprindo sua missão de uniformizar o direito infraconstitucional, não pode conferir à lei uma interpretação que não seja constitucionalmente aceita. 2. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjunto da ADPF n.132/RJ e da ADI n. 4.277/DF, conferiu ao art. 1.723 do Código Civil de 2002 interpretação conforme à Constituição para dele excluir todo significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, entendida esta como sinônimo perfeito de família. 3. Inaugura-se com a Constituição Federal de 1988 uma nova fase do direito de família e, consequentemente, do casamento, baseada na adoção de um explícito poliformismo familiar em que arranjos multifacetados são igualmente aptos a constituir esse núcleo doméstico chamado "família", recebendo todos eles a "especial proteção do Estado". Assim, é bem de ver que, em 1988, não houve uma recepção constitucional do conceito histórico de casamento, sem preconsiderado como via única para a constituição de família e, por vezes, um ambiente de subversão dos ora consagrados princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana. Agora, a concepção constitucional do casamento - diferentemente do que ocorria com os diplomas superados - deve ser necessariamente plural, porque plurais também são as famílias e, ademais, não é ele, o casamento, o destinatário final da proteção do Estado, mas apenas o intermediário de um propósito maior, que é a proteção da pessoa humana em sua inalienável dignidade. 4. O pluralismo familiar engendrado pela Constituição -explicitamente reconhecido em precedentes tanto desta Corte quanto do STF - impede se pretenda afirmar que as famílias formadas por pares homoafetivos sejam menos dignas de proteção do Estado, se comparadas com aquelas apoiadas na tradição e formadas por casais heteroafetivos. 5. O que importa agora, sob a égide da Carta de 1988, é que essas famílias multiformes recebam efetivamente a "especial proteção do Estado", e é tão somente em razão desse desígnio de especial proteção que a lei deve facilitar a conversão da união estável em casamento, ciente o constituinte que, pelo casamento, o Estado melhor protege esse núcleo doméstico chamado família. 6. Com efeito, se é verdade que o casamento civil é a forma pela qual o Estado melhor protege a família, e sendo múltiplos os "arranjos" familiares reconhecidos pela Carta Magna, não há de ser negada essa via a nenhuma família que por ela optar, independentemente de orientação sexual dos partícipes, uma vez que as famílias constituídas por pares homoafetivos possuem os mesmos núcleos axiológicos daquelas constituídas por casais heteroafetivos, quais sejam, a dignidade das pessoas de seus membros e o afeto. 7. A igualdade e o tratamento isonômico supõem o direito a ser diferente, o direito à auto-afirmação e a um projeto de vida independente de tradições e ortodoxias. Em uma palavra: o direito à igualdade somente se realiza com plenitude se é garantido o direito à diferença. Conclusão diversa também não se mostra consentânea comum ordenamento constitucional que prevê o princípio do livre planejamento familiar (§ 7º do art. 226). E é importante ressaltar,nesse ponto, que o planejamento familiar se faz presente tão logo haja a decisão de duas pessoas em se unir, com escopo de constituir família, e desde esse momento a Constituição lhes franqueia ampla liberdade de escolha pela forma em que se dará a união. 8. Os arts. 1.514, 1.521, 1.523, 1.535 e 1.565, todos do Código Civil de 2002, não vedam expressamente o casamento entre pessoas do mesmo sexo, e não há como se enxergar uma vedação implícita ao casamento homoafetivo sem afronta a caros princípios constitucionais, como o da igualdade, o da não discriminação, o da

[14] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1183378 RS 2010/0036663-8. Relator Ministro Luis Felipe Salomão. Brasília, DF, 25 de outubro de 2011. Disponível em: < http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21285514/recurso-especial-resp-1183378-rs-2010- 0036663-8- stj>. Acesso em 17 de out. de 2020.

dignidade da pessoa humana e os do pluralismo e livre planejamento familiar. 9. Não obstante a omissão legislativa sobre o tema, a maioria, mediante seus representantes eleitos, não poderia mesmo "democraticamente" decretar a perda de direitos civis da minoria pela qual eventualmente nutre alguma aversão. Nesse cenário, em regra é o Poder Judiciário - e não o Legislativo - que exerce um papel contra majoritário e protetivo de especialíssima importância, exatamente por não ser compromissado com as maiorias votantes, mas apenas com a lei e com a Constituição, sempre em vista a proteção dos direitos humanos fundamentais, sejam eles das minorias, sejam das maiorias. Dessa forma, ao contrário do que pensam os críticos, a democracia se fortalece, porquanto esta se reafirma como forma de governo, não das maiorias ocasionais, mas de todos. 10. Enquanto o Congresso Nacional, no caso brasileiro, não assume, explicitamente, sua coparticipação nesse processo constitucional de defesa e proteção dos socialmente vulneráveis, não pode o Poder Judiciário demitir-se desse mister, sob pena de aceitação tácita de um Estado que somente é "democrático" formalmente, sem que tal predicativo resista a uma mínima investigação acerca da universalização dos direitos civis. 11. Recurso especial provido.

(STJ - REsp: 1183378 RS 2010/0036663-8, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 25/10/2011, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 01/02/2012)

No julgamento do recurso acima, demonstram-se dois termos com maior destaque. Eles são "pluralidade" e "dignidade da pessoa humana". Do princípio citado, já apresentou-se sua importância como uma garantia constitucional para os novos modelos familiares. O termo "pluralidade" corrobora com o princípio, pois há necessidade do Direito abraçar a sociedade e suas carências, de modo a aceitar e garantir legalmente as soluções para estes grupos familiares.

Assim como a união homoafetiva surgiu como uma necessidade, pois a relação familiar já existia, apenas não havia reconhecimento jurídico que a regulasse, o mesmo ocorre com a filiação socioafetiva, pois além da dignidade e reconhecimento familiar que esta merece receber e o pluralismo cada vez mais aceito nos modelos familiares, a afetividade é ponto primordial na situação em tela.

3 FILIAÇÃO CONTEMPORÂNEA

A evolução da família demorou muitos anos e seu reflexo na legislação sempre ocorre com ainda mais atraso. Diante disso, Dias[15] explica que "amplo é o espectro do afeto, mola propulsora do mundo e que fatalmente acaba por gerar consequências que necessitam se integrar ao sistema normativo legal".

De acordo com a explicação de Farias e Rosenvald (2017, p. 35), a instituto da "família" deu-se de um jeito patriarcal, hierarquizado no Código Civil de 1916, Porquê a influência da Revolução Francesa foi muito grande sobre este sistema normativo. Para que nascesse a família e essa se mantivesse, a preocupação era, de modo geral, com o patrimônio, sendo praticamente irrelevante a afetividade entre seus membros, motivo pelo qual comumente ocorriam casamentos arranjados com a finalidade de manutenção e administração de determinado patrimônio, ignorando se havia afeto ou não entre aqueles que compunham a instituição familiar. Neste sentido, o divórcio era um instituto impossível na época, pois com a ocorrência

[15] DIAS, Maria Berenice. Efeitos patrimoniais das relações de afeto. Repertorio IOB de Jurisprudência, 15/ 97, caderno 3, p. 301.

deste, além da separação do casal, ocorreria também a separação do patrimônio até ali reunido, este qual era tratado como prioridade na relação à época.

Ocorreu desenvolvimento da ciência (inseminação artificial é um grande exemplo) ao passo em que surgiram valores novos para a sociedade, de modo progressista. Assim, a pessoa desenvolveu-se junto com a sociedade, havendo grande importância nas relações que experimenta e nos seus sentimentos, perdendo o patrimônio o prestígio que já possuíra no passado.

No campo das ciências jurídicas, a Lei Nº 11.924/09 apresentou-se como resultado deste avanço de nossa sociedade, pois "autoriza o enteado ou enteada a adotar o nome da família do padrasto ou da madrasta", enquanto a resolução 175/13 do Conselho Nacional de Justiça, que "dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo" e o enunciado 103 do Conselho da Justiça Federal normativa que "o Código Civil reconhece, no art. 1.593, outras espécies de parentesco civil além daquele decorrente da adoção, acolhendo, assim, a noção de que há também parentesco civil no vínculo parental proveniente quer das técnicas de reprodução assistida heteróloga relativamente ao pai (ou mãe) que não contribuiu com seu material fecundante, quer da paternidade socioafetiva, fundada na posse do estado de filho".

Os indivíduos possuem seus laços afetivos intimamente ligados a muito mais que patrimônio ou vínculo sanguíneo, havendo maior respeito pelos seus sentimentos de forma legal, para que possam formar seus vínculos com garantias legais. Neste vértice, Boeira (1999, p. 22-23) leciona que a família valoriza as relações de sentimentos dos membros, numa comunhão recíproca de afetividade quando esta se transforma.

A socioafetividade também é abordada positivamente pelos tribunais. Conforme o acórdão[16]:

> DIREITO DE FAMÍLIA. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE. EXAME DE DNA. AUSÊNCIA DE VÍNCULO BIOLÓGICO. PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. RECONHECIMENTO. "ADOÇÃO À BRASILEIRA". IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.
> 1. A chamada "adoção à brasileira", muito embora seja expediente à margem do ordenamento pátrio, quando se fizer fonte de vínculo socioafetivo entre o pai de registro e o filho registrado, não consubstancia negócio jurídico vulgar sujeito a distrato por mera liberalidade, tampouco avença submetida a condição resolutiva consistente no término do relacionamento com a genitora.
> 2. Em conformidade com os princípios do Código Civil de 2002 e da Constituição Federal de 1988, o êxito em ação negatória de paternidade depende da demonstração, a um só tempo, da inexistência de origem biológica e também de que não tenha sido constituído o estado de filiação, fortemente marcado pelas relações socioafetivas e edificado na convivência familiar. Vale dizer que a pretensão voltada à impugnação da paternidade não pode prosperar quando fundada apenas na origem genética, mas em aberto conflito com a paternidade socioafetiva.
> 3. No caso, ficou claro que o autor reconheceu a paternidade do recorrido voluntariamente, mesmo sabendo que não era seu filho biológico, e desse reconhecimento estabeleceu-se vínculo afetivo que só cessou com o término da relação com a genitora da criança reconhecida. De tudo que consta nas decisões anteriormente proferidas, dessume-se que o autor, imbuído de propósito

[16] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1352529 SP 2012/02111809-9. Relator Ministro Marco Buzzi. Brasília, DF, 20 de outubro de 2015. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/181121079/recurso-especial-resp-1352529-sp-2012-0211809- 9>. Acesso em 17 de out. de 2020.

> manifestamente nobre na origem, por ocasião do registro de nascimento, pretende negá-lo agora, por razões patrimoniais declaradas.
> 4. Com efeito, tal providência ofende, na letra e no espírito, o art. 1.604 do Código Civil, segundo o qual não se pode "vindicar estado contrário ao que resulta do registro de nascimento, salvo provando-se erro ou falsidade do registro", do que efetivamente não se cuida no caso em apreço. Se a declaração realizada pelo autor, por ocasião do registro, foi uma inverdade no que concerne à origem genética, certamente não o foi no que toca ao desígnio de estabelecer com o infante vínculos afetivos próprios do estado de filho, verdade social em si bastante à manutenção do registro de nascimento e ao afastamento da alegação de falsidade ou erro.
> 5. A a manutenção do registro de nascimento não retira da criança o direito de buscar sua identidade biológica e de ter, em seus assentos civis, o nome do verdadeiro pai. É sempre possível o desfazimento da adoção à brasileira mesmo nos casos de vínculo socioafetivo, se assim decidir o menor por ocasião da maioridade; assim como não decai seu direito de buscar a identidade biológica em qualquer caso, mesmo na hipótese de adoção regular. Precedentes. 6. Recurso especial não provido.

Além do reconhecimento dos tribunais, é possível se analisar a legislação. Na lei, o Código Civil de 2002[17] traz que o parentesco, além do vínculo sanguíneo, pode decorrer de outra origem. O enunciado 108[18] da I Jornada de Direito Civil explica esta origem como da socioafetividade. Vide:

> 108 - Art. 1.603: No fato jurídico do nascimento, mencionado no art. 1.603, compreende-se, à luz do disposto no art. 1.593, a filiação consanguínea e também a socioafetiva.

Nítido é que o estado de filho é importante e cria laços afetivos mais reais do que a própria consanguinidade, devendo ser sim reconhecida a filiação quando decorrente de afetividade. Com relação ao estado de filho, três requisitos são listados por Dias[19]:

> (a) tractatus – quando o filho é tratado como tal, criado, educado e apresentado como filho pelo pai e pela mãe; (b) nominativo – usa o nome da família e assim se apresenta; e (c) reputatio – é conhecido pela opinião pública como pertencente à família de seus pais.

Destarte, Lobo[20] apresenta seu conceito de filiação de modo que uma das modalidades de tal vínculo se dá justamente através do estado de filho. Vide:

> Filiação é conceito relacional; é a relação de parentesco que se estabelece entre duas pessoas, uma das quais nascida da outra, ou adotada, ou vinculada mediante posse de estado de filiação ou por concepção derivada de inseminação artificial heteróloga.

Com isso, a autora Maria Berenice Dias elucida a forma como se dá o estado de filho, um estado importante para o vínculo socioafetivo que demonstra a relação que de fato se dá como de pai/mãe e filho/filha. Neste sentido, Paulo Lobo define seu conceito de filiação, tendo o estado de filho como uma possibilidade de vínculo para gerar o parentesco.

---

[17] Art. 1.593. O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem.
[18] CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. Enunciado n° 108, de. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/740>
[19] DIAS, Maria Berenice. Manual do Direito das Famílias. 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 381.
[20] LOBO, Paulo Luiz Netto. Direito Civil – Famílias. São Paulo: Saraiva, 2008. p.192.

4 EFEITOS E DESDOBRAMENTOS DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA

Inicialmente, na história legislativa do Brasil, não havia previsão para os modelos familiares que demandariam atenção do Estado posteriormente, de modo que este teve de adaptar-se com a mutação sociológica da sociedade. Sobre esta falta de atenção inicial, Gama[21] explica que "ao lado das relações de convivência proposta pelo Estado, surgem outras, contrárias a elas ou simplesmente não previstas, invisíveis, afastadas do referendo estatal."

Um grande passo legislativo que se deu no sentido de reconhecer o vínculo socioafetivo foi com a Lei Nº 11.924/09, esta qual é mais conhecida como Lei Clodovil, devido ao nome de seu idealizador, o deputado Clodovil Hernandes. Este dispositivo passou a permitir que o enteado ou enteada pudesse adotar o nome da família de seu padrasto ou de sua madrasta, desde que houvesse motivo ponderável.

Ainda, deveria haver expressa concordância entre as partes, não haveria prejuízo dos apelidos de família que já possuía e ocorria através de requerimento ao juiz competente, de modo que necessariamente se daria através de sentença judicial. Como pode-se notar, esta norma traz apenas a possibilidade de adicionar o sobrenome do padrasto ou madrasta com o qual possuía o vínculo socioafetivo. Desta forma, não havia nenhum direito a ser assegurado, como sucessório, por exemplo, pois não tratava-se de adoção ou afins, mas apenas um modo do indivíduo poder carregar consigo o sobrenome daquele por quem nutria sentimento de pai ou mãe.

No Código Civil de 2002, seu art. 1.593 já trazia uma definição mais moderna de parentesco. Vide:

> Art. 1.593. O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem.

De modo positivo, a lei definiu que o parentesco não apresenta-se apenas de moto natural, podendo também haver parentesco através de relação civil. Se aproximando ainda mais da afetividade, esclareceu de forma objetiva que além da consanguinidade, este parentesco poderia decorrer de outra origem.

Neste sentido:

> 103 - O Código Civil reconhece, no art. 1.593, outras espécies de parentesco civil além daquele decorrente da adoção, acolhendo, assim, a noção de que há também parentesco civil no vínculo parental proveniente quer das técnicas de reprodução assistida heteróloga relativamente ao pai (ou mãe) que não contribuiu com seu material fecundante, quer da paternidade socioafetiva, fundada na posse do estado de filho[22].

[21] GAMA, Guilherme nogueira da. Princípios constitucionais de direito de família. São Paulo: Atlas, 2008.
[22] CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. Enunciado n° 103, de. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/734>

Assim, em consonância com o art. 1.593, o enunciado 103 da I Jornada de Direito Civil formaliza a referência realizada no artigo com a filiação socioafetiva, fundada na posse do estado de filho, instituto já referenciado no presente trabalho.

Já em 2017, surgiu o Provimento 63[23] do Conselho Nacional de Justiça. Na seção II de tal provimento, trata-se da paternidade socioafetiva que, apesar do nome, engloba também a maternidade socioafetiva. Em seu art. 10, apresenta-se finalmente a possibilidade do reconhecimento da paternidade ou da maternidade devido ao vínculo socioafetivo com pessoa de qualquer idade, devendo ocorrer autorização do oficial de registro civil das pessoas naturais. Caso esta pessoa em questão seja maior de doze anos, haverá necessidade de seu consentimento.

O art. 14 do dispositivo é o mais incontroverso. O artigo em questão aponta que o reconhecimento não implicará no registro de mais de dois pais e duas mães no campo "filiação" no registro, entretanto, o artigo é mal redigido, deixando dúvidas acerca da possibilidade da multiparentalidade.

Em provimento consideravelmente recente, o CNJ procedeu com alteração no anterior. O Provimento 83[24] do Conselho Nacional de Justiça altera a "Seção II" do Provimento 63, esta qual regra a paternidade socioafetiva.

Uma das maiores alterações se dá logo no art. 10, este qual agora autoriza que o procedimento seja realizado apenas envolvendo pessoas acima de doze anos, pois o provimento anterior garantia que poderia ocorrer com pessoas de qualquer idade, de modo que muitas vezes o próprio filho socioafetivo na verdade nem sequer tivesse consciência de vínculo afetivo para com seu padrasto ou sua madrasta. Ademais, agora o §9 do art. 11 traz a participação obrigatória do Ministério Público ao instituto, de modo que se todos os requisitos estejam sendo atendidos, o pedido será encaminhado ao MP, que poderá apresentar parecer favorável, autorizando o novo registro, ou desfavorável, de modo que não ocorrerá o registro e sim o arquivamento do pedido. Ainda, caso ocorra alguma dúvida acerca do registro, o pedido deverá ser encaminhado ao juízo para que haja solução na via judicial.

Como apresentado anteriormente, a maior confusão pairava sobre o art. 14 do provimento anterior. Agora, no Provimento 83, surgiu solução à dúvida, de modo que esclareceu-se que há permissão apenas para um ascendente socioafetivo, ou seja, apenas poderá haver um pai ou uma mãe socioafetiva, nunca um pai e uma mãe socioafetivos simultaneamente.

Esta alteração no art. 14 revela-se em consonância com a alteração no art. 10, presentes do Provimento 63. Com a possibilidade de reconhecimento de filiação socioafetiva de menores de doze anos

[23] CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Provimento nº 63, de 14 de novembro de 2017. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/provimento/provimento_63_14112017_19032018150944.pdf>
[24] CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Provimento nº 83, de 14 de agosto de 2019. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/provimento/provimento_83_14082019_15082019095759.pdf>

juntamente da possibilidade de haver um pai e uma mãe socioafetivos ao mesmo tempo, facilmente o dispositivo poderia ser utilizado para contornar o instituto da adoção. Agora, com o Provimento 83, além de obrigatoriamente a pessoa precisar ser maior de doze anos, pois já possuirá consciência de suas decisões, também poderá ocorrer o reconhecimento e registro de apenas um ascendente socioafetivo, de modo que utilizar-se deste meio para facilitar uma espécie de adoção irregular é quase impossível.

Com relação aos efeitos sucessórios, o art. 227, § 6º da Constituição Federal iguala todos os filhos, sejam biológicos ou não, ao passo em que proíbe quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação. O artigo embasa o princípio da igualdade entre os filhos. Em consonância, Gama[25] pontua:

> […] uma vez existente o vínculo jurídico de parentalidade-filiação, todos os filhos do mesmo pai ou da mesma mãe têm, estritamente, os mesmos direitos reconhecidos no ordenamento jurídico brasileiro, sem possibilidade de qualquer diferenciação.

Ainda neste sentido, é possível checar a concordância no seguinte julgamento de repercussão geral:

> A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com todas as suas consequências patrimoniais e extrapatrimoniais. (RE 898060/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, Julgado em 21/09/2016). (BRASIL – Supremo Tribunal Federal, 2016, grifo nosso)[26].

De acordo com Gonçalves[27], acerca dos efeitos do reconhecimento do vínculo de filiação, este "produz efeitos de natureza patrimonial e de cunho moral. O principal deles é estabelecer a relação jurídica de parentesco entre pai e filho".

Desta feita, evidencia-se que os filhos advindos de vínculo socioafetivo possuem os mesmos direitos e deveres dos filhos biológicos, bem como dos filhos adotados ou advindos de inseminação artificial, pois constitucionalmente haverá igualdade entre todos os filhos, sendo indiferente a origem do vínculo de filiação.

5 CONCLUSÕES

Conforme todo o desenvolvimento do presente trabalho, evidenciou-se a repersonalização das entidades familiares. Para tanto, demonstrou-se a importância do afeto nas relações familiares, de modo que o sentimento das pessoas passaram a valer muito mais que o vínculo genético. Biologicamente, o pai é apenas aquele que participou da fecundação e, infelizmente, por muito tempo o Direito caminhou em conjunto deste mesmo olhar.

---

[25] GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. Princípios constitucionais de direito de família: guarda compartilhada à luz da lei n.º 11.698/08: família, criança, adolescente e idoso. São Paulo: Atlas, 2008, p.96

[26] BRASIL Supremo Tribunal Federal. Paternidade socioafetiva não exige de responsabilidade o pai biológico, decide STF. 2016. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp? idConteudo=325781>. Acesso em: 17 out. 2020.

[27] GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: direito das sucessões. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 371.

Com o advento das novas normas legais e da evolução da sociedade, estas relações foram vistas de outro vértice, pelo que a afetividade tornou-se primordial nestas relações. Assim, os autores Silva e Carbonera comentam que "o papel de pai é muito mais amplo, muito mais rico em detalhes do que o papel do genitor, visto que a verdadeira paternidade decorre mais de amar e servir do que de fornecer material genético"(CARBONERA; SILVA, 2009).

Foi deixado no passado o modelo familiar das antigas civilizações, de modo que a família deixou de ter como finalidade apenas as questões negociais e patrimoniais, com maior importância no "ser" do que no "ter". De forma mais recente, a família ainda apresentava-se de modo desinteressante, pois foi por bom tempo extremamente patriarcal. A sociedade evoluiu e já foram atingidas grandes metas para um melhor convívio social, prezando pela felicidade, pelo amor e pela pluralidade.

O afeto passou a existir como laço direto com a filiação, de modo que recentemente o instituto da filiação socioafetiva foi legalmente garantido e regulado pelo CNJ, inclusive facilitando o acesso à sua conclusão, podendo este ocorrer diretamente em cartório, sem necessitar todo o trâmite judicial e a lentidão que muitas vezes decorre do excesso de demandas no judiciário. Ainda, todas as garantias legais da filiação são aplicadas aos filhos socioafetivos, tendo estes igualdade perante os filhos consanguíneos, inclusive em seus direitos e deveres, entrando as questões sucessórias nestes direitos garantidos.

REFERÊNCIAS

BOEIRA, José Bernardo Ramos. Investigação de Paternidade. Posse de estado de filho: paternidade socioafetiva. Porto Alegre. Livraria do Advogado, 1999.

BRASIL, Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>

BRASIL, Lei Nº 11.924, de 17 de abril de 2009. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 abr. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11924.htm>

BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 2016. Código Civil Brasileiro de 1916. Brasília, Distrito Federal: Senado, 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/ L3071.htm>

BRASIL Supremo Tribunal Federal. Paternidade socioafetiva não exige de responsabilidade o pai biológico, decide STF. 2016. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=325781>. Acesso em: 17 out. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1183378 RS 2010/0036663-8. Relator Ministro Luis Felipe Salomão. Brasília, DF, 25 de outubro de 2011. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21285514/recurso-especial-resp-1183378-rs-2010- 0036663-8-stj>. Acesso em 17 de out. de 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1328380 MS 2011/0233821-0. Relator Ministro Marco Aurélio Bellizze. Brasília, DF, 21 de outubro de 2014. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/153483514/recurso-especial-resp-1328380-ms- 2011-233821-0/relatorio-e-voto-153483526>. Acesso em 10 de out. de 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1352529 SP 2012/02111809-9. Relator Ministro Marco Buzzi. Brasília, DF, 20 de outubro de 2015. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/181121079/recurso-especial-resp-1352529-sp- 2012-0211809-9>. Acesso em 17 de out. de 2020.

CARBONERA, Silvana Maria; SILVA, Marcos Alves da. Os filhos da democracia: uma reflexão acerca das transformações da filiação a partir da Constituição Federal de 1988. In: CONRADO, Marcelo.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. Enunciado n° 103, de. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/734>

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. Enunciado n° 108, de. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/740>

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Provimento nº 63, de 14 de novembro de 2017. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/provimento/provimento_63_14112017_19032018150944.pdf>

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Provimento nº 83, de 14 de agosto de 2019. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/provimento/provimento_83_14082019_15082019095759.pdf>

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_175_14052013_16052013105518.pdf>

DIAS, Maria Berenice. Efeitos patrimoniais das relações de afeto. Repertorio IOB de Jurisprudência, 15/97, caderno 3.

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 5. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2009.

DIAS, Maria Berenice. Manual do Direito das Famílias. 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Direito de Família. Vol. 5. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. Filiação e reprodução assistida: introdução ao tema sob a perspectiva civil-constitucional. In: TEPEDINO, Gustavo [org]. Problemas de direito civil-constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. Princípios constitucionais de direito de família. São Paulo: Atlas, 2008.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. Princípios constitucionais de direito de família: guarda compartilhada à luz da lei n.º 11.698/08: família, criança, adolescente e idoso. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: direito das sucessões. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LIBERATI, Wilson Donizeti. Direito da criança e do adolescente. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2007.

LIMA, Alceu Amoroso. A família no mundo moderno. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1960.

LOBO, Paulo. A Repersonalização das Relações Civis. "repersonalização das relações civis, que valoriza o interesse da pessoa humana mais do que suas relações patrimoniais".
Disponível em https://jus.com.br/artigos/5201/a-repersonalizacao-das-relacoes-de-familia. LOBO, Paulo Luiz Netto. Direito Civil – Famílias. São Paulo: Saraiva, 2008.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil: direito de família. 43ª ed. Vol 2. São Paulo: Saraiva, 2016.

MORAES, Alexandre de. Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Família. v. 5. 22 ed. revatual. amp. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

TARTUCE, Flávio. Novos princípios do direito de família brasileiro. Manual de direito das Famílias e das sucessões. Belo Horizonte. Del Re, 2008.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: Família. São Paulo. Editora Atlas, 2017.

ISBN: 978-65-986235-0-0

Aurum EDITORA

CAPÍTULO 2

DA ENCRUZILHADA DA ARTE AFRO-BRASILEIRA AO MEMORIAL DA LOUCURA: UMA VIAGEM AO FUNK, UM GRITO DE LIBERDADE E OUSADIA PRETAGONISTA

FROM THE CROSSROADS OF AFRO-BRAZILIAN ART TO THE MEMORIAL OF MADNESS: A JOURNEY INTO FUNK, A CRY FOR FREEDOM AND PRETAGONISTIC DARING

https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-002

Adilson Amaral Gonçalves
Educador do Campo. Graduado no Curso Superior de Licenciatura Interdisciplinar de Educação do Campo, pela Universidade Federal Fluminense-UFF.

Enzo Ribeiro Amaral Gonçalves
Graduando no curso superior de bacharelado de educação física, pela Centro Universitário do Rio de Janeiro- UniCarioca

Milena Bruna de Oliveira Ferreira da Costa
Graduando no Curso Superior de Licenciatura Interdisciplinar de Educação do Campo, pela Universidade Federal Fluminense-UFF.

Ana Beatriz da Silva Resende
Graduando no Curso Superior de Licenciatura de Ciências da Computação, pela Universidade Federal Fluminense-UFF.

RESUMO
Esta obra versa sobre o apagamento das artes negras no Brasil, suas conquistas e resgates, sob um olhar fotográfico de uma perspectiva contra-colonial. Através do bem viver e de suas transformações ancestrais anti-hegemônicas, busca-se evidenciar os saberes e conhecimentos dos povos africanos, que foram trazidos além-mar como escravizados, tendo suas histórias e identidades apagadas.
Mesmo diante desse apagamento, esses povos resistiram e reproduziram suas artes e saberes, deixando-nos um legado afro-brasileiro presente em todas as manifestações culturais. Seus caminhos cruzaram a arte plástica e a música, influenciando profundamente a identidade e a cultura nacional.

Palavras-chave: Bem viver; Fotografias; Afro-brasileiro; Identidade e Pretagonismo.

ABSTRACT
This work deals with the erasure of black arts in Brazil, their achievements and rescues, from a photographic perspective of a counter-colonial perspective. Through good living and its anti-hegemonic ancestral transformations, it seeks to highlight the knowledge and expertise of African peoples who were brought overseas as slaves and had their histories and identities erased.
Even in the face of this erasure, these peoples resisted and reproduced their arts and knowledge, leaving us an Afro-Brazilian legacy present in all cultural manifestations. Their paths crossed plastic art and music, profoundly influencing national identity and culture.

Keywords: Living well; Photographs; Afro-Brazilian; Identity and Pretagonism.

1 INTRODUÇÃO

Esta obra versa sobre uma escrevivência feita através de visitas aos museus do Rio de Janeiro no período de 16/01/2025 a 18/01/2025.

Éramos todos alunos de fotografia do projeto do professor Roman, um latino-americano muito misterioso, que conduz bem a intrépida trupe. Deixemos permanecer essa máxima dele em segredo.

No início, aquele alvoroço de quem ficaria com as máquinas fotográficas. Eu fui com meu celular Poco 6X Pro 64M, pois, me sentindo o próprio Sebastião Salgado (Sebastião Salgado é um fotógrafo documental e fotojornalismo brasileiro, um dos fotógrafos brasileiros mais reconhecidos), vesti minhas lentes ópticas, mais conhecidas como pupila ou menina dos olhos, e parti em direção ao Centro Cultural Banco do Brasil, onde estava exposta Encruzilhada de Arte Afro-Brasileira, uma expografia que evidencia a presença negra na historiografia da arte no Brasil.

A arte negra é apagada no Brasil, assim como seus conhecimentos e saberes, uma forma de dominação hegemônica europeia que escravizava essa gente e, assim, negava sua cultura para apagar sua identidade. Pois um povo sem cultura é um povo sem história, e, desta forma, perde sua identidade.

Assim, historicamente, as casas de arte, museus, entre outras máquinas de dominação, vêm tentando apagar a histórica arte negra, porém, sempre deixando vestígios.

O livro Trabalho, Folga e Cuidados Terapêuticos: A Sociedade Escrava na Imperial Fazenda Santa Cruz, na Segunda Metade do Século XIX, de Júlio César Medeiros da Silva Pereira, nos pondera:

> "O saber africano relacionado à cura leva-nos à compreensão da razão pela qual alguns africanos, e mesmo crioulos, se davam à prática da sangria e da aplicação de ventosas, como a que foi representada por Debret, em sua obra Viagem Pitoresca ao Brasil, quando de sua visita em 1812. A prancha O Cirurgião Negro retrata com clareza um barbeiro-sangrador em ofício ao ar livre, como pode ser visto na figura abaixo." (Pereira, 2016, p.158)

Figura 1: Cirurgião negro.

Fonte: DEBRET, Jean Baptiste

Por isso, a mostra visa buscar a trajetória da arte brasileira a partir da produção de artistas negros, longe dos paradigmas hegemônicos, onde os negros ditaram o que é ou não arte, apresentando outros

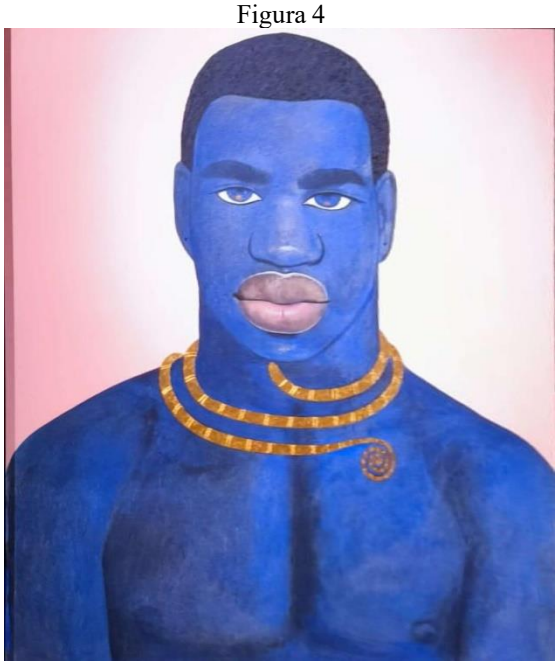
caminhos possíveis para a arte brasileira. A arte contemporânea é negra.

Figura 2

Há outros que foram escondidos nos porões dos museus e galerias de arte, tal qual expostos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sob o título Pretagonismo: No Acervo ao Museu Nacional de Belas Artes (MNBA). Acervo este enriquecedor das artes negras, que foram escondidas e embranquecidas para não dar o protagonismo ao artista negro. Agora, ficou impossível negar e esconder tanto talento, que veremos a seguir.

Figura 3

Figura 4



Nesta visita, fomos pegos de surpresa, pois, no meio da exposição, havia algumas artes que nos pareceram feitas por artistas europeus. No entanto, ao nos mostrarem obras parecidas e por termos nosso imaginário colonizado, acreditamos que tudo que nos parece bonito e clássico são obras brancas, devido a nossa educação ser eurocêntrica. Ailton Krenak, em A Vida Não É Útil, cita:

> "Acho gravíssimo as escolas continuarem ensinando a reproduzir esse sistema desigual e injusto. O que chamamos de educação é, na verdade, uma ofensa à liberdade de pensamento. É tomar um ser humano que acabou de chegar aqui, introduzir diversas ideias e soltá-lo para destruir o mundo." (Krenak, pág. 101)

É justamente o que fazemos, pois não reconhecemos nossos artistas como agentes produtores de arte, conhecimentos e saberes. Nosso imaginário não nos deixa reconhecer nossos pares. Alberto Acosta, em O Bem Viver: Uma Oportunidade para Imaginar Outros Mundos, nos brinda:

> "O bem viver tem sido conhecido e praticado em diferentes períodos e em diferentes regiões da Mãe Terra. Forma parte de uma longa busca de alternativas de vida, forjadas no calor das lutas pela emancipação e pela vida." (Acosta, pág. 103)

Nesta narrativa, perpassamos os contextos do funk carioca através da história mostrada no Museu de Arte do Rio (MAR). Cheia de dor e alegria, sobretudo de liberdade, com empoderamento da identidade e da cultura.

Figura 5

O movimento soul, dando uma nova linguagem a partir de 1974 até a contemporaneidade com o funk, foi perseguido, marginalizado e monitorado, tal qual os denominados insanos, loucos, aqueles que ficaram encarcerados nos manicômios, sofrendo diversas barbáries, como choque elétrico, camisa de força, entre outras agressões.

Figura 6

Tornando-os verdadeiramente doentes, quase fora de si, quiça muito dentro de si, ao ponto de só se revelarem nas artes, ocultos em suas vivências. Como se constata na arte antes e depois do tratamento insano por aqueles que prometiam a cura.

Figura 7

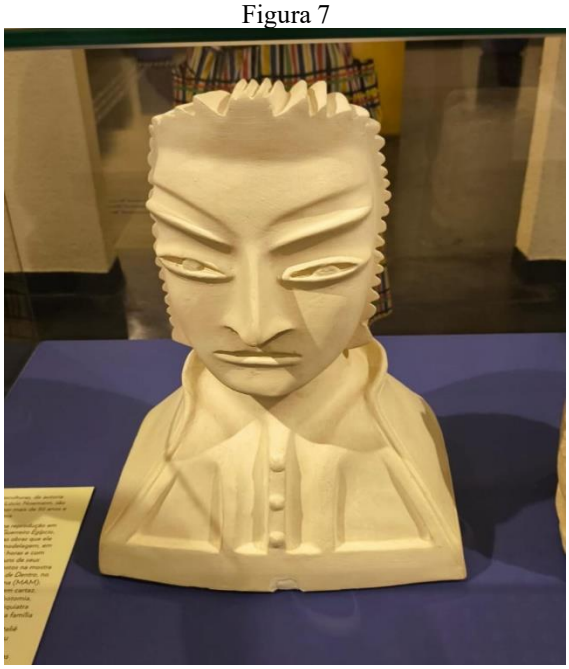
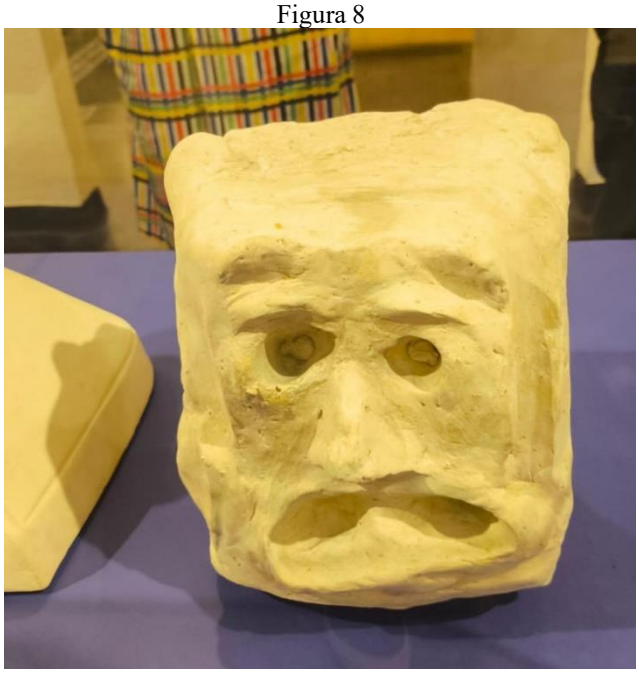


Figura 8



Concluindo, mas não terminando: Nise da Silveira foi pioneira no tratamento mais humanizado aos pacientes com psicopatologia, através do uso da arte para a manutenção da saúde mental, atípico à pintura e à modelagem.

Loucarte

Da janela do dia,

Eu amo agroecologia.

Negro é a força, negro é a energia, Na arte tem sua valia.

No horizonte preto,

Ouço o crepitar da fogueira nova. Negro é verso, negro é prosa,

A dor, um pensamento ancestral. A cura, o desengano mortal.

Da loucura, a arte faz parte. Nise da Silveira, a pioneira, Uma goiana fenomenal.

Fez do manicômio seu quintal,

Com carinho e afeto, fez tratamento mental. Da loucura, a arte é parte,

Todos somos um pouco, basta o start. (Adilson Pantera)

> "Não se curem além da conta. Gente curada demais é gente chata. Todo mundo tem um pouco de loucura. Felizmente, eu nunca convivi com pessoas muito ajuizadas."
> (Nise da Silveira)

REFERÊNCIAS

DA SILVA PEREIRA, J. C. M. Trabalho, Folga e Cuidados Terapêuticos: A Sociedade Escrava na Imperial Fazenda Santa Cruz, na Segunda Metade do Século XIX. Curitiba: Prismas, 2016.

KRENAK, A. A Vida Não É Útil. São Paulo: Schwarcz S.A, 2020.

ACOSTA, A. O Bem Viver: Uma oportunidade para Imaginar Outros Mundos. [s.l.] Elefante, 2016.

QUIRINO, F. 18 de maio, dia de lembrar de Nise da Silveira: "o que cura é a alegria, o que cura é a falta de preconceito". Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/19/18-de-maio-dia-de-lembrar-de-nise-da- silveira-o-que-cura-e-a-alegria-o-que-cura-e-a-falta-de-preconceito/ >. Acesso em: 7 fev. 2025.

ISBN: 978-65-986235-0-0

Aurum EDITORA

CAPÍTULO 3

CIÊNCIA E SENSO-COMUM: UMA RELAÇÃO DE ADMIRAÇÃO E DESPREZO

SCIENCE AND COMMON SENSE: A RELATIONSHIP OF ADMIRATION AND CONTEMPT

https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-003

João Wilson Savino Carvalho
Doutor em Educação
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP
E-mail: wilsoncarvalho@unifap.br

Solane Soraia Coutinho Carvalho
Bacharel em Direito
Tribunal Regional Eleitoral
E-mail: solsoraia@yahoo.com.br

Felipe Matheus Coutinho Carvalho
Bacharel em Direito
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP
E-mail: felipematheus@unifap.br

RESUMO
O texto apresenta uma reflexão sobre a complexa relação entre ciência, bom senso e senso-comum enquanto permeada no plano do concreto pelos conceitos de ideologia, política e tecnologia, tomando como referencial o pensamento complexo de Edgard Morin e a metodologia hermenêutico-dialética, para concluir que embora necessária a reflexão epistemológica interna a cada ciência particular, permanece essencial a reflexão epistemológica geral feita pela Filosofia, dado sua abordagem abrangente e radical, fundamental para a compreensão do papel prospectivo da utopia na aproximação de senso-comum com a ciência, para o bem da sociedade.

Palavras-chave: Epistemologia; Senso-comum; Cientificidade; Filosofia.

ABSTRACT
The text presents a reflection on the complex relationship between science, common sense and common sense as permeated on the concrete level by the concepts of ideology, politics and technology, taking Edgard Morin's complex thinking and hermeneutic-dialectic methodology as a reference point, to conclude that although epistemological reflection is necessary within each particular science, general epistemological reflection by philosophy remains essential, given its comprehensive and radical approach, which is fundamental for understanding the prospective role of utopia in bringing common sense and science closer together for the good of society.

Keywords: Epistemology; Common sense; Scientificity; Philosophy.

1 INTRODUÇÃO

Se é verdade que toda ciência almeja um dia tornar-se senso-comum, e todo senso-comum almeja tornar-se ciência um dia, por que será que tantos epistemólogos demonstram teoricamente o quanto o senso-comum pode ser pernicioso para o desenvolvimento da ciência, enquanto tantos outros defendem que uma sociedade ideal seria aquela onde a ciência se tornasse o senso comum?

Isso não equivale à afirmação que uma sociedade perfeita seria aquela composta de só por cientistas, ou tampouco que todo e qualquer senso-comum é uma pré-ciência. Muito ao contrário, o que se deseja fazer aqui é uma reflexão sobre a complexidade dessa relação no plano do concreto, onde a relação é permeada por três outros conceitos, igualmente complexos, que são a ideologia, a política e a tecnologia.

A Epistemologia é a teoria da cientificidade da ciência e é formada por um corpo de conhecimentos filosóficos e científicos afins à Lógica, à Teoria do Conhecimento e à Metodologia Científica, que, como conjunto complexo, apresenta um aspecto essencialmente filosófico quando se propõe a refletir sobre a questão da natureza e do sentido da ciência (epistemologia geral); e sobre a questão dos critérios de cientificidade de uma teoria, um aspecto de profundo interesse científico, que surge quando cada ciência se propõe a estabelecer próprio seu marco de cientificidade (epistemologias regionais). Essas duas questões são distintas, mas constituem aspectos de um mesmo problema. Afinal, quando se questiona qual a natureza da ciência (que inclui o papel social da ciência) necessariamente discutimos sobre que pode garantir a cientificidade de um determinado conhecimento, discurso, texto ou teoria (critério de demarcação entre o científico e o não-científico).

Aqui sintetizamos os dois problemas básicos da epistemologia: 1º) o papel social da ciência - a responsabilidade dos cientistas sobre as consequências de seus desdobramentos na pesquisa e na tecnologia; 2º) o critério de demarcação – o que deve ser estabelecido como o principal critério para a distinção entre um texto, um discurso, ou uma teoria que se pretende científica, e outra produção intelectual não científica.

Eis porque entendemos a Epistemologia como uma disciplina filosófica que visa a reflexão sistemática e metódica sobre esses dois problemas básicos: o da natureza e sentido da ciência e o do critério de demarcação para distinguir um conhecimento científico do senso-comum, do mito, da religião, da ideologia, enfim, de todas as outras formas possíveis de interpretação da realidade. Isso não exclui a possibilidade das epistemologias regionais, já que os cientistas precisam produzir sempre uma reflexão crítica padrões de cientificidade de suas próprias teorias, e isso não é apenas um aspecto ético-moral do trabalho científico, mas também uma questão metodológica.

Das duas formas principais de conhecimento epistêmico (o conhecimento pelas causas), a filosofia e a ciência, a epistemologia faz parte da filosofia, que trata de problemas gerais, e a cientificidade é um problema comum a todas as ciências singulares. Assim, embora existam pensadores de peso que entendem que seria mais útil a criação de uma ciência da cientificidade, mais objetiva e mais clara, entendo que esse

argumento não se sustenta, na medida em que compreendemos a fluidez do conceito de cientificidade. Afinal, a discussão da cientificidade na Física e na Química (ciências naturais) não é a mesma da cientificidade na Matemática e na Lógica (ciências formais), e muito menos na Sociologia e na Psicologia (ciências sociais), e não é necessário ser um epistemólogo para essa conclusão. Para isso basta o bom-senso.

Aqui se faz necessário distinguir entre dois conceitos bastante próximos, embora distintos: o senso-comum e o bom-senso. O senso-comum é bem próximo do conceito de ideologia, porque também é formado pelo longo processo social de sedimentação que ocorre ao longo da vida e que integra a história cultural da sociedade onde o indivíduo vive, e por isso pode incluir preconceitos e concepções perniciosas ao desenvolvimento do conhecimento epistêmico, enquanto o bom-senso tem algo de ruptura, de algo que surge no sopesar das opiniões, e está mais próximo da acepção ampla/vulgar do termo filosofia, tal como aparece na expressão "filosofia de vida", significando uma linha pessoal de ação, que não segue necessariamente um referencial teórico-filosófico mas busca construir um padrão de ações pautados no equilíbrio e na razoabilidade. É como vemos em Aristóteles, que entende que o senso-comum é o "elemento central da conduta ética, como a capacidade virtuosa de achar o meio termo e distinguir a ação correta" (Pegoraro, 2007). Afinal, não à toa o estagirita denomina a Moral de "filosofia prática".

Em Aristóteles temos a Filosofia abarcando todo o saber humano, dividindo-se em Teorética (Física, Matemática e Metafísica), Prática (Ética e Política), Poética (Estética e Técnica). A Lógica é a ferramenta (órganum), o que equivale dizer que é a metodologia para toda a ciência.

Na classificação do saber mais comum hoje, costumamos dividi-lo em Epistêmico (conhecimento pelas causas) e não-epistêmico (outras formas de interpretação da realidade). No primeiro grupo teríamos as ciências (busca das causas diretas dos fenômenos) e a Filosofia (busca das causas últimas ou primeiras). As ciências seriam divididas em: Formais (Lógica e Matemática); Naturais (Química, Física e Biologia); Sociais (Antropologia, Direito, Economia, Psicologia Sociologia...).

A Filosofia, por sua vez, seria dividida em disciplinas conforme seus principais problemas: Ontologia (ou Metafísica), que trata do problema do ser; Gnosiologia (Teoria do Conhecimento, Metodologia e Epistemologia); Axiologia, que trata do problema do valor (Ética e Estética). Ainda na Filosofia teríamos as perspectivas metafísicas, para designar estudos de temas próprios das ciências sob a perspectiva das causas últimas (ou do sentido), como a Filosofia do Direito, a Filosofia da Educação, etc. Ou, de uma forma mais simples, se o estudo é sobre o sentido último da matemática no mundo, trata-se de um tema da Filosofia da Matemática, mas se o tema são os números complexos, trata-se de um tema da ciência Matemática.

O saber não-epistêmico é aquele que não se orienta para busca das causas dos fenômenos, aquele que não é movido por questões orientadoras, não segue um método que apresenta em seu escopo o pensamento crítico, mas que existe de fato e deve ser respeitado, sob pena de contradição com um

fundamento basal da Filosofia, que é a consciência do reconhecimento do não-saber como superior à crença não fundamentada, o que seria, sem dúvida, paradoxal. A crença não fundamentada pode nos levar ao erro, o reconhecimento do não saber nos leva à busca do saber.

O paradoxo de escorraçar um conhecimento que não apresenta bases lógicas ou críticas, então estabelecidas como o critério de demarcação resta bem claro quando se apresenta o conhecimento religioso como exemplo. Excluir o saber religioso como saber possível equivaleria a excluir a possibilidade de existir um criador do universo pelo simples fato de que o discurso religioso não apresenta bases lógicas e nem resiste à crítica. E aqui o paradoxo insuperável até para o pensador mais ateu, como o caso do autor deste texto: diante da pergunta sobre o que existiria antes do big-bangue, a resposta do cientista (e também de alguns filósofos) é o nada. Ocorre que o nada é nada, e do nada não surge o ser. A menos que exista uma causa mater. Como ateu posso não saber a resposta, mas isso não me autoriza a invalidar o conhecimento teológico que afirma existir um criador.

A pergunta fulcral que se apresenta é a seguinte: é esse o papel da epistemologia, o de dizer qual saber é verdadeiro ou qual não? Com certeza a resposta é pela negativa. O papel da epistemologia, no máximo, é dizer qual saber é epistêmico e qual não pode ser aceito como epistêmico. Afinal, como Platão já afirmava, ciência não igual à verdade: o conhecimento epistêmico é o caminho para a verdade, não a própria verdade, que em Platão é a essência (PLATÃO, 1996, p. 336). Essa mesma afirmação em relação à ciência vale também para a arte, para o mito e até mesmo para o conhecimento teológico.

E o bom-senso, como se apresenta nesse contexto? Certamente não é um saber epistêmico, mesmo que assentado sobre a razoabilidade e o equilíbrio. E ainda assim, não se pode dizer que não obedeça a uma certa lógica, desde que se considere que a Lógica Formal não é a única possibilidade lógica que existe. Observando a teorização sobre novas lógicas feita por pensadores como Chaïm Perelman, que em sua Nova Retórica apresenta uma nova teoria da argumentação para satisfazer a necessidade de novos caminhos lógicos, compatíveis com uma nova concepção de ciência, onde rejeita as ideias dogmáticas pautadas na verdade absoluta, elaborando o conceito de razoável e razoabilidade (lógica do bom-senso) para aplicação inclusive no Direito (onde se defende o retorno dos valores, principalmente o de justiça, para fundamentação de sentenças), e que parece muito mais adequada às epistemologias dos novos tempos.

É nesse sentido que aqui propomos a interpretação do conceito de bom senso como a forma sensata, equilibrada, razoável e prudente de agir, e que pretende não ser afetada por paixões ou ideologias, já que o objetivo principal deste ensaio está diretamente relacionado às consequências da utopia de se estabelecer o conhecimento científico como meta para o senso-comum, por meio da ampliação do bom-senso no processo educativo na sociedade.

2 O REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico para esta reflexão é o pensamento complexo na perspectiva de Edgar Morin, atraído pela aplicabilidade de dois conceitos fundamentais em nossa abordagem, quais sejam, a complexidade e a interdisciplinaridade.

De fato, é de cristalina compreensão que a realidade é indiscutivelmente complexa, e o pensamento científico precisa ser abrangente e flexível para compreendê-la. A consciência dessa relação entre a complexidade do mundo e a flexibilidade da interpretação é um primeiro marco na abordagem, e por isso o papel da Epistemologia, para Edgar Morin está no confronto com o paradigma cartesiano na ciência, propondo o fim da dualidade entre sujeito e objeto que não existem isoladamente, e romper com o reducionismo simplificador, que é a ilusão de se tentar captar a complexidade da realidade em fórmulas, como se essas fossem uma espécie de síntese da realidade. Para Morin essa tentativa de compreensão da realidade em um paradigma redutivo-disjuntor e simplista, que isola as partes do todo real, constitui mesmo uma patologia do saber, e se deve a um uso indevido da razão, para o qual cabe o conceito de "inteligência-cega", que pode ser inclusive perigoso para a humanidade (MORIN, 1991).

Como esse paradigma redutor alcança todas as concepções histórico-culturais, envolve todo um complexo social que atinge também o processo educativo na sociedade, que centraliza na transmissão da cultura socializada e, consequentemente, reproduz esse paradigma simplista-redutor, relegando a segundo plano um conceito fundamental na educação, que é a interdisciplinaridade, mesmo que devesse parecer ao bom-senso que, se a realidade é complexa, o processo educativo deve focar a complexidade por meio da abordagem interdisciplinar, e não reduzir a abordagem às partes da realidade, sem considerar a conexão e a interação entre as partes e destas com o todo, e nem com a organização do todo.

Com relação à metodologia, tomamos como referencial teórico para esse estudo a metodologia hermenêutica-dialética como aparece no pensamento de Maria Cecília Minayo, para quem metodologia é:

> O caminho do pensamento e a prática de abordagem da realidade (...) e inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). A metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está referida a elas. (MINAYO, 2007. p.14)

Para ela, hermenêutica-dialética, mais que uma metodologia, é linha de pensamento afim à fenomenologia que desenvolve a reflexão sobre a realidade como trabalho de interpretação, de busca de sentido mediante a decifração de suas expressões simbólicas, considerando sempre que o fundamento da realidade é a dialética e seus princípios. "A hermenêutica-dialética é a metodologia que compreende para transformar e cuja teoria, constantemente desafiada pela pratica, vive o repensar como método" (MINAYO, 1993. p.13).

Para a composição do quadro de teorias do conhecimento e abordagens epistemológicas tomamos como referência básica a sistematização de Sílvio Sánches Gambôa, por sua análise epistemológica que faz sobre os métodos de pesquisa aplicados à educação (GAMBOA, 2007).

Enfatiza-se aqui a necessidade de uma concepção de razão histórica de lógica alternativa à lógica identitária hegemônica, e de pluralismo metodológico, para a compreensão da metodologia hermenêutica-dialética como ligada a epistemologia crítica, na forma como concebida no pensamento de Gaston Bachelard (BACHELARD, G., 1978) e Chaim Perelman (MANELI, 2004).

3 IDEOLOGIA E UTOPIA

Não é uma tarefa fácil encontrar uma definição de ideologia que expresse toda a complexidade desse conceito:

> É difícil encontrar na ciência social um conceito tão complexo, tão cheio de significados, quanto o conceito de ideologia. Nele há uma acumulação fantástica de contradições, de paradoxos, de arbitrariedades, de ambiguidades, de equívocos e de mal-entendidos, o que torna extremamente difícil encontrar um caminho nesse labirinto. (Michael Löwy, 2000)

Criado por um intelectual admirador dos enciclopedistas e que desejava construir uma teoria abrangente sobre a sociedade, Desdutt de Tracy, Conde de Tracy, ao final do século XVIII, com o significado de "ciência das ideias", o termo ideologia, tal qual aparece em seu livro de 1801 chamado de "Elementos de Ideologia", acabou servindo muito bem aos propósitos de Napoleão Bonaparte, que trabalhou ideologicamente muito bem quando, em torno de 1812, colocou os intelectuais defensores da construção de uma ciência da ideologia como "bodes expiatórios" dos fracassos do bonapartismo, classificando e criticando esses pensadores como "metafísicos" e "ideólogos", produtores de teorias inócuas para o avanço da sociedade, quando o que se fazia necessário era a ação.

Em 1845 Karl Marx resgata o conceito de ideologia em sua obra "A ideologia alemã", dando a ele o sentido de falsa consciência da realidade. Pela ideologia a realidade aparece de forma invertida, impondo as ideias como motor da vida real, e não o contrário. Tal como em Napoleão, ideologia aparece em Marx com um sentido pejorativo porquanto por meio dele as classes dominantes deformam a realidade para firmar sua dominação sobre toda a sociedade. Lenin amplia, e de certa forma modifica radicalmente o sentido do termo ao estabelecer a existência de uma ideologia burguesa e uma ideologia proletária, passando ideologia a significar "qualquer doutrina sobre a realidade social, que tenha vínculo com uma posição de classe" (LÖWY, 2000, p. 20).

Em Gramsci temos a ideologia como uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, enfim em todas as manifestações da vida, e se mantém pela função de conservar a unidade de toda sociedade.

Outra contribuição importante para a compreensão da ideologia é dada por Karl Mannheim em seu livro "Ideologia e Utopia", no qual introduz o conceito de utopia na problemática, apresentando a utopia como o conjunto de representações e teorias que negam a ordem social estabelecida, buscando uma ruptura com essa ordem visando alcançar uma sociedade melhor, enquanto ao termo ideologia ficaria reservado sentido de doutrina conservadora, consciente ou inconsciente, voluntária ou não, que serve à manutenção da ordem estabelecida. Ou seja, a utopia teria uma função subversiva, crítica, revolucionária, enquanto a ideologia teria uma função reacionária, conservadora.

Nessa linha de pensamento, vemos em Lövy (1985), ideologia e utopia como duas formas de um mesmo fenômeno, que se manifestam de duas maneiras distintas, e por isso prefere o termo "visão social de mundo" que pode ser ideológica (conservadora) ou utópica (visionária).

Entretanto, a definição de ideologia que mostra claramente a imbricação entre o conceito de senso-como e o de ideologia, e a proposta pela pensadora brasileira Marilena Chauí, que leva o título justamente de "O que é ideologia":

> "A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros (da sociedade) o que e como devem pensar, valorizar e fazer". Chaui, 2006. P. 113.

Para a filósofa a ideologia é basicamente um mascaramento da realidade social que permite a legitimação da exploração e da dominação. A ilusão criada ideologicamente permite que o falso seja tomado por verdadeiro, e o injusto por justo, ao sabor dos interesses da classe dominante. Ou seja, se uma ideologia não consegue impregnar o senso comum de uma sociedade, não alcança seu principal objetivo.

Se o poder da ideologia é tão sub-reptício, já que prescreve o pensar e o agir para todos os membros da sociedade, os cientistas não estarão a salvo de sua ação, mesmo quando estabelecem a crítica sistemática como parte fundamental de sua produção. Evidentemente, a forma que a ideologia envolve os cientistas será sempre muito mais sutil do que a forma como ela se firma entre os cidadãos comuns.

Uma das formas mais cruéis entre todas as formas pelas quais a ideologia modula o pensamento científico é a impregnação da vida cotidiana dos cientistas pelos ícones de posição social, por meio dos quais lentamente vão se infiltrando no pensamento considerado científico em uma dada sociedade critérios puramente formais de cientificidade que se não apelassem para a vaidade dos cientistas jamais seriam sequer considerados, como os índices de credibilidade revistas científicas garantido pela revisão e avaliação de seus artigos por outros cientistas de renome que, embora a revista garanta a avaliação anônima do artigo, não tem como garantir que seus crivos ideológicos não atuem sobre sua avaliação, dado que, embora pesquisadores de renome, são seres situados historicamente.

Nesse sentido, uma concepção academicista/burocrática do que é científico e o que não é vai se impondo até chegar ao ponto de se aferir a cientificidade de uma afirmação não pelas provas apresentadas no relatório da pesquisa, mas sim pela sua corroboração por outras conclusões já definidas como verdadeiras. Daí resulta a completa anulação do ensaio como instrumento da fertilidade de uma nova e criativa incursão no mundo, pela afirmação da tese como único meio de produção científica, como se conclui quando se observa que um ensaio, para ser publicado em uma revista bem avaliada deve seguir rigorosamente as normas de um artigo a ponto dele não se distinguir.

Ou seja, a criatividade do cientista, que durante muito tempo foi reconhecida como um fator fundamental do progresso da ciência e da tecnologia passa a ser vista como desnecessária e até prejudicial, substituída por um formalismo que transforma a produção científica em uma repetição infinda.

Isso nos mostra como uma concepção burocrática de ciência está se tornando senso comum nos meios científicos, assassinando a criatividade do cientista e substituindo pelo cultivo ao formalismo e ao tesismo, trocando o valor do bom-senso dos cientistas pelo pedantismo do senso-comum formalista e empolado das sociedades de cientistas. Entretanto:

> A criatividade é um elemento imprescindível ao desenvolvimento científico, de forma geral ela pode ajudar os pesquisadores a abordarem os problemas a partir de novas perspectivas e a elaborarem soluções não convencionais para uma ampla variedade de problemas. Nakamura-Gonino, 2022.

Como resultado desta reflexão, assoma a importância da compreensão da distinção entre ideologia como conservação do velho e a utopia como criação do novo. Se a ideologia tem mais essa função conservadora e a utopia tem mais a função prospectiva, podemos afirmar que o que deve nortear o caminho da ciência é a utopia, e não a ideologia. E nesse sentido a Epistemologia tem um papel fundamental enquanto reflexão filosófica sobre o sentido último da ciência e seu papel social como parâmetro fundamento para o estabelecimento de critérios abertos de cientificidade de uma teoria, hábeis a garantir a fertilidade do pensamento científico pelo cultivo da criatividade dos cientistas.

4 A POSSIBILIDADE DE O SENSO-COMUM TORNAR-SE CIÊNCIA.

Por contraditório que pareça, as possibilidades de o senso-comum tornar-se ciência repousam principalmente na compreensão de que a concepção que tem o senso-comum sobre determinado grupo de fenômenos é o principal obstáculo à compreensão científica desses fenômenos, e isso inclui a própria concepção de ciência que reina não apenas no senso-comum, mas também nos meios científicos, em uma dada época e lugar.

Aqui o pensamento de Edgar Morin nos ajuda na compreensão dessa aparente contradição, e junto com ele outros epistemólogos de peso, como Bachelard, por exemplo, que mostra que o senso-comum já

existe quando se busca a produção de um conhecimento científico sobre um dado fenômeno. No senso-comum estão presentes os principais obstáculos epistemológicos, como o animismo (atribuir intenção na explicação de um fenômeno); o substancialismo (atribuir qualidades substanciais a algo); o realismo (ver o objeto como seu); o funcionalismo (explicar as coisas pela função, como se isso fosse tudo), o experimentalismo (apego e defesa da primeira experiência); por exemplo.

Mas é Morin que nos mostra o principal obstáculo, que ele chama de "o grande paradigma do Ocidente", formulado por Descartes e imposto pelo desdobramento da história europeia a partir do século XVII. O paradigma cartesiano separa o sujeito e o objeto, cada qual na esfera própria: a Filosofia e a pesquisa reflexiva, de um lado, a ciência e a pesquisa objetiva, de outro. Esta dissociação atravessa o universo de um extremo ao outro: Sujeito/Objeto; Alma/Corpo; Espírito/Matéria; Qualidade/Quantidade; Finalidade/Causalidade; Sentimento/Razão; Liberdade/Determinismo; Existência/Essência, e assim por diante.

A ciência e o conhecimento científico então não podem ser compreendidos pura e simplesmente como um produto daqueles que cumpriram todos os trâmites burocráticos para serem reconhecidos como cientistas, mas sim como um processo constante de produção de um tipo de conhecimento que se caracteriza principalmente pela aplicação de rigor crítico em sua produção, mas que não se confunde jamais com a verdade absoluta.

Entretanto, para Gramsci, o bom senso é o núcleo sadio do senso-comum, já está mais próximo do senso crítico, ao qual só se chega por meio da Filosofia da Práxis. Os principais obstáculos à passagem do senso-comum ao bom senso são a exclusão dos indivíduos das decisões na comunidade, a circulação desigual das informações e do conhecimento, que permanecem restritos às camadas sociais mais privilegiadas, a exclusão na educação (marginalidade escolar), exclusão cultural/imposição da cultura de massa, ou seja, são os obstáculos ideologicamente estabelecidos (GRAMSCI, 1981).

Matallo Jr mostra que o senso-comum pode tornar-se conhecimento científico quando sobre ele incide a razão para aplicação de um método e de uma rigorosa atitude crítica, de forma a depurá-lo de preconceitos e sistematiza-lo na forma de um modelo explicativo que permita uma compreensão aproximada da realidade, passível de constante aperfeiçoamento pela superação sucessiva de paradigmas, quando estes se tornam senso-comum (Matallo Jr, 2012).

Em sendo assim, podemos entender o fazer científico como a aplicação do bom-senso para depurar o senso-comum e alcançar o senso crítico, já que este sim é o um pressuposto válido para a construção do conhecimento científico.

Na prática teríamos uma relação entre a necessidade de um aperfeiçoamento técnico de um produto e a intuição da pessoa que utiliza o produto transformada teoricamente por um especialista no produto. Um exemplo típico é o do operário que trabalha todos os dias com uma máquina de produção de ração animal,

na qual a saída da peneira trepidante de metal está conectada a um reservatório por um tubo de metal. Por conta da trepidação, o tubo de metal quebra constantemente, e o operário tem a ideia de fazer uma conexão com uma mangueira de borracha, eliminando o problema. Informado o especialista, este transforma essa ideia numa inovação tecnológica, que possivelmente será aplicada em outras máquinas.

Essa é a principal característica que distingue o conhecimento científico do conhecimento empírico. Pessoas de bom senso acumulam observações sobre o efeito calmante do suco da fruta ou do chá das folhas de maracujá, mas isso só se torna conhecimento científico quando um especialista isola a *passiflora incamata*, o que permite a comprovação científica desses efeitos, e todo um novo conjunto de aplicações para o produto.

Evidentemente, este não é o único caminho para o a ciência, mas talvez o mais basal de todos, e principalmente, o que mostra mais claramente o papel da intuição na produção científica e no rompimento de paradigmas de cientificidade que bloqueiam o avanço científico/tecnológico ao longo da História.

5 A UTOPIA DE A CIÊNCIA TORNAR-SE SENSO-COMUM.

Enfatizando que tomamos aqui o conceito de utopia com o sentido dado por Karl Mannheim em sua obra "Ideologia e Utopia" (1972), como sendo ambas formas de mentalidade de grupo que transcendem a realidade e que tentam a subverter a ordem social vigente segundo as convicções do grupo social que as defende, porém distintas conforme muito bem resumido por Cuvillier (1975, p. 51): "as ideologias refletem a ordem social dominante, ao passo que as utopias exprimem o futuro almejado".

Em uma primeira abordagem, podemos definir a ideologia como um esquema sistemático de ideias articulando concepções políticas, econômicas e sociais e que serve de base para a mobilização de grupos políticos, econômicos e sociais.

Nessa perspectiva torna-se mais papável o fato de que a ideologia integra necessariamente o senso-comum, como parte da mesma construção sócio-histórico, e esse é seu traço fundamental, enquanto bom-senso, como parte de um processo de intuição construída pelo exercício de uma lógica alternativa, a lógica do sopesar os argumentos, seria muito mais afim à utopia.

De fato, não é mais que um sonho uma sociedade em que os cientistas assumam como fato que o objetivo principal da ciência seja servir à sociedade, e que sejam também capazes de traduzir sua produção científica em termos medianamente compreensíveis para as pessoas não iniciadas na terminologia específica de sua ciência.

Pode ser que um dia a civilização se expanda tanto no planeta ao ponto de que se equalizem ciência, bom senso e senso comum para toda a humanidade. Sim, isso está no campo das possibilidades para o ser humano, embora seja realmente improvável. Na verdade, talvez a probabilidade seja equivalente à de que

concepções arbitrárias de ciência escorracem o bom senso e o senso comum passe a naturalizar a ambição por território e recursos naturais, com as então inevitáveis guerras, epidemias e fome generalizadas.

Exatamente por isso, se defende neste texto o valor do bom senso em sua complexa relação com a ciência, a manutenção da utopia na sua relação com o senso comum, e a afirmação de que a Epistemologia é um dos saberes filosóficos, embora cada ciência particular deva necessariamente desenvolver sua reflexão sistemática sobre o papel social do cientista em sua produção, de forma integrada à permanente discussão sobre o que é realmente cientificidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode concluir do que foi dito ao longo do texto, a cientificidade das teorias científicas é uma questão altamente complexa e não pode prescindir da reflexão e permanente e radical e da avaliação ocorrendo *pari passo* ao desenvolvimento das ciências, seja por parte dos próprios cientistas diante de seus produtos, seja pela análise reflexivo-crítica feita pelos filósofos sobre o projeto geral da ciência.

E se o diferencial do conhecimento científico que parece ser o entendimento comum à maioria das linhas epistemológicas contemporâneas é o trio criticidade, sistematização lógica e método, podemos afirmar que o bom senso sempre terá um papel fundamental na utopia (no sentido perspectivista) de aproximar o senso-comum da ciência para manter a humanidade minimamente no caminho de um mundo melhor.

O senso-comum pode tornar-se conhecimento científico quando sobre ele incide a razão para, por meio da aplicação de um método e de rigorosa atitude crítica, depurá-lo de preconceitos e sistematiza-lo na forma de um modelo explicativo que permita uma compreensão aproximada da realidade, passível de constante aperfeiçoamento pela superação sucessiva de paradigmas, quando estes se tornam senso-comum.

Como todos os produtos culturais que a humanidade produziu ao longo de sua história, a ciência pode ser a maravilha do homem e, ao mesmo tempo, o seu tormento e sua condenação. E como seria possível ao homem garantir que ela se mantenha sempre em seu caminho de bem para a humanidade? Talvez a resposta mais aproximada da verdade indique para algo com a ciência colocada ao alcance do senso comum, mediada por uma utopia (no sentido de Lowy) identificada como o bom senso político: democracia com justiça social.

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena. O que é Ideologia. 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006.

CUVILLIER, Armand. Sociologia da Cultura. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

GRAMSCI, A. Cuadernos de la cárcel. Traducción de Ana María Palos. Tomo 1. 2ª edición. Méjico: Coedición Ediciones era/Benemérita. Universidad Autônoma de Puebla, 1981.

LÖWY, Michael. Ideologias e ciência social: elementos para uma análise. São Paulo: Cortez, 2000.

MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

KUHN, Thomas – A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo: Perspectivas, 1962.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. 1ª ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1993.

MINAYO, M C de S (Org.) – Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Perópolis, Rj: Vozes, 2007.

MINAYO, M.C.S. Hermeneutica-dialética como caminho do pensamento social. In: MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F. Caminhos do pensamento: epistemologia e método. Rio de Janeiro: Ed.Fiocruz, 2002.

MANELI, Mieczyslaw. A Nova Retórica de Perelman - Filosofia e Metodologia para o Século XXI. Barueri: Editora Manole, 2004

MORIN, E. Introdução ao pensamento complexo. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

Nakamura-Gonino, C e Araújo, G. M. de. Criatividade científica: pesquisadores e métodos criativos . InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 13, n. 1, p. 163-181, mar./ago. 2022. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v13i1p163-181

PEGORARO, Olinto. Ética dos maiores mestres através da história. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

PESSANHA, José Américo Motta. "A Teoria da Argumentação ou Nova Retórica". Texto mimeografado distribuído pelo autor. Rio de Janeiro: IESAE/FGV, 1989.

PLATÃO. A República. Lisboa: Fundação Calouste-Gulbenkian, 1996.

ISBN: 978-65-986235-0-0

DIVERSÃO MATEMÁTICA: UM JOGO DE QUIZ COMO FERRAMENTA LÚDICA PARA O ENSINO DA HISTÓRIA DA MATEMÁTICA

MATH FUN: A QUIZ GAME AS A PLAYFUL TOOL FOR TEACHING THE HISTORY OF MATHEMATICS

https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-004

Mariceia Lima Ribeiro
Mestrado em Educação/Gestão do Ensino da Educação Básica PPGEEB/UFMA
Instituição acadêmica: IFMA - Reitoria
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9699-5310

Paulo Cardoso Jales
Matemática pela Universidade Federal do Piauí – UFPI
Instituição acadêmica: IFMA
LATTES: http://lattes.cnpq.br/2423246256584302

Verbena Vieira Ribeiro de Sousa
Mestrado
Instituição acadêmica: IFMA Campus Imperatriz
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6990-3078

Ana Raquel da Silva Conrado
Ensino Superior Incompleto
Facimp Wyden
E-mail: anaraquelconrado@gmail.com

Ester Henrique da Silva
Graduanda em Engenharia Civil
Instituto Federal do Maranhão- Campus Imperatriz
E-mail: silva.ester@acad.ifma.edu.br

Kauã de Sousa Araújo

RESUMO
O jogo “Diversão Matemática” é um jogo de charadas (QUIZ) sobre as regras da matemática e sobre os principais matemáticos da história. O jogo tem como objetivo utilizar a história da matemática como auxiliar no ensino de conteúdos matemáticos e colaborar com aprendizagem matemática de forma divertida. A Dinâmica do jogo consiste em apresentar dicas sobre assuntos relacionados à matemática para que o jogador tente descobrir, a partir das dicas apresentadas, quais correspondem ao assunto indicado.

Palavras-chave: Aventura; Matemática; Jogo; Tecnologia.

ABSTRACT
The game “Fun Math” is a game of charades (QUIZ) about the rules of mathematics and the main mathematicians in history. The aim of the game is to use the history of mathematics to help teach mathematical content and collaborate with mathematical learning in a fun way. The dynamics of the game

consist of presenting hints on subjects related to mathematics so that the player tries to find out, from the hints presented, which ones correspond to the subject indicated.

Keywords: Adventure; Mathematics; Game; Technology.

1 INTRODUÇÃO

O aprendizado da matemática é um desafio global. De acordo com os últimos resultados do *Programme for International Student Assessment* (PISA, 2022), 68% dos estudantes brasileiros não atingiram o nível básico de proficiência em matemática, evidenciando lacunas críticas no ensino da disciplina (OCDE, 2022). No contexto nacional, a *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC, 2018) destaca a importância de estratégias inovadoras para superar esse cenário, propondo a integração de metodologias ativas — como jogos educativos — para tornar o ensino mais significativo e engajador (BRASIL, 2018).

A matemática, embora essencial para o desenvolvimento do pensamento lógico e a resolução de problemas cotidianos, frequentemente gosta de resistência entre os alunos. Pesquisas indicam que essa aversão está associada a abordagens excessivamente teóricas e desconectadas de contextos reais (BRITO; MENDES, 2012). É nesse cenário que o jogo *Diversão Matemática* se insere, buscando transformar o aprendizado em uma experiência interativa e prazerosa.

O aprendizado da matemática é fundamental não apenas para o bom desempenho dos alunos na escola, mas também para a vida cotidiana de qualquer pessoa. A matemática está presente em diversas situações do dia a dia, desde cálculos simples até decisões mais complexas, sendo essencial para a organização e o funcionamento da sociedade. Além disso, o conhecimento matemático contribui para a convivência em grupo, pois facilita a resolução de problemas práticos e promove o pensamento lógico e crítico.

No ambiente escolar, é comum que os estudantes questionem a utilidade de certos conteúdos matemáticos. Nessas situações, uma abordagem histórica pode ser uma ferramenta valiosa para ajudá-los a compreender a origem, a evolução e a relevância desses conhecimentos. A história da matemática não apenas humaniza a disciplina, ao mostrar os contextos e as pessoas por trás das descobertas, mas também torna o aprendizado mais significativo e engajador.

No entanto, aprender sobre a história da matemática, suas regras e os matemáticos que contribuíram para o seu desenvolvimento pode ser uma tarefa desafiadora e complexa para muitos alunos. É nesse contexto que o jogo *Diversão Matemática* se apresenta como uma ferramenta inovadora, buscando tornar esse processo mais acessível, dinâmico e divertido.

De acordo com Fauvel (*apud* Brito e Mendes, 2012, p. 9), a integração da história no ensino da matemática é justificada por diversos benefícios:

> Aumenta a motivação dos alunos para aprender matemática; Mostra o desenvolvimento da matemática ao longo do tempo, organizando e contextualizando os tópicos do currículo; Permite que os alunos compreendam como os conceitos matemáticos evoluíram; Contribui para mudar a percepção dos estudantes em relação à matemática; e Cria oportunidades para investigações e descobertas no campo matemático.

E ainda

> A história humaniza a disciplina, conectando-a a pessoas e culturas; revela a matemática como uma construção dinâmica, não estática; e motiva os alunos ao mostrar a relevância social dos conceitos ao longo do tempo" (Fauvel, 2000, p. 15).

O jogo Diversão Matemática incorpora essa perspectiva, utilizando quiz e narrativas históricas para desmistificar a disciplina. Ao associar conceitos abstratos a biografias de matemáticos e descobertas marcantes, o jogo visa não apenas facilitar a compreensão, mas também reduzir a ansiedade matemática — fenômeno amplamente documentado em estudos como os de Ashcraft (2002). Dessa forma, o jogo se torna uma ferramenta poderosa para transformar o aprendizado da matemática em uma jornada prazerosa e inspiradora.

O jogo Diversão Matemática tem como principal objetivo despertar o interesse dos alunos pela matemática, tornando-a mais atrativa e acessível por meio de uma abordagem lúdica e interativa. Ao explorar a história da matemática e os teóricos que contribuíram para o seu desenvolvimento, o jogo proporciona uma compreensão mais ampla e contextualizada dos conceitos matemáticos, incentivando os estudantes a irem além do conteúdo puramente teórico. Essa metodologia busca, ainda, desenvolver a curiosidade e o pensamento abstrato, utilizando perguntas e respostas que desafiam os alunos a refletir sobre a evolução da matemática e suas aplicações práticas.

Outro objetivo central é fortalecer a capacidade dos alunos de resolver problemas matemáticos de maneira criativa e abstrata. Por meio de perguntas desafiadoras, o jogo estimula o pensamento lógico, a análise crítica e a aplicação prática dos conceitos aprendidos, incentivando os estudantes a encontrar soluções por meio de raciocínio abstrato. Essa abordagem não apenas reforça o aprendizado, mas também prepara os alunos para enfrentar desafios matemáticos com maior confiança e habilidade.

Além disso, o jogo promove o trabalho em equipe e a colaboração entre os alunos. Ao jogarem juntos, os estudantes têm a oportunidade de discutir estratégias, compartilhar conhecimentos e construir o aprendizado de forma colaborativa. Essa dinâmica fortalece habilidades essenciais, como comunicação, cooperação e respeito às diferentes perspectivas, contribuindo para um ambiente de aprendizado mais inclusivo e produtivo.

Por fim, a proposta busca melhorar a autoconfiança e a autoestima dos estudantes em relação à matemática. Ao enfrentarem desafios e obterem sucesso no jogo, os alunos se sentem mais motivados e encorajados a continuar a explorar e aprofundar seus conhecimentos matemáticos. Essa experiência positiva ajuda a consolidar uma relação mais saudável e confiante com a disciplina, reduzindo a ansiedade e o medo frequentemente associados ao estudo da matemática.

Em suma, o jogo Diversão Matemática tem como objetivos:

- Desenvolver a curiosidade e o pensamento abstrato por meio de perguntas e respostas sobre a história e os teóricos da matemática;
- Despertar o interesse dos alunos pela matemática, tornando-a mais atrativa e contextualizada;
- Fortalecer a capacidade de resolver problemas de forma criativa e lógica;
- Promover o trabalho em equipe e a colaboração entre os estudantes;
- Melhorar a autoconfiança e a autoestima dos alunos em relação à matemática.

Ao unir tecnologia (plataforma Kahoot), história e desafios interativos, a proposta busca preencher uma lacuna metodológica, oferecendo aos educadores um recurso alinhado às demandas do século XXI.

2 METODOLOGIA DETALHADA

O projeto *Diversão Matemática* foi desenvolvido por uma equipe de bolsistas dedicados, que planejaram e executaram as atividades em etapas cuidadosamente estruturadas. Cada fase foi essencial para garantir a qualidade e a eficácia do jogo, desde a pesquisa histórica até a testagem final.

Na **primeira etapa**, realizou-se um levantamento histórico da matemática por meio de pesquisa bibliográfica. A equipe empenhou-se em selecionar fontes confiáveis e relevantes, explorando a evolução da disciplina e destacando os principais teóricos e descobertas que moldaram o campo da matemática ao longo dos séculos.

A **segunda etapa** consistiu na seleção criteriosa de imagens e fotografias que retratassem a história da matemática. O objetivo era enriquecer a experiência visual do jogo, proporcionando aos jogadores uma conexão mais tangível com os conceitos e personalidades abordados.

Na **terceira etapa**, a equipe dedicou-se à criação do jogo propriamente dito. Foram projetados desafios interessantes e estimulantes, que integraram regras matemáticas, fatos históricos e biografias de matemáticos famosos. O foco foi garantir que o jogo fosse educativo, mas também divertido e envolvente.

Por fim, na **quarta etapa**, o jogo passou por um processo de testagem e avaliação de jogabilidade. A equipe identificou e solucionou problemas, aprimorando a experiência do usuário e garantindo que o jogo funcionasse de maneira fluida e estável. Além disso, relatórios mensais foram elaborados para documentar o progresso do projeto, incluindo fotos e outros registros que comprovavam o andamento das atividades. Esses relatórios serviram como um registro detalhado do desenvolvimento do jogo e como um meio de compartilhar os resultados e desafios enfrentados ao longo do processo.

2.1 ETAPAS COMPLEMENTARES

Além das etapas principais, o desenvolvimento do projeto *Diversão Matemática* envolveu uma série de atividades adicionais que contribuíram para sua qualidade final. Na etapa de **arte e "*Sprite sheets*" dos**

personagens, os bolsistas buscaram ilustrações que garantissem um visual atrativo e coerente com a proposta do jogo. O **level design** e a organização dos cenários foram cuidadosamente elaborados, considerando aspectos como jogabilidade, estética e integração com os conceitos matemáticos abordados.

A **sonorização**, disponível na plataforma *Kahoot*, também desempenhou um papel importante na experiência do jogo. A equipe selecionou músicas e efeitos sonoros que se encaixassem perfeitamente nas diferentes situações do jogo, contribuindo para a imersão dos jogadores. Por fim, foram realizados **testes adicionais** para detectar erros e falhas, garantindo que o jogo estivesse pronto para oferecer uma experiência fluida e divertida.

2.2 RESULTADOS

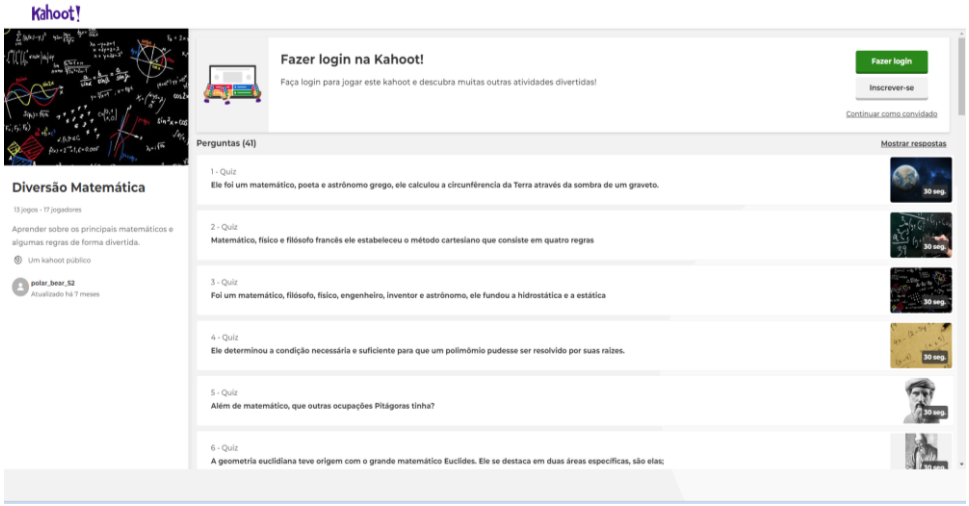
O projeto *Diversão Matemática* resultou em um jogo de perguntas e respostas sobre a história e os teóricos da matemática, desenvolvido na plataforma Kahoot.it. Essa ferramenta educacional, amplamente utilizada em escolas e instituições de ensino, permite a criação de jogos de aprendizado interativos, conhecidos como "Kahoots", que consistem em testes de múltipla escolha acessíveis via navegador ou aplicativo.

O jogo oferece aos jogadores um ambiente interativo e temático, repleto de perguntas e respostas relacionadas à história da matemática e seus principais teóricos. O cenário colorido e envolvente contribui para uma experiência imersiva, enquanto os desafios propostos incentivam os jogadores a demonstrar seus conhecimentos e habilidades. Ao final de cada partida, os jogadores que alcançam as primeiras posições no pódio podem receber pontuações ou prêmios, conforme combinado com o professor.

No total, foram elaboradas **41 questões** que abrangem desde os fundamentos históricos da matemática até os principais teóricos que contribuíram para o seu desenvolvimento. O jogo está disponível para acesso no seguinte link: https://create.kahoot.it/share/diversao-matematica/fb705414-2c3f-417a-9960-5667b6a08f71

A figura 1 ilustra alguns dos conteúdos abordados no jogo, destacando a abrangência e a profundidade dos temas selecionados. O projeto *Diversão Matemática* representa uma ferramenta inovadora e eficaz para tornar o aprendizado da matemática mais dinâmico, acessível e divertido, conectando os estudantes ao fascinante mundo dos números e das ideias matemáticas.

Figura 1: Exemplo de questões do jogo abordando Teorema de Pitágoras e biografia de Euclides



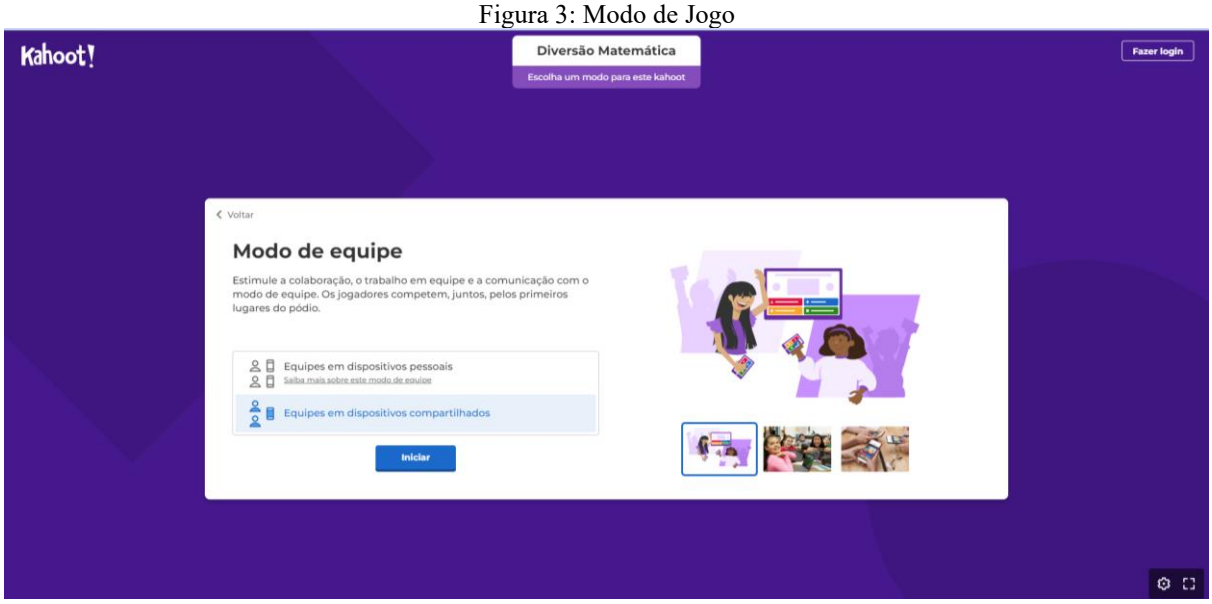
Fonte: Site https://create.kahoot.it/share/diversao-matematica/fb705414-2c3f-417a-9960-5667b6a08f71

Essas questões foram cuidadosamente elaboradas para desafiar os jogadores e aprofundar seu conhecimento na área, enquanto proporcionam uma experiência divertida e estimulante, conforme Figura 2.

Figura 2: Interface do Jogo

Fonte: Site https://create.kahoot.it/share/diversao-matematica/fb705414-2c3f-417a-9960-5667b6a08f71

Figura 3: Modo de Jogo



Fonte: Site https://create.kahoot.it/share/diversao-matematica/fb705414-2c3f-417a-9960-5667b6a08f71

Através do projeto "Diversão Matemática", buscamos promover o interesse pela matemática, o desenvolvimento do pensamento crítico e a aprendizagem de forma lúdica e interativa. Esperamos que esse jogo seja uma ferramenta valiosa para alunos, professores e entusiastas da matemática, contribuindo para aprimorar o aprendizado e o engajamento nessa disciplina fundamental.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, o projeto "Diversão Matemática" foi uma iniciativa bem-sucedida que buscou promover o aprendizado e o interesse pela matemática de forma divertida e interativa. Através da elaboração do jogo de perguntas e respostas, utilizando a plataforma **Kaoot.it**, conseguimos criar um ambiente envolvente que desafiou os jogadores a testarem seus conhecimentos sobre a história e os teóricos da matemática.

Ao longo do desenvolvimento do projeto, foram alcançados diversos objetivos. O jogo proporcionou o desenvolvimento da curiosidade, do pensamento abstrato e da resolução de problemas matemáticos, estimulando os jogadores a explorarem além do conteúdo teórico. Além disso, a plataforma **Kaoot.it** ofereceu uma experiência interativa e atraente, tornando o aprendizado mais acessível e interessante para os participantes.

Através das etapas de pesquisa histórica, seleção de imagens, criação do jogo e testes de jogabilidade, a equipe de bolsistas se empenhou em oferecer um produto de qualidade, adequado às necessidades dos estudantes. A colaboração e o trabalho em equipe foram fundamentais para o sucesso do projeto, resultando em um jogo bem estruturado e desafiador.

A disponibilização do jogo por meio do link fornecido permite que alunos, professores e entusiastas da matemática possam ter acesso a uma ferramenta interativa que auxilia no aprendizado e na consolidação dos conhecimentos matemáticos. Esperamos que o "Diversão Matemática" possa ser utilizado como um recurso complementar nas salas de aula, estimulando o engajamento dos alunos e despertando o interesse pela disciplina.

Por fim, agradecemos a todos os envolvidos no projeto, desde os bolsistas que se dedicaram ao desenvolvimento do jogo até os professores que apoiaram e orientaram ao longo do processo. Esperamos que o "Diversão Matemática" contribua de maneira significativa para a promoção do aprendizado da matemática e inspire futuras iniciativas que tornem a educação ainda mais atraente e envolvente para os estudantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcos Teodorico Pinheiro de. Jogos divertidos e brinquedos criativos. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

ASHCRAFT, M. H. Math Anxiety: Personal, Educational, and Cognitive Consequences. Current Directions in Psychological Science, 2002.

BOYER, C. B. História da Matemática. Edgard Blucher, 2012.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ministério da Educação, 2018.

BRITO, A. J.; MENDES, I. A. História da Matemática no Ensino: Perspectivas e Dilemas. SBHMat, 2012.

EVES, H. Introdução à História da Matemática. Unicamp, 2004.

FAUVEL, J. History in Mathematics Education. Springer, 2000.

FAUVEL, J. History in Mathematics Education. Springer, 2000.

HUIZINGA, J. Homo Ludens. Editora Perspectiva, 2000.

KAPP, K. M. The Gamification of Learning and Instruction. Pfeiffer, 2012.

KISHIMOTO, T. M. Jogos Tradicionais Infantis. Vozes, 2017.

OCDE. PISA 2022 Results (Volume I): Creative Minds, Creative Schools. OECD Publishing, 2023.

WANG, A. I. The Wear Out Effect of a Game-Based Student Response System. Computers & Education, 2015.Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.compedu.2015.04.006

ISBN: 978-65-986235-0-0

Aurum EDITORA

CAPÍTULO 5

PRÁTICAS PSICOMOTORAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: A CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS NA INCLUSÃO ESCOLAR

PSYCHOMOTOR PRACTICES IN SPECIAL EDUCATION: THE CONSTRUCTION OF MEANINGS IN SCHOOL INCLUSION

https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-005

Eder Samuel Silvestre
Graduado em Letras pela Universidade de Franca.
Especialista em Literatura pela Faculdade Iguaçu.
Especialista em Linguística Aplicada à Educação pela Faculdade Iguaçu.
Especialista em Educação Inclusiva e Psicomotricidade
Especialista em Coordenação Pedagógica e Planejamento pela Universidade de Vitória.
LATTES: https://lattes.cnpq.br/8533778766821724
E-mail: edersamuelss@yahoo.com

RESUMO
O presente artigo investiga como as práticas psicomotoras, integradas a elementos culturais, contribuem para a inclusão escolar de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), promovendo a construção de significados, a valorização da diversidade cultural e o desenvolvimento integral. A partir de uma análise teórica e prática, o estudo destaca a psicomotricidade como abordagem interdisciplinar capaz de articular corpo, movimento e cultura no processo educativo. O objetivo geral é explorar as potencialidades dessas práticas para fomentar a inclusão, enquanto os objetivos específicos abrangem a análise dos fundamentos teóricos, a interação com objetos culturais e a proposição de estratégias pedagógicas inclusivas. A pesquisa também responde à questão-problema ao demonstrar que práticas psicomotoras contextualizadas favorecem não apenas o desenvolvimento motor, mas também a autoestima e a construção de identidades culturais dos estudantes. Exemplos como jogos simbólicos e atividades artísticas mostram-se eficazes em conectar os alunos às suas realidades socioculturais. O artigo destaca ainda a necessidade de formação docente contínua e investimentos em políticas públicas que assegurem a implementação de práticas inclusivas. Ao superar a lacuna na literatura sobre a integração entre psicomotricidade e cultura, o estudo reafirma a importância de uma educação inclusiva que celebra a diversidade e transforma o ambiente escolar em um espaço equitativo e enriquecedor. Dessa forma, propõe-se um modelo pedagógico inovador, alicerçado na psicomotricidade como ferramenta essencial para a inclusão.

Palavras-chave: Diversidade; Educação inclusiva; Identidade; Psicomotricidade; Significados.

ABSTRACT
This article investigates how psychomotor practices, integrated with cultural elements, contribute to the school inclusion of students with Special Educational Needs (SEM), promoting the construction of meanings, the appreciation of cultural diversity, and holistic development. Through theoretical and practical analysis, the study highlights psychomotricity as na interdisciplinary approach capable of connecting body, movement, and culture within the educational process. The general objective is to explore the potential of these practices to foster inclusion, while the specific objectives include analyzing theoretical foundations, interacting with cultural objects, and proposing inclusive pedagogical strategies. The research addresses the central problem by demonstrating that contextualized psychomotor practices not only enhance motor development but also boost self-esteem and the construction of students' cultural identities. Examples such as symbolic games and artistic activities prove effective in linking students to their sociocultural realities.

Furthermore, the article underscores the need for continuous teacher training and investments in public policies to ensure the implementation of inclusive practices. By bridging the gap in the literature on the integration of psychomotricity and culture, the study reaffirms the importance of inclusive education that celebrates diversity and transforms the school environment into na equitable and enriching space. Thus, na innovative pedagogical model is proposed, grounded in psychomotricity as na essential tool for inclusion.

Keywords: Diversity; Inclusive education; Identity; Psychomotricity; Meanings.

1 INTRODUÇÃO

A educação especial, no contexto da inclusão escolar, demanda reflexões profundas e abordagens inovadoras que vão além do simples acesso ao ambiente educacional. Nesse cenário, a psicomotricidade se destaca como um eixo central, promovendo a construção de significados e a valorização da diversidade cultural numa interdisciplinaridade frutuosa. Este tema é particularmente relevante, considerando o aumento das demandas por práticas pedagógicas inclusivas que considerem não apenas as limitações físicas e cognitivas dos alunos, mas também suas identidades culturais e subjetividades.

Assim, o objetivo deste artigo é sintetizar estudos sobre práticas psicomotoras na educação especial, com o propósito de identificar estratégias que contribuam para a construção de significados, fortalecimento da autoestima e valorização da diversidade cultural. A proposta baseia-se na análise crítica de pesquisas já realizadas, a fim de oferecer uma visão integrada sobre o impacto das práticas psicomotoras no contexto educacional inclusivo.

Ademais, este estudo é justificado pelo impacto potencial de uma lacuna significativa na literatura que se refere à aplicação prática e detalhada da integração entre psicomotricidade e elementos culturais e de construção de sentidos como mediadores na promoção de processos de inclusão escolar. Embora o papel de cada uma dessas abordagens seja amplamente reconhecido, poucos estudos investigam como combiná-las efetivamente em realidades escolares específicas, como comunidades indígenas ou rurais.

Além disso, este trabalho busca fornecer subsídios teóricos e práticos para educadores que enfrentam o desafio de adaptar suas práticas pedagógicas à diversidade cultural presente no ambiente escolar.

Contextualmente, a psicomotricidade emerge como uma abordagem pedagógica interdisciplinar, conectando corpo, mente e cultura. Como campo de estudo, ela aborda o corpo não apenas como um instrumento técnico, mas como uma linguagem que possibilita a interação social e a construção de significados. Essa perspectiva é essencial para promover uma inclusão que transcenda a simples integração física dos alunos no espaço escolar, como ressaltam Pletsch e Mendes (2024), ao defenderem que a prática pedagógica inclusiva é um compromisso ético e humanitário fundamental para uma sociedade mais equitativa.

Nessa perspectiva, a investigação proposta nesse estudo abarca três ações específicas: explorar os fundamentos teóricos das práticas psicomotoras na educação especial, enfatizando a relação entre a linguagem corporal e a inclusão de alunos com deficiência intelectual; analisar como a interação com objetos culturais pode fortalecer a identidade e a autoestima dos alunos no contexto inclusivo; e propor estratégias pedagógicas que integrem práticas psicomotoras e culturais para o desenvolvimento integral dos alunos.

Além disso, a linguagem corporal, enquanto forma de expressão não-verbal, permite que indivíduos, especialmente aqueles com deficiência intelectual, se conectem ao mundo ao seu redor por meio de gestos, movimentos, posturas e expressões faciais. Isso transcende os limites da oralidade e da escrita, como descreve Hall (2006), ao destacar a fragmentação das narrativas culturais na modernidade tardia e a necessidade de práticas inclusivas que acolham múltiplas formas de expressão.

Dessa forma, ao propor uma abordagem inclusiva fundamentada na psicomotricidade, o presente estudo busca articular corpo, movimento, elaboração de significados e cultura como um modelo pedagógico inovador. Esse modelo não apenas desafia práticas tradicionais, mas também reconhece a pluralidade cultural e as múltiplas formas de aprender e ensinar, contribuindo para a transformação do ambiente escolar em um espaço mais equitativo e enriquecedor.

Por fim, ao destacar a relevância de práticas psicomotoras contextualizadas, este artigo reafirma a necessidade de uma formação docente voltada para a inclusão e para o reconhecimento da diversidade cultural.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este artigo utiliza uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, para investigar as práticas psicomotoras no contexto da educação especial e sua integração com elementos culturais na promoção da inclusão escolar de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). A escolha da abordagem qualitativa justifica-se pelo foco em compreender os fenômenos sociais e culturais envolvidos, permitindo uma análise aprofundada das interações entre psicomotricidade, diversidade cultural e desenvolvimento integral no ambiente escolar.

A pesquisa baseia-se na revisão de literatura e análise documental, utilizando dados secundários provenientes de estudos anteriores, documentos normativos e relatórios de práticas pedagógicas em contextos variados, como comunidades indígenas, rurais e urbanas. A natureza exploratória possibilita ao autor examinar um campo ainda pouco abordado na literatura acadêmica, enquanto a perspectiva descritiva permite detalhar conceitos e estratégias pedagógicas específicas. As informações coletadas são analisadas de forma crítica e contextualizadas com base nos objetivos e na questão-problema do estudo.

Os instrumentos de pesquisa incluem obras acadêmicas, legislações nacionais, diretrizes pedagógicas e estudos empíricos relacionados ao tema. A análise de conteúdo é aplicada para identificar categorias temáticas, como práticas psicomotoras, valorização da diversidade cultural, estratégias inclusivas e formação docente. Essa metodologia permite identificar lacunas no conhecimento e propor caminhos para a aplicação prática das práticas psicomotoras como mediadoras no processo inclusivo.

A análise documental foca na aplicação das práticas psicomotoras e na relação entre objetos culturais e o desenvolvimento psicomotor e social dos estudantes. O autor examina, por exemplo, como atividades

como jogos simbólicos e danças tradicionais podem promover não apenas habilidades motoras, mas também fortalecer identidades culturais e a autoestima dos alunos, em consonância com as diretrizes nacionais de inclusão escolar.

Além disso, a pesquisa considera as condições contextuais das escolas brasileiras, incluindo desafios estruturais e culturais. Essa abordagem busca evidenciar as especificidades de diferentes realidades, destacando as necessidades de comunidades vulneráveis, como áreas rurais e indígenas, e propondo estratégias que articulem práticas psicomotoras com o reconhecimento das identidades culturais. O estudo também enfatiza a importância de políticas públicas e investimentos em formação docente contínua para garantir a implementação de práticas pedagógicas eficazes e culturalmente sensíveis.

Essa metodologia, ao integrar análise teórica e prática, oferece uma compreensão abrangente das práticas psicomotoras na educação especial e propõe um modelo pedagógico fundamentado na valorização da diversidade cultural e no desenvolvimento integral dos estudantes, contribuindo para o avanço da inclusão escolar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 PRÁTICAS PSICOMOTORAS E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

Embora as práticas psicomotoras apresentem um potencial significativo para promover a inclusão escolar, a implementação efetiva dessas abordagens enfrenta desafios estruturais, culturais e pedagógicos.

Em uma visão geral a psicomotricidade, enquanto abordagem pedagógica interdisciplinar, desempenha um papel central na promoção da inclusão escolar ao articular movimento, cognição e cultura como elementos integrados do aprendizado. Além de estimular o desenvolvimento motor e emocional, ela possibilita a construção de significados por meio da interação com práticas culturais contextualizadas, como jogos simbólicos, danças tradicionais e atividades artísticas.

Entretanto, a implementação de práticas inclusivas baseadas na psicomotricidade apresenta desafios, especialmente devido à insuficiência na formação docente. Muitos professores não têm acesso a capacitações que articulem de maneira prática o movimento, a cultura e a inclusão, dificultando sua aplicação no cotidiano escolar. Como destaca Wortmann (2011), essa lacuna compromete a adaptação das práticas às necessidades dos alunos, sobretudo em contextos culturalmente diversos e vulneráveis.

Ademais, outro desafio é a falta de recursos e infraestrutura adequados, particularmente em escolas de áreas rurais ou economicamente desfavorecidas. A escassez de materiais adaptados e espaços adequados agrava desigualdades e limita o alcance das práticas inclusivas. Além disso, Leite (2019) aponta que a resistência cultural e institucional a mudanças pedagógicas inclusivas, somada à sobrecarga dos docentes, reforça práticas tradicionais que não atendem plenamente à diversidade dos estudantes.

Dessa maneira, a ausência de políticas públicas fortalecidas agrava essas barreiras. Embora normativas como a Lei Brasileira de Inclusão (2015) e a Política Nacional de Educação Especial (2008) existam, sua implementação é prejudicada por restrições financeiras e falta de suporte técnico. Para superar tais desafios, gestores e formuladores de políticas devem priorizar investimentos e oferecer suporte que assegurem a implementação efetiva de abordagens psicomotoras e estratégias inclusivas nas escolas.

Nesse sentido, a psicomotricidade não apenas atende às necessidades específicas dos alunos, mas também valoriza suas identidades culturais, promovendo um ambiente educacional inclusivo, acolhedor e adaptado às múltiplas formas de expressão. Como apontam Vygotsky (1991) e Canclini (1980), o corpo, ao mediar a interação com o contexto sociocultural, torna-se uma ferramenta poderosa para o aprendizado e a transformação social, consolidando-se como um eixo essencial da educação inclusiva. Ainda, segundo Dupré (1907, apud Bueno, 2013), ela se fundamenta na solidariedade entre pensamento e ação, posicionando o corpo como mediador no aprendizado.

Nessa direção, é possível entender que o conceito de Vygotsky (1991), segundo o qual a internalização de signos, culturalmente produzidos, transforma as funções psicológicas superiores, o que destaca a relevância de práticas que articulem motricidade e simbolismo. Assim, atividades psicomotoras promovem autonomia, socialização e a construção de significados, especialmente para alunos com deficiência intelectual.

Portanto, essas práticas também trabalham áreas fundamentais como esquema corporal, lateralidade e orientação espacial, segundo Meur e Staes (1989), elementos que, quando bem desenvolvidos, evitam dificuldades escolares. Uma visão abrangente deste tópico exige considerar que o corpo, utilizado como linguagem, permite que estudantes expressem emoções e aprendizados de forma não-verbal, conectando-se ao contexto cultural e social no qual e encontram (Vygotsky, 1991).

No entanto, para aprofundar nossa compreensão, é necessário investigar pesquisas, como as do NEPPD/FACED/UFAM (Matos et al., 2017), que demonstram como práticas psicomotoras favorecem a inclusão escolar, promovendo um olhar holístico e respeitando as especificidades de cada aluno. Ademais, para Wallon (apud Fonseca, 2012), as funções mentais e motoras são interdependentes, influenciando a formação de conceitos abstratos e identidades.

Tais resultados corroboram a teoria de Aquino (2010, p. 4), que em uma pesquisa realizada em duas escolas públicas estaduais no Rio Grande do Sul, com alunos do ensino fundamental incluídos em salas de recursos multifuncionais, revelou dados quantitativos importantes que evidenciam a eficácia das práticas psicomotoras no contexto da educação inclusiva.

3.2 ESTRATÉGIAS INOVADORAS PARA A SUPERAÇÃO DE BARREIRAS NA INCLUSÃO ESCOLAR

A pesquisa realizada por Aquino (2010) revelou que atividades psicomotoras planejadas resultaram em avanços significativos nos alunos com deficiência intelectual, como melhorias na coordenação motora fina (75%), no desenvolvimento de habilidades de lateralidade e orientação espacial (62%), além de promover maior autonomia e autoestima. Ademais, observou-se que 68% dos estudantes participantes demonstraram maior interesse nas aulas e interação social mais ativa, enquanto a integração dessas práticas ao cotidiano escolar contribuiu para reduzir dificuldades frequentes, como trocas de letras na escrita e falta de concentração.

Portanto, os resultados apresentados neste estudo corroboram achados de pesquisas anteriores que destacam a relevância da psicomotricidade para a inclusão escolar. Leite (2019), ao investigar práticas psicomotoras relacionais, também observou avanços significativos na socialização e no ajustamento comportamental de crianças com transtornos como TDAH e TEA, reforçando o impacto positivo dessas intervenções no desenvolvimento socioemocional.

Nesse mesmo contexto, Barreto (2000) destacou que atividades psicomotoras planejadas, como o equilíbrio e a coordenação motora, influenciam diretamente a tonicidade e o ritmo, habilidades fundamentais para o desempenho acadêmico. Esses achados complementam os dados de Aquino (2010), ao evidenciar que a integração de elementos culturais nas práticas pedagógicas potencializa tanto o aprendizado quanto o senso de pertencimento dos alunos, fortalecendo a conexão entre os resultados psicomotores e os contextos socioculturais.

Ademais, Aquino (2010, p. 6) também destaca que as práticas psicomotoras não apenas melhoraram aspectos físicos, mas também impactaram positivamente a socialização e o engajamento dos alunos no ambiente escolar.

Outrossim, os resultados apresentados neste estudo corroboram achados de pesquisas anteriores que destacam a relevância da psicomotricidade para a inclusão escolar. Leite (2019), ao investigar práticas psicomotoras relacionais, também observou avanços significativos na socialização e no ajustamento comportamental de crianças com transtornos como TDAH e TEA, reforçando o impacto positivo dessas intervenções no desenvolvimento socioemocional.

Outrossim esses dados podem ser interpretados como uma evidência sólida da importância fundamental da psicomotricidade como uma ferramenta eficaz para a inclusão, e sublinham a relevância de práticas educativas que integrem corpo e cognição.

De igual modo, ainda nessa perspectiva, é relevante observar os resultados qualitativos descritos por Célio Rodrigues Leite, que baseiam-se em observações e interpretações subjetivas sobre a eficácia das atividades psicomotoras. Em seu estudo intitulado "*Psicomotricidade Relacional e suas Implicações na*

Educação Inclusiva" (2019), a psicomotricidade relacional, por exemplo, demonstrou impacto significativo no ajuste comportamental de crianças com dificuldades de aprendizado e transtornos como TDAH, autoestima baixa e transtorno obsessivo-compulsivo.

Ademais, de acordo com Leite (2019, p. 9) atividades baseadas no movimento corporal espontâneo, como jogos e brincadeiras, permitiram que as crianças superassem medos e desenvolvessem maior confiança em suas capacidades, resultando em melhorias na expressão motora, verbal e gráfica.

Portanto, essas práticas também promoveram um ambiente de aprendizado mais acolhedor, favorecendo o engajamento e a socialização dos alunos com seus pares.

Além disso, Barreto (2000, p. 10) enfatiza que, quando aplicadas sistematicamente, essas práticas impactam positivamente o desenvolvimento integral da criança, prevenindo dificuldades de aprendizado e promovendo uma base sólida para o progresso escolar. Observa-se que atividades como equilibrar-se em superfícies delimitadas e executar movimentos coordenados contribuíram para a melhoria da tonicidade, da lateralidade e do ritmo, habilidades essenciais para o desempenho escolar.

Contudo, um aspecto essencial a ser destacado é a diferenciação entre a psicomotricidade e a educação física, considerando que a primeira aborda de forma mais integrada às dimensões cognitivas e emocionais dos indivíduos. Conforme argumenta Prista (1993), essa integração permite que a psicomotricidade se estabeleça como uma prática pedagógica abrangente, interdisciplinar, que não se limita ao desenvolvimento físico, mas abarca também os aspectos psicológicos e sociais do aprendizado. A partir desse ponto, essas práticas tornam-se ferramentas inclusivas de grande relevância, especialmente por valorizarem a diversidade cultural e as múltiplas formas de expressão, como apontado por Barreto (1997).

Adicionalmente, é crucial situar o conceito de expressão corporal dentro do escopo deste estudo, dado que ele assume um papel central no processo educacional de alunos com deficiência intelectual.

Assim, a expressão corporal é compreendida como uma forma de comunicação não verbal que integra aspectos motores, cognitivos e emocionais, permitindo que indivíduos, especialmente aqueles com deficiência intelectual, interajam com o ambiente e com os pares de maneira significativa.

Além de transcender as limitações da oralidade, a expressão corporal funciona como um meio pedagógico que favorece a construção de significados, a socialização e o fortalecimento das identidades culturais no ambiente educacional inclusivo.

Compreensivelmente, para esses estudantes, a expressão corporal frequentemente constitui uma das principais vias de interação com o ambiente e com seus pares. A implementação de práticas como jogos simbólicos, dança e atividades lúdicas, além de estimular o desenvolvimento psicomotor, oferece oportunidades para a construção de significados e para o estabelecimento de conexões sociais.

Outrossim, o uso de objetos culturais, como instrumentos musicais, artesanato ou elementos naturais, potencializa notavelmente o aprendizado ao conectá-lo às experiências socioculturais dos alunos.

Essa abordagem não apenas fortalece a identidade cultural, mas também promove o pertencimento, um elemento essencial para a inclusão. Uma análise detalhada desses aspectos revela o quão a mediação cultural, conforme proposta por Vygotsky (1991), é central para essas práticas.

Ademais, a psicomotricidade relacional destaca-se como uma abordagem integradora, que utiliza o corpo e o movimento como instrumentos fundamentais para o desenvolvimento educacional e social de crianças em contextos inclusivos.

Assim, percebemos que práticas como engatinhar, rolar, equilibrar-se e andar sobre linhas no chão, por exemplo, são ferramentas essenciais para desenvolver o controle motor, a percepção espacial e a autoestima das crianças.

Outrossim, a recreação dirigida, por exemplo, é descrita como um "ato de brincar levado a sério", pois não apenas facilita o desenvolvimento motor, mas também cria um ambiente acolhedor e inclusivo para crianças de diferentes contextos culturais (Barreto, 2000, p. 11). A psicomotricidade relacional enfatiza a importância da interação social e da mediação afetiva para superar barreiras no aprendizado e essa abordagem permite que crianças se sintam valorizadas em suas individualidades, promovendo um senso de pertencimento e inclusão.

Contudo, a capacitação dos professores para implementar práticas inclusivas que integrem movimento e cultura é fundamental. Programas de formação que abordem essas estratégias resultam em abordagens mais significativas e eficazes. Tais iniciativas preparam os educadores para lidar com a diversidade presente nas salas de aula, transformando o ambiente escolar em um espaço acolhedor e enriquecedor, onde o aprendizado ocorre de maneira colaborativa e inclusiva.

Portanto, os achados desta pesquisa sugerem que a implementação de práticas psicomotoras tem efeitos positivos na perspectiva da educação inclusiva, o que confirma que estas atividades, além de promoverem habilidades psicomotoras, podem integrar valores culturais, elaboração de significados na linguagem corporal resultando em avanços no processo de aprendizagem e o sentido de pertencimento e inclusão dos discentes, refletindo os valores de uma sociedade diversa. A partir disso, exploraremos a inclusão escolar como um processo transformador das dinâmicas sociais e culturais.

3.3 A INCLUSÃO ESCOLAR COMO FENÔMENO CULTURAL E SOCIAL: PSICOMOTRICIDADE, DIVERSIDADE E TRANSFORMAÇÃO EDUCACIONAL.

A inclusão escolar requer práticas pedagógicas que valorizem a pluralidade cultural como elemento central do aprendizado, promovendo espaços onde múltiplas formas de expressão sejam reconhecidas e integradas. Essa abordagem vai além da integração física, buscando transformar o ambiente escolar em um espaço de convivência harmoniosa, no qual as especificidades de cada aluno sejam respeitadas e celebradas como parte essencial do processo educativo.

Historicamente, a trajetória da educação especial passou de práticas segregacionistas para a adoção de modelos inclusivos, como preconizado na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) de 2008. Esse marco normativo enfatiza que "a educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação" (Ministério da Educação, 2008).

Assim, psicomotricidade desempenha um papel essencial na promoção da inclusão educacional, especialmente em contextos socioculturais diversos, como comunidades indígenas e rurais. Para esses ambientes, é indispensável adaptar as práticas pedagógicas às especificidades locais e às tradições culturais, valorizando as identidades dos estudantes e promovendo o pertencimento a seus contextos socioculturais.

No contexto da modernidade tardia, como observado por Hall (2006), as transformações culturais e sociais fragmentaram identidades e desestabilizaram concepções tradicionais de pertencimento e cidadania:

> "Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um 'sentido de si' estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito" (Hall, 2006, p. 11).

Isso exige que o espaço escolar se torne um local de encontros culturais e de ressignificação, onde as diferenças sejam reconhecidas e celebradas. Assim, a escola não é apenas um local de aprendizado acadêmico, mas também um espaço para o exercício da convivência com as múltiplas formas de expressão cultural.

Portanto, nesse cenário, legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) reforçam a importância de políticas que promovam acessibilidade e equidade no ambiente escolar. A LBI (Lei nº 13.146/2015) introduziu conceitos como o desenho universal e a tecnologia assistiva, destacando a necessidade de uma abordagem biopsicossocial para compreender as barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência. Esse avanço legal reflete um movimento cultural mais amplo em direção à inclusão como valor social. Essa ressignificação do papel da escola é essencial para a formação da cidadania e o enfrentamento de desigualdades.

Contudo, a inclusão escolar é um processo dinâmico que conecta indivíduos a sistemas de significados compartilhados. Ela exige práticas pedagógicas que reconheçam as diferenças culturais presentes nos contextos escolares. Como apontam Pletsch e Mendes "a inclusão não pode ser reduzida apenas ao acesso físico à escola ou a mudanças pontuais no currículo. Ela exige a transformação das práticas pedagógicas, sociais e culturais que moldam o ambiente escolar. Isso significa valorizar a pluralidade cultural como um elemento enriquecedor e essencial à experiência educativa, reconhecendo as especificidades de cada indivíduo como parte de um todo maior" (Pletsch e Mendes, 2024, p. 27).

No contexto de um mundo globalizado, onde as identidades culturais são múltiplas e em constante transformação, Hall (2006) descreve a identidade cultural como uma construção dinâmica e fluida, influenciada por mudanças sociais e econômicas. Isso implica a necessidade de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as diversas formas de expressão cultural no ambiente escolar, configurando a inclusão como um processo dialético entre diferentes narrativas e experiências.

Ao reconhecermos a inclusão como fenômeno cultural, também destacamos a importância de contextos específicos. Em comunidades indígenas ou rurais, as práticas inclusivas que incorporam elementos culturais locais promovem pertencimento e valorização das tradições. Essa abordagem é alinhada às diretrizes da PNEEPEI (BRASIL, 2008), que enfatizam a necessidade de uma educação inclusiva sensível às especificidades culturais.

Como exemplo, atividades tradicionais e jogos simbólicos, como a dança circular ou a corrida de toras entre os Xavante, promovem não apenas o desenvolvimento psicomotor, mas também fortalecem os laços culturais e a socialização. Além disso, o uso de materiais naturais em brincadeiras, como folhas e pedras, conecta os estudantes à realidade local, reforçando identidades culturais.

No sertão nordestino, onde a seca e a desigualdade estrutural impactam o cotidiano escolar, práticas inclusivas que utilizam elementos naturais disponíveis, como o solo arenoso e a vegetação típica, podem transmitir conceitos de pertencimento e cultura. Essas atividades, além de promoverem inclusão, reforçam o senso de comunidade e identidade local.

Por outro lado, em áreas rurais, práticas como o plantio e a colheita incorporadas ao currículo escolar conectam o aprendizado formal às vivências práticas dos estudantes. Nas comunidades indígenas, atividades como a corrida de toras e a dança circular carregam significados profundos, promovendo tanto o desenvolvimento psicomotor quanto a preservação cultural. Em contrapartida, essas práticas nas áreas rurais não apenas desenvolvem habilidades específicas, como coordenação e trabalho em equipe, mas também fortalecem os laços comunitários e valorizam tradições locais (Antunes-Rocha e Martins, 2012).

Já no Sul do país, a integração de danças folclóricas e festivais regionais ao currículo escolar enriquece o aprendizado ao conectar os alunos às tradições culturais de colonização europeia. Segundo Canclini (2013, p. 20), a valorização dessas tradições não apenas promove a inclusão, mas também fortalece os laços culturais entre os estudantes e suas comunidades.

Nas grandes cidades, desafios como a superlotação das escolas e a falta de capacitação docente para lidar com a pluralidade cultural e linguística dificultam a implementação de práticas inclusivas. Leite (2019, p. 12) observa que essas dificuldades são agravadas por dinâmicas econômicas e sociais que impactam diretamente o ambiente escolar.

Em contextos urbanos, é crucial criar práticas pedagógicas que transcendam a reprodução de modelos e promovam a autonomia criativa dos estudantes. Rossetto e Mori (2020) destacam a importância

de transformar a diversidade cultural em eixo central na construção do conhecimento, enquanto Nozu e Bruno (2021) reforçam a necessidade de formação docente contínua para integrar diferentes linguagens culturais.

Ademais, como Hall (2006) aponta, "a identidade cultural é formada na interação entre diferentes narrativas e experiências." A escola, ao incorporar esses elementos, torna-se um espaço mais inclusivo e significativo, onde o movimento e o simbolismo criam conexões entre o contexto sociocultural e o processo educacional.

Por fim, a inclusão escolar como fenômeno cultural e social é tanto um desafio quanto uma oportunidade. Como enfatiza Pletsch (2020), "a convivência com a riqueza cultural é um valor indissociável da inclusão, que avança na promoção de uma sociedade mais democrática e inclusiva." Essa reflexão reforça o papel transformador da escola na construção de uma sociedade mais plural e equitativa.

3.4 PSICOMOTRICIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL: IDENTIDADE, MEMÓRIA E CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão escolar, compreendida como um fenômeno cultural e social, exige uma análise detalhada de como as práticas pedagógicas se conectam às especificidades culturais e regionais dos estudantes. Nesse cenário, os objetos culturais, compreendidos como manifestações materiais e simbólicas das práticas sociais, desempenham um papel central na promoção da inclusão e na construção de significados. Como afirmam Rossetto e Mori (2020, p. 45), "os objetos criados são percebidos de forma consciente ao receberem existência concreta; a materialização de experiências humanas nos objetos permite combinações significativas ao ser social, o que representa o ser e estar no mundo".

A psicomotricidade, nesse contexto, atua como uma ponte que conecta movimento, cognição e cultura, permitindo aos estudantes expressarem suas subjetividades por meio da interação com esses elementos culturais. Hall (2006) destaca que a identidade cultural é moldada no encontro entre diferentes culturas e experiências, reforçando a importância de práticas educacionais que valorizem narrativas locais e tradições. Assim, integrar a psicomotricidade ao contexto cultural não apenas enriquece o aprendizado, mas também fortalece o senso de pertencimento e promove uma inclusão significativa.

Assim, essa abordagem vai além da mera reprodução cultural, pois permite que os estudantes se reconheçam em suas criações. Segundo Casnati (2020, p. 12), "a negociação de significados ocorre na articulação entre valores simbólicos e práticas culturais, promovendo pertencimento e compreensão mútua". Em ambientes educacionais inclusivos, os objetos culturais tornam-se ferramentas pedagógicas indispensáveis para valorizar as identidades individuais e coletivas.

De fato, a arte, enquanto expressão cultural, emerge como um agente transformador na educação inclusiva. Canclini (1980, p. 64) ressalta que "a arte elabora novos significados, percepções e concepções,

tornando-se agente de transformação". Essa transformação é evidente em comunidades onde as práticas educativas refletem valores históricos e culturais, como nas regiões ribeirinhas do Amazonas ou no sertão nordestino, onde elementos naturais como solo e vegetação são incorporados às atividades pedagógicas.

Nesses contextos, jogos tradicionais, como a corrida de toras entre os Xavante, são exemplos emblemáticos de práticas que integram movimento e cultura. Essas atividades não apenas promovem habilidades psicomotoras, mas também fortalecem os vínculos dos alunos com suas tradições e ampliam a interação social. Como destaca Aquino (2010, p. 14), "as práticas culturais tradicionais desempenham um papel fundamental na construção da identidade e na promoção da inclusão escolar, conectando os alunos às suas raízes culturais". Em contrapartida, é essencial destacar como as práticas psicomotoras em áreas rurais podem incluir atividades como o plantio e a colheita, promovendo a coordenação motora e o trabalho em equipe.

Porém, nas áreas urbanas, os desafios são diferentes. Escolas superlotadas e a diversidade linguística demandam práticas pedagógicas inovadoras. A integração de danças contemporâneas e artes visuais pode se mostrar eficaz para lidar com a pluralidade cultural, enquanto a formação docente se torna um elemento crucial para garantir que essas práticas sejam implementadas de maneira adequada.

Nesse sentido, legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) reforçam a importância de promover acessibilidade e equidade. A LBI (Lei nº 13.146/2015) introduziu conceitos como desenho universal e tecnologia assistiva, incentivando a adoção de abordagens mais inclusivas. A conexão dessas leis com a prática docente é essencial para superar barreiras e transformar a diversidade em eixo central do aprendizado.

Ainda nesse contexto, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008) é um marco fundamental que orienta a adoção de práticas pedagógicas alinhadas à diversidade cultural e às especificidades regionais. Essa diretriz destaca que "a inclusão deve ser compreendida como um movimento cultural, social e pedagógico", promovendo a equidade educacional.

A formação continuada dos professores emerge como um ponto chave para a implementação dessas diretrizes. Wortmann (2011) argumenta que uma abordagem intercultural evita a imposição de valores externos, promovendo um ambiente inclusivo e culturalmente sensível. Programas de capacitação que incluem oficinas sobre adaptações psicomotoras demonstram impacto positivo na construção de práticas educativas que respeitam a diversidade.

Outro aspecto relevante é a integração de objetos culturais no cotidiano escolar. Por exemplo, nas áreas urbanas, atividades que utilizam elementos artísticos contemporâneos podem promover conexões entre os alunos e suas realidades, enquanto nas regiões rurais, o uso de artesanato local reforça os laços

comunitários. Como observam Rossetto e Mori (2020), a utilização de objetos culturais amplia as possibilidades de expressão e aprendizagem dos estudantes.

Por fim, integrar a psicomotricidade aos elementos culturais transforma a escola em um espaço inclusivo, onde as diferenças são celebradas como parte essencial do aprendizado. Essa abordagem promove uma educação mais justa e equitativa, fortalecendo identidades culturais e preparando os alunos para uma sociedade plural e democrática.

A linguagem corporal representa uma ferramenta indispensável no contexto da inclusão escolar, especialmente na educação especial. Para além de uma forma de comunicação não-verbal, ela integra aspectos cognitivos, motores e emocionais, permitindo que os alunos expressem suas subjetividades de maneira singular. Como destaca Fonseca (2012, p. 45), "a psicomotricidade aborda o corpo como um elemento integrado ao aprendizado e à expressão emocional", sublinhando sua relevância na construção de significados no ambiente escolar inclusivo.

Além disso, o emprego da linguagem corporal fortalece a relação entre alunos e educadores, criando um ambiente de confiança mútua que potencializa o aprendizado e favorece o bem-estar emocional. Essa interação contribui para a construção de um espaço escolar acolhedor e inclusivo, onde as diferenças são reconhecidas e celebradas como elementos enriquecedores. Nesse sentido, Alves (2016, p. 29) afirma que "a psicomotricidade ensina a estabelecer ligações entre meios internos e externos por meio do movimento", ressaltando a importância dessa prática na mediação educativa.

A autonomia dos alunos também é desenvolvida pela utilização do corpo como meio de expressão, especialmente entre aqueles com dificuldades verbais ou sensoriais. Por meio da linguagem corporal, esses estudantes conseguem comunicar necessidades e emoções de forma efetiva, empoderando-se como protagonistas no processo educativo.

Assim, a inclusão escolar transcende a dimensão acadêmica, impactando diretamente a construção da identidade e do pertencimento social. Segundo Aquino (2010, p. 14), "as práticas culturais tradicionais desempenham um papel fundamental na construção da identidade e na promoção da inclusão escolar, conectando os alunos às suas raízes culturais."

A comunicação não-verbal, expressa em gestos, posturas e expressões faciais, também atua como uma ponte para superar barreiras linguísticas em contextos multiculturais. Em ambientes escolares que congregam alunos de diferentes origens culturais, essa forma de interação facilita a troca de experiências e o aprendizado colaborativo. A LBI (Lei nº 13.146/2015) reforça a necessidade de práticas que garantam a acessibilidade e a equidade no ambiente escolar, alinhando a linguagem corporal às políticas de inclusão.

No âmbito da psicomotricidade, a valorização da diversidade cultural é essencial para promover práticas educativas que respeitem e celebrem as especificidades regionais. Em comunidades indígenas, por exemplo, atividades como danças tradicionais e jogos simbólicos não apenas reforçam habilidades motoras,

mas também preservam o patrimônio cultural, conectando os alunos a suas tradições. Canclini (1980, p. 33) observa que "a arte é agente de transformação, um foco de criatividade e iniciativa social", destacando o papel da linguagem corporal na ressignificação cultural.

De forma semelhante, no sertão nordestino, a utilização de elementos naturais, como areia e vegetação típica, em práticas lúdicas e pedagógicas, conecta o aprendizado formal ao cotidiano local. Essas atividades fortalecem a identidade dos alunos e criam um vínculo significativo com seu território. Em áreas urbanas, onde a diversidade linguística e cultural é um desafio constante, a integração de práticas como dança contemporânea e artes visuais pode proporcionar um espaço inclusivo e colaborativo.

Os estudos realizados no Laboratório de Psicomotricidade da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) ilustram a eficácia dessas abordagens. Em intervenções com crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), observou-se um aumento na interação social e no desenvolvimento da empatia. Essas práticas não apenas promovem a inclusão, mas também evidenciam o potencial da comunicação não-verbal como instrumento de mediação escolar.

Adicionalmente, práticas lúdicas e jogos estruturados que utilizam a linguagem corporal contribuem para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Segundo Fonseca (1996, p. 22), "a brincadeira estruturada é uma maneira de trabalhar a socialização e o respeito às regras coletivas." Essa abordagem fomenta a convivência harmoniosa entre alunos com diferentes habilidades e promove o respeito à diversidade.

Entretanto, a implementação dessas práticas enfrenta desafios significativos, como a falta de formação docente e recursos materiais insuficientes. Wortmann (2011) enfatiza que a capacitação contínua dos professores é essencial para garantir o sucesso das práticas psicomotoras em contextos educacionais diversos. Políticas públicas que incentivem o treinamento docente e o financiamento de projetos pedagógicos inclusivos são fundamentais para superar essas barreiras.

A psicomotricidade, ao integrar movimento, cognição e cultura, também promove a compreensão mútua e a valorização das diferenças. Como Matos (2012, p. 34) argumenta, "o corpo é uma ferramenta de interação com o meio, essencial para a inclusão escolar." Essa perspectiva reforça a importância de práticas pedagógicas que alinhem aspectos culturais e educativos, fortalecendo o papel transformador da escola.

Por fim, a linguagem corporal consolidada como discurso inclusivo transforma o ambiente escolar em um espaço de aprendizado e convivência integradora. Ao integrar aspectos cognitivos, motores e emocionais, ela possibilita que todos os alunos expressem seu potencial, celebrando a diversidade como valor central. Essa abordagem reafirma o papel da escola na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva.

3.5 ÉTICA E AUTONOMIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PRINCÍPIOS PARA A PSICOMOTRICIDADE

A educação inclusiva desafia constantemente os educadores e pesquisadores a refletirem sobre a ética como fundamento para práticas que respeitem a singularidade e promovam a autonomia dos estudantes. Nesse sentido, Coutinho (2016) argumenta que a ética na educação deve transcender a visão das crianças como objetos de estudo, reconhecendo-as como sujeitos de direitos e participantes ativos no processo educativo.

A psicomotricidade, ao abordar o corpo como mediador da interação com o meio, reforça a importância de práticas que respeitem as expressões corporais únicas de cada aluno. Segundo Fernandes (2016), "escutar as crianças e compreender suas expressões corporais é essencial para a construção de um ambiente inclusivo e ético." Essa perspectiva enfatiza o protagonismo dos alunos, promovendo uma educação mais equitativa.

Por outro lado, práticas inclusivas que desconsideram a individualidade podem transformar a inclusão em uma ferramenta de normatividade, limitando o potencial dos alunos. Diniz, Wederson e Santos (2009) destacam que a deficiência deve ser vista sob a ótica da acessibilidade e não como uma limitação intrínseca. Essa abordagem propõe uma educação transformadora, em que o contexto é adaptado às necessidades dos indivíduos.

Além disso, Campos (2020) defende que a ética deve ser compreendida como uma prática reflexiva, auxiliando os educadores a enfrentarem dilemas éticos no dia a dia. Isso é particularmente relevante na interação com alunos com deficiência, em que o equilíbrio entre proteção e respeito à autonomia é um desafio constante.

As expressões corporais, enquanto ferramentas de comunicação e autodeterminação, desempenham um papel central no empoderamento dos alunos. Oliveira (2021) destaca que "o diálogo com as expressões corporais das crianças é um elemento essencial no processo de ensino inclusivo." Esse diálogo permite aos educadores compreenderem melhor as necessidades e potencialidades de cada aluno.

A formação docente surge como um elemento essencial para a consolidação de práticas inclusivas éticas e eficazes. Segundo Gatti (2019), a neutralidade completa do educador é inatingível, mas a construção de processos dialógicos assegura que os alunos sejam respeitados em suas decisões e peculiaridades. Programas de formação continuada que priorizam a ética na prática pedagógica têm mostrado impacto significativo na qualidade da educação inclusiva.

Nesse contexto, a Resolução n. 510 (BRASIL, 2016) apresenta avanços ao estabelecer diretrizes sobre ética na pesquisa e na prática educacional. Fernandes (2016) ressalta a importância de renegociar o consentimento e o assentimento dos alunos em todas as etapas do processo educativo, promovendo um ambiente de confiança e respeito mútuo.

Os desafios éticos também incluem questões como a privacidade e a confidencialidade dos alunos. Kramer (2002) enfatiza que "proteger o anonimato e a dignidade dos estudantes é essencial para garantir um ambiente inclusivo." Essa proteção torna-se ainda mais relevante em contextos de vulnerabilidade social.

A psicomotricidade, nesse cenário, exige uma análise crítica dos riscos e benefícios de cada intervenção. Francischini e Fernandes (2016) afirmam que "as práticas psicomotoras devem ser adaptadas para minimizar riscos e atender às necessidades individuais." Isso reforça a importância de políticas públicas que garantam recursos e apoio técnico aos educadores.

Exemplos práticos demonstram como princípios éticos podem ser aplicados na educação inclusiva. Em regiões urbanas, a utilização de atividades psicomotoras como dança contemporânea e expressão corporal em escolas superlotadas promove interações que respeitam a diversidade cultural e linguística dos alunos. Em contraste, contextos rurais exigem adaptações que valorizem o uso de objetos culturais locais, como ferramentas agrícolas, para integrar o aprendizado.

Por fim, a ética na psicomotricidade inclusiva transcende a mera regulamentação, tornando-se um instrumento de reconhecimento da criança como sujeito pleno de direitos. Fare e Savi Neto (2021) destacam que "a reflexão ética é a base para práticas pedagógicas que promovem a autonomia e o protagonismo dos alunos." Essa abordagem transforma o ambiente escolar em um espaço de convivência respeitosa, garantindo o desenvolvimento integral e equitativo de todos os estudantes.

3.6 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PSICOSSOCIAL

Destacando-se a importância da mediação cultural no aprendizado inclusivo, recordamos Vygotsky (1991), que enfatiza "a internalização de sistemas de signos culturalmente produzidos provoca transformações no comportamento humano" (p. 37),

Dessa forma, atividades pedagógicas que consideram o contexto cultural dos alunos têm potencial para promover a inclusão de forma mais significativa. Em áreas rurais, por exemplo, práticas como o plantio e a colheita simulados em atividades escolares não apenas desenvolvem habilidades psicomotoras, mas também conectam os estudantes à sua vivência cotidiana (Bridi, 2011, p. 45). Isso reforça a importância de adaptar o aprendizado às realidades locais.

Outrossim, a arte desempenha um papel central nesse processo, especialmente em comunidades indígenas. Práticas culturais como a confecção de instrumentos musicais tradicionais e apresentações artísticas fortalecem a autoestima e a interação social. Como argumenta Canclini (1980), "a arte é agente de transformação, um foco de criatividade e iniciativa social" (p. 64), sendo uma ferramenta poderosa na construção de identidades culturais.

Portanto, a inclusão por meio da arte também permite que os alunos expressem subjetividades de formas criativas e significativas. A produção de desenhos, esculturas e pinturas contribui para a materialização de experiências humanas, como destacado por Rossetto e Mori (2020): "os objetos criados são percebidos de forma consciente ao receberem existência concreta" (p. 287). Essa abordagem reforça o senso de pertencimento dos estudantes.

A formação de professores é um elemento essencial para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas que integrem aspectos psicomotores e culturais. A capacitação contínua dos educadores é indispensável para que reconheçam e valorizem a diversidade presente no ambiente escolar, adaptando suas abordagens às necessidades específicas dos alunos. Como enfatizado por Pletsch e Mendes (2024), a ausência de formação específica representa uma barreira significativa, destacando a urgência de iniciativas que priorizem o preparo docente para lidar com os desafios da inclusão.

Assim, programas de formação que enfatizem a interdisciplinaridade e as práticas contextuais mostram-se eficazes para promover uma educação inclusiva e de qualidade. Conforme apontam estudos que relacionam o preparo docente ao sucesso na implementação dessas práticas. Matos et al. (2017) enfatizam que professores treinados para considerar particularidades culturais conseguem desenvolver abordagens mais significativas e inclusivas.

Educadores capacitados relatam maior confiança ao adaptar estratégias pedagógicas às demandas psicomotoras e culturais dos alunos, resultando em maior participação dos estudantes e no fortalecimento do senso de pertencimento. Investimentos contínuos nesses programas oferecem caminhos concretos para a implementação de uma educação mais equitativa e acessível, promovendo transformações significativas no ambiente escolar.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) reforça a importância de superar modelos segregacionistas e valorizar a diversidade como princípio pedagógico. Segundo o MEC (2008), "a inclusão deve ser compreendida como um movimento cultural, social e pedagógico" (p. 21), consolidando a psicomotricidade como uma ferramenta nesse processo.

Atividades como feiras culturais e eventos comunitários também fortalecem os laços sociais entre alunos, professores e comunidades. Como observa Bridi (2011), "essas iniciativas promovem a inclusão além do ambiente escolar, fortalecendo os laços sociais" (p. 52). Essas práticas incentivam a valorização da diversidade e a integração dos indivíduos.

Além disso, práticas psicomotoras adaptadas, como danças tradicionais e jogos simbólicos, proporcionam uma vivência coletiva que estimula tanto habilidades emocionais quanto físicas. Wortmann (2011) aponta que essas interações criam um ambiente de aprendizado inclusivo e enriquecedor, ampliando as oportunidades educacionais para todos os alunos.

A integração de práticas culturais e psicomotoras também contribui para a promoção da diversidade e da transformação social. Hall (2006) observa que "a identidade cultural é um processo dinâmico e transformador" (p. 12), evidenciando como essas práticas podem fortalecer o diálogo entre diferentes grupos e promover uma educação mais equitativa.

Com base nos resultados apresentados, recomenda-se que educadores e gestores implementem programas contínuos de formação docente voltados para a integração das práticas psicomotoras no currículo escolar, priorizando adaptações culturais e regionais.

Além disso, é essencial que sejam promovidos investimentos em infraestrutura e materiais pedagógicos que facilitem a realização de atividades psicomotoras, como jogos simbólicos, dança e expressões artísticas. Gestores escolares devem priorizar a criação de ambientes colaborativos, onde professores, alunos e famílias trabalhem juntos para fortalecer o senso de pertencimento e a inclusão escolar. Por fim, é imprescindível que políticas públicas reforcem a importância da psicomotricidade na formação de uma escola equitativa, garantindo recursos e suporte técnico para a implementação dessas práticas.

Por fim, integrar psicomotricidade e cultura no ambiente escolar contribui para a formação de uma sociedade mais equitativa. Ao celebrar as diferenças e valorizar as especificidades de cada aluno, a escola se torna um espaço de transformação cultural e social, promovendo a convivência harmoniosa e enriquecedora (Canclini, 1980, p. 66).

4 CONCLUSÃO

O presente estudo buscou investigar como as práticas psicomotoras, aliadas à interação com objetos culturais, podem contribuir para a inclusão escolar de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), promovendo a construção de significados, a valorização da diversidade cultural e o desenvolvimento integral. Nesse sentido, foi possível integrar os fundamentos teóricos, as análises práticas e as estratégias pedagógicas que exploram a psicomotricidade e elementos culturais como mediadores de um processo inclusivo eficaz.

Em relação à lacuna identificada na literatura, que apontava a ausência de uma abordagem prática e detalhada sobre a integração entre psicomotricidade e cultura na promoção da inclusão escolar, o estudo trouxe contribuições significativas. Os resultados evidenciaram que práticas psicomotoras contextualizadas, como jogos simbólicos e atividades ligadas ao cotidiano de comunidades indígenas e rurais, não apenas favorecem o desenvolvimento motor e cognitivo, mas também fortalecem a autoestima e as identidades culturais dos alunos. Esse achado é corroborado por estudos como os de Barreto (2000) e Leite (2019), que destacam a influência das práticas psicomotoras no desempenho acadêmico e na socialização de estudantes.

Ademais, o artigo respondeu à questão-problema ao demonstrar que a inclusão escolar exige práticas pedagógicas que transcendem a mera integração física dos alunos, promovendo uma valorização efetiva de suas especificidades culturais e sociais. A articulação entre psicomotricidade e objetos culturais revelou-se um caminho promissor para a construção de significados, mostrando que a escola pode ser um espaço de ressignificação cultural e social. Essa abordagem está alinhada à visão de inclusão como um movimento cultural e pedagógico transformador, descrito pelo MEC (2008) e ampliado por Canclini (1980) e Hall (2006).

Por fim, as estratégias pedagógicas discutidas indicam a necessidade de uma formação docente contínua e culturalmente sensível, que capacite os educadores a atuar como mediadores nesse processo de inclusão. Essa capacitação, associada a investimentos em infraestrutura e recursos pedagógicos adequados, é essencial para garantir que práticas inclusivas sejam implementadas de maneira eficaz e equitativa, como enfatizado por Wortmann (2011). Assim, as práticas psicomotoras são reafirmadas como ferramentas indispensáveis para articular corpo, movimento e cultura na promoção de uma inclusão escolar plena.

Com base nos resultados apresentados neste estudo, futuras investigações podem aprofundar a análise sobre como as práticas psicomotoras, integradas aos elementos culturais, impactam diferentes grupos de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) em contextos escolares variados, como comunidades urbanas e áreas de vulnerabilidade social. Estudos futuros poderiam explorar, por exemplo, a eficácia dessas práticas em escolas de tempo integral, onde há maior oportunidade de implementar atividades psicomotoras e culturais de forma contínua e integrada.

Além disso, a criação e avaliação de programas de formação docente que abordem a psicomotricidade de maneira interdisciplinar e intercultural representam um campo promissor. Outro aspecto a ser analisado é a utilização de tecnologias assistivas que potencializem a inclusão por meio da psicomotricidade, permitindo que alunos com múltiplas deficiências ou limitações específicas também sejam contemplados. Por fim, pesquisas comparativas que investiguem a aplicação dessas práticas em diferentes regiões ou culturas poderiam contribuir para a elaboração de diretrizes pedagógicas mais abrangentes e adaptáveis, ampliando o alcance e a eficácia do modelo proposto.

Em última análise, este estudo evidencia que a educação inclusiva, quando ancorada na diversidade e na psicomotricidade, pode transcender barreiras e transformar o ambiente escolar em um espaço de convivência harmoniosa e enriquecedora. Ao celebrar as diferenças e fomentar a construção de significados, ela consolida-se como um caminho para o desenvolvimento integral dos alunos, promovendo não apenas a inclusão, mas a edificação de uma sociedade mais justa, equitativa e culturalmente rica.

Por fim, como defendido por Vygotsky (1991), a interação entre cultura e aprendizado é o alicerce para o desenvolvimento humano, e a psicomotricidade é um canal poderoso para essa transformação. Ansiamos que o movimento inclusivo, alicerçado no poder transformador da educação, continue sendo um

farol que ilumine o caminho para uma convivência verdadeiramente plural e democrática, numa educação realmente inclusiva e equitativa.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. Psicomotricidade no processo educacional: fundamentos e práticas inclusivas. São Paulo: Educação Contemporânea, 2016.

ANTUNES-ROCHA, M. I. S.; MARTINS, S. M. F. Metodologia de alternância: um caminho para a construção do currículo integrado em escolas do campo. Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 50, 2012.

AQUINO, G. Práticas inclusivas no contexto escolar: um estudo quantitativo sobre a integração psicomotora. Porto Alegre: EDUFRGS, 2010. Disponível em: . Acesso em: 15 jan. 2025.

AQUINO, R. de C. B. A importância da psicomotricidade num contexto escolar inclusivo. Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2010.

BARRETO, S. de J. Psicomotricidade, educação e reeducação. 2. ed. Blumenau: Livraria Acadêmica, 2000.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 510, de 07 de abril de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRIDI, R. A valorização das vivências locais no processo educativo. Revista Educação e Cultura, 2011.

BUENO, J. Psicomotricidade e Educação. São Paulo: XYZ, 2013.

CANCLINI, N. G. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EdUSP, 1980.

CASNATI, G. Relatório sobre a análise cognitiva. Genebra: UNESCO, 2020.

COUTINHO, Â. S. Consentimento e assentimento. In: ANPED. Ética e pesquisa em Educação. Rio de Janeiro: ANPED, 2019.

DINIZ, D.; WEDERSON, L. B.; SANTOS, R. dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 6, n. 11, p. 64-77, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sur/a/fPMZfn9hbJYM7SzN9bwzysb/. Acesso em: 15 jan. 2025.

FARE, M. de L.; SAVI NETO, P. A regulação da conduta dos pesquisadores na ciência brasileira: um problema de pesquisa ou um problema para a pesquisa em Educação? Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 319-332, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.14n1.017. Acesso em: 15 jan. 2025.

FERNANDES, N. Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. Revista Brasileira de Educação, v. 21, n. 66, p. 761-775, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n66/1413-2478-rbedu-21-66-0759.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

FONSECA, V. Introdução à Psicomotricidade. Porto Alegre: Artmed, 2012.

GAKRAN, J. Educação inclusiva na comunidade Xokleng. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 2015.

GATTI, B. A. Potenciais riscos aos participantes. In: ANPED. Ética e pesquisa em Educação: subsídios. Rio de Janeiro: ANPED, 2019. Disponível em: https://www.anped.org.br/biblioteca/item/etica-e-pesquisa-em-educacao-subsidios. Acesso em: 15 jan. 2025.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KRAMER, S. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. Cadernos de Pesquisa, n. 116, p. 41-59, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/. Acesso em: 15 jan. 2025.

LEITE, C. R. Psicomotricidade relacional e suas implicações na educação inclusiva. Disponível em: https://ava.grupouninter.com.br. Acesso em: 15 jan. 2025.

MATOS, M. A. et al. Relações da psicomotricidade com a aprendizagem de crianças público-alvo da educação especial. Anais do 8º Congresso Brasileiro de Educação Especial, 2017. Disponível em: https://www.galoa.com.br. Acesso em: 15 jan. 2025.

MATOS, P. C. Psicomotricidade e inclusão escolar: teorias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Editora Educacional Brasileira, 2012.

MEUR, G.; STAES, L. Educação Psicomotora. Lisboa: Horizonte, 1989.

MEC. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br. Acesso em: 15 jan. 2025.

NOZU, J. C.; BRUNO, D. F. Cartografias da Educação Inclusiva na Educação Especial. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

PLETSCH, M. D.; MENDES, G. M. L. Cartografias da Educação Inclusiva na Educação Especial: Políticas, Práticas e Produção Científica. Revista Brasileira de Educação Especial, 2024.

PRISTA, M. Psicomotricidade e Desenvolvimento Infantil. Lisboa: INCM, 1993.

ROSSETTO, C.; MORI, E. Arte como trabalho criador: produção de significados. In: Arte e Educação Especial: narrativas e criações artísticas. Curitiba: Editora CRV, 2020.

SBP – Sociedade Brasileira de Psicomotricidade. Psicomotricidade: Ciência e Educação. Disponível em: http://www.sbp.org.br. Acesso em: 15 jan. 2025.

VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WORTMANN, M. L. A educação intercultural: práticas inclusivas em comunidades indígenas. Revista Educação Intercultural, v. 2, n. 1, 2011.

ISBN: 978-65-986235-0-0

Aurum EDITORA

CAPÍTULO 6

CAPACITAÇÃO EM NR-24: PROMOVENDO SEGURANÇA E CONFORTO NO AMBIENTE DE TRABALHO

NR-24 TRAINING: PROMOTING SAFETY AND COMFORT IN THE WORKPLACE

https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-006

Adriano Reis de Paula e Silva
Prof. Me. Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, professor orientador que conta com o apoio: Programa de Capacitação de Recursos Humanos – PCRH, FAPEMIG 04/2024 – Bolsas de Pós-Graduação.
E-mail: adriano.reis.paula@uemg.br

Bárbara Gazzola
Graduanda do curso de Engenharia de Produção. Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, trabalho realizado com o programa de apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica Edital 01/2023 – PAEx / UEMG.
E-mail: barbara.1095736@discente.uemg.br

Vitor Ribeiro Filho
Prof. Dr. Universidade Federal de Uberlândia, professor colaborador do Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva – IGESC.
E-mail: ribeirofilho.vitor@gmail.com

RESUMO
A Segurança do Trabalho desempenha um papel importante nas empresas modernas, especialmente quando o nível de risco aumenta. Nesta perspectiva, observa-se que o Brasil está entre os países que lideram a trajetória de estatísticas de mortes por acidentes de trabalho, com uma estimativa de 137 acidentes para cada 10.000 trabalhadores. Portanto, diante desta realidade, surgiram as Normas Reguladoras (NR) que ocorreram na prevenção de acidentes ocupacionais. Neste capítulo, faz-se o recorte para A NR 24, em particular, que foca nas condições sanitárias e de conforto nos ambientes laborais. Para o trabalho extensionista, adotou-se a Casa da Criança de Frutal (MG), uma instituição voltada ao cuidado e desenvolvimento de crianças em situação de vulnerabilidade. Esta entidade funciona como um sistema complementar durante os períodos que não coincidem com o período escolar. Além das atividades educacionais, reforço escolar e atividades complementares, a instituição também oferece refeições às crianças. Com o intuito de promover o bem-estar tanto das crianças quanto dos profissionais envolvidos, o projeto de extensão do Edital PAEX 01/2023, propôs um estudo abrangente para avaliar a conformidade da entidade com a NR-24. O principal objetivo foi de realizar a capacitação dos colaboradores da instituição quanto aos acidentes e doenças de trabalho por meio de palestra e a apresentação de uma cartilha orientativa. Os resultados alcançados por estas ações visaram não apenas uma melhor compreensão da NR-24, mas também indicam uma perspectiva de progresso significativo em relação ao cumprimento das normas. Foram realizados encontros e orientações, e o projeto concluiu com entrega do material didático para realização da palestra em novembro e entrega da cartilha em dezembro de 2023. Considera-se que o projeto pode provocar a criação de um ambiente de trabalho mais saudável, agradável e seguro nesta instituição, bem como melhorar as condições sanitárias e de conforto de todos que utilização o espaço. Contudo, é imperativo continuar monitorando e aprimorando essas medidas para garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos os envolvidos.

Palavras-chave: NR-24; Curso de capacitação; Casa da Criança.

ABSTRACT
Occupational safety plays an important role in modern companies, especially when the level of risk increases. From this perspective, it can be seen that Brazil is among the countries that lead the way in the statistics of deaths from accidents at work, with an estimated 137 accidents for every 10,000 workers. Therefore, in view of this reality, Regulatory Norms (NR) have emerged to prevent occupational accidents. This chapter focuses on NR 24 in particular, which focuses on sanitary and comfort conditions in work environments. For the extension work, the Casa da Criança in Frutal (MG), an institution dedicated to the care and development of children in vulnerable situations, was chosen. This organization works as a supplementary system during periods that don't coincide with the school term. In addition to educational activities, tutoring and complementary activities, the institution also provides meals for the children. In order to promote the well-being of both the children and the professionals involved, the PAEX 01/2023 extension project proposed a comprehensive study to assess the organization's compliance with NR-24. The main objective was to train the institution's employees in occupational accidents and illnesses through lectures and the presentation of a guidance booklet. The results achieved by these actions were not only aimed at a better understanding of NR-24, but also indicate a prospect of significant progress in terms of compliance with the rules. Meetings and orientation sessions were held, and the project concluded with the delivery of the teaching material for the lecture in November and the delivery of the booklet in December 2023. It is felt that the project can lead to the creation of a healthier, more pleasant and safer working environment in this institution, as well as improving the sanitary conditions and comfort of everyone who uses the space. However, it is imperative to continue monitoring and improving these measures to ensure a safe and healthy working environment for everyone involved.

Keywords: NR-24; Training course; Children's Home.

1 INTRODUÇÃO

A segurança e a saúde ocupacional são temáticas importantes para garantir ambientes de trabalho seguros, produtivos e saudáveis. No Brasil, a preocupação com esses temas ocorrera mais a partir da década de 1950, quando inicia o processo de industrialização. E intensificada pela alta incidência de acidentes de trabalho, a partir das décadas de 1970 e 1980, que colocam o país entre aqueles com índices alarmantes de mortalidade laboral.

Nessa perspectiva, conforme destacado por Roosevelt (1999), a segurança no ambiente de trabalho deve ser tratada como uma responsabilidade coletiva, envolvendo tanto gestores quanto colaboradores na identificação e mitigação de riscos. Logo, o presente capítulo explora a implementação de um projeto de extensão voltado à capacitação de colaboradores da Casa da Criança, com foco na aplicação prática da NR-24.

Portanto, este trabalho é resultado do projeto de extensão, que teve os objetivos claros e bem definidos, divididos em geral e específicos. O objetivo Geral foi de capacitar os colaboradores da Casa da Criança quanto às exigências da NR-24, garantindo conformidade com as normas de condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho. E os objetivos específicos foram: Propor a mudança de cultura entre os colaboradores, promovendo maior conscientização sobre segurança e conforto coletivo; apresentar outras Normas Regulamentadoras que complementam a NR-24, destacando sua relevância no contexto institucional; elaborar um manual contendo os artigos específicos da NR-24, adaptados para aplicação em uma instituição voltada ao cuidado e educação infantil.

Avalia-se que esses objetivos estão alinhados com as diretrizes do Ministério da Economia, que estabelece a obrigatoriedade de empresas manterem serviços especializados em engenharia e medicina do trabalho, conforme o Art. 162 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Nessa perspectiva, na atualidade, observa-se que a situação não é diferente. De acordo com dados apresentados no relatório final do projeto (PAEx 01/2023), estima-se que ocorram 137 acidentes para cada 10.000 trabalhadores, incluindo deslocamentos casa-trabalho. Portanto, para mitigar essa realidade, o Ministério da Economia instituiu Normas Regulamentadoras (NRs), que estabelecem diretrizes específicas para prevenção de riscos ocupacionais.

Dentre essas normas, destaca-se a NR-24, que trata das condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho. Deste modo, este capítulo explora a implementação de um projeto de extensão voltado à capacitação de colaboradores da entidade Casa da Criança em Frutal (MG), com foco na aplicação prática desta norma regulamentadora. A iniciativa teve como objetivo não apenas cumprir exigências legais, mas também promover uma cultura de segurança e bem-estar no ambiente de trabalho, especialmente em uma instituição dedicada ao cuidado de crianças.

Como observado por França et al. (1997), "o ambiente de trabalho pode ser uma fonte significativa de estresse, especialmente quando as condições de saúde e segurança não são adequadas". Neste sentido, o presente capítulo explora a implementação de um projeto de extensão voltado à capacitação de colaboradores da Casa da Criança, com foco na aplicação prática da NR-24.

2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA SOCIAL

A implementação deste projeto de extensão se justificou pela crescente incidência de acidentes de trabalho e pelas deficiências relacionadas à saúde, segurança e conforto dos trabalhadores em diversas áreas. Na Casa da Criança, por sua vez, atende crianças, e algumas em situação de vulnerabilidade, o que exige um ambiente adequado e seguro tanto para os colaboradores quanto para os beneficiários.

Segundo dados globais citados no relatório, aproximadamente 2 milhões de trabalhadores morrem anualmente devido a acidentes de trabalho e doenças relacionadas, com cerca de 360 mil dessas mortes atribuídas a acidentes (Brasil, 1978). São números que reforçam a urgência de iniciativas como esta, que buscam capacitar os colaboradores para identificar e corrigir situações de risco de forma proativa.

Além disso, o projeto possui relevância social significativa, pois pode contribuir para a formação de profissionais mais qualificados e conscientes sobre questões de saúde e segurança. Ao promover uma melhor preparação dos colaboradores, o projeto impacta positivamente a comunidade, criando ambientes laborais mais seguros, saudáveis e inclusivos. Logo, esta abordagem reflete diretamente no bem-estar coletivo e no desenvolvimento sustentável da sociedade.

Como destacado por Saliba (2005), "a legislação de segurança do trabalho é um instrumento essencial para proteger os trabalhadores contra riscos ocupacionais". O mesmo autor complementar que a legislação de segurança do trabalho é um instrumento essencial para proteger os trabalhadores contra riscos ocupacionais, devendo ser aplicada de forma rigorosa e contínua. Ou seja, a promoção da segurança e saúde no trabalho não apenas reduz os índices de acidentes, mas também contribui para a qualidade de vida dos trabalhadores e o bem-estar coletivo.

3 METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido com base em uma metodologia estruturada e participativa. Inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica detalhada sobre as normas regulamentadoras, com ênfase na NR-24. Esta etapa serviu como base para a elaboração de uma cartilha informativa, que foi utilizada como material didático durante o curso de capacitação junto a entidade.

Logo, as atividades foram conduzidas de forma interativa, com aulas expositivas e dialogadas, além de dinâmicas em grupo e discussões em sala de aula. Antes do início do curso, foi aplicada uma avaliação

diagnóstica para mensurar o conhecimento prévio dos participantes. Ao final de cada módulo, questionários avaliativos foram utilizados para medir a compreensão dos conteúdos ministrados.

Segundo Brasil (1978), "a NR-24 estabelece diretrizes claras para garantir condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho". Neste sentido, foi elaborado uma cartilha neste projeto traduziu com base em diretrizes em linguagem acessível e prática, facilitando sua aplicação no cotidiano da instituição, parceira no projeto de extensão desenvolvido. Este material foi disponibilizado para que a coordenação da instituição ofertasse a todos os trabalhadores do quadro e dos futuros ingressantes.

4 RESULTADOS ALCANÇADOS

Os resultados do projeto demonstraram sua eficácia e impacto positivo nessa instituição. Após a implementação da cartilha, e a realização do curso de capacitação, observou-se uma mudança significativa na postura dos colaboradores da Casa da Criança em relação à segurança e conforto no ambiente de trabalho. Os funcionários passaram a identificar e corrigir potenciais situações de risco, contribuindo para a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais.

Os responsáveis pela instituição expressaram satisfação com os resultados alcançados, reconhecendo o impacto positivo do projeto na qualidade de vida dos colaboradores e no bem-estar das crianças atendidas. Do mesmo modo, pode-se avaliar que o projeto fortaleceu a comunicação e a cooperação entre os colaboradores e a equipe gestora, criando um ambiente de trabalho mais colaborativo e acolhedor.

Segundo Roosevelt (1999), a segurança no trabalho deve ser abordada de forma prática e acessível, permitindo que os colaboradores internalizem os conceitos e os apliquem no cotidiano. Portanto, a cartilha desenvolvida neste projeto traduziu essas diretrizes em linguagem acessível e prática, facilitando sua aplicação no cotidiano da instituição.

Como destacado no relatório final, "os resultados alcançados pelo projeto demonstraram não apenas a eficácia das ações implementadas, mas também o compromisso da instituição em proporcionar um ambiente de trabalho seguro, saudável e acolhedor para todos os seus colaboradores e beneficiários" (Reis de Paula; Gazzola, 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de capacitação em NR-24 na Casa da Criança demonstrou ser uma iniciativa bem-sucedida, com impactos positivos tanto para os colaboradores quanto para a instituição como um todo. Logo, a implementação da cartilha e do curso promoveu uma cultura de segurança e saúde no trabalho, resultando em melhorias importantes nas condições laborais e na redução de riscos de acidentes e doenças ocupacionais.

Assim, considerar-se que o resultado positivo do projeto se deu por conta do comprometimento de todos os envolvidos, evidenciando a importância da promoção da saúde e segurança no ambiente de trabalho. Além disso, a iniciativa reforçou o papel da instituição como agente transformador na comunidade, promovendo práticas sustentáveis e inclusivas - que beneficiam não apenas os colaboradores, mas também as crianças e suas famílias.

Do mesmo modo, O projeto também fortaleceu a comunicação e a cooperação entre os colaboradores e a equipe gestora, criando um ambiente de trabalho mais colaborativo e acolhedor. Os responsáveis pela instituição reconheceram o valor do projeto e expressaram sua satisfação com os resultados obtidos, demonstrando o compromisso da instituição com o bem-estar de seus colaboradores.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao PAEx/UEMG pelo seu incentivo financeiro e institucional que tornaram este projeto possível.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978. Norma Regulamentadora 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 jul. 1978. Seção 1, p. 8.

FRANÇA, A.C.L. et al. Stress e Trabalho: Guia básico com Abordagem Psicossomática. São Paulo: Moderna Atlas, 1997.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. NR 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho. 2022. Norma Regulamentadora.

REIS DE PAULA, A. S. e; GAZZOLA, S., Relatório Final – Editais PAEx e PROEX. Universidade do Estado de Minas Gerais, 2023.

REVISTA CIPA. Conteúdo da Carga do Trabalho: Fatores Humanos, n. 192, Ano XVI. São Paulo, 1995.

ROOSEVELT, E.S. Segurança na Obra - Manual Técnico de Segurança do Trabalho em Edificações Prediais. Editora A Interciência. Rio de Janeiro, 1999.

SALIBA, T. M. Legislação de Segurança, Acidente do Trabalho e Saúde do Trabalhador. 3ª ed. LTR Editora, 2005.

ISBN: 978-65-986235-0-0

Aurum EDITORA

CAPÍTULO 7

EDUCAÇÃO E SAÚDE – DESAFIOS E OPORTUNIDADES PÓS PANDEMIA NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

EDUCATION AND HEALTH - CHALLENGES AND OPPORTUNITIES AFTER THE PANDEMIC IN THE CONTEXT OF PUBLIC HIGHER EDUCATION AT THE STATE UNIVERSITY OF GOIÁS

https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-007

Fabiana Custódio e Silva
Mestre, professora efetiva da Universidade Estadual de Goiás
E-mail: profabianarh@gmail.com

Suelma Rodrigues Duarte
Mestre, professora efetiva da Universidade Estadual de Goiás
E-mail: suelmaster@gmail.com

Rodrigo Elias de Rezende
Mestres, professor efetivo da Universidade Estadual de Goiás
E-mail: rodrigo.elias@ueg.br

RESUMO
O estudo é uma revisão bibliográfica que tem a centralidade embasada no contexto de uma Instituição de Ensino Superior Pública do Estado de Goiás, com o foco na organização do trabalho, tendo como atores principais de investigação o professores e o alunos. Utilizou-se nesta pesquisa de um levantamento bibliográfico, a base metodológica de natureza exploratória. Os Resultados apontam para avanços significativos, com a implementação de metodologias híbridas e remotas, com um avanço das práticas pedagógicas digitais e o fortalecimento de medidas de bem-estar, porém com a indicação de ajustes e melhorias para atender plenamente às necessidades de professores, alunos e técnicos administrativos.

Palavras-chave: Professor; Aluno e trabalho.

ABSTRACT
The study is a bibliographic review that is centrally based on the context of a Public Higher Education Institution in the State of Goiás, with a focus on the organization of work, with teachers and students as the main research actors. This research used a bibliographic survey, the methodological basis of an exploratory nature. The results point to significant advances, with the implementation of hybrid and remote methodologies, with an advancement of digital pedagogical practices and the strengthening of well-being measures, but with the indication of adjustments and improvements to fully meet the needs of teachers, students and administrative technicians.

Keywords: Teacher; Student and work.

1 INTRODUÇÃO

Os desafios e oportunidades que uma instituição de ensino enfrentam, especificamente a Universidade Estadual de Goiás, em todo o seu contexto, desde a organização do trabalho, as relações de trabalho, as condições de trabalho e até as vivências de todos os trabalhadores, que estão envoltos por inúmeras e complexas transformações que tem implicações direta na saúde de todos que dela fazem parte, mas precisamente, o professor e o aluno que são as peças chaves do sistema educacional.

Para Arendt (2000), as atividades centrais que correspondem às condições básicas da vida humana, são: o labor, o trabalho e a ação. Para esta autoria a ação , é a mais elevada das três atividades, pois se refere à interação entre os seres humanos no espaço público, que é o aspecto central da condição humana, pois envolve a criação de novos começos e o exercício da liberdade.

Ressalta-se que diante de cenário educacional contemporâneo dotado de complexidades, marcado por transformações tecnológicas, impactado por demandas sociais crescentes e desafios econômicos, faz-se necessária a compreensão de diversas especificidades inerentes ao contexto da educação e sua relação com a saúde dos professores e alunos, principalmente pós pandemia e com todas as suas manifestações patológicas na vida das pessoas.

Nesse sentido, os desafios e as oportunidades gerados em um período pós pandemia é a grande inspiração para realização deste estudo, que tem a Universidade Estadual de Goiás - UEG, com sua peculiaridade enquanto instituição pública regional a centralidade desta investigação. A compreensão sobre a dinâmica das relações de trabalho, são melhores explicadas quando se observa as condições de trabalho, que por sua vez estão voltadas para questões que envolvem diretamente o corpo, que por sua vez poderá provocar desgaste, do mesmo, envelhecimento e doenças somáticas no trabalhador. Já os aspectos culturais que exercem influência na atuação dos professores, geram contribuições para a construção de conhecimentos imprescindíveis relacionados ao âmbito da saúde dos trabalhadores da IES, especificamente os professores e os alunos.

Destaca-se a grande contribuição de Paulo Freire, (2011) ao referir-se sobre a emancipação social que a educação promove, possibilitando que indivíduos e comunidades reconheçam e combatam as condições de opressão que impactam sua saúde e seu acesso à educação. Destaca-se também, a relação entre educação e saúde, com a emancipação advinda do estudo, não só a saúde, como também as condições sociais são melhores estabelecidas, gerando indivíduos mais autônomos e independentes.

Assim sendo, diante desse cenário, tem-se o objetivo geral que é Analisar os desafios e oportunidades da educação no contexto do ensino superior público da Universidade Estadual de Goiás (UEG) no período pós-pandêmico. Já os objetivos específicos são: Examinar as principais mudanças nas práticas metodologias de ensino na UEG como consequência da pandemia da COVID-19; Verificar o impacto da pandemia no acesso à educação e nas condições de ensino; Investigar as ações adotadas pela

UEG para garantir o bem-estar físico e mental de seus estudantes, professores e colaboradores no período pós-pandemia. Os principais resultados demonstram mudanças nas práticas pedagógicas e metodologias de ensino, como incorporação de reuniões de forma remota; aulas síncronas para alunos das matrizes em extinção; alguns investimentos tecnológicos, como a distribuição de nootebooks para os professores; abertura de concursos para assistentes sociais e psicólogos; programas saberes UEG com lives semanais, tendo temas relacionados à promoção da saúde.

Para tanto, tem-se o seguinte problema à ser investigado: Como o período pós pandemia contribuiu para a promoção da educação e da saúde dos professores e alunos da UEG, especialmente no que tange aos desafios e oportunidades?

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EFEITO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A intersecção entre a relação educação e saúde é essencial para a promoção de sociedades mais igualitárias e sustentáveis. Sabe-se que a educação exerce um papel central na formação de cidadãos conscientes. Por sua vez, a manutenção da saúde é uma condição indispensável para o aprendizado e o desenvolvimento integral dos indivíduos. Estudos como os de Oliveira, etal (2022) e BORDINI (2024), apontam que indivíduos com maior nível educacional tendem a cuidar melhor da própria saúde, na contra mão, o analfabetismo tende a gerar complicações significativas para a saúde das pessoas.

Ao compreender melhor a relação entre educação e saúde, no âmbito de políticas públicas, especificamente em países em desenvolvimento, onde programas de educação em saúde buscam prevenir doenças e promover o bem-estar, a escola, em seu espaço formativo, traz como um papel vital na disseminação de conhecimento sobre saúde, a mitigação de riscos, no contexto educacional, ajuda a construir uma cultura preventiva desde a infância.

Assimilar melhor as conexões existentes entre esses os campos da educação e saúde, ultrapassam a identificação dos benefícios individuais, estendendo-se ao desenvolvimento social e econômico das comunidades. No contexto entre a educação e saúde, ao integrar disciplinas e práticas que abrangem desde a nutrição até a saúde mental, expande o horizonte de prevenção e cuidado, promovendo o desenvolvimento humano e social.

De acordo com o MEC (2020), antes da pandemia, os cursos de graduação presenciais já tinham a possibilidade de desenvolver atividades na modalidade da Educação a Distância (EaD) e o limite máximo de carga horária para as atividades nessa modalidade é definida pelas DCN's de cada curso, limitando ao máximo de 40% sobre a composição total das atividades nos cursos. Com o surgimento da pandemia da Covid 19, mudanças e adequações com relação à prática de atividades não presenciais por meios digitais,

foram necessárias para que houvesse o aprendizado dos alunos e assim, mesmo com inúmeros problemas de ordem social e estrutural as escolas pudessem continuar cumprimento seu papel na sociedade.

Para Gusso (2020), houve a suspensão das aulas presenciais nas universidades públicas e privadas decorre a necessidade de desenvolvimento de maneiras alternativas de ensino, como as tentativas de adaptação e implementação de sistemas digitais. Essas tentativas, por sua vez, acabam por expor diversas ("novas") problemáticas. Entre elas encontram-se: a) a escassez de suporte psicológico a professores; b) a diminuição da qualidade no ensino (resultante da falta de planejamento de atividades em "meios digitais"); c) a sobrecarga de trabalho atribuído aos professores, que além do preparo das aulas, tiveram que "aprender" a utilizar a tecnologia para o processo de ensino-aprendizagem; d) a dificuldades dos estudantes com o uso da tecnologia e e) o acesso limitado (ou inexistente) dos estudantes às tecnologias necessárias.

A reestruturação desse "novo" modelo de ensino que não é em EaD, mas chamado por muitos estudiosos como ensino presencial não físico, ou seja de forma síncrona, envolve uma série de planejamento e uso de estratégias que abrangem aspectos como oferta de uma estrutura informacional adequada, com suporte técnico aos professores e estudantes. No entanto, muitas IES não oferecem esse suporte, ficando a cargo de cada docente e discente a adaptação e a organização para continuar tendo acesso ao estudo.

Esta nova forma de se adequar trouxe inúmeros impactos para a educação como um todo, e a urgência para a implementação deste ensino remoto emergencial, consequentemente teve limitações, tanto na sua estrutura física, quanto no aprendizado e aceitação de professores e alunos que se viram "obrigados" a ter esse modelo adequado a sua rotina diária de estudos.

Gusso et al (2020) ressalta que, embora ainda não se possa evidenciar os efeitos do Ensino Emergencial Remoto, é possível que consequências sejam percebidas nas instituições que o adotaram já com o fim do primeiro semestre acadêmico afetado pela pandemia. Como exemplos de possíveis consequências estão: a) baixo desempenho acadêmico dos estudantes; b) diminuição da interação entre os alunos e professores; c) evasão do Ensino Superior; e, d) desgaste dos professores, que estiveram sobrecarregados pelas múltiplas atividades e pelos desafios de lidar com a tecnologia a fim de promover o ensino.

2.2 DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÓS PANDEMIA

A educação superior tem passado por transformações profundas, especialmente após os impactos gerados pela pandemia de COVID-19. Instituições de Ensino Superior (IES) ao redor do mundo enfrentam o desafio de se adaptar a um cenário marcado pela incerteza e pela necessidade de inovar para garantir a continuidade das atividades acadêmicas e atender às novas demandas sociais. A Universidade Estadual de Goiás, nesse contexto, disponibilizou equipamentos para professores e alunos para conseguirem dar seguimento as aulas, oportunizando aos alunos mais carentes que não perdessem o ano letivo, novos

calendários acadêmicos foram ajustados, a pesquisa e a extensão também puderam neste período pandêmico serem ofertadas na modalidade à distância, assim, oportunizando à todos a sentirem incluídos em um processo de adaptação educacional de toda a universidade.

Um dos principais desafios enfrentados pelas IES foi a interrupção das atividades presenciais. A transição emergencial para o ensino remoto evidenciou desigualdades no acesso à educação, especialmente no que se refere à infraestrutura tecnológica, conectividade e competências digitais tanto de estudantes quanto de professores. Essa lacuna expôs a necessidade urgente de investimentos em políticas públicas que garantam equidade no acesso à educação superior.

Para Gusso et (2020), deve-se destacar também como desafio o planejamento do processo de ensino durante a pandemia é partir de dados precisos quanto às condições das pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem. De que condições dispõem professores e estudantes de cada IES para ensinar e aprender durante a pandemia no Brasil? Que estratégias de ensino são suportadas pela realidade de trabalho e de estudo existentes nessas instituições? O que é necessário levar em consideração e desenvolver para que o ensino durante a pandemia não se torne apenas um improviso ou um atendimento legal de normas, sem garantia de aprendizagens? Para responder a essas perguntas, torna-se fundamental a cada IES produzir conhecimento sobre a atual condição das pessoas envolvidas no ensino no contexto da pandemia.

Por outro lado, o cenário pós-pandemia também trouxe oportunidades importantes para a educação superior. O ensino remoto e as plataformas digitais ampliaram o alcance das IES, permitindo que pessoas de diversas regiões tenham acesso a cursos e programas que antes eram limitados geograficamente. Esse novo modelo pode promover uma maior democratização da educação superior, desde que políticas adequadas garantam a inclusão digital.

A adoção de tecnologias educacionais, como inteligência artificial, análise de dados e ambientes de aprendizagem virtual, oferece novas ferramentas para personalizar o ensino, melhorar o acompanhamento do desempenho estudantil e tornar o processo de aprendizagem mais dinâmico e eficiente. Essas inovações tecnológicas, quando bem implementadas, podem fortalecer o papel da educação superior na formação de cidadãos críticos e capacitados para atuar em um mundo cada vez mais digital.

Além disso, o contexto atual reforça a importância da interdisciplinaridade. As IES têm a oportunidade de promover a integração entre diferentes áreas do conhecimento, como saúde, tecnologia e ciências sociais, para enfrentar os desafios globais. O campo da saúde, em particular, foi colocado no centro das discussões e se mostrou essencial na construção de estratégias para lidar com crises como a pandemia, o que abre espaço para novas parcerias e currículos mais adaptados às necessidades contemporâneas.

De acordo com Santos (2020) a pandemia também gerou uma oportunidade para desafiar o modelo neoliberal que tem dominado as instituições de ensino superior, defendendo a necessidade de uma educação mais inclusiva, democrática e voltada para a justiça social. Assim, a mercantilização do ensino sugere que

a crise sanitária abriu espaço para reavaliar as prioridades da educação superior, tornando-a mais alinhada com as necessidades sociais e globais.

Já Senge (1990), tem explorado o papel das escolas e universidades como sistemas de aprendizagem. Sugere que as instituições educacionais podem aprender com a crise ao se tornarem mais adaptativas e colaborativas, focando no desenvolvimento de competências que preparem os estudantes para um mundo incerto e em constante mudança. Ele vê a crise como uma chance de promover a inovação dentro das próprias instituições, envolvendo toda a comunidade escolar no processo de mudança. Assim, acredita-se que a pandemia pode ser uma oportunidade para aplicar conceitos de aprendizagem organizacional na educação.

3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica descritiva – exploratória, uma vez que busca compreender os desafios e oportunidades vivenciados pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) no período pós-pandemia, com foco nas áreas de educação e saúde. Utilizou-se de pesquisas em artigos, teses e dissertações, utilizou-se da seguintes bases de dados: Capes e Google acadêmico, scielo e repositórios da PUC-GO utilizou-se como ferramenta de pesquisa que faz o uso da inteligência artificial o Elicit com o uso de alguns refinamentos dentro da IA, que permitiram investigar e analisar as contribuições de autores e estudos que fizeram uma análise mais profunda das mudanças ocorridas no ensino superior e seus impactos na saúde e no bem-estar da comunidade acadêmica. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica permite o aprofundamento teórico de uma tema, facilitando a construção de uma base sólida para a compreensão dos fenômenos estudados.

A análise dos textos embasou-se em uma pesquisa qualitativa, com o intuito de explorar as interpretações e reflexões dos autores sobre o tema, construindo, assim, uma visão abrangente entre educação e saúde.

Os critérios de inclusão foram artigos publicados entre 2019 a 2025, publicados em periódicos indexados; artigos com acesso completo e publicações relacionadas ao tema central do estudo. Já os critérios de exclusão foram artigos que não estão dentro do limite de publicação dos últimos 5 anos; artigos que estão fora do escopo do tema de pesquisa e artigos que não estão acessíveis por meio de acesso a links completos ou que exigissem pagamento para o acesso. Os procedimentos para coleta de dados se deram em três etapas: 1ª busca de levantamento bibliográfico; 2º filtragem e seleção, tendo como base os critérios de inclusão e exclusão e por fim, a 3ª etapa foi a análise qualitativa, buscando as abordagens teóricas, metodológicas e considerações relevantes para o tema centra de revisão. Para a análise dos dados bibliográficos, utilizou-se da descrição dos artigos selecionados, considerando as contribuições de cada estudo, para que futuras investigações pudessem ser exploradas.

A principal limitação da pesquisa foi pela disponibilidade de publicações que tenham uma visão mais ampla, que interage com a promoção da saúde, bem-estar e adaptações tecnológicas relacionadas diretamente ao contexto da Universidade Estadual de Goiás, tornando-se restrito o que as fontes existentes enfatizam.

4 RESULTADOS

As adaptações nas práticas pedagógicas da UEG demonstraram avanços significativos, com a implementação de metodologias híbridas e remotas, favorecendo certa continuidade acadêmica durante e após a pandemia. Gusso et al (2020) afirma a existência do ensino remoto para um período pós pandemia. Contudo, este mesmo autor, destaca que alguns desafios foram impactantes, como: a adaptação dos docentes e a resistência inicial a novos formatos de ensino foram observados, destacando a necessidade de um suporte contínuo em formação e tecnologia. Em relação às condições de ensino e ao acesso, houve um progresso na infraestrutura tecnológica, com a UEG investindo em recursos digitais que ampliaram o acesso à educação para muitos, embora as desigualdades no uso das ferramentas digitais ainda persistam. O estudo aponta que, para alguns alunos e professores, a acessibilidade e familiaridade com as plataformas digitais impactaram diretamente a qualidade da experiência educacional.

No que tange ao bem-estar físico e mental, a UEG adotou medidas de suporte psicológico e iniciativas de promoção da saúde para a comunidade acadêmica, oferecendo oficinas e atendimentos especializados. Tais iniciativas foram bem recebidas, mas o estudo sugere que ainda existem lacunas na efetividade e na abrangência do suporte, especialmente para atender as demandas de toda a comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os autores Moran (2020), Freire (2011), Monteiro et al (2021) e Kenski (2019), as Instituições de Ensino Superior estão diante de um cenário de grandes desafios, mas também de oportunidades valiosas. A chave para o futuro da educação superior está na sua capacidade de se reinventar, promovendo inovação, inclusão e interdisciplinaridade. O investimento em infraestrutura tecnológica, formação de professores e apoio à saúde mental são pilares fundamentais para garantir uma educação de qualidade, que prepare os indivíduos para os desafios de um mundo em constante transformação. Estes autores tem pontos convergentes com relação a importância da inovação, inclusão e do cuidado com a saúde mental como pilares para a educação superior.

A metodologia utilizada apresentou-se adequada para a proposta deste estudo, os objetivos foram alcançados. A análise baseada na pesquisa bibliográfica permitiu evidenciar as transformações profundas nas práticas educacionais e no que tange a interseção educação e saúde.

O período pós-pandêmico apresentou tanto desafios quanto oportunidades para a promoção da educação e saúde na UEG. A pandemia funcionou como um catalisador de mudanças, estimulando a inovação, mas também evidenciando a necessidade de políticas públicas que abordem as desigualdades de forma mais abrangente. O avanço das práticas pedagógicas digitais e o fortalecimento de medidas de bem-estar indicam um caminho promissor, mas que ainda requer ajustes e melhorias para atender plenamente às necessidades de professores, alunos e técnicos administrativos.

Portanto, a pesquisa aponta para a relevância de continuar investindo em políticas integradas de educação e saúde, com atenção especial à equidade e ao suporte psicológico e acesso as ações assistências, visando a promoção do desenvolvimento humano e social no contexto da UEG e de outras instituições de ensino superior públicas. Ao compreender melhor esses desafios e oportunidades, é possível traçar estratégias mais eficazes para um ensino mais inclusivo e adaptado às novas realidades.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. A Condição Humana. 10ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000.

BORDIN, Rodrigo. *Analfabetismo e relação com a saúde de pessoas idosas brasileiras: um estudo de base nacional* . 2024. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Pato Branco, 2024. https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/33535/1/analfabetismosaudepessoasidosas.pdf.pdf.

BRASIL, K. T. Psicodinâmica e Clínica do Trabalho - Temas, interfaces e casos brasileiros. Curitiba: JURUA, 2019.

FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 50ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. Por que continuar lendo Pedagogia do Oprimido? Revista de Políticas Públicas, v. 16, n 2, p. 459-461. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1533. Acesso em: 18 out 2024.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, *2008*.

GUSSO, Helder Lima. Et al. Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. Educ. Soc., Campinas, v. 41, e238957, 2020. https://www.scielo.br/j/es/a/8yWPh7tSfp4rwtcs4YTxtfr/?format=pdf&lang=pt Data do acesso: 11/10/2024.

TIO, A. L. D. Gestão do conhecimento aplicado ao planejamento estratégico de instituição de ensino superior. Dissertação de Mestrado. PUC. Campinas, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – Sistema de Avaliação da Educação Superior. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Data do Acesso em: 14 out. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Disponível em: http://portal.merc.gov.br Dato do Acesso em: 18 out. 2024.

MORAN, J. M. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. 5. ed. Campinas: Papirus, 2014. Educação. Humanista. Inovadora. Disponível em: file:///C:/Users/ueg/Downloads/A_EDUCACAO_QUE_DESEJAMOS_NOVOS_DESAFIOS.pdf. Data do Acesso: 20 março 2025.

MONTEIRO, Brenda Beatriz Silva; TORRES, Luciano Gil Saldanha; DA SILVA, Dayane Cereja Ferreira; DE CARVALHO, Thaísa Paes; DE ARAÚJO, Lorena Jarid Freire; TRINDADE, Steffany da Silva; MODESTO, Wendy da Silva; DA CRUZ, Joina França; MATSUMURA, Erica Silva de Souza. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA SAÚDE MENTAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19: RELATO DE EXPERÊNCIA. Revista CPAQV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida , *[S. l.]*, v. 13, n. 1, 2021. DOI: 10.36692/v13n1-23. Disponível em: https://revista.cpaqv.org/index.php/CPAQV/article/view/682.. Acesso em: 20 mar. 2025

OLIVEIRA, Priscila Santos; SANTOS, Natália Quevedo dos; OLIVEIRA, Daniel Vicentini de; GARCIA, Raiane Caroline; BERTOLINI, Sônia Maria Marques Gomes. Correlação entre Qualidade de Vida e o Nível Educacional da População de Maringá/PR. *O Mundo da Saúde* , v. 46, p. 240-246, 2022. DOI: 10.15343/0104-7809.202246240246. Acesso em 22 mar. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Almedina, 2020.

SENGE, Peter M. A quinta disciplina. São Paulo: Editora Best Seller, 1990.

Universidade Estadual de Goiás – UEG. Disponível em: https://ueg/ https://www.ueg.br/aditivo/busca_interna?filtro=PROGRAMA+SABERES&funcao=buscar. Data do Acesso em 18 out. 2024.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2019. Práxis Educativa, *[S. l.]*, v. 7, n. 1, p. 285–290, 2012. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.7i1.00014.

Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/3241. Acesso em: 18 out. 2024.

ISBN: 978-65-986235-0-0

CORPO E MENTE: LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO FRENTE ÀS EMPRESAS

BODY AND MIND: LANGUAGE AND COMMUNICATION IN BUSINESS

https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-008

Clayton Alexandre Zocarato
Prof. Esp
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
E-mail: claytonalexandrezocarato@yahoo.com.br
LATTES: http://lattes.cnpq.br/9990798714754506

RESUMO
O respectivo trabalho, tem como uma de suas principais premissas, fazer uma análise como a linguagem corporal, escrita e gestual, é de fundamental importância para a construção de empresas e organizações que visem a clareza de suas informações, como também venham a construírem patamares de relações humanísticas que sejam tanto subjetivas como intersubjetivas, visando uma maior lucratividade, bem como a expansão de seus negócios, assim como a importância do trabalho em equipe, sem perder as características individuais e intelectuais de cada um.

Palavras-chave: Administração; Empatia; Objetividade; Linguagem Corporal.

ABSTRACT
One of the main premises of this work is to analyze how body language, writing and gestures are of fundamental importance for companies and organizations that aim to be clear with their information, as well as to build humanistic relationships that are both subjective and intersubjective, with a view to greater profitability and the expansion of their business, as well as the importance of teamwork, without losing the individual and intellectual characteristics of each person.

Keywords: Management; Empathy; Objectivity; Body Language.

1 INTRODUÇÃO

A Comunicação dentro do ambiente Profissional - Empresarial, traz benefícios, tanto para a construção de relações humanas ***"Objetivas, como Intersubjetivas e Subjetivas".***

Objetivas, no sentido de uma clareza quanto o papel a ser desempenhado, dentro de um espaço empresarial ou trabalhista, perante o indivíduo e o "outro", tendo noção do que seja necessário fazer para atingir seus objetivos, bem como quais são suas tarefas a serem realizadas e desempenhadas, e assim se chegar a um denominador comum tanto de compreensão da informação, como também quanto a se fazer entender por seus pares e clientes.

Intersubjetivas, em que dentro dos mais variados agrupamentos humanos, visões de mundo, visões de vida, visões críticas, como também os interesses pessoais e intelectuais de cada um, geram polifônicos sentidos de disparidades de ideias, que assim podem ao mesmo tempo vir construir um caminho de cooperação entre as pessoas, como também vir a gerar problemas de relacionamentos pessoais e interpessoais, que fujam de um caminho administrativo e de gestão empresarial, que possam estar objetivados, para uma ontologia de aproveitamento das habilidades particulares de cada um, em que esteja focado no beneplácito de uma maior rentabilidade, moral, social e material de seus funcionários e executivos, e que assim estejam envolvidos para produzirem juntos, deixando suas diferenças de lado, um sistema de comunicação que venha disseminar bem comum informacional e cooperativo entre as empresas.

Segundo ***Chiavenato "uma boa comunicação entre os membros de uma organização, pode vir a garantir as virtudes necessárias, tanto para o aprimoramento interno como externo de suas atividades, culminando assim em um crescimento de sua credibilidade e seus dividendos" (2000).***

Subjetivas, pois todo processo comunicação propicia um crescimento tanto intelectual, como também um processo de empatia, que assim crie uma teia de relações humanas, que possam evitar desgastes, quanto aos perigos do surgimento de assuntos que tenham o cunho de denigrir e não enaltecer o papel do "ser – pessoal", e assim fazendo-o estar uma condição espacial trabalhista de adoecimento, e pelas quais venha a limitar sua arquitetura, de produção intelectual, e que tenha dentro de suas estruturas mentais e psicológicas virtudes em contribuir para que sua empresa continue crescendo.

Além desses três aspectos, uma boa atividade comunicativa empresarial, se faz através de um contínuo agregado ético, em se respeitar tanto o "lugar de fala do outro, como seu lugar de ação".

Nesses dois aspectos é interessante ressaltar a importância do pensador frankfurtiano, Jurgen Habermas, quanto às concepções, "***acerca de uma teoria da ação comunicativa, que venha envolver os agentes da informação, que devem estar atentos em perceber e analisar, que comunicação se faz tanto no pleito individual como coletivo, e que isso não pode ser impregnado como isolamento ou como massificação" (2003).***

"A Ação Comunicativa", é um caminho, para assim se elaborar semânticas de liberdades linguísticas, que possam tanto a virem, combaterem, figuras de preconceitos, quanto a um senso comum , que em um primeiro momento limite a figura criativa das pessoas contaminando seu entusiasmo, como sedo um arcabouço de preconceitos, mas que sim que haja uma orientação que para a ***"Ação de Comunicar"***, polivalentes fatores são levados em considerarão, para se transmitir uma credibilidade, que seja ao mesmo tempo fruto de um bom planejamento, como também dentro de "uma estética de recepção", tendo uma postura integra, bem como a desenvoltura em falar, e controlar seus atributos biomecânicos, vindo a esgarçar o rigor, de um atrelado informativo, que faça tanto as pessoas terem um comprometimento em realizar suas atividades, e que a reflexão acerca de uma boa comunicação, está no cabido, que uma boa disseminação da informação de sua empresa, acompanha propostas, passando por antagônicos setores de epistemologias gerativas e criativas, que vão desde da criação, como do marketing, como também de designer, passando pela mesa da diretoria, por sua junta administrativa, para até chegar a sua divulgação e fabricação para o mercado consumidor, germinando um poderosos mecanismo comunicativo, entre vários grupos.

Não necessariamente a comunicação necessite ser uma ato de propaganda, mas sim também venha conter uma boa persuasão, que leve as pessoas a consumirem seus produtos, como também a disseminar, uma ética de credibilidades, que assim faça um trabalho de ***"boca a boca"***, para que haja uma expansão acerca da marca ou da empresa que deseje se lançar ao mercado consumidor.

De certa forma uma boa comunicação empresarial é realizada dentro de uma psicologia afetiva e comportamental, que venham a respeitarem diretrizes de propagandas justapostos na divulgação de seus atributos comerciais, e que não contenha vínculos de propaganda apelativos, como o uso da sexualidade, ou de jargões que possam produzirem sentimentos de preconceito, ou discriminação perante algum singelo eixo populacional em especial.

A parte de criação e divulgação do trabalho de uma empresa, além de ter a prioridade de uma organicidade de pensamento, que traga a elaboração de mentalidades, que venham angariar uma lide que esteja em torno crítico onde não basta fazer uso de ***"uma gramatologia exacerbada"(2015),*** como diria Jacques Derrida, mas sim usar de criatividade para que se chegue a um caminho de autoconhecimento, para cada membro da equipe possa conter a entalpia, de suas energias, posarem a serem revertidas em lucro e oportunidades, ajudando para uma alastrarão dos negócios.

"É necessário, se 'evitar ruídos, disformes e detratores de comunicações", em entidades e organizações de polifônicas sínteses de negócios que venham assim a construírem um legado de propaganda e articulação de suas atividades, que sejam sublinhadas, em respeitar as diferenças de visões indagadoras, mas que haja um respeito entre suas hierarquias, como também contenha vetores de incentivo a criação e

lançar vértices de conhecimentos, que venham tanto para administrar suas incidências estruturais, como em um bom relacionamento com seus fornecedores, auditores e claro consumidores e compradores.

Uma boa comunicação empresarial seja através de networking, ou pessoal, ou interpessoal, se vai realçando continuamente, com pouco ou muito preparo, pois se ficar dentro de arquétipos burocráticos, ou pragmáticos, pode ocorrer uma grande possibilidade de destruição dos fatores linguísticos libertários, quanto a uma valorização de ideias, que venham a aumentarem os seus lucros, como também enraizar, limiares de uma ideia de gestão empresarial democrática, e criativa, que contenha gamas de valorização, de seus funcionários e colaboradores, e assim venham a fugir de mesmices, de não se adaptarem as realidades, que seus compêndios de mercado consumidor possuem, tanto como sendo fornecedor, como sendo vendedor, dos mais variados tipos de produtos e serviços, que possa vim a oferecer.

É fundamental, uma comunicação que seja eloquente, clara, com objetivos bem traçados, mas que não sejam enrijecidos e minem as possibilidades de mudanças e adaptações, bem como fazer "uma escuta", ativa de sugestões e ideias, dadas por múltiplos setores do mercado e do mundo empresarial, que visem os benefícios coletivos, desde acionistas, e empregados, até as pessoas que fazem o transporte e manutenções das engrenagens de empresas e indústrias, que contenham uma ação direta no crescimento de uma Multinacional, ou Nação, Empresas de Capital, Aberto ou Misto, diante uma comunicação sadia entre seus pares, e seus contratantes e compradores.

A Linguagem Corporal, pode tanto incorporar expressões do endoesqueleto, que levem tanto para um sentido de confiança diante o organismo que está fazendo tais atividades oratórias ou corporais, como também vir se constituir como um elemento, de gerar turbulências em torno das relações humanas.

De certa forma o fator das micros-expressões faciais, podem virem, a produzirem sentidos tanto de uma simpatia perante o "outro", como também causar sentimentos e ações comportamentais hostis que venham a prejudicarem a homogeneidade e harmonia respeitosa e educacional entre as pessoas.

A linguagem corporal serve tanto como uma base analítica, para vir a servir de margem interpretativa formativa de opiniões, como também sendo um fator observável para geração de planos empresariais e comunicação empresarial, que visem policiar movimentos biomecânicos que possam quebrar a harmonia, e a paz de uma organização.

Um bom negócio ou um bom investimento possuem diretrizes, tanto para elementos comportamentais que venham a engrandecer uma postura psicocorporal, individual ou coletiva, como também vir a causarem grandes distúrbios e constrangimentos diante aparatos empresariais que envolvam relacionamentos que exijam uma postura corporal, que diretamente possa trazer, tanto benefícios como malefícios, para locutores e interlocutores.

É fundamental uma sincronia harmoniosa ***"entre signo e significante"(1978)***, como coloca Ferdinand Saussure, como uma oblação para se chegar a desenvolver uma eloquente postura corporal que

evitando gestos abruptos, sendo um "signo", para uma dialética de interpretações no que seja a produção de ***"significantes"***, quanto a elixir um sistema gramatical e corporal de lúgubres caminhos que partam para um caminho de negociação empresarial, que vise tanto garantir o respeito e a confiabilidade entre diferentes polos de transações comerciais, como também seja reflexo de um crescimento mental e social das empresas, realizando ditames de uma "educação corporal empresarial", que venha a conceber formas de subjetividades, que estejam em harmonia tanto com conceitos técnicos e ações que se submetem ao abstrato e ao concreto.

De certa forma, isso nos leva a reflexões que se submetem, a um ***"cartesianismo" (1987)***, de Descartes, que assim faça da voz, um instrumento de assimilação do real, e também do corpo como um posicionamento de argumentação, quanto as possibilidades do pensamento a ser elevado como base de construção intelectual, que venha a controlar o visível, para se chegar a um perísprito empreendedor, acerca de como se posicionar, perante o mundo dos negócios.

A Comunicação Empresarial proficuamente, diretamente necessita não de um condicionamento e controle das expressões corporais, mas sim que venha a esmiuçar prolongamento de sintaxes comportamentais, em que as linguagens necessitam de uma primazia, em elucidar questionamentos como afirmações acerca de como ter uma assimetria de estar em consonância com ***"razão – mente – corpo – sentimento"***, que venha assim a valorizar as viabilidades, em se fazer um bom tramite de negociação, pelos quais ambas a partes possam demonstrar confiança mútuas, e também que não venham a gerarem certames de uma falta de credibilidade e de carência com a verdade, quanto aos seus planejamentos de acordos, tratados e parcerias comerciais e empresariais.

É de vital um procedimento de inteligências que possam assim estar comprometidos com a ***"verdade"***, pelo qual a Comunicação, seja um prolongamento de interações sociais e mentais, que venham a provocarem cânones de frutíferos cunhos de uma higienização de contaminações da linguagem escrita e falada, e façam crescerem firmações de bons negócios, que visem tanto, a reflexão para busca de novas parcerias entre as empresas, como também ocorra uma análise acerca que suas atividades tanto econômicas como politicas, venham a integrarem estertores, para uma administração que seja unificadora, no estabelecimento de normas e deveres.

Normas que contenha a "normatização, de trocas informativas respeitosas, que contenham na razão seus alicerces de divulgações acerca dos seus negócios" e "deveres, que não contenham um sínodo de dogma, mas sim que podem ser gerenciados e negociados com o passar do tempo e adaptados de acordo com a realidade da instituição.".

A Comunicação Corporal nas Empresas é mais um atributo de que o conhecimento e vai se constituindo, como uma fonte inesgotável tanto para construção, de novas formas de conversações, para se chegar a uma ação ética, com um clivo de que cada "corpo" tendo sua forma neurofisiológica e neurológica

demonstrações e atividades bioquímicas que gere reações diante de uma captura compreensiva na absorção de conteúdos que possam serem classificados como sendo certo ou errado.

Tem que haver uma junção entre o "som básico e o corpo complexo", desde de recados fixados em murais em paredes e murais, a normas que determinam quais vestimentas são apropriadas para aquela empresa, ou ao seu local específico, bem como uso moderado do tom de voz, bem como se comportar diante autoridades e cargos superiores, aos quais todas as pessoas estão submetidas.

A Informação ou a Comunicação Corporal passa tanto por intensidades, de uma unificação entre o que pode ***"ser percebido como aprendido" (1998)***, como coloca Peter Drucker, expondo que o percebido, faz parte da expertise de cada funcionário, e o que aprendido, pode ser concebido, inventado e disseminado, por pessoas com construções mentais, vivenciais e sociais diferentes entre si.

Para uma boa linguagem corporal, é fundamental levar aspectos socioeconômicos, socioemocionais e sociopolíticos, que coloquem que cada indivíduo, tem sua propriopercepção da realidade, e que aspectos internos ao seu comportamento são formas de aprendizagens, que vão ajudarem tanto a realçar a sua capacidade de abstração lógica, como também em sua vida empregatícia visando tanto à manutenção do seu emprego, como também diretamente na sua postura corporal informativa e educacional, podendo tanto trazer uma imagem positiva da sua empresa, como também gerar certos julgamentos e opiniões equivocados, que podem assim vir, a contaminarem o funcionamento de um empesa em todo o seu geral.

Ou seja, a máxima que uma "andorinha só, não faz verão", não se aplica dentro da Comunicação Empresarial ou Institucional, pois desde o corpo e a mente, a construção de laços afetivos e profissionais, praticamente todos esses setores estão destinados para a produção de intelectualidade, que tenha como primordial fonte, aumentar tanto o capital de giro da empresa, como o lucro líquido total.

De forma filosófica, ***"corpo e mente"*** tem que estarem em harmonia, que toda uma engrenagem de negócios e negociação, que saia do nível do idealismo planejamento, e se chegue a uma implementação e conclusão lógica de suas diretrizes, e que a comunicação é um aspecto comum de toda humanidade, seja feita por gestos, palavras, sinais, sendo um atributo de nossa existência, que nos leva a uma consistência de consciência, e que para cada palavra disseminada, impressa, inventada, dita, escrita, digitada, gravada, simbolizada, está um forte núcleo de decisões que podem tanto vir a alimentar a capacitação de novos empregos, como também acelerar a falência de empresas, e aumentar as chances de seu concorrente obter maiores oportunidades de lucro.

A comunicação tanto corporal, como gramatical requer uma mutualidade e respeito pelas indiferenças e diferenças, que venham assim visar a harmonia entre os negócios, bem como a integração entre multiculturalismos que dialoguem entre si, versando a respeitabilidade entre seus nichos existenciais, morais, individuais e pessoais.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, I. Introdução á Teoria Geral da Administração. Campus, Rio de Janeiro, 2000.

DERRIDA, J. Gramatologia. São Paulo. Perspectiva, 2003.

DERRIDA, J. Khôra. Campinas. Alternativa, 2015.

DESCARTES, R. O Método do Recurso. São Paulo, Nova Cultural, 1987.

DRUCKER, P. Administração na Próxima Sociedade. Barueri, Nobel, 2002.

DRUCKER, P. Terceiro Setor: Ferramenta de Auto – Avaliação para Empresas. Recife, Futura, 2001

FOUCAULT, M. Ditos e Escritos Vol I. Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria, Psicanálise. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2010.

HABERMANS, J. Teoria da Ação Comunicativa. São Paulo, Unesp, 2003

SAUSSURE, F. Curso de Linguística Geral. São Paulo, Cultrix, 1978

SPADOTO, J. Comunicação nas Organizações. Marília, Unimar, 2025

ISBN: 978-65-986235-0-0

HEGEL: SUA HISTÓRIA DA FILOSOFIA, E A FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO

HEGEL: HIS HISTORY OF PHILOSOPHY, AND PHILOSOPHY IN HIGH SCHOOL

https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-009

Ricardo de Moura Borges
Mestrando em Filosofia pelo Mestrado Profissional em Filosofia (ProfFilo) na Universidade Federal do Piauí - UFPI

RESUMO
Este artigo versa sobre a importância da história da filosofia no ensino de filosofia no Ensino Médio a partir da perspectiva do filósofo idealista Hegel. Apresenta algumas dificuldades encontradas no ensino médio a partir da fragmentação do sujeito, provocando um individualismo, marcado pelo contexto da exacerbação do acesso às informações que deixou há muitas décadas de ser a escola e do professor que não é um detentor do conhecimento, mas passa a ser um mediador no processo de ensino aprendizagem. Assim, a filosofia hegeliana tem muito a nos ensinar pois por seu caráter provocativo e reflexivo demonstra a busca pela totalidade do conhecimento a partir da dialética promovida por uma história que seja viva e vivificante.

Palavras-chave: Hegel; Ensino-médio; História da filosofia; Filosofia.

ABSTRACT
This article is about the importance of the history of philosophy in teaching philosophy in high school from the perspective of the idealist philosopher Hegel. It presents some difficulties encountered in secondary education due to the fragmentation of the subject, causing individualism, marked by the context of exacerbated access to information that ceased to be the school and the teacher many decades ago who is not a holder of knowledge but becomes a mediator in the teaching-learning process. Thus, Hegelian philosophy has a lot to teach us because, due to its provocative, reflective character, it demonstrates the search for the totality of knowledge based on dialectics promoted by a history that is living and life-giving.

Keywords: Hegel; Secondary education; History of philosophy; Philosophy;

1 INTRODUÇÃO

Pensar o ensino de filosofia no Ensino Médio contemporâneo no Brasil é pensar na escola do século XIX a partir de seus desafios, inquietações e motivações. Sob uma forte pressão mercantilista no ambiente escolar percebemos que existem necessidades outras que não existiam a décadas passadas, tais como pensar o sujeito a partir de suas competências socioemocionais, formar um sujeito que se prepare para o mercado de trabalho moldado sob a ótica do liberalismo econômico, desenvolvendo habilidades e competências para a flexibilidade no mundo do trabalho. Em outras palavras, parece que o sonho de desenvolvimento iluminista, da ciência, técnica e tecnologia faz-se presente nos tempos atuais, trazendo desafios.

Partindo desta ótica, podemos pressupor que o conhecimento empírico tem uma acentuação mais assertiva e eficaz em tempos de desenvolvimento técnico e tecnológico. De uns anos para cá as escolas estão oferecendo ensino técnico profissionalizante com oportunidades de emprego prático em um curto espaço de tempo, algo promissor, mas nem sempre assegurado.

Poderíamos pensar desta forma que todos os filósofos idealistas, racionalistas não teriam espaço para a reflexão filosófica na atualidade e que seu diálogo com o tempo contemporâneo seria algo sem sentido, supérfluo ou desconectado com a realidade do mundo do trabalho, sendo descartáveis, pois se tornaram obsoletos.

Contudo, nosso ponto de discussão é entender como no Ensino Médio de natureza profissionalizante pode-se dialogar com a filosofia de Hegel a partir de uma perspectiva provocativa, interativa e filosófica.

Pensar o sentido de algo que mova o ser humano em um modo global, absoluto, parece nos dias de hoje algo irrisório, sem sentido e pouco proveitoso, tendo em vista que a coletividade está expressa em sua grande maioria apenas nos espaços virtuais, onde o sujeito em muito dos casos encontra-se isolado em suas bolhas de compreensão do mundo.

Tendo em vista os objetivos desse estudo, primeiro vamos identificar o que é o Ensino Médio na escola de massas e como a filosofia como disciplina está inserida neste espaço, apontando alguns desafios, algumas mudanças que aconteceram no espaço escolar, principalmente quando olhamos para a escola atualmente. Em um segundo momento iremos compreender o conceito da história filosofia hegeliana fazendo um diálogo com a sua concepção da filosofia como abstração de conceitos que visa o Espírito Absoluto, apontando a importância de compreendermos a dialética como movimento contínuo, e em um terceiro momento iremos apresentar como a proposta de se trabalhar a história da filosofia na perspectiva hegeliana no ensino médio em uma perspectiva globalizante, interdisciplinar com o intuito de perceber a sua atualidade e suas peculiaridades. Por fim, concluímos o artigo enfatizando sobre a importância da filosofia de Hegel para o ensino médio.

2 A ESCOLA DE MASSAS NO ENSINO MÉDIO ATUALMENTE

Nas modalidades de ensino atual, podemos designar a etapa do Ensino Médio como aquela em que perfaz os últimos três anos de formação em uma escola pública ou particular que irá possibilitar o aluno ao ingresso quer seja no mercado de trabalho, quer seja na vida universitária.

A escola atual do século XXI, em muitos dos casos carente de avanços quer seja em adequações estruturais, quer seja em desenvolvimento tecnológico e profissional, quer por falta de psicopedagogos, bibliotecários, professores de informática, salários adequados, dentre outros aspectos, conta-se com uma clientela que é diferente das escolas de massas de décadas passadas.

A escola de massas busca fomentar o ensino das disciplinas curriculares a partir de uma realidade existencial do aluno.Contudo, vale ressaltar que as massas pensadas em décadas passadas em sua grande maioria eram pessoas desprovidas de total poder aquisitivo, que viam na escola uma possibilidade de se alfabetizarem.

O que destacamos aqui é que as massas atuais, são permeadas por jovens que em aspectos socioeconômicos, de acesso aos meios de comunicação e informação possuem possibilidades de acesso maior do que as gerações passadas. Assim, também os professores atuais nas escolas, são em muitos casos, filhos e filhas da massa desprovida de acesso à educação. Este termo massa carece ser refletido.

Como salienta Rodrigo 2009, p.37, ao falar da possibilidade do ensino de filosofia para a escola de massas, nos diz que:

> É o caso de perguntar-se o que justificaria este esforço: Basicamente duas finalidades de caráter mais geral: propiciar a todos a oportunidade de desenvolver sua humanidade em termos de um pensamento racional que lhes permita pensar a relação consigo mesmo, com o outro e com o mundo, de modo que estejam aptos a exercer o pensamento na perspectiva de uma cidadania democrática.

Aqui temos o núcleo central que responde a pergunta: para que serve a filosofia. Desta feita, poderíamos dizer que é para humanizar e não para fragmentar o sujeito. Em nosso contexto, pós pandêmico, onde a pandemia trouxe uma individualização do sujeito, acrescido com o uso excessivo das redes sociais, das mídias de informação rápida que liberam dopamina no cérebro, tornando os sujeitos viciados em telas e menos aptos para a leitura de um livro ou um clássico de filosofia, ou seja, fragmentados não pela escola, mas por todo um contexto.

Notamos que essa perspectiva apresentada pela autora é um desafio talvez mais complexo do que quando a mesma escreveu o seu texto, pensando em uma escola de massas em que o trabalhador (em sua grande maioria assalariado, vindo do campo para a cidade, ou agricultor) teve a possibilidade de ingresso nas escolas públicas.

Vale destacar que, em nosso tempo, a grande maioria são filhos desses trabalhadores, ou seja, são filhos da massa que se tornaram professores, diretores, secretários, merendeiras, vigias, e professores de filosofia.

As problemáticas de décadas atrás consistem em formar o indivíduo para a sociedade praticamente estabelecida, com empregos estáveis, tecnicistas, e pouco desafiador no sentido de poucas crises institucionais. O professor era o detentor do conhecimento, as Barsas e bibliotecas físicas continham os saberes necessários para a pesquisa e de certa forma o ensino de filosofia estava direcionado para poucos, pois mesmo sendo abordado seu ensino na escola pública brasileira além de ser uma escola que não incluía um grande número de alunos, também encontra-se poucas pessoas graduadas na área de filosofia para ministrarem a disciplina.

As massas mudaram, os espaços escolares sofreram adequações, tais como ampliaram seus estacionamentos (era impensável a popularização de veículos em décadas passadas) para que os agentes escolares deixem seus veículos, as carteiras de sala de aula encontram-se permeadas com celulares dos mais variados tipos, conexão de internet com alta velocidade, ar condicionado em salas de aula. Conhecimento difuso adquirido pelas redes sociais, plataformas, bibliotecas vazias, e salas de informática praticamente em desuso.

O ensino médio contemporâneo é diversificado, sendo pautado uma exigência maior na formação do aluno a partir das áreas de língua portuguesa e matemática, sendo infelizmente a filosofia como área secundária e em muitos casos deixada de lado pelo sistema de ensino.

Tem-se durante um ano letivo a carga horária de 40h para o ensino de filosofia para cada série do ensino médio, ou seja, estas dividindo-se durante as semanas ficam apenas com uma aula a ser ministrada em um curto período de tempo de 50 min. O professor é direcionado a trabalhar especificamente por duas vertentes, a saber: ou por temas de filosofia tais como a justiça, a beleza, a amizade, o belo, a metafísica e a partir de textos motivacionais direcionar o aluno para a reflexão filosófica. Ou pela história da filosofia onde trabalha-se desde os pré-socráticos até a filosofia contemporânea. O professor recebe da escola um livro didático, um apagador e um pincel para dar conta dos desafios propostos para que haja um ensino de filosofia eficiente e eficaz.

Salientamos que o livro didático é um suporte e não um fim em si mesmo, pois o professor observando a realidade do aluno, da classe e da escola poderá muito bem adequar o ensino de filosofia a sua realidade, desde que não se distancie do conteúdo programático, mas favoreça meios e estratégias necessárias para que a aprendizagem se torne significativa.

Sobre esta aprendizagem significativa, salientamos que o papel do professor tem mudado nos últimos tempos. Não é mais o detentor de conhecimentos prontos e acabados, mas é o mediador entre os conhecimentos a serem alcançados e a realidade do aluno que é o sujeito aprendente.

Assim, como existiu a revolução copernicana em que Copérnico desloca a terra do centro do universo, pondo o sol em seu local e estabelecendo o sistema heliocêntrico, ou como fez Kant ao deslocar o objeto que ficava no centro da aprendizagem, onde o sujeito iria conhecê-lo, e ao pôr o sujeito no centro perguntou-se o que este pode conhecer sobre o objeto, assim, se dá no meio educacional, onde o professor não é mais o centro como detentor de um saber pronto e acabado, mas é o aluno que está no centro sendo instigado por meio de estratégias para que o ensino se torne cada vez mais assertivo.

A sala de aula sofre modificações, assim também como o seu ensino, pois imersos em um mundo de informações aceleradas, controversas e difusas, encontramos uma finalidade interessante para a filosofia, que é de despertar o saber crítico e reflexivo sobre esta gama de informações que são como uma inundação de informações. Esta analogía é utilizada pelo filósofo Pierre Lévy, 2012, p.17 quando nos diz que:

> [...] o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo.

Não tem mais como fechar os olhos para a realidade para a gama de informações que são oferecidas pelas redes sociais. Também é inegável o fato de que o processo de ensino formal de leitura, escrita, tempo dedicado aos estudos como processo de maturação e reflexão do saber tem decaído nos últimos tempos. O acesso à escola para as massas não necessariamente significou um processo de desenvolvimento dos estudos como atividade de reflexão do pensamento, mas marcado por uma sociedade acelerada pelas demandas do mercado, individualista, e consequentemente fragmentada, em muitos casos substitui-se a qualidade pela quantidade, ou o ter pelo ser e saber.

Frente estas demandas, Silvio Gallo 2008, p.167 nos diz:

> (...) A filosofia pode ser, na instituição, este lugar onde se reverta o fundamento da autoridade do saber, onde o sentimento justo da ignorância apareça como a verdadeira superioridade do mestre: o mestre não é aquele que sabe e transmite; ele é aquele que aprende e faz aprender, aquele que, para falar a linguagem dos tempos humanistas, faz seu estudo e determina cada um a fazer por sua conta. A filosofia pode ocupar este ponto de reversão porque ela é lugar de verdadeira ignorãnica. Todos sabem que, desde o começo da filosofia, os filósofos não sabem nada, não por falta de estudos ou experiências, mas por falta de identificação. Também o ensino de filosofia pode ser este lugar onde a transmissão dos conhecimentos se autoriza a passar algo mais sério: a transmissão do sentimento de ignorância.

Este modelo é muito semelhante a filosofia socrática, onde o filósofo da maiêutica buscava despertar o conhecimento que estava dentro do sujeito a partir das perguntas, sendo que estas eram provocações por meio da ironia para se alcance um conhecimento que não estava fora do sujeito (nas redes sociais, na explicação do professor apenas, nas tradições e crenças) mas sim a partir da reflexão e entendimento do

próprio ser pensante. Campanner, 2012, p.21 explica que Galo propõe alguns desafios a serem superados, tais como:

> a) o risco de se cair em um ensino enciclopédico, no qual os jovens aprendem os sistemas filosóficos, seus princípios doutrinários e as críticas a esses sistemas; b) o risco de se cair na lógica da explicação, o que leva aquele que aprende a renunciar os seus pontos de vista. O ensino de filosofia seria um consenso onde se apagaria as diferenças.

Estes riscos são negativos, contudo ao percebermos a fragmentação do ensino de filosofia em parcas aulas de 50 min por semana, notamos que se tais objetivos fossem atingidos já seria um avanço. Contudo, vale salientar que o papel do professor em sala de aula é de fundamental importância, priorizando o diálogo, e não apenas o monólogo, escutando as inquietações dos alunos e priorizando um ensino de filosofia que seja inclusivo, sem perder o que é próprio da filosofia, a atividade crítico reflexiva. Priorizando a história da filosofia, não uma história morta, acabada e desprovida de sentido, mas algo vivo que carrega sentido para a vivência do aluno. Por isso que evocamos Hegel discutirmos o ensino de filosofia no ensino médio.

3 HEGEL E O ENSINO DE FILOSOFIA

Poderíamos contrapor este mundo fragmentado, individualista e com pretensões puramente mercadológicas a partir da filosofia hegeliana, tendo em vista que o mesmo elabora o conceito principal de sua metafísica, ou seja, o Espírito Absoluto, também conhecido como infinito, sendo que, todas as coisas que existem, por exemplo, a escola, a universidade, o aluno, o professor, etc, fazem parte dele. O Espírito está presente em todas as coisas e todas as coisas são manifestações dele. Esse conceito, que abarca a realidade das coisas, nos ajuda a entender a filosofia por um caminho de propósito coletivo, dando sentido à história do sujeito.

Vale destacar que o Espírito Absoluto não se dá de forma direta ao indivíduo mas vai se demonstrando aos poucos, em um processo. Assim, podemos correlacionar com a formação do sujeito. Imaginemos um aluno que inicia seus estudos no jardim de infância, e que naturalmente no Ensino Médio começa a entender todo o processo de formação, sendo que sua consciência está em processo de amadurecimento contínuo com novas aprendizagens. Estas não podem ser fragmentadas, mas são continuidades progressivas que partem de sua história de vida.

Hegel foi professor da Universidade de Iena e também reitor do Liceu de Nuremberg no século XIX. A história de Hegel é dividida em dois momentos, a saber o jovem e o maduro. O primeiro vai de 1870 a 1907, dos zero aos trinta e sete anos. Com essa idade ele publicou a obra A Fenomenologia do Espírito, esta obra marca a passagem para o Hegel maduro. O segundo vai de 1907 a 1931. Em cada período ele foi assumindo funções como professor.

A construção de sua filosofia deu-se a partir da leitura dos clássicos. Ele vislumbrava a pólis grega e tinha um ideal de educação marcado pela filosofia grega. Algumas obras marcaram o desenvolvimento do conceito da filosofia em Hegel.

Hegel lança um olhar crítico à própria filosofia que estava em voga em sua época, a saber ao iluminismo que valorizava um saber prático, pautado no empirismo de Locke e também ao saber de deslocamento da compreensão do que o homem pode conhecer em Kant. Hegel em seu livro fenomenologia do Espírito, propõe uma autorreflexão da própria razão, buscando o Absoluto, o Universal, ou seja, busca um retorno à metafísica. Sobre Kant, Hegel, 2008, p.30, estabelece a seguinte crítica:

> Se a preocupação em evitar que caiam em erro produz desconfiança em relação à ciência em forma tão radical, então, não há porque também não desconfiar desta própria desconfiança, e não há portanto, porque não supor que este receio de errar não seja ele próprio um erro. Na realidade este receio pressupõe muitas crenças como verdadeiras e baseia suas conclusões nelas. É a verdade destes pressupostos que deve ser examinada.

Com isso o filósofo pretende estabelecer uma crítica, demonstrando que o próprio Kant ao fazer uma separação entre ciência e metafísica, provando que a ciência é originária de um juízo sintético a priori, ou seja, de saberes que são novos, gerais e universais, e se distanciam da metafísica. Hegel propõe que a ciência é uma manifestação do conhecimento como qualquer outro. A consciência crítica deve portanto se auto refletir, reconstruindo seu processo de formação.

Hegel demonstra que existe inicialmente uma separação entre sujeito e objeto, onde o primeiro conhece o segundo, mas que por meio de inúmeros acontecimentos, a compreensão da realidade por um processo evolutivo levaria a manifestação da expressão do Espírito. Assim, a nossa própria consciência é dada como sua manifestação, tendo em vista que nada existe fora do Espírito. O equívoco de Kant, segundo Hegel, foi que este ficou ao se perguntar sobre a possibilidade do conhecimento por parte do sujeito, não percebeu que isso já era a manifestação do Espírito. Kant, por sua vez, estabeleceu a razão teórica e a razão prática, o que para Hegel era um absurdo no sentido de que não existem dois “eus”, sendo o primeiro caracterizado pela unidade da autoconsciência e o segundo como vontade livre.

Desta maneira temos a possibilidade de entendermos a realidade por meio do todo, ou seja, pela manifestação do Espírito Absoluto. O sujeito que olha para si mesmo, em um processo de autorreflexão, entende que possui uma história de vida e que esta não está isolada do seu contexto. Assim, nos diz Hegel no prefácio de seu livro A filosofia do Direito :

> O que quer que aconteça, cada indivíduo é sempre filho de sua época; portanto, a filosofia, é a sua época tal como apreendida pelo pensamento. É tão absurdo imaginar que a filosofia pode transcender sua realidade contemporânea quanto imaginar que um indivíduo pode superar seu tempo, saltar sobre Rodes.

Temos então que a reflexão filosófica parte de um exame da própria consciência crítica de nossa própria história. Assim, vamos despertando o desejo de conhecer os pontos que ligam os tempos históricos, a saber: o passado, o presente, e o futuro. Pautado na concepção de entender as "leis da história", sua direção e seu sentido para irmos além da consciência de nosso tempo. O sair de si, contemplando a realidade fora de nós para entendermos a manifestação da Razão ou Espírito Absoluto.

Em relação a pergunta: o que é filosofia? Cerletti, 2009, não tem resposta unívoca. Assim, percebemos que ao analisar cada filósofo e cada corrente podemos encontrar respostas variadas para tal questionamento, contudo, em Hegel temos algo que busca um ponto unificador, sendo que a história da filosofia é algo contínuo, vivo que está presente. Esse é um ponto motivador, pois não é uma história acabada, fixa, onde é necessário apenas abstrair mentalmente dados e fatos, mas sim, entender o processo de construção. Cerletti, 2009, p.29, nos ajuda a refletir quando pontua que:

> Esse espaço em comum entre filósofo e aprendizes será antes uma atitude, a atitude suspeita, questionadora e crítica, do filosofar. O que haveria tentar ensinar seria, então, esse olhar agudo, que não quer deixar nada sem revisar, essa atitude radical que permite problematizar as afirmações ou colocar em dúvida aquilo que se apresenta como óbvio, natural ou normal.

Este olhar de suspeita, reflexão e admiração volta-se para o princípio socrático da filosofia, quando questiona os saberes dados pelos sofistas. Sócrates que provoca aqueles que eram detentores de um saber, proporcionando uma reflexão sobre si mesmo, a partir de seus conceitos. Campaner 2012, p.39, pontua que:

> Sócrates é a expressão do lugar que a sociedade atribui a Filosofia em seu interior. Sócrates foi julgado porque a cidade não encontrou um lugar para ele, não encontrou um lugar para o que ele fazia na cidade, e o que ele fazia era discutir com os cidadãos suas convicções, aquelas mesmas que eram as da cidade, e com isso representava um perigo para as instituições. No entanto, o exemplo de Sócrates em sua constante busca de saber indica que ensinar e aprender Filosofia não podem estar desligados do "Fazer Filosofia".

É nesta filosofia que encontramos a presença contínua na filosofia hegeliana. Pois a história não pode ser vista como uma simples sucessão de eventos, sendo que por meio da análise dos acontecimentos históricos, notamos a presença do Espírito Absoluto, ou seja, existe a possibilidade de reconhecer cada evento particular pelo qual ele passa. Os eventos particulares da história compõem um todo maior, pois não somos seres isolados, fragmentados e individualistas. É entender que se estudo em determinada escola, tenho acesso a certa cultura, falo um idioma, estou inserido em alguma religião, etc, existe uma conexão maior, e existe uma finalidade.

É necessário pontuar que para Hegel a história não é linear, mesmo seguindo um plano racional a mesma é permeada de altos e baixos, mas seguindo sempre um fluxo contínuo que é a manifestação do Absoluto. Para se entender a história observamos o processo de formação da consciência. Marcondes, 2007, p. 224, afirma que:

> Já nas Lições de Iena, que contém material posteriormente desenvolvido e reelaborado na Fenomenologia do Espírito, Hegel formula sua concepção de processo de formação da consciência . Trata-se de um tríplice processo , ou de uma tríplice dialética, consistindo em três elementos básicos: 1) as relações morais, que são aprendidas com a família ou vida social; 2) a linguagem ou os processos de simbolização; e 3) o trabalho ou a maneira como o homem interage com a natureza para dela extrair seus meios de subsistência.

Estes três estão interligados, sendo que a consciência histórica não está no ponto de chegada mas no processo em si, no desenvolvimento, na forma como o sujeito encaminha-se em seu progresso histórico. A história o desdobra do Espírito e este seria dado pelo desenvolvimento da nossa consciência. Cada acontecimento tem uma razão de ser, por exemplo, a própria ideia de liberdade que é central em sua filosofia caminha sobre uma marcha de progresso, se efetivando e tornando-se realidade por meio de um caminho na história. Ela teria surgido na antiguidade com a liberdade apenas do rei ou governante, depois passa ganhar mais espaço na democracia ateniense com a liberdade para todos os nascidos em Atenas e por fim ela se efetiva como ideia de liberdade para todos após a Revolução Francesa.

Para Hegel, foi na Revolução Francesa que a marcha da liberdade ganhou seu cume. Hegel 1988, p.26, reflete que:

> " [...] não é difícil ver que o nosso tempo [o da Revolução Francesa] é um tempo de nascimento e trânsito para uma nova época [...] o Espírito que se forma lentamente, tranquilamente, em direção a sua nova figura, vai desmanchando tijolo por tijolo o edifício de seu mundo anterior. [...] Esse desmoronar gradual, que não alterava a fisionomia do todo, é interrompido pelo Sol nascente, que revela num clarão a imagem do mundo novo.

Essa perspetiva demonstra que todo o processo contínuo da história carrega um sentido que nos leva ao Absoluto, sendo que os aspectos parciais são necessários para a construção da Razão. Hegel demonstra na história da filosofia que desde o primeiro filósofo até a sua época, a dialética,ou seja, o jogo dos contrários possui uma razão de ser, pois é a partir da contradição, do diferente, do oposto é que se pode produzir novas coisas e destas gerar-se novas oposições.

Podemos aferir que a obra Fenomenologia do Espírito possui como finalidade traçar a " história" do espírito humano, elevando o conhecimento que se dá pelos sentidos ao saber absoluto. Nós não somos isolados no mundo, somos movidos pela história para um determinado fim. No ensino de filosofia é fundamental despertar esta característica de todo, de conjunto de que não poderíamos, por exemplo, estar na escola se não houvesse alguém que a construísse, outro que ministrasse aulas, aquele que fabricasse a farda escolar, cadernos, canetas, e que tudo é produto de uma construção história, que segundo Hegel possui um direcionamento que é o Espírito Absoluto.

Essa dialética hegeliana é tripartida apenas em nível didático, mas é entendida pelo filósofo como algo contínuo, ou seja, que está em perpétuo movimento. Galeano, 214, p. 122, nos ajuda a entender este processo afirmando que:

> " Como trágica ladainha a memória boba se repete. A memória viva, porém nasce a cada dia, porque ela vem do que foi e é contra o que foi. Aufheben era o verbo que Hegel preferia, entre todos os verbos do idioma alemão. Aufheben significa, ao mesmo tempo, conservar e anular; e assim, presta homenagem à história humana, que morrendo nasce e rompendo cria."

Existem vários fragmentos acima que remetem à dialética hegeliana, tais como " vem do que foi", "contra o que foi", " conservar", " anular", dentre outras. Estas mostram a síntese de sua dialética estabelecendo choque entre afirmações e negações, para dissolver a contradição expressa. Para o escritor uruguaio, a nossa memória só é viva quando ela rompe com o passado, isto é, quando a o deixar de existir do passado possibilita a criação de algo novo.

No ensino de filosofia não é evidenciado que o estudo do passado, ou seja, da história da filosofia é fundamental, para chegar à consciência de que o presente em que vivemos é algo em movimento, e que os filósofos estão caminhando de forma contínua para a compreensão do Absoluto. A mudança ou o movimento é algo central em sua filosofia. A sua dialética, portanto, é feita de negações, afirmações e sínteses.

4 TRABALHAR A HISTÓRIA DA FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO A PARTIR DA PERSPECTIVA HEGELIANA

Vimos anteriormente como Hegel desenvolve a sua filosofia a partir da conexão com o todo, sendo o objeto de consciência uma autorreflexão do espírito que compreende a realidade não de separação entre sujeito e objeto, mas como manifestação do Espírito Absoluto. Hegel compreende tanto a religião, assim como a arte como formas privilegiadas de manifestação e revelação do Espírito Absoluto. Por meio das obras de arte, o Espírito Absoluto seria revelado e por meio do sentimento religioso teríamos esta manifestação.

A filosofia permitiria permitir conhecer o todo da atividade do Espírito, porque seria uma forma superior, pois por meio de conceitos esta portuária a relação entre finito e infinito entre o ser humano finito e o Absoluto. Assim, as três, a arte, a religião e a filosofia seriam justamente a manifestação do Espírito Absoluto.

Mas como essa manifestação poderia ser apreendida em um contexto fragmentado, diversificado e em parco tempo de ensino de filosofia, como remetido anteriormente em um espaço de apenas cinquenta minutos horas aula?

Pensar a importância da história da filosofia como algo significativo e vivo tanto na vida do aluno quanto do professor. Como nos orienta os Parâmetros curriculares nacionais 2006, p. 27 e 32, ao pontuar que:

> É salutar, portanto, para o ensino da Filosofia, que nunca se desconsidere a sua história, em cujo textos reconhecemos boa parte de nossas medidas de competências e também elementos que despertam nossa vocação para o trabalho filosófico. Mais que isso, é recomendável que a História da Filosofia e o texto filosófico tenham papel central no Ensino de Filosofia, ainda que a perspectiva adotada pelo professor seja temática, não sendo excessivo reforçar a importância de se trabalhar com os textos propriamente filosóficos e primários, mesmo quando se dialoga com textos de outra natureza, literários e jornalísticos, por exemplo, o que pode ser bastante útil e instigante nesta fase de formação do aluno. Porém, é a partir de seu legado próprio, com uma tradição que se apresenta na forma amplamente conhecida como História da Filosofia, que a Filosofia pode propor-se ao diálogo com outras áreas do conhecimento e oferecer uma contribuição peculiar na formação do educando. [...]É importante registrar que uma certa dicotomia muito citada entre aprender filosofia e aprender a filosofar pode ter papel enganador, servindo para encobrir, muitas vezes, a ausência de formação em véus de suspeita competência argumentativa de pretensos livres pensadores.

Esta exortação remete-se à importância dos textos clássicos de filosofia como uma motivação para uma formação sólida do aluno, assim, como ressalta a necessidade de que o professor domine o conteúdo filosófico a partir da construção histórica. Hegel, pontua que a história da filosofia é fundamental no sentido de que ela demonstra os pontos de construção, destruição e reconstrução do saber. Assim, filosofar é um reconstruir a partir do que foi construído por outros filósofos.

Por exemplo, pode-se pensar na importância dos mitos de Platão para repensarmos as nossas atitudes nos dias atuais. O mito da caverna já tão debatido e discutido, assim como o mito do anel de Giges que relaciona a questão da justiça a partir do que entendemos por justiça ou do que somos "obrigados" a fazer quando estamos sendo vigiados. Em um tempo de redes sociais, de exacerbação de câmeras e vigilância constante, o pensamento filosófico de Platão se faz pertinente. É necessário partir da história da filosofia, perceber que existem as contradições, mas que as ideias filosóficas em dado momento podem ser despertadas e ganharem vida, de acordo com o contexto que está sendo analisada.

Dando vida ao próprio filósofo Hegel, passamos a nos perguntar como seria o seu ensino de filosofia em nossa sociedade? Usando essa imaginação, buscamos a sensibilidade e a criatividade para entender nas palavras do filósofo que a filosofia é fruto do seu tempo, e que a cada tempo é um manifestar-se do Espírito e que este não está desvinculado, fragmentado, individualizado como a sociedade hodierna muitas vezes quer nos impor.

Se tudo tem um sentido, e existe um progresso que nos leva a um fim, então a nossa consciência deve ser despertada. E Hegel tem uma sacada importante, que é a questão da dialética, ou seja, o jogo dos contrários. Assim como no tópico anterior, refletimos sobre o escrito de Galeano podemos encontrar em diversas músicas, poemas, e experiências do dia a dia que demonstram este constante vir a ser em nossas

vidas. Isso provoca inquietações, provocações, curiosidade, despertando o espírito autorreflexivo. Estes aspectos movem o ser humano para o campo da investigação.

Com a existência do Espírito Absoluto as ciências não estariam pairando de formas livres, leves e soltas de uma aula para a outra, como se não houvesse uma conexão, mas estariam interligadas, pois todo conhecimento é manifestação do Espírito. Daí poderíamos entender a importância da interdisciplinaridade. Contudo valorizando o conhecimento filosófico em suas especificidades.

Outro ponto essencial a destacar é utilizar a filosofia de Hegel para pensar a sua própria filosofia, ou seja, assim como este lançou duras críticas ao pensamento de Kant a partir de sua filosofia transcendental, perceber que o objetivo de Hegel era a defesa da metafísica. Kant desconfiou da mesma, dizendo que a filosofia estava estagnada, enquanto a matemática e a física estavam em constante avanço. Não seria a filosofia de Hegel um momento de antítese ao pensamento de Kant? Dando a possibilidade de gerar outra síntese?

O momento de afirmação seria a filosofia Kantiana, o de negação seria a filosofia de Hegel e qual seria a síntese? Esta indagação poderia ser lançada em sala de aula para que os alunos investigassem e trouxessem suas respostas na próxima aula.

Demonstrar esta vivacidade faz com que percebamos que a história da filosofia não é estática, assim como o mundo não o é. Assim, como o nosso cotidiano em que mesmo estando em dias, semanas, meses, e horas que tem o mesmo nome, passamos em um estado contínuo de movimento.

Outra questão pertinente seria em relação ao tempo de ensino de filosofia? A questão foi formulada como provocação filosófica desde o início do texto, pois é dado cinquenta minutos, mas a preocupação não é com a quantidade de tempo (claro que mais tempo de hora aula possibilita avanços significativos), mas com a qualidade do tempo utilizado.

Assim, em uma aula com objetivos bem traçados e definidos, com um tema pautado em uma história da filosofia que seja viva e vivificante, seria finalizada com dois momentos, a saber: uma breve revisão do que foi visto é uma atividade sobre o conteúdo. Ou seja, um prolongamento do estudo de filosofia que estivesse pautado na pesquisa. E está direcionada na maioria das vezes em questões que possam levar a autorreflexão do espírito, ou seja, que não sejam meras perguntas com respostas prontas dadas pela internet.

É um desafio grandioso, sabendo que o professor não é professor de apenas uma instituição, e que em muitos casos se desdobra para conseguir ministrar aulas em vários locais de ensino. Mas, aprendemos com Hegel que a história da filosofia é viva, portanto, o pensamento é vivo e seu despertar se dá por meio do estudo da história da filosofia. Uma das formas de vivê-la é instigando estas conexões históricas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou demonstrar que o Ensino Médio contemporâneo é fruto do seu contexto histórico e que está atualmente pautado nas ideias iluministas de desenvolvimento da ciência por meio da técnica, o que proporcionou um desenvolvimento acelerado das tecnologias sendo que estas em muitos casos causou o dilaceramento do sujeito, o seu individualismo, ou seja, a sua fragmentação em relação a busca do todo.

Ao utilizar um pensador idealista, ou seja, contraposto ao empirismo, percebemos que sua análise de história da filosofia é de fundamental importância para resgatarmos a possibilidade de construção de uma consciência que caminha para um sentido, ou seja, para o Espírito Absoluto.

Desta forma a ênfase que Hegel dá para a História é demonstrar que existe um sentido, e que o momento em que vivemos hoje não é especial nos sentido de sermos melhores, portanto, individualistas, mas sim é um tempo em que devemos despertar o espírito da autorreflexão de nossa consciência percebendo que o espaço construído é um contínuo que no futuro poderá desembocar em uma síntese. Com sua dialética, de afirmação, negação e síntese que encontramos a vivacidade em sua filosofia, sendo que esta é uma manifestação do Absoluto e que neste desejo de busca pelo conhecimento, como nos diz Hegel " ao retirar o véu que cobre o real, procurando penetrar nas coisas, encontramos apenas a nós mesmos".

Esse nós não é um sujeito individual mas coletivo que se reconhece a partir das três dimensões da manifestação da sua consciência, a saber: moralidade, que é a cultura onde bebemos de valores; a linguagem que é a que aprendemos em nosso contexto de nascimento e o trabalho que é onde nós realizamos a partir das interferências que fazemos na natureza.

No Ensino Médio temos a possibilidade de fazermos essa conexão entre as diversas áreas de conhecimento por meio do ensino interdisciplinar, contudo salientando a importância da filosofia, que em sua peculiaridade hegeliana está no estudo dos conceitos. Também, refletir sobre a metafísica, deixando que os alunos possam amadurecer sobre essa discussão trazida desde os filósofos antigos, medievais, que foi criticada pelos empiristas e questionada por Kant, reavivada por Hegel e discutida por outros tantos filósofos da posteridade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Orientações Curriculares para o Ensino Médio. v.3: Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2006.

CAMPANER, Sônia. Filosofia: ensinar e aprender. São Paulo: Livraria Saraiva, 2012.

CERLETTI, Alejandro. O ensino de filosofia como problema filosófico. Trad. De Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

GALEANO, Eduardo. Celebração das contradições/1.In: Livro dos abraços. Porto Alegre: L & PM, 2014.

GALLO, Silvio. Para além da explicação: o professor e o aprendizado ativo da filosofia. In: KUIAVA, SANGALLI e CARBONARA (Org.). Filosofia, formação docente e cidadania. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

HEGEL, G.W.F, A fenomenologia do Espírito. Petrópolis. Tradução de Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1988.

HEGEL, G.W.F. Filosofia do Direito. Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito ou Direito Natural e Ciência do Estado em Compêndio. Trad. Paulo Meneses, et al. São Leopoldo, RS, Ed. Unisinos, 2010.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Ed 34. 1999.

MARCONDES, Danilo. Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 2ºed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

RODRIGO, Lídia Maria. Filosofia em Sala de Aula: teoria e prática para o ensino médio. Campinas, SP: Autores Associados. 2009.

ISBN: 978-65-986235-0-0

Aurum EDITORA

CAPÍTULO 10

O FUNCIONAMENTO DA CASA ABRIGO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA EM BAGÉ

THE FUNCTIONING OF THE SHELTER IN PUBLIC POLICIES TO PROTECT WOMEN VICTIMS OF VIOLENCE IN BAGÉ

https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-010

Gisele Fernandes
Bacharel em Direito pelo Centro Universitário da Região da Campanha, Estagiária e Voluntária do Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito da URCAMP-Bagé, RS
E-mail: gi.seleferandes@hotmail.com

Lourdes Helena Martins da Silva
Professora Orientadora da pesquisa, Mestre em Ciências Sociais, Doutoranda em Sociologia, Docente do Curso de Direito do Centro Universitário da Região da Campanha em Bagé, Coordenadora do Núcleo de Práticas Jurídicas da URCAMP, Bagé, RS.

RESUMO
A violência doméstica é um problema sério e complexo que geralmente ocorre quando uma pessoa em uma relação íntima ou familiar exerce violentamente poder e controle sobre outra pessoa. A violência doméstica desperta uma preocupação com relação à segurança de mulheres vítimas de violência por parte de seus companheiros/maridos/namorados com os quais se relacionam ou mantiveram relacionamento. Esta pesquisa tem por objetivo geral identificar o papel das casas-abrigo na proteção de mulheres, ameaçadas ou vítimas de violência doméstica em Bagé, cidade do interior do Rio Grande do Sul. Com tal finalidade, propõe-se como objetivos específicos: compreender o que seja a casa abrigo e identificar quais sejam as políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica no município de Bagé .A eficácia da casa-abrigo de Bagé como meio de proteção às mulheres vítimas de violência está intimamente ligada a qualidade dos serviços prestados, da formação de equipes multidisciplinares e da estreita colaboração das políticas públicas de combate à violência doméstica" e "a análise da experiência de mulheres acolhidas em casa de abrigo em Bagé evidencia não apenas os desafios enfrentados no processo de saída do ciclo de violência, mas também a importância da rede de apoio social e institucional na reconstrução da autonomia e da dignidade das vítimas". Trata-se de uma abordagem qualitativa, com técnicas de investigação de entrevistas, com revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Casa abrigo; Violência doméstica; Mulheres.

ABSTRACT
Domestic violence is a serious and complex problem that usually occurs when one person in an intimate or family relationship violently exerts power and control over another person. Domestic violence raises concerns about the safety of these women victims. The overall aim of this research is to identify the role of shelters in protecting women who are threatened by or victims of domestic violence in Bagé. To this end, the specific objectives are: to present theoretical concepts about the effects of domestic violence on the lives of women who are threatened or victims; to analyse public policies to combat domestic violence in the municipality of Bagé and to contextualize the operation of shelters in the municipality of Bagé. The problem guiding the research is "What is the role of shelters in protecting women who are threatened or victims of domestic violence in Bagé?". The hypotheses that drive the research are "The effectiveness of Bagé's shelters as a means of protecting women victims of violence is closely linked to the quality of the services provided, the training of multidisciplinary teams and the close collaboration of public policies to

combat domestic violence” and “The analysis of the experiences of women sheltered in Bagé's shelters will highlight not only the challenges faced in the process of leaving the cycle of violence, but also the importance of the social and institutional support network in rebuilding the victims' autonomy and dignity”. The research method will be qualitative and the approach will be deductive. The research techniques will be interviews.

Keywords: Shelter; Domestic Violence; Women.

1 INTRODUÇÃO

A violência doméstica contra mulheres é um problema global que afeta milhões de mulheres todos os anos. Mulheres do mundo todo, de todas as classes sociais. Diante dessa realidade alarmante, as casas abrigo surgem como uma importante ferramenta na proteção e no amparo às mulheres em situação de vulnerabilidade. As casas-abrigo foram criadas para o acolhimento de mulheres que sofrem com a violência doméstica que estejam sofrendo risco de morte. Embora no Brasil se tenha notícias de sua criação desde o ano de 1986, a inclusão de sua previsão quando da edição da Lei Maria da Penha, representou importante avanço na proteção à vida das vítimas dessas agressões.

Em um cenário marcado pelo aumento da violência doméstica, é muito importante identificar o papel das casas-abrigo na proteção de mulheres ameaçadas ou vítimas de violência doméstica em Bagé.

O objetivo geral desta pesquisa é identificar a importância da casa-abrigo na proteção de mulheres, ameaçadas ou vítimas de violência doméstica em Bagé. Como objetivos específicos pretendeu-se identificar o que sejam as casas abrigo e analisar as políticas públicas de enfrentamento a violência doméstica no município de Bagé, interior do Rio Grande do Sul.

O interesse pelo tema surgiu a partir do contato com mulheres vítimas de violência doméstica atendidas no Núcleo de Práticas Jurídicas do Centro Universitário da Região da Campanha em decorrência de parceria com a Secretaria Municipal da Mulher, LGBT e Igualdade Racial de Candiota, RS e apoio da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de Bagé.

As mulheres atendidas pela Secretaria Municipal de Candiota que precisam de proteção são acolhidas na casa abrigo de Bagé. Assim foram sendo desenvolvidas entrevistas com a Secretária das Políticas Públicas para as Mulheres de Bagé. Posteriormente foi entrevistada a responsável pela casa abrigo desta cidade.

O problema da pesquisa diz respeito ao questionamento sobre o papel da casa abrigo de Bagé, RS, na proteção de mulheres ameaçadas ou vítimas e quais as políticas públicas são utilizadas para o enfrentamento a violência contra a mulher em uma cidade da metade oeste no Estado do Rio Grande do Sul. A hipótese inicial apontava para a eficácia da casa abrigo de Bagé como meio de proteção a mulheres vítimas de violência, relacionando com a qualidade dos serviços prestados , com a formação de equipes multidisciplinares e a estreita colaboração das políticas públicas de combate à violência doméstica, A análise das experiências das mulheres acolhidas em casas de abrigo em Bagé evidenciou não apenas os desafios enfrentados no processo de saída do ciclo de violência, mas também a importância da rede de apoio social e institucional na reconstrução da autonomia e da dignidade das vítimas. O tema proposto possui uma abordagem fundamental, uma vez que a violência contra as mulheres é um problema global que afeta milhares de mulheres todos os anos.

Este trabalho se propõe a investigar o funcionamento da casa abrigo em Bagé, RS, analisando sua eficácia na promoção da segurança, acolhimento e recuperação das mulheres que buscam refúgio.

Compreender os desafios enfrentados por essas casas-abrigo e as melhores práticas adotadas pode contribuir para o aprimoramento das políticas públicas voltadas para o combate à violência de gênero, além de fornecer subsídios para a implementação de medidas mais eficazes de proteção e assistência às vítimas.

Além de oferecer refúgio físico, as casas-abrigo desempenham um papel crucial ao proporcionar apoio emocional, psicológico e jurídico às mulheres que buscam ajuda.

Ao investigar o funcionamento dessas instituições, é possível examinar questões como a capacidade de atendimento, a qualidade dos serviços prestados, os recursos disponíveis, os protocolos de segurança, entre outros aspectos relevantes.

Entender como as casas-abrigo operam na prática, incluindo seus sucessos e desafios, permite identificar áreas de melhoria e promover mudanças significativas no sistema de proteção às vítimas de violência doméstica. Além disso, ao destacar a importância dessas instituições, seu impacto na vida das mulheres e suas necessidades específicas, seu trabalho pode contribuir para sensibilizar a sociedade e os formuladores de políticas sobre a urgência de enfrentar esse grave problema social.

Diante dessa realidade alarmante, as casas-abrigo surgem como uma importante ferramenta na proteção e no amparo às mulheres em situação de vulnerabilidade.

Trata-se de uma análise qualitativa, com revisão bibliográfica, o método de pesquisa utilizado foi o qualitativo e abordagem foi dedutivo. Foram realizadas entrevistas com a Secretária da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres e com a responsável pela casa-abrigo na cidade de Bagé. A pesquisa de campo ocorreu no primeiro e segundo semestre de 2024.

1.1 O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A CRIAÇÃO DAS CASAS ABRIGO NO BRASIL

A violência doméstica é fato que integra o cotidiano de várias mulheres (Perseu Abramo, 2010). Tem sua origem no patriarcado enquanto "sistema social" onde o "poder político, autoridade moral, privilégio social" recaem sobre o "gênero masculino" (Colling, 2020, p. 272). Além do patriarcado aponta-se para o "machismo" e "masculinidade tóxica" como causas da violência doméstica contra a mulher (Duarte, 2022, p. 87).

A violência doméstica contra a mulher:

> é um grave problema de saúde pública e violação dos direitos humanos devido à sua incidência e consequências para o desenvolvimento da mulher. De acordo com as Nações Unidas (ONU, 1993, p. 14), a violência contra a mulher se caracteriza por "todo o ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual 7 ou psicológico, por ameaça, coação ou privação da liberdade, tanto na esfera pública quanto privada (Krenkel; Moré; Espinosa, 2020, p. 113).

O Brasil, desde sua elaboração, é signatário da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de discriminação contra a Mulher (CEDAW), adotada pela Assembleia da ONU- Organização das Nações Unidas em 1979 (Montebello, 2000, p. 158) e da Convenção de Belém do Pará ou Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, de 1994, documento adotado pela Comissão Interamericana de Mulheres da OEA- Organização dos Estados Americanos que criminalizou todas as formas de violência contra a mulher(Bandeira; Almeida, 2015).

A Constituição da República Federativa do Brasil, além de consagrar a igualdade entre homens e mulheres, prevê, expressamente no parágrafo 8 do artigo 226, que o Estado buscaria "criar mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações" (Monteiro, 2010).

Foi somente depois da condenação do Estado Brasileiro pelo Comitê de Direitos Humanos da OEA- Organização dos Estados Americanos no caso da Biofarmacêutica Maria da Penha onde ficou reconhecida a "clara discriminação contra as mulheres agredi- das, pela ineficácia dos sistemas judiciais brasileiros e sua inadequada aplicação dos preceitos nacionais e internacionais", com a edição da Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006 que se passou a caracterizar formas de violência doméstica criminalizando essas condutas e criando um regramento com diversos instrumentos para maior proteção dos direitos humanos das mulheres (Seixas; Dias, 2013, p. 4).

Foi a Lei Maria da Penha que introduziu, no direito objetivo brasileiro, o conceito de gênero que está relacionado com a ideia de "uma categoria criada para analisar as relações entre mulheres e homens e como elas são construídas cultural e socialmente" (CFEMEA, 2009).

A Lei 11.340 que pretendeu coibir a violência doméstica contra a mulher, envolve as variáveis conjugal e doméstica:

> violência sofrida por uma mulher esteja enquadrada na categoria "conjugal", é necessário que o agressor seja uma pessoa que frequente sua casa, ou cuja casa ela frequente, ou que more com ela – independentemente da denominação: marido, noivo, namorado, amante etc. O espaço doméstico, por- tanto, torna-se a segunda variável, delimitando o agressor como pessoa que tem livre acesso a ele (Jesus, 2015, p. 10).

Neste sentido, o artigo 5, da referida Lei, em seu inciso I, como explica Capez (2023, p. 354)::" definiu unidade doméstica como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, incluindo-se as esporadicamente agregadas. Dessa forma, toda violência contra a mulher praticada nesse âmbito encontra proteção na Lei Maria da Penha".

Capez (2023, p. 356) explica que o sujeito ativo dessa violência poderá ser "tanto o homem quanto a mulher" enquanto a vítima ou sujeito passivo é a mulher, admitindo-se aqui as "mulheres trans".

A Lei Maria da Penha além de estabelecer uma "dimensão punitiva" para aqueles que ofendem os direitos humanos das mulheres:

> insere a criação de políticas públicas de prevenção, assistência e proteção às vítimas; prevê a instituição de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; institui as medidas protetivas de urgência; e estabelece a promoção de programas educacionais com perspectiva de gênero, raça e etnia, entre outras propostas (IMP, 2024).

A Lei 11.340/2006 pretendeu não apenas reprimir condutas que importassem na violação dos direitos humanos das mulheres, especialmente de viver livre de violência doméstica, estabelecendo normas para prevenção a essas situações e proteção daquelas que estejam enfrentando violência doméstica.

A Lei Maria da Penha, como explicam Calazans; Cortes (in Campos 2011, p. 58): "reafirmou os serviços existentes e previu a criação de novos".

Assim, em seu artigo 35, criou a possibilidade de a União, os Estados, Municípios e o Distrito Federal criarem centros de atendimento para mulheres, delegacias e serviços públicos voltados ao atendimento de mulheres nessa situação, programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar e centros de educação e reabilitação para os agressores, além das "casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar.

O surgimento dessas casas acontece inicialmente, em 1972 na Inglaterra, depois Estados Unidos e Canadá, e, no Brasil, primeira casa abrigo surge: "em 1983, a Casa da Mamãe, em São Paulo" e depois, "em 1986, a COMVIDA" (Pinheiro; Frota, 2006, 112). Essas autoras destacam que inicialmente essas casas foram criadas com dinheiro da comunidade, depois passaram a ser custeadas enquanto política pública.

Antes mesmo da edição da Lei Maria da Penha, já no ano de 1996, dentro do "Programa Nacional de Prevenção e Combate à violência, os investimentos para construção de casas-abrigo foram priorizados" (Cordeiro, 2017, p. 268). Em 1998, um convênio entre o Ministério da Justiça e o Conselho Nacional de Direitos da Mulher permitiu que algumas casas-abrigo fossem construídas (Cordeiro, 2017, p. 269).

Como regramentos legais que abordam o abrigamento importante destacar as seguintes legislações:

> A Lei nº. 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e justifica a necessidade de abrigamento em caso de vulnerabilidade temporária, que compreende situações de violência doméstica e familiar; a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) que institui mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres através das medidas protetivas de urgência, dentre as quais consta o abrigamento; o Decreto nº. 6307 do Sistema Único de Assistência Social, de 2007, que prevê a utilização de benefícios eventuais suplementares e provisórios, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de situações de vulnerabilidade temporária; a Resolução 109, de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que inclui entre a tipificação dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, o abrigo institucional para as mulheres em situação de violência; e as Diretrizes Nacionais de Abrigamento às Mulheres em Situação de Violência, lançada em 2011, acompanhada do Termo de Referência para Ampliação e Implementação dos Serviços da Rede de Atendimento (Cordeiro, 2017, p. 269).

Dentro da Política Nacional de Enfrentamento à violência contra a mulher, de 2003, foram elaboradas, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, as Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de

Mulheres em situação de risco e de violência. Segundo essas diretrizes, o abrigamento é "acolhimento provisório destinado a mulheres em situação de violência (violência doméstica e familiar contra a mulher, tráfico de mulheres, etc) que se encontrem sob ameaça e que necessitem de proteção em ambiente acolhedor e seguro" (DIRETRIZES, 2011, p. 15). Nas Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em situação de risco e de violência fica expresso que "esses serviços constituíram a primeira resposta do Estado brasileiro para as mulheres em situação de violência sob grave ameaça e risco de morte" (DIRETRIZES, 2011, p. 28). Objetiva-se com abrigamento na casa-abrigo, além da eliminação do risco de morte a que estavam submetidas, o fortalecimento dessas mulheres, como afirmam Krenkel; Morel (2017).

O conceito de abrigamento compreende "albergues, casas-abrigo, casas-de-passagem, casas de acolhimento provisório de curta duração, etc"..(Krenkel; Morel, 2017).

As casas abrigos se diferenciam das casas de acolhimento provisório ou casas-de-passagem por serem um serviço de longa duração (de 90 a 180 dias), cuja localização é sigilosa, enquanto as demais duram até 15 dias, não sendo sigilosa o local onde está estabelecida. Nas casas abrigo são recebidas mulheres que correm risco de morte, enquanto nas demais não está presente este risco (DNAM, 2011, p. 21).

A Lei Maria da Penha não estabeleceu a obrigatoriedade de que os entes da Federação criassem casas abrigos, o Município de Bagé, há doze anos conta com uma casa abrigo, mantida pelo município, que funciona como uma casa lugar. Para a Secretária da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, esse é "um espaço de garantia de defesa e proteção de mulheres vítimas de violência" (Navarro, 2024).

Segundo dados apurados junto a essa Secretaria Municipal, o local já acolheu desde a sua abertura até os dias atuais, (junho de 2024), 1187 mulheres não apenas da cidade de Bagé, mas de toda região.

A Lei Maria da Penha exemplifica em seu art. 5º, o que é a violência doméstica contra mulheres:

> Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:
> I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
> II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
> III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.
> Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

A desigualdade de gênero, raça/etnia e classe social são problemas centrais que fomentam esse crime no Brasil, e esses fatores atuam como pilares estruturantes da sociedade. A desigualdade de gênero, em particular, refere-se às diferenças sexuais e às atribuições impostas historicamente pelas sociedades. Nesse

contexto, o conceito de gênero é essencial para dar sentido às relações de poder, o que deve ser considerado nas análises sobre o tema. No âmago dessa definição, encontram-se duas proposições principais: a de que o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais com base nas diferenças percebidas entre os sexos, e a de que o gênero é o principal meio pelo qual as relações de poder adquirem significado (Scott, 1990).

1.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE BAGÉ, RS

Políticas públicas podem ser classificadas como o campo de atuação e o conhecimento teórico e metodológico dedicados à produção e à organização de saberes voltados para a solução de questões de interesse público (Secchi, 2019, p. 1)

Ao analisar as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, observa-se que os movimentos feministas, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, exerceram uma influência significativa sobre os organismos transnacionais, com destaque para a Organização das Nações Unidas (ONU). Esses movimentos foram responsáveis por inserir a questão dos direitos humanos das mulheres na agenda política global. A partir dessa nova abordagem sobre a relevância de eliminar a discriminação contra as mulheres, combater a violência e promover a igualdade de direitos, as entidades transnacionais passaram a exigir dos Estados-membros a implementação de políticas públicas voltadas para a proteção e promoção dos direitos das mulheres.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), promulgada em 10 de dezembro de 1948, é considerada um dos documentos mais relevantes para a história contemporânea dos direitos humanos. Em seu preâmbulo, destaca a importância da igualdade material, afirmando que os povos das Nações Unidas reafirmam sua crença nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor inerente à pessoa humana, bem como na igualdade de direitos entre homens e mulheres (DUDH, 2009, 31 p. 3).

Um marco fundamental no processo histórico de consolidação dos direitos das mulheres foi a realização da Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975, na Cidade do México. Após esse evento, teve início a Década da Mulher (1975–1985), período em que os governos foram instados a incentivar a paridade de direitos entre homens e mulheres no âmbito jurídico, assegurando o mesmo acesso à educação e à capacitação profissional, além de garantir condições justas de trabalho, contemplando remuneração e benefícios sociais equivalentes (ONU, 2011, p. 11).

Na década de 1970, foi sancionada a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, que se tornou um marco histórico importante no compromisso dos governos com a promoção e defesa dos direitos femininos. No entanto, apenas em 1990 o setor da saúde passou a

reconhecer formalmente a violência como não apenas uma questão social, mas também um problema de saúde pública (Minayo, 2004)

Em relação à atuação governamental no enfrentamento da violência contra as mulheres, o avanço mais significativo no âmbito internacional ocorreu em 1993. A Declaração e Programa de Ação de Viena (DPAV), que foi elaborada durante a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, contestou o relativismo cultural ao afirmar, em seu §18, que:

A violência baseada no gênero e todas as formas de assédio e exploração sexuais, incluindo aquelas que resultam de preconceito cultural e do tráfico internacional, são incompatíveis com a dignidade e valor da pessoa humana, e precisam ser eliminadas. (Organização dos Estados Americanos, 1993, p. 5)

A Plataforma de Ação de Pequim incorporou três conceitos fundamentais das teorias feministas: i) gênero e relações de poder, entendidos como resultados de padrões social e culturalmente estabelecidos; ii) empoderamento feminino, que se refere à capacidade das mulheres de assumirem o controle sobre seu próprio desenvolvimento, juntamente com as ações necessárias por parte dos governos e da sociedade para apoiar esse processo; e iii) a transversalidade da perspectiva de gênero, que visa à integração de políticas públicas em todas as esferas de atuação governamental. Pela primeira vez em uma esfera internacional, a violência de gênero foi reconhecida como uma violação dos direitos humanos das mulheres.

O conceito de enfrentamento, presente na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, refere-se à implementação de políticas amplas e integradas que busquem abordar a complexidade da violência contra as mulheres em suas diversas manifestações. Esse enfrentamento demanda a colaboração de vários setores relacionados à questão, como saúde, segurança pública, justiça, educação e assistência social, com o objetivo de desenvolver ações que: desconstruam desigualdades e combatam a discriminação de gênero e a violência contra as mulheres; influenciem os padrões sexistas e machistas ainda existentes na sociedade brasileira; promovam o empoderamento das mulheres; e garantam um atendimento humanizado e qualificado às mulheres em situações de violência. Assim, a ideia de enfrentamento vai além do combate, englobando também as dimensões da prevenção, assistência e proteção dos direitos das mulheres. Na esfera da prevenção, a Política Nacional pretende implementar ações que desconstroem mitos e estereótipos de gênero, além de modificar padrões sexistas que perpetuam desigualdades de poder entre homens e mulheres e a violência contra elas. As iniciativas preventivas incluem não apenas ações educativas, mas também culturais, visando à promoção de atitudes igualitárias e valores éticos que respeitem a diversidade de gênero, raça/etnia e faixa etária, além de valorizar a paz. Campanhas também farão parte das ações preventivas, com o intuito de destacar as diferentes formas de violência de gênero enfrentadas pelas mulheres e romper com a tolerância social a esse fenômeno. Em relação à violência doméstica, a prevenção deve focar na mudança de valores, especialmente no que se refere à cultura do

silêncio sobre a violência contra as mulheres no ambiente doméstico e à banalização do problema pela sociedade (Brasil, 2007).

A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) em 2003, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, e sua continuidade sob a presidência de Dilma Rousseff, marcou um avanço significativo na formulação de políticas direcionadas às mulheres, especialmente àquelas em situações de violência. Isso se concretizou com a elaboração e implementação do I e II Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), com destaque para a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Esses programas estabeleceram conceitos, diretrizes e ações voltadas para a prevenção e o combate à violência, ampliando sua atuação por meio de "ações de capacitação de agentes públicos para prevenção e atendimento; a criação de normas e padrões de atendimento; o aperfeiçoamento da legislação; o incentivo à constituição de redes de serviços; o apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência; e a ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de Segurança Pública" (SPM, 2011, p.10).

A criação da Secretaria de Políticas para Mulheres teve um impacto significativo na criação de secretarias voltadas ao assunto em âmbitos estaduais e municipais.

Em 2006, foi promulgada a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, em alinhamento com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), que foi adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 9 de junho de 1994 e ratificada pelo Brasil em 27 de novembro de 1995. A Lei Maria da Penha definiu a violência doméstica contra a mulher e introduziu diversas inovações no enfrentamento a esse tipo de violência, incluindo a articulação de diferentes políticas setoriais e os serviços já existentes. Além disso, enfatizou a importância da criação de serviços especializados para o atendimento de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Embora a norma não estipule a criação desses serviços especializados, ela alerta sobre a responsabilidade dos governos, especialmente os estaduais e municipais, na implementação de políticas públicas para o enfrentamento da violência contra as mulheres (BRASIL, 2006).

Segundo dados colhidos junto à Secretaria Municipal de Políticas Públicas para a Mulher, desde 2011 há registros do desenvolvimento de Políticas Públicas em favor das Mulheres vítimas de violência doméstica. Em 2011 o Município de Bagé passa a contar com um Centro de Referência de Atendimento à Mulher, que oferece acolhimento, acompanhamento psicológico e social, além de orientação jurídica para mulheres em situação de violência. O Centro atua no apoio às vítimas após a ocorrência da violência, proporcionando suporte às mulheres, mesmo que elas ainda não tenham registrado a ocorrência na Polícia Civil.

A partir de entrevista realizada com a Secretária Municipal de Políticas Públicas para a Mulher de Bagé, obteve-se dados referentes ao funcionamento da Casa Abrigo na cidade de Bagé, interior do Rio Grande do Sul.

A entrevistada esteve à frente da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para a Mulher em Bagé desde sua criação no ano de 2017 até o final do ano de 2024, sendo esta Secretaria um dos poucos órgãos municipais elevados à condição de Secretaria Municipal, já que a maior parte dos municípios gaúchos conta com Coordenadorias voltadas para as políticas de proteção às mulheres. Antes da criação da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para a Mulher havia uma Coordenadoria Municipal da Mulher e dos Direitos Humanos, que, a partir de 2017 é transformada em Secretaria Municipal.

Em Bagé, advogadas, assistentes sociais e psicólogas fazem parte da equipe de profissionais que atuam na Secretaria Municipal de Políticas Públicas para a Mulher no atendimento às vítimas de violência, para garantir que, independentemente de a vítima ter feito o registro oficial, elas possam receber o auxílio necessário. Embora o registro policial de ocorrências envolvendo violência doméstica contra as mulheres seja sempre incentivado e acompanhado pelas integrantes da equipe multidisciplinar que atua no órgão municipal, caso a vítima não se sinta preparada para formalizar a ocorrência policial e dar início à persecução penal por parte do Estado, o apoio é prestado. A equipe auxilia também no processo de decisão de rompimento do ciclo de violência, havendo a orientação às profissionais que trabalham na Secretaria, que seja respeitado o tempo da vítima, destacando a Secretária Municipal, que em casos de violência mais ostensiva ou expressiva, o registro é feito pela Brigada Militar, já que, nesta modalidade, a ação penal é de natureza pública, sendo a titularidade dela do agente do Ministério Público. O Centro coordena a Casa Abrigo, que acolhe mulheres em situação de risco e sem alternativa de moradia. Nesses casos, quando se pretenda resguardar o direito à integridade da vítima, pode ser ela encaminhada para o abrigo pelo tempo necessário, até que esteja em condições de retornar para casa, seja porque o agressor já esteja preso ou haja uma medida protetiva em vigor. O período médio de permanência no abrigo, tanto para as mulheres quanto para seus filhos menores de idade, varia entre 30 e 180 dias. Para garantir a segurança das vítimas, o endereço da Casa Abrigo é mantido em sigilo, e não há telefone disponível. A Coordenadora destaca que qualquer mulher que necessite do serviço pode retornar ao abrigo, onde receberá total apoio da equipe (Jornal Minuano, 2020)

O município conta com a Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (SEMPPMULHER), A Secretaria Municipal de Políticas Públicas para a Mulher tem como objetivo desenvolver, implementar e coordenar ações voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher, assegurando a proteção dos direitos humanos de todas as mulheres, de maneira universal e inclusiva. Por meio de programas, projetos, atividades e parcerias com os governos federal e estadual, além de outras organizações comprometidas com a causa feminina, a comunidade local é engajada na formulação de

políticas públicas de prevenção e promoção dos direitos das mulheres no município de Bagé. Desde 2017, essas ações vêm recebendo investimentos e atenção do poder público municipal, em consonância com o previsto pela Lei Maria da Penha (Prefeitura Municipal de Bagé, 2023).

1.3 O FUNCIONAMENTO DA CASA ABRIGO

As instituições de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica surgem como uma resposta imprescindível à demanda crescente por proteção e suporte às vítimas em situações de grande vulnerabilidade. Historicamente, essas ações surgiram de movimentos sociais que notaram a escassez de apoio institucional apropriado para mulheres vítimas de violência no contexto familiar. Esses locais, além de proporcionarem um refúgio seguro, têm um papel crucial no fornecimento de assistência completa às vítimas, sendo geridos por entidades governamentais e não governamentais. Essas estruturas têm como objetivo assegurar a proteção imediata e facilitar o processo de recuperação das mulheres acolhidas (Cruz, 2024).

A Casa Abrigo disponibiliza um serviço de acolhimento institucional voltado para mulheres que sofreram violência doméstica e familiar e correm risco de vida, além de seus familiares. Este dispositivo tem um papel crucial na proteção e conforto das vítimas, oferecendo um ambiente seguro e protegido. Ademais, incentiva a prática da cidadania, promove o restabelecimento da autoconfiança e contribui para que as mulheres assumam a liderança na proteção de seus direitos (Brasil, 2017).

O propósito principal da Casa Abrigo é oferecer um local seguro e resguardado para que as mulheres e seus filhos possam se abrigar por um período. Para garantir a proteção das residentes e evitar qualquer tipo de ameaça vinda dos agressores, é essencial garantir a segurança delas, a localização da Casa Abrigo é mantida em sigilo. A Casa Abrigo funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana.

Os servidores que atuam no atendimento de mulheres em delegacias, defensorias, Ministério Público ou em unidades do sistema judiciário possui a alternativa de encaminhar as mulheres vítimas para Casas Abrigo. A mesma triagem pode ser feita pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Esse procedimento, geralmente orientado por assistentes sociais ou psicólogos, procura avaliar a vulnerabilidade da mulher em relação ao agressor e encaminhá-la ao local de acolhimento mais adequado.

As casas de acolhimento são uma ação governamental apoiada pela Lei Maria da Penha (Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006). Essas estruturas foram criadas para prestar assistência a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, independentemente de estarem ou não com seus filhos. A principal meta é assegurar a salvaguarda da integridade física, moral e emocional das vítimas. Esta é uma ação de proteção de natureza emergencial e confidencial, que se apresenta como um serviço público de longa duração (Silva, 2011).

Normalmente, a permanência nas Casas de Acolhimento é de até 90 dias, podendo ser prolongada de acordo com a necessidade. Da mesma forma que as trajetórias e demandas individuais de cada mulher, o período necessário para que ela e seus filhos se reintegrem à sociedade também difere. Algumas mulheres permanecem somente um dia, enquanto outras permanecem por períodos mais extensos. Quando as mulheres estão acompanhadas de seus filhos, ambos são acomodados no mesmo quarto. No período de acolhimento, as vítimas não têm acesso a contatos, somente quando necessário, sendo esse contato supervisionado.

Mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, em perigo de vida, podem ser acolhidas na Casa Abrigo com a presença de: a) Dependentes do sexo masculino, desde que possuam até doze anos incompletos, de acordo com o artigo 2o da Lei no 8.069/1990; b) Dependentes do sexo feminino, sem limite de idade; c) crianças e adolescentes do sexo feminino, também expostos à violência doméstica e familiar com risco de vida, desde que acompanhados por um tutor do mesmo sexo (Brasil, 2017).

O termo de referência para implantação e implementação de casas-abrigos (Brasília, 2005) define que:

> As casas-abrigos constituem locais seguros para o atendimento às mulheres em situação de risco de vida iminente, em razão da violência doméstica. Trata-se de um serviço de caráter sigiloso e temporário, onde as usuárias poderão permanecer por um período determinado, após o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas (Brasília, 2005).

No Brasil, a primeira Casa-Abrigo foi fundada em São Paulo no ano de 1986, recebendo o nome de Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (Convida). Posteriormente, em 1990, foi fundada a Casa-Abrigo de Santo André/SP; em 1991, na Casa Helenira Rezende de Souza Nazareth/SP; em 1992, a Casa Abrigo Viva Maria/RS e a Casa do Caminho/CE; e, em 1996, a Casa-Abrigo do Distrito Federal e a Casa-Abrigo Sempre-Viva/MG (Silveira, 2006).

Com a finalidade de buscar dados que qualifiquem a presente pesquisa, foi realizada uma pesquisa de campo junto a titular da Secretaria Municipal das Políticas Públicas da Mulher, Sra. Cândida Navarro. Narra a entrevistada que a Casa Abrigo de Bagé, existe há 12 anos, tendo como objetivo oferecer proteção a mulheres vítimas de violência doméstica. Ela é mantida financeiramente pela Prefeitura Municipal de Bagé, por meio da Secretaria Municipal de Políticas para a Mulher. A casa funciona como um lar seguro, com uma estrutura completa, contando com quartos, cozinha, banheiros, área de lazer e salas de atendimento individual. O endereço é mantido em sigilo, sem telefone ou internet, como medida de proteção. O primeiro caso atendido pela Casa Abrigo envolveu uma mulher vítima de agressão física e abandono familiar, que posteriormente foi diagnosticada com comprometimento mental.

A maioria das mulheres assistidas no município tem, em média, três filhos, embora já tenha havido uma mulher com oito filhos. Para ser abrigada, é necessário o registro de um Boletim de Ocorrência (B.O.),

e o tempo de permanência na casa varia de 24 horas a 180 dias, dependendo da necessidade e da própria escolha da assistida, que, devido ao sigilo, não pode usar a internet enquanto está no abrigo.

O Decreto Regulamentar no 01/2006 define orientações para a estruturação, operação e supervisão das casas de acolhimento. A instalação de novas unidades é baseada nas necessidades particulares de cada comunidade e no número de casos diagnosticados em uma região específica. Para sua instalação, é crucial atender aos pré-requisitos fundamentais, como estar próximo a serviços públicos indispensáveis, como educação e saúde, bem como contar com a presença de forças de segurança qualificadas no local. O acolhimento de vítimas de violência pode ser realizado em espaços coletivos ou em residências, de acordo com as exigências e particularidades de cada circunstância. Estes ambientes foram concebidos para fomentar uma convivência com atributos emocionais parecidos com os de um ambiente familiar, incorporando tarefas diárias programadas à rotina das usuárias e promovendo sua reintegração na comunidade (Brasil, 2006).

Os serviços que compõem a rede de atendimento fazem o encaminhamento para os abrigos. A principal entidade responsável por essa ação é o centro de referência, devido à sua função de orientação na rede e à natureza do serviço que presta, que se caracteriza pela integralidade, abordagem multiprofissional e competência no acolhimento e escuta das vítimas. Para estabelecer a necessidade de refúgio, são levadas em conta considerações particulares, como a detecção de perigo iminente de morte, avaliadas tanto por provas objetivas, como registros de ocorrência e a posse de arma pelo agressor, quanto por avaliações subjetivas. Outros aspectos incluem a falta de meios próprios para assegurar a salvaguarda da vítima, entre outros aspectos pertinentes (Silva, 2010).

Após a saída, são oferecidos cursos de capacitação, como manicure, pedicura, costura criativa, cabelereira, panificação, confeitaria, informática, paisagismo e jardinagem, em parceria com o Senac. Além disso, as assistidas recebem sacolões mensais, fraldas, transporte para atendimentos e acompanhamento para inserção no mercado de trabalho, além de matrícula em escolas e universidades à distância.

A Casa Abrigo também oferece assistência jurídica, contando com uma advogada na equipe e parcerias com universidades para auxiliar em casos de pensão, divórcio e divisão de bens. Há também atendimento psicológico para as mulheres e seus filhos, feito por uma equipe técnica multidisciplinar.

O acesso a um conjunto maior de serviços nas áreas de saúde, assistência social e segurança pública, contribui para um maior entendimento da violência como um fenômeno complexo e de multifacetado. Neste contexto, a intersetorialidade é fundamental para permitir a execução de soluções articuladas e unificadas. Portanto, torna-se um recurso fundamental para garantir que as mulheres tenham acesso a um apoio variado, aumentando a efetividade da rede de proteção e incentivando uma estratégia completa e abrangente.

A supervisão técnica do serviço envolve o monitoramento constante das equipes de atendimento, visando direcionar as tarefas executadas, esclarecer dúvidas e fornecer o apoio técnico e estrutural

necessário aos profissionais. Levando em conta a variedade e a complexidade das circunstâncias encontradas no desempenho da função, esse suporte é crucial para assegurar a orientação correta dos casos tratados. A colaboração temática tem a função de implementar essa orientação diretamente, através de atividades que promovam a reflexão sobre o trabalho, seja ele coletivo ou individual. Neste cenário, o objetivo é articular e disseminar princípios teóricos, metodológicos, técnicos, operacionais e éticos que garantam uma atuação profissional segura e eficaz, fomentando a realização dos direitos dos indivíduos assistidos.

No período de janeiro a outubro de 2024, foram contabilizados 406 incidentes de violência contra a mulher em Bagé, incluindo: 3 tentativas de feminicídio, 3 feminicídios efetivos, 235 ameaças, 16 estupros e 149 lesões corporais.

Desde sua inauguração, a Casa Abrigo de Bagé já acolheu 1.187 mulheres. Para as crianças em idade escolar, a secretaria assegura a continuidade dos estudos, realizando encaminhamentos seguros e rápidos para escolas. Durante o dia, as mulheres participam de terapias individuais e em grupo, além de atividades voltadas para o autocuidado e autoestima.

A Casa Abrigo de Bagé, está em funcionamento há 12 anos, onde hospedou 1.187 mulheres, oferecendo uma infraestrutura completa, incluindo quartos, espaços de recreação e salas de atendimento, preservando total confidencialidade sobre sua localização. No período de janeiro a outubro de 2024, foram notificados 406 incidentes de violência doméstica na área, evidenciando a importância deste serviço para a comunidade.

São recebidas mulheres que necessitem de proteção das cidades vizinhas, como Candiota e Dom Pedrito, que ainda não contam com casa abrigo e, por vezes, de outras cidades do Estado especialmente quando haja necessidade de afastar a mulher vítima de violência da cidade onde resida seu agressor que persista com as ameaças contra a vida enquanto estejam na mesma cidade.

Esses espaços proporcionam apoio psicológico, legal e formação profissional, além de fomentar a reintegração social das pessoas assistidas. O modelo intersetorial assegura o acesso a serviços indispensáveis como saúde, educação e segurança, reforçando a rede de defesa e a compreensão da violência como um fenômeno complexo.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As casas abrigo têm um papel crucial no combate à violência doméstica, proporcionando proteção, acolhimento e assistência completa para mulheres em situação de vulnerabilidade. Esta pesquisa, ao analisar o funcionamento dessas instituições em Bagé, destaca não só a importância dessas instituições, mas também os obstáculos encontrados na execução de políticas públicas de proteção.

A pesquisa realizada confirma que a efetividade das casas de acolhimento está diretamente ligada à excelência dos serviços oferecidos, à criação de equipes multidisciplinares e ao reforço das redes intersetoriais. A cooperação entre diversos setores, tais como saúde, assistência social, educação e segurança pública, revelou-se fundamental para assegurar a proteção e o bem-estar das vítimas, bem como promover a reintegração social e o fortalecimento das mulheres acolhidas.

A narrativa de mulheres que já foram assistidas pela Casa Abrigo de Bagé demonstra que, mesmo diante das adversidades, esses locais possuem a capacidade de preservar vidas e proporcionar uma nova visão para aqueles que lidam com circunstâncias extremas. O ambiente receptivo e as ações incentivadas, tais como formações profissionais e intervenções terapêuticas, são fundamentais para remediar os prejuízos provocados pela violência e promover a restauração da autoestima e da autoconfiança.

É indispensável o desenvolvimento de Políticas Públicas Municipais de proteção às Mulheres e que as gestões municipais assegurem mais recursos para manutenção e até ampliação da rede de acolhimento, mantendo-se necessárias a sensibilização social e a educação preventiva sobre o tema do direito das mulheres viverem livres do ambiente de violência doméstica.

Embora haja progresso quanto ao assunto de violência doméstica, ainda se enfrentam desafios como a falta de recursos e precisam expandir a rede de acolhimento e lutar contra os preconceitos sociais que ainda restringem o alcance dessas instituições.

REFERÊNCIAS

BIANCHINI, Alice. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos, criminais da violência de gênero. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL, Lei Maria da Penha. LEI Nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 20. jul. 2020.

BRASIL. Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em situação de risco, 2011.

BRASIL. Lei nº 11.340/2006 (ordinária). Brasília – DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. [S. l.: s. n.], 2007. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sev/pacto/documentos/politica-nacional-enfrentamento-a-violencia-versao-final.pdf. Acesso em: 04 out. 2024.

BRASIL. Secretária de Estado da Mulher. 2017. Disponível em: https://www.mulher.df.gov.br/casa-abrigo/. Acesso em: 20 out. 2024.

CAMPOS, Carmen Hein de. Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista, Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2011.

CAPEZ, Fernando. Legislação Penal Especial.SRV Editora LTDA, 2023. E-book. ISBN 9786553624597. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624597/. Acesso em: 20 jun. 2024.

CFEMEA, Lei Maria da Penha: do papel para a vida- comentários à Lei 11.340/2006 e sua inclusão no ciclo orçamentário, 2ª ed, FEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2009.

COLLING, Ana Maria. Violência doméstica contra as mulheres: herança cultural do patriarcado, Revista Diversidade e Educação, v. 8, n. Especial, p. 171-194, 2020, disponível em https://periodicos.furg.br/divedu/article/download/10944/7257/33384, acesso em 15 de junho de 2024.

CORDEIRO, Natália. Ação governamental e direitos da mulher: abrigamento para mulheres ameaçadas de morte no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Políticas, n. 23, maio-agosto 2017.

CRUZ, Vonera Fonseca da. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O ACOLHIMENTO FEMININO: a importância das casas de apoio para mulheres vítimas. Revista Ft, [S.L.], v. 29, n. 140, p. 19-20, 11 nov. 2024. Revista ft Ltda. http://dx.doi.org/10.69849/revistaft/fa10202411112119. Disponível em: https://revistaft.com.br/violencia-domestica-e-o-acolhimento-feminino-a-importancia-das-casas-de-apoio-para-mulheres-vitimas/. Acesso em: 02 nov. 2024.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História Oral, memória, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, 2ª ed, Revista dos Tribunais: SP, 2010.

FREITAS, Sônia Maria de Freitas. História oral: possibilidades e procedimentos. 2ª ed, São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método história de vida em sua modalidade trajetórias de vida. Revista Katal Florianópolis, v.10, p.83-92, 2007. IMP- Instituto Maria da Penha, disponível em https://www.institutomariadapenha.org.br/, acesso em 15 de junho de 2024.

JORNAL MINUANO. Bagé conta com Centro de Referência de Atendimento à Mulher. Minuano, Bagé, p. 1-2, 28 maio 2020. Disponível em: https://www.jornalminuano.com.br/noticia/2020/05/28/bage-conta-com-centro-de-referencia-de-atendimento-a-mulher. Acesso em: 2 out. 2024.

KRENKEL, Scheila; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Campo.Violência contra Mulher, casas-abrigo e redes sociais: revisão sistemática da literatura, Psicol., Ciênc. Prof. (Impr.) 37 (3) • Jul-Sep 2017.

KRENKEL, Scheila; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Campo; ESPINOSA, Leonor Maria Canteira. Violência contra a mulher e casas-abrigo: reconstrução do projeto de vida de mulheres brasileiras ex-abrigadas. Revista Psicologia Caribe, v. 37. N. 2, maio/agosto, 2020.

MULHERES BRASILEIRAS E GÊNERO NOS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO, Fundação Perseu Abramo, 2010, disponível em https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/pesquisaintegra_0.pd f, Acesso em: 17 jun. 2024.

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597008821. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/. Acesso em: 19 jun. 2024.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia S. Manual de metodologia da pesquisa do direito. Editora LTDA, 2023. E-book. ISBN 9786553627307. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627307/. Acesso em: 19 jun. 2024.

MONTEBELLO, Mariana. A Proteção Internacional dos Direitos da Mulher, Revista EMERJ, v.3, n.11, p. 155-170, 2000.

MONTEIRO, Lia Ruiz. Considerações Sobre as Disposições Preliminares -Título I - Da Lei Maria da Penha, 2010.

PEREIRA, Adriana Soares; SHITSUKA, Dorlivete Moreira; PARREIRA, Fábio José; SHITSUKA, Ricardo. Metodologia da pesquisa científica [recurso eletrônico] / 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018. 1 e-book

PINHEIRO, Maria Jaqueline Maia; FROTA, Maria Helena de Paula. As casas-abrigo: política pública de proteção à mulher vítima de violência doméstica. O Público e o privado, n8, julho/dezembro 2006.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. REDE DE ATENDIMENTO DE DIREITOS HUMANOS MANUAL DE ATENDIMENTO: CASAS DE ACOLHIMENTO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA (CASA ABRIGO E CASA DE PASSAGEM). São Paulo: [s. n.], 2023. 69 p. Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Manual%20de%20atendimento%20-%20Casa%20abrigo%20e%20passagem%20(mulheres)%20X.pdf. Acesso em: 6 nov. 2024.

REDAÇÃO MINUANO. Urcamp ampara projeto para gerar renda das mulheres em Candiota. Minuano, Bagé, p. 2, 10 jun. 2024. Disponível em: https://www.jornalminuano.com.br/noticia/2024/06/10/urcamp-ampara-projeto-para-geracao-de-renda-das-mulheres-em-candiota. Acesso em: 2 out. 2024.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. SOS: Corpo e Cidadania. Recife. 1990

SECRETARIAS. PREFEITURA DE BAGÉ. Disponível em: <https://www.bage.rs.gov.br/secretarias?b_start:int=0>. Acesso em: 4 out. 2024.

SEIXAS, Maria Rita D.; DIAS, Maria L. Violência Doméstica e a Cultura da Paz. [Grupo GEN, 2013. E-book. ISBN 978-85-412-0296-1. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-412-0296-1/. Acesso em: 20 jun. 2024.

SPM-SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Rede de enfrentamento a violência contra as mulheres. Brasilia: SPM, 2011.

SEMPPMULHER. Online. [S. l.], 11 jul. 2023. Disponível em: https://www.bage.rs.gov.br/unidades-administrativas/semppmulher. Acesso em: 4 out. 2024.

SILVA, Juliana Medeiros da. ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: ANÁLISE DE UMA CASA ABRIGO. Fazendo Gênero, Florianópolis, v. 9, p. 1-8, ago. 2010. Anual. Disponível em: https://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278298052_ARQUIVO_ArtigoFazendoGenero2010.pdf. Acesso em: 03 nov. 2024.

SILVA, Taís Cerqueira. Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência. Brasília. 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/diretrizesnacionais-para-o-abrigamento-de-mulheres-em-situacao-de-risco-e-de-violencia>.Acesso em: 03 nov.2024.

ISBN: 978-65-986235-0-0

Aurum EDITORA

CAPÍTULO 11

INCIDENCIA DE LAS TEORÍAS FILOSÓFICAS EN EL DISEÑO

IMPACT OF PHILOSOPHICAL THEORIES ON DESIGN

https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-011

Luz del Carmen Vilchis Esquivel
Facultad de Artes y Diseño
Universidad Nacional Autónoma de México

RESUMEN

En las teorías del diseño, sucede el mismo fenómeno que en las tendencias o modas, de manera inesperada surge algún autor que leyó a uno de los clásicos de la disciplina con un nombre reinventado. Lo anterior es similar al descubrimiento del hilo negro, ya que, ni siquiera se presenta la teoría en su contexto conceptual originario, lo habitual es que se arranque algún fragmento, que pueda presentar cierta coherencia y sea desarrollado con cierta habilidad esquemática presentando así algo "innovador".

En esta investigación hay un recate historiográfico de los antecedentes que conforman los cimientos de las teorías del diseño. Surgidos en las artes visuales, son un importante enlace para comprender las raíces del pensamiento en el diseño. Hay una fuerte ascendencia en los estilos que surgieron en el siglo XIX y que representaron de múltiples maneras las fuentes que darían lugar a las vanguardias del siglo XX. Tanto en la estilística como en los manifiestos, se estructuraron importantes precedentes para el surgimiento de la idea del diseño como una disciplina que resumía en sus modos, las necesidades de la civilización y la cultura.

Cada emplazamiento del diseño emana de las oportunidades apropiadas para la conquista de nichos creativos que sumaran paulatinamente el desarrollo de las técnicas y la tecnología que se amoldaran a procesos proyectuales bi y tridimensionales.

Palabras clave: Diseño gráfico; Vanguardias artísticas; Modernismo; Estética funcionalista.

ABSTRACT

In design theories, the same phenomenon happens as in trends or fashions, unexpectedly some author appears who read one of the classics of the discipline with a reinvented name. This is similar to the discovery of the black thread, since the theory is not even presented in its original conceptual context, the usual thing is that some fragment is pulled out, which may present some coherence and is developed with some schematic skill, thus presenting something "innovative".

In this research there is a historiographic review of the antecedents that form the foundations of design theories. Emerging in the visual arts, they are an important link to understanding the roots of design thinking. There is a strong ancestry in the styles that emerged in the 19th century and that represented in multiple ways the sources that would give rise to the 20th century avant-gardes. In both stylistics and manifestos, important precedents were structured for the emergence of the idea of design as a discipline that summarized in its modes, the needs of civilization and culture.

Each location of design emanated from the appropriate opportunities for the conquest of creative niches that gradually added the development of techniques and technology that would adapt to two- and three-dimensional design processes.

Keywords: Graphic design; Artistic avant-gardes; Modernism; Functionalist esthetics.

1 INTRODUCCIÓN

A pesar de que el contexto nativo del diseño estuvo comprendido por importantes teóricos cuyo entendimiento de las implicaciones de este quehacer a futuro los hace además unos visionarios, la fusión de la teoría con la práctica se desvirtuó en el seno de la escolarización, promoviendo el pragmatismo. Esta corriente ha tornado la sencillez en el ámbito de la obviedad y la evidencia. Hoy en día se persigue lo simple, lo factible, inmediato y confortable, incluyendo las denominadas teorías contemporáneas, corpus de pensamientos que se expresan como bosquejos incipientes, algunos sin propósito de fondo. No hay tramas conceptuales, hay opiniones que no dictan ni la razón ni la lógica, que no emanan de la investigación, devienen en reproducciones de las teorías primordiales del diseño.

2 REFERENTES INSOSLAYABLES DEL DISEÑO

Desde el siglo XIX, la producción industrial transformó la realidad cotidiana, pero fue hasta el siglo xx cuando los diseñadores gráficos comprendieron que la modernidad requería una ruptura con el pasado. Sin embargo, la comunicación visual demandaba evocar un sentido de familiaridad, comodidad y continuidad. A pesar del surgimiento de la estética funcionalista, los diseñadores siguieron respetando los recursos históricos de ornamentación. No obstante, los acercamientos a las vanguardias artísticas provocaron la experimentación formal y conceptual por lo que hasta 1910 puede hablarse de transiciones entre el diseño gráfico tradicional y las alternativas de vanguardia que serían asimiladas, sistematizadas y definidas como parámetros profesionales en 1920. (Vilchis, 2010)

En 1907, Hermann Mathesius, junto con un grupo de empresas, arquitectos, artistas y escritores alemanes fundó el Werkbund con el propósito de alcanzar la calidad en el diseño como resultado de la confluencia de los mejores intereses del arte, la industria, los oficios y el comercio. Inspirada en el Werkbund, en 1910 se creó en Austria una asociación con el mismo nombre; Suiza hizo lo mismo en 1913, igual que los ingleses, en 1915, que integraron la Asociación de Diseño e Industrias. Los suecos siguieron un proceso similar entre 1910 y 1917. (Pevsner, 1977: 33)

Puede afirmarse que no hay otro momento en la historia del diseño gráfico internacional en el que hayan concurrido tantas innovaciones y en el que participaran personajes de perfiles artísticos y comerciales en forma simultánea. Artistas que se habían involucrado profundamente en los cambios estéticos transfirieron sus cualidades al desarrollo de campañas gráficas.

La Primera Guerra Mundial agravó estas transiciones, así como la dinámica entre las artes visuales y el diseño gráfico, sobre todo porque los artistas estaban convencidos de que el diseño, en todas sus modalidades, podía ser un agente de cambio social.

Un ejemplo importante lo dio El Lizzitzky, cuyas formas abstractas y esquemas cromáticos surgidos de las ideas iniciales del constructivismo simbolizaron más de una vez en sus carteles propagandísticos la ruptura de la estabilidad mediante la fuerza.

Como contraste, los anuncios, especialmente en revistas, mostraban recuadros, ornamentos y jerarquías tipográficas de variadas formas que, propiciadas por la capacidad de las imprentas para desarrollar nuevas fuentes, permitían el eclecticismo estilístico. Walter Benjamin se refirió a las posibilidades tipográficas de este momento como un extraño y colorido conflicto entre letras que dificultaban la reflexión y la concentración.

Desde el punto de vista del diseño gráfico, la ausencia de reglas de composición y el desarrollo de nociones de comunicación visual propiciaron este tipo de expresiones de espontaneidad –en todo sentido contrarias a los nuevos órdenes en otros ámbitos del diseño, como el cartel– y se revelaban como innovaciones compositivas.

Es importante mencionar las aportaciones del modernismo al diseño gráfico que derivaron en trabajos como el Plakatstil, particularmente el cartel objeto, del que diseñadores como Peter Behrens, F. G. Cooper, C. B. Falls, Louis Oppenheim, Lucian Bernhard y Hans Rudi Erdt fueron dignos representantes. Sus diseños se convirtieron en arquetipos publicitarios, particularmente aquellos concebidos para los automóviles Opel y Stiller Shoes, y las máquinas Adler.

Estas expresiones tuvieron tal repercusión que un gran número fue trasladado del formato del cartel a la estampilla postal. Así dio inicio la publicidad de distribución masiva y el denominado anuncio por correo directo. Asimismo, impusieron valiosas aportaciones al diseño de marcas como AEG, Osram, Ford, Camel y Willrab.

Los diseños simples con esquemas de color en plasta y tipografía mínima eran sólo una visión de lo diseñado ya que en otros movimientos –como el Wiener Werkstätte– el diseño se basaba en el uso de bloques cuadrados o rectangulares y balances de blanco y negro con textos pesados en fuentes góticas y caligrafía simulada en marcos saturados de geometrizaciones.

Estos diseños, en los que destacó la intervención de Oscar Kokoschka, Josef Burckmuller y Moritz Jung, provenían del expresionismo iniciado por Die Brücke (El puente), con Heckel, Ludwig Kirchner, Max Pechstein y Emil Nolde en 1905, cuyo manifiesto acentuó el alejamiento de la realidad objetiva para privilegiar la expresión imaginativa por encima de cualquier impresión. Rechazando cualquier abstracción, echaron raíces poniendo énfasis en la figura del cuerpo en una versión particular del humanismo romántico.

Un segundo grupo expresionista, Der Blaue Reiter (El jinete azul), fue fundado en 1912, con Wassily Kandinsky y Franz Marc a la cabeza. Defendía el abstraccionismo como el recurso universal del simbolismo. Después de la Primera Guerra Mundial, el expresionismo se convirtió en una forma de

activismo político al que se sumaron artistas y diseñadores como Eric Mendelsohn, Otto Dix y George Grosz.

En otro orden conceptual, en 1909, F. T. Marinetti publicó el primer manifiesto futurista que pugnaba por evitar el pesimismo, la nostalgia y la vuelta al pasado. El futurismo basó su esquema de diseño en el movimiento; aspiraba a la velocidad de la forma y la tipografía, inspirado en los logros de la aviación y el automovilismo. De ahí surgió un estilo dinámico, cinético (se admite kinético) caracterizado, según algunos autores, por la poética visual libre y el ruido onomatopéyico. Sus diseños eran collages tipográficos que poco o nada tenían que ver con la idea de legibilidad. El futurismo fue un movimiento gráfico apoyado por Severini, D'Albisola, Paladini, Prampolini y Depero y por un buen número de diseñadores anónimos.

Vinculado a las ideas futuristas, el vorticismo (nombre que proviene del vortex, el centro de la energía) tuvo mucho cuidado de disociarse del movimiento originario. En él hallamos diseños significativos como el cartel Flight of Birds de McKnight Kauffer o Dazzle ships de Edward Wadsworth.

Para el diseño fue trascendental la nueva era del cartel, para entonces todavía dominado por los artistas plásticos. Jules Chéret ha sido reconocido por algunos críticos como el creador del cartel moderno; sin embargo, las aportaciones de Tolouse-Lautrec fueron definitivas para la consolidación del diseño gráfico en este medio.

Podemos mencionar a grandes diseñadores profesionales del cartel, anteriores a la Primera Guerra Mundial: Mucha, Grasset, Capiello (Francia); Privat-Livemont, Ravenfosse (Bélgica); Van Toorop (Holanda); Dudley Hardy, los Beggarstaff y Aubrey Beardsley (Reino Unido); Unger, Behrens, Klinger y Gipkens (Alemania); Brandley y Reed (Estados Unidos).

El diseño gráfico en México recibió inevitablemente las influencias estilísticas del siglo xix y éstas perduraron en las dos primeras décadas del siglo siguiente. En seguida se presenta una guía de las formas de expresión recurrentes y de sus marcas de identidad.

La estética que respondió a la sociedad industrializada volviendo la mirada al pasado para encontrar inspiración fue el estilo victoriano. La ostentación ornamental y la visible exageración y saturación de los elementos fueron sinónimos de diseño.

Aunque Inglaterra es reconocida como el país originario del diseño victoriano, Francia y Estados Unidos lo recibieron con beneplácito, en especial para desarrollos publicitarios entre los que brillaron los anuncios en publicaciones periódicas, etiquetas, empaques, carteleras, calendarios, tarjetas de felicitación, etcétera.

Este tipo de estilo se caracterizó por el abuso del dibujo figurativo y detallista, los grabados con tramados de líneas extremos, la pobreza en el diseño, baja legibilidad y tipografía abundante en la que destacaban las fuentes dibujadas como pesados y toscos bloques –llamados Fat Face– o simulaciones de

letras grabadas en madera –denominadas Egyptian Faces– combinadas con familias entre las que destacaron la Bodoni y la Didot.

A pesar de todo, hay ejemplos de un estilo victoriano más orgánico, basado en formas curvilíneas y sinuosas, con ornamentos y motivos finos, resultado de la instrumentación del fotograbado y la tipografía gótica, que se convirtieron en patrones de diseño gráfico que significaban progreso y distinción.(Heller y Fili, 2006)

Un estilo con reminiscencias medievales, artesanales y manuales, además de fuertes influencias de la arquitectura gótica fue *Arts and Crafts*. Inspirado en el movimiento de William Morris de la segunda mitad del siglo xix, su diseño también recurrió a la ornamentación, buscando la restauración del oficio manual, basada en patrones de la naturaleza combinados con figuras y colores en esquemas simples, "el concepto que Morris tenía del arte deriva de su conocimiento de las condiciones medievales de su trabajo y se integra plenamente al historicismo del siglo XIX." (Pevsner, 1977: 19-23)

Buscó igualmente el cuidado de la tipografía, el uso de capitulares que seguían la idea de los manuscritos antiguos con analogías de fuentes góticas sin patines. En su esfuerzo semántico, recurrió a la saturación del espacio como un reflejo simbólico.

Uno de sus legados fueron las compilaciones de patrones y motivos, entre los cuales destaca el compendio Grammar of Ornament de Owen Jones. Se considera que este estilo conservó sus influencias hasta la segunda década del siglo xx.

Llamado por algunos críticos el primer estilo internacional del diseño gráfico, el *Art Nouveau* principió como una rebelión contra la estética victoriana. Sus exponentes trabajaron arduamente en la transformación de cada aspecto del diseño con objeto de presentar una alternativa visualmente innovadora, entendida como un moderno ambiente de vida. Importado a América directamente de Inglaterra, se orientó hacia la fusión del simbolismo prerrafaelista y el manierismo naturalista con formas curvilíneas derivadas del diseño japonés. Beardsley, Tolouse-Lautrec, Auriol, Grasset, Mucha, Crane, Moser y Echman, entre otros, son nombres asociados al art nouveau, que se sustentó en el ornamento orgánico, las sinuosidades, los motivos florales, fuentes tipográficas curvilíneas, frecuentemente diseñadas para un cartel o una marca en especial.

En definitiva, se considera el primer estilo con intencionalidad comercial. Prueba de ello fue el desarrollo de marcas tan importantes como General Electric o la leche Nestlé. Era tal la fuerza mercantil que Deberny & Co. diseñaba de inmediato cualquier tipo de letra que tuviera demanda y la ponía a la venta. Una de las características de este estilo fueron las excentricidades tipográficas que atentaron contra los cánones de legibilidad y el equilibrio por su exagerada elongación, que sacrificaba los objetivos comunicadores de la letra en favor de la armonía y el color del diseño completo.

Destacaron también esquemas cromáticos de baja saturación y brillantez, los ornamentos de líneas flexibles, ondulados y circulares, con motivos animales –mariposas, pulpos, alas de murciélago, dragones– y florales –el lirio y el iris eran los preferidos aunque también abundaron hojas, tallos y flores–, mosaicos bizantinos, marcos con estructuras arquitectónicas como referentes y un tratamiento estilizado del ropaje inspirado en algunas xilografías japonesas.

La versión alemana del *Art Nouveau* sería el *Jugendstil*, impulsado por el teórico Henry van de Velde, mostraba diferencias en relación con las influencias de las cuales procedía. En el diseño gráfico limitó las líneas florales y buscó moderación con las líneas curvas, poniendo énfasis en los aspectos estructurales, la simetría y la plasticidad de los elementos. Denominado "nueva objetividad", este estilo rechazó los tipos con estilos romanos del Renacimiento y depuró las familias tipográficas medievales en busca de una mejor legibilidad.

El Movimiento de Secesión de Viena o *Secessionsstil*, fue una corriente del modernismo cuyas intenciones se describieron en los Estatutos de la Asociación de Artistas Plásticos de Austria, manifiesto escrito y publicado por Herman Bahr en la revista *Ver Sacrum* (Primavera Sagrada) (traducción libre, 1898) en el cual se afirmaba:

> Queremos declararle la guerra a la rutina estéril, al bizantinismo rígido, a todas las formas de mal gusto. Contamos con el apoyo activo de todos aquellos que consideran que el arte es una elevada misión cultural. […] El arte es indispensable en la vida cotidiana.

El grupo trataba de reinterpretar los estilos del pasado ante los embates del industrialismo. Gustav Klimt fue su primer dirigente. Aunque buscó la elegancia, en este estilo predominó la sobriedad formal; sus representantes eran disciplinados y severos. Evitaron los ornamentos orgánicos y se inclinaron por la abstracción y la estilización. Sus determinantes fueron el orden, el equilibrio, la geometrización y la estructura. La tipografía tuvo gran peso, con un valor formal, compositivo y comunicativo.

3 TEORÍAS CLÁSICAS Y ENFOQUES CONCEPTUALES BÁSICOS DEL DISEÑO

Uno de los pioneros de la ***orientación del dimorfismo*** (presencia de formas híobridas en un mismo diseño) en el diseño fue Bruno Munari, quien cimentó su teoría en dos principios: la creatividad como resultado de la experimentación y la educación visual sumada a la esquematización metodológica del proceso proyectual como un *sine qua non* del diseño como fenómeno comunicativo. Inspirado en *La Nueva Visión* de Lazlo Moholy-Nagy (1972), obra fundamentada en las ideas de Walter Gropius, Hannes Meyer y Gyorgy Kepes, incorporando el principio esencial de la Bauhaus de unificar la teoría y la práctica del diseño, la obra de Munari, no encontró las claves metodológicas para consolidar sus principios.

Es con base en esta circunstancia que se encuentran tres diferentes métodos del diseño, el primero sustentado en la teoría de la comunicación, el segundo desarrollado bajo las mercadológicas del funcionalismo y el último, abandonando las posibilidades lógicas de sus propuestas precedentes, opta por la reticencia a la escrupulosidad del pensamiento y considera a la creatividad desde una analogía culinaria que implica una ironía hacia los lectores.(Munari, 2002) No obstante, esta visión final ha sido tomada en serio por muchas escuelas contemporáneas que, buscan la receta idónea para resolver el proceso de diseño. Bernd Löbach fue adepto a Munari postulando el método del proceso creativo como modelo de solución de problemas.

El llamado ***enfoque científico*** del diseño, fue encabezado por Tomás Maldonado (1993), en la década de los setenta, formado en la conocida escuela de Ulm en Alemania, a la cual dirigió, se interesó en darle un sustento epistemológico al proceso proyectual con un modelo metodológico. Con una gran influencia de los afanes cientificistas de mediados del siglo XX, bajo los imperativos positivistas, Maldonado se preocupa por el sustento racional del diseño, rechazando categóricamente el empirismo. En el grupo de teóricos que trabajaron bajo estos términos se encuentran los funcionalistas, a quienes interesaba que la forma siguiera a la función evitando la arbitrariedad y la falta de solución de los problemas de diseño, aquí están los axiomas de Christopher Alexander (1976) sobre la racionalización de la forma, o los principios de divergencia y convergencia que constituyeron la caja transparente de Christopher Jones (1982). Por igual, se sumaron Gui Bonsiepe enfocado en la tecnología y la racionalidad y Karl Gestner en el entendimiento de lo diseñado como un programa organizado.

Dentro del ***planteamiento ético*** destaca Víctor Papanek por su postura crítica respecto al consumismo y el diseño publicitario: “dedicado a convencer a la gente de que compre cosas que no necesita con dinero que no tiene, para impresionar a personas a quienes no les importa, es quizá la especialidad más falsa que existe…” (Papanek, 1977:12). Igualmente, la enunciación de las responsabilidades de los diseñadores entre las que puntualiza la comprensión de los otros para responder de manera innovadora, creativa e interdisciplinaria a las necesidades de los seres humanos.

Ecologista, Papanek se considera pionero en las consideraciones del diseño acerca de los daños a la naturaleza y por consecuencia a la sociedad, se interesó por el ciclo de vida de los objetos, el desperdicio y el reciclaje. Para que el diseño pueda construir propuestas lógicas, estructuró la metodología del diseño integrado, flexible y adaptable a la intencionalidad de cada proyecto. Fue un gran estudioso de diseñadores, antropólogos, sociólogos, psicólogos y filósofos como Lewis Mumford, Darcy Ribeiro, Skinner, Lévi-Strauss, Asimov, Adorno, McLuhan, Freud, Jung o Cassirer, entre otros. Un teórico inflexible, exigente con el diseño y sus profesionales. Entre los discípulos de Papanek se encuentran Bernd Löbach, Abraham Moles, Gert Selle y Llordi Llovet.

En la ***perspectiva teleológica***, la óptica de André Ricard ha sido toral para entender el diseño con base en sus fines, él se cuestionó sobre la razón de ser del diseño bajo el supuesto de que la abstracción y la imaginación no se sustraen de lo concreto, de la conceptuación. Lo diseñado, desde esta teoría, se conduce por sus necesidades, intenciones o finalidades, no obstante, nunca se concluye bajo un proceder operativo, no se especula ni adivina.

Los fines siempre cuentan con los medios y en el diseño se trata del sometimiento de la intuición a la razón, de lo contrario, se erigen utopías o simulaciones mentales que se desmoronan con facilidad. Xavier Rubert de Ventós hizo importantes discernimientos interpretando a André Ricard, junto a Otto Laske, Yves Zimmermann y Bernard Bürdek, cada uno desde alguna ruta interdisciplinaria.

La mirada historiográfica ha sido determinante, iniciada por Pevsner, ha sido nutrida por Steven Heller, Rob Carter, Adrian Frutiger, Rudy VanderLans, Rob Carter, Enric Satué y Philip Meggs.

Por último, en la ***visión pragmatista***, más reciente e inspiradora del fenómeno que se ha desenvuelto en las teorías contemporáneas, hay una serie de autores que se podrían llamar la segunda generación empirista; la primera estuvo integrada por Otl Aicher, Martin Krampen, Müller-Brockman, indistintamente sin jerarquías aquí se encontrarían Joan Costa, con sus textos acerca de la simbología, sus posibilidades y capacidades de atraer la mirada de los receptores de lo diseñado.

4 TEORÍAS CONTEMPORÁNEAS DEL DISEÑO Y SUS IMPLICACIONES

Durante décadas, y segmentando de forma arbitraria las teorías originarias del diseño, han surgido ideologías que, al no ser orgánicas, es decir, al adolecer de una estructura jerarquizada de conceptos, principios organizados y conocimiento sistematizado. Con base en las explicaciones de Gramsci (1971) al respecto, es posible afirmar que las mal llamadas teorías del diseño, son ideologías que han creado movimientos individuales que ponderan a quien las escribe enalteciendo así el ser, no el pensar. Son el error que se contrapone a la verdad.

El gran problema que han generado estas pseudo-teorías, es la inestabilidad de los modos de pensar en el diseño, la confusión acerca de su definición y la falta de crítica que ha anulado la racionalidad y autenticidad histórica de la disciplina misma. La adhesión escolarizada a algunas de estos idearios que ganan popularidad gracias a la mercadotecnia, genera fanatismos y, peor todavía, propuestas confusas, heterogéneas, híbridas e intelectualmente descalificables.

Es así que encontramos supuestas ***teorías de la conjetura***, son hipotéticas y están basadas en fragmentos de las ideas de Papanek, como el Diseño Centrado en el Usuario, inspirado por la idea de que se deben acopiar las vivencias, sensaciones o satisfacciones del usuario frente a lo diseñado, con un enfoque reduccionista dirigido hacia la comprensión de los requerimientos de las interfaces en la tecnología digital.

En esta línea se encuentra el denominado *Design Thinking* o Pensamiento del Diseño, que, sin un esfuerzo metodológico, postula el enfoque en los valores humanos o la empatía, la creación de experiencias significativas que surgen del trabajo en equipo, la consciencia del proceso, la validación de las ideas y el paso del pensar al actuar, devolviendo al diseño así a la famosa caja negra de Jones (1982) en la que el diseñador entregaba resultados considerados por la comunidad como exitosos, aunque no tuviera las aptitudes para esclarecer cómo llegó a tales soluciones.

En otros órdenes se encuentran las ***visiones cientificistas*** que llegan a esquematizaciones del proceso proyectual, sin embargo, éstas están condicionadas por alguna etapa, por ejemplo, el modelo del comportamiento humano de Rasmussen (SRK) combina los requisitos de información de un sistema con diversos aspectos de la cognición humana como el reconocimiento, la asociación y la memoria. Igualmente, el modelo de la situación de Endsleys describe cómo el personal que opera en sistemas complejos y dinámicos busca e interpreta la información que le sirve, esto es considerado por el diseñador para tomar decisiones sobre la solución de una necesidad.(Skourup y Pretlove, 2007)

El dominio de la mercadotecnia ha sometido al diseño como lo ha hecho como a otras disciplinas. No sólo lo diseñado es mercancía, el diseñador también lo es y cada día más rentable; no sólo se consumen objetos, también personas. En esta ***sujeción a la competitividad*** y la estrategia comercial, se han desarrollado modelos metodológicos que se ostentan como teorías a pesar de que la vacuidad de los textos es inadmisible, así contamos con la Teoría del diseño basado en la administración de proyectos que ni siquiera presenta un autor, está patentada y manejada por una organización (PMI, *Project Management Institute*)

Se encuentran alternativas que, aunque no presentan desarrollos especulativos profundos, intentan, también desde las ideas de Papanek, trabajar en pro del diseño responsable, aquí se encuentra la visión de la sustentabilidad, hay numerosos autores en esta sección como Martin Charter, Joan Rieradevall, Alan Gilpin, Raúl Belluccia y Jorge Frascara.

Hay escasos estudiosos del diseño que pugnan por teorizar acerca de los diseñado y los diseñadores. Aquí hay dos vertientes, la primera es la crítica histórica encabezada por Enric Satué quien ni ha desistido, perseverando en los estudios sobre diseño, Ana Calvera, Raquel Pelta o Cecilia Mariaca, por mencionar algunos. La segunda tiene una idea epistemológica, en ella se reconocen por sus aportaciones Jorge Frascara con su preocupación por el sentido social del diseño y la inserción de éste en estructuras conceptuales; de forma peculiar es menester distinguir a Victor Margolin quien, desde el MIT (*Massachusetts Institute of Technology*) ha logrado fusionar las aportaciones de la transdisciplina hacia el diseño con aportaciones significativas para la comprensión del diseño.

5 CONCLUSIONES

Actualmente se practica la telesis, término del sociólogo Lester Frank Ward en el siglo XIX, rescatado por Víctor Papanek (1973) para evidenciar el uso premeditado de los procesos naturales y sociales para el logro de fines individuales. La telesis presenta una antinomia, ya que existe aquélla que promueve el progreso consciente producido por los esfuerzos de la inteligencia; por otro lado, se encuentra una telesis que no evidencia la directriz inteligente de la actividad social hacia la consecución de propósitos legítimos que devengan en beneficios sociales, colectivos e individuales, es por ende un desperdicio del potencial cognitivo.

Adolecer de pilares metodológicos en el diseño ha fomentado los anacronismos, no sólo en la teoría, también en la praxis. Los fines no tienen fronteras, ni en el conocimiento ni en las acciones, el diseño se ha vuelto condescendiente y permisivo. Como afirma Jordi Ribas (2016) uno de los efectos perniciosos de la tecnología digital es que la estupidez humana puede viajar a la velocidad de la luz… añade Noam Chomsky, destruyendo además los cerebros con su manipulación. La inmediatez de la conducta y la fe ciega en lo que sea instantáneo propician el desarme de los conceptos y el desprecio por el pensamiento complejo, racional, teórico, ese intervalo precavido que proporciona certidumbre y autenticidad.

Hoy el diseño y los mensajes visuales, verbales o gestuales se difunden con rapidez y apremio. Los auténticos pensadores, teóricos del diseño, reivindican el regreso a la lentitud, por la desconfianza en la impaciencia compulsiva de la que emergen escasos diseñadores y creadores talentosos. El genuino diseñador, que sabe, piensa y hace, se ha vuelto una *rara avis* en esta disciplina: ver es ver verdad como afirma Zimmermann (2002).

REFERENCIAS

Alexander, Christopher (1976) *Ensayo sobre la Síntesis de la Forma.* Buenos Aires: Infinito

Bahr, Hermann (1898) An Die Secession. *Ver Sacrum, enero* Viena: VBKÖ (Asociación de artistas visuales austriacos)

Gramsci, Antonio (1971) *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce.* Buenos Aires: Nueva Visión

Heller, Steven; Fili, Louis (2006) *Stylepedia.* USA: Chronicle Books

Jones, Christopher (1982) *Métodos de diseño.* Barcelona: Gustavo Gili

Machado Ramírez, Evelio F.; Montes de Oca, Nancy (2000) Las fases y dimensiones del ciclo lógico del pensamiento científico y su relevancia para la investigación educativa. *Revista Iberoamericana de Educación.* Madrid: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI) / Cantro de Altos Estudios Universitarios (CAEU), 15-9-03

Maldonado, Tomás (1993) *El diseño industrial reconsiderado.* Barcelona: Gustavo Gili

Moholy-Nagy, László (1972) *La nueva visión.* Buenos Aires: Ediciones Infinito

Munari, Bruno (2002) *¿Cómo nacen los objetos?* Barcelona: Gustavo Gili

Papanek, Victor (1977) *Diseñar para el mundo real. Madrid: Blume*

Pevsner, Nikolaus (2003) *Pioneros del Diseño Moderno.* Buenos Aires: Infinito

Ribas, Jordi (2016) Els monstres que no diem. *D!SS?NY. Admiracions i interrogacions sobre disseny i art,* Barcelona: Blog de Jordi Ribas, 8 de marzo, http://blogscat.com/jordiribas/author/jordiribas/

Skourup, Charlotte; Pretlove, John (2007) El factor humano en el proceso. *Revista ABB.* España: Grupo ABB

Vilchis Esquivel, Luz del Carmen (2010) *Historia del Diseño Gráfico en México 1910-2010.* México: INBA-CONACULTA-COMISIÓN 2010

Zimmermann, Yves (2002) *Del Diseño.* Barcelona: Gustavo Gili

ISBN: 978-65-986235-0-0

Aurum EDITORA

CAPÍTULO 12

A PRISÃO COMO ESPAÇO RACIALIZADO: VIVÊNCIAS DE CONFINAMENTO DE UMA MULHER NEGRA

PRISON AS A RACIALIZED SPACE: A BLACK WOMAN'S EXPERIENCES OF CONFINEMENT

https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-012

Lourdes Helena Martins da Silva
Mestre em Ciências Sociais, Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas, Docente do Curso de Direito do Centro Universitário da Região da Campanha em Bagé e Santana do Livramento
E-mail: lourdeshelenamartinsdasilva@gmail.com

RESUMO
O encarceramento em massa de mulheres no Brasil enquanto política criminal de segurança pública - o fenômeno da feminização da punição- tem sido objeto de abordagens sociológicas que apontam para a marginalização de hipossuficientes, em um cenário marcado pela sobreposição de vulnerabilidades. Esta comunicação apresenta uma perspectiva de gênero, com recorte para a temática racial, considerando-se a necessidade de compreensão da constituição da mulher negra em espaços de privação de liberdade. Na perspectiva da interseccionalidade, quer-se entender como práticas de racismo se configuram e se perpetuam no sistema criminal de justiça. O presente trabalho é um fragmento de uma pesquisa social empírica realizada em um presídio masculinamente misto, no interior do Estado do Rio Grande do Sul, com mulheres privadas de liberdade pelo envolvimento com o crime de tráfico de drogas. A partir da análise das relações construídas/constituídas no cotidiano do cárcere, nas dinâmicas prisionais, pretende-se abordar, nas vivências de uma mulher negra, os diferentes racismos por ela enfrentados e denunciados. Trata-se de uma abordagem qualitativa, onde se usa o método biográfico da história de vida que permite dar voz a Quitéria, mulher negra em situação de prisão que conta, significa e ressignifica suas vivências, revelando diversas formas de opressão distintas e concomitantes. Na narrativa da protagonista, nas tramas de afeto e nas relações interpessoais, raça e gênero são marcadores articulados nas suas práticas, que moldam as suas experiências. O cárcere revela-se para Quitéria como um espaço racializado, onde as desigualdades que enfrentava fora dos muros da prisão, são ali reforçadas e reproduzidas, consolidando-se a precarização da existência de quem está em nesse não-lugar.

Palavras-chave: Mulheres negras; Racismo; Prisão.

ABSTRACT
The mass incarceration of women in Brazil as a criminal public security policy - the phenomenon of the feminization of punishment - has been the subject of sociological approaches that point to the marginalization of the underprivileged, in a scenario marked by overlapping vulnerabilities. This paper presents a gender perspective, with a focus on race, considering the need to understand the constitution of black women in spaces of deprivation of liberty. From the perspective of intersectionality, we want to understand how practices of racism are configured and perpetuated in the criminal justice system. This paper is a fragment of empirical social research carried out in a male-mixed prison in the interior of the state of Rio Grande do Sul, with women deprived of their liberty for involvement in drug trafficking. Based on an analysis of the relationships built/constituted in the daily life of the prison, in the prison dynamics, the aim is to approach the experiences of a black woman and the different forms of racism she faces and denounces. This is a qualitative approach, using the biographical method of life history to give voice to Quitéria, a black woman in prison who tells, signifies and gives new meaning to her experiences, revealing different forms of oppression that are distinct and concomitant. In the protagonist's narrative, in the plots

of affection and interpersonal relationships, race and gender are markers articulated in her practices, which shape her experiences. Prison reveals itself to Quitéria as a racialized space, where the inequalities she faced outside the prison walls are reinforced and reproduced there, consolidating the precarious existence of those who are in this non-place.

Keywords: Black women; Racism; Prison.

1 INTRODUÇÃO

Dados estatísticos pertinentes a sobrerrepresentação de pessoas negras na população carcerária (IBGE, 2023) apontam para a seletividade racial e desigual configuração entre brancos e não brancos frente ao sistema penal e de segurança pública no Brasil (Adorno, 1994, 1995; Lima, 2004; Alves, Moreira, 2022) Esses sistemas, organizados a partir de uma lógica liberal que ignora as desigualdades sociais, voltam-se para o aprisionamento sobretudo de pessoas não-brancas e marginalizadas, fazendo com que as prisões, cada vez mais, sejam espaços ocupados pela população negra. A lógica funcional desses sistemas ignora as condições estruturais que marginalizaram grupos vulneráveis e que fazem com que a pobreza, o menor acesso ao emprego, educação formal, segurança afetem sobretudo as populações negras e marginalizadas.

Nesse contexto, a população carcerária feminina, no Brasil[1] é formada majoritariamente por mulheres negras e pobres (SENAPPEN, 2023)[2], julgadas por um sistema de justiça criminal constituído por uma maioria de pessoas brancas (CNJ, 2023[3]; CNMP, 2023)[4] que, frequentemente, "perpetuam as injustiças estruturais" da sociedade brasileira colaborando para a manutenção de "injustiças sistêmicas praticamente intactas" (Fikota, 2022, p. 94).

O aumento significativo da população carcerária coloca o Brasil em terceiro lugar (World Female Imprisionment List, fifth edition, 2022[5]), dentre os países com maior encarceramento- as mulheres se tornaram uma das categorias que mais crescem nas prisões brasileiras. O superencarceramento feminino e o punitivismo característico da política de drogas no Brasil refletem profundas desigualdades de raça e gênero.

O encarceramento de mulheres por crimes relacionados a drogas aparece como resultado de situações de vulnerabilidade, como relacionamentos afetivos com parceiros que estão envolvidos com o tráfico de drogas, a dependência química, a necessidade de sustentar suas famílias, as levam a assumir papéis no tráfico para garantir a sobrevivência. Esse fenômeno, em nível nacional, é particularmente alarmante quando se observa que a maior parte dessas mulheres é composta por negras e pardas, refletindo uma intersecção entre racismo e sexismo que se intensifica nas políticas de drogas. As leis punitivas não apenas falham em abordar as causas sociais que levam ao envolvimento com drogas, mas também

[1] No Rio Grande do Sul a população é majoritariamente branca (SENAPPEN, 2023) e a massa carcerária feminina também. Tal característica é resultado de um conjunto de fatores históricos, sociais e econômicos que moldaram a demografia da região, tendo forte relevância fatores como os processos de urbanização e a imigração europeia.

[2]Disponível em https:// www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-2-semestre-de-2023.pdf, último acesso em 27 de setembro de 2024.

[3] Disponível em https:// www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/09/diagnostico-etnico-racial-do-poder-judiciario.pdf, último acesso em 28 de setembro de 2024.

[4] Disponível em https:// www.cnmp.mp.br/portal/publicacoes/16583-perfil-etnico-racial-do-ministerio-publico-brasileiro, último acesso em 27 de setembro de 2024.

[5] Disponível em https:// www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_imprisonment_list_5th_edition.pdf, último acesso em 02 de outubro de 2024.

perpetuam estigmas que afetam a vida dessas mulheres antes, durante e após a prisão. Apesar de não serem a maioria dentre aquelas que cumprem pena em unidades prisionais no Estado do Rio Grande do Sul(o Estado com maior percentual de brancos da Federação Brasileira: 72,06, IBGE, 2022[6]), a trajetória de uma mulher de cor preta, julgada e condenada pelo sistema de justiça criminal, que cumpre pena privativa de liberdade em um Presídio Masculino adaptado para receber pessoas do sexo feminino, aponta para o processo de naturalização e de negação de episódios de discriminação direta e implícitas que vivencia sob diferentes formas. O racismo está presente na vida dessa mulher, fora daquele lugar e no cotidiano do cárcere.

Este estudo analisa a temática racial, a partir da narrativa de uma mulher negra em situação de privação da liberdade em decorrência de condenações judiciais por envolvimento com tráfico de drogas. A partir de suas relações no dia a dia da prisão, pretendeu-se abordar as diferentes experiências de racismo por ela vivenciados fora e dentro do cárcere. Quer-se compreender como se dá o processo de racialização do espaço da cadeia. Nas histórias de Quitéria, em suas relações de afeto e nas relações interpessoais dentro da cadeia, raça é um marcador social que molda e constrói sua subjetividade.

A condição de subalternidade da raça enquanto elemento de classificação social é componente estruturante das relações sociais que se evidencia não apenas por atos ou práticas diretas ou indiretas de racismo. Nas relações do cotidiano de uma prisão, o processo de hierarquização e subalternização do negro acontece por dispositivos de racialidade que negam a condição de ser de uma mulher negra que vivencia o processo de encarceramento.

Em uma abordagem qualitativa, trabalha-se com história oral, na modalidade da história de vida enquanto metodologia que permite a compreensão de subjetividades, relacionando, a partir das narrativas, os indivíduos a grupos sociais e determinadas realidades. Em estudos que envolvem questões referentes à criminalidade feminina, a interseccionalidade é uma importante ferramenta de análise para compreensão das complexas relações de poder e práticas de discriminação presentes no processo de encarceramento onde as desigualdades estruturais de raça, gênero, classe social, geração revelam múltiplas formas de subalternidade na experiência feminina no cárcere.

2 RACIALIZAÇÃO E RACISMO RELIGIOSO COMO DISPOSITIVO DE RACIALIDADE

O conceito de raça está relacionado ao "conjunto de relações sociais, que permitem que indivíduos e grupos sejam localizados, e vários atributos ou competências sejam designados, com base em aspectos biológicos" (Giddens, 2006, p. 248) que traduzem diferenças que servem para "reproduzir padrões de poder

[6] Disponível em https:// agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda, último acesso em 02 de novembro de 2024.

e de desigualdade" (ibidem). O conceito "sócio-histórico" ou cultural de raça é uma "categoria discursiva" que "organiza os grandes sistemas classificatórios da diferença" (Hall, 1995).

Enquanto "sistema autônomo de referência" funciona como uma forma de organizar, na percepção visível de mundo, as diferenças que permitem dar sentido ou tornar o mundo, a partir dessa construção discursiva, "inteligível" (Hall, 1995). São mapas conceituais compartilhados em sistemas classificatórios da diferença que permitem "conferir sentido à realidade" e constituir os sujeitos (Zubaran; Wortmann; Kirchof, 2016, p. 15).

Raça é um constructo cultural e político usada a partir das relações de colonialismo europeu para organizar "sistemas classificatórios hierárquicos" para "denominar e marcar uma porção de outros como seres considerados inferiores aos Eus Nacionais" nos "primórdios do projeto colonial da Europa ocidental" (Frankenberg, p. 310).

No processo de colonialidade o elemento raça foi usado como forma de desumanização nas relações e práticas de poder servindo como:" instrumento de dominação social" ou "modo básico de classificação social universal" que funciona como "critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder" (Quijano, 2005, p. 118).

A ideia de raça remete a "condições" e "lugares inventados para os grupos implicados na aventura colonial", "forjando as representações do Eu e do Outro coloniais" (Miranda; Passos,2011, p. 01). A raça é critério de classificação social que refere "lugares e posições que indivíduos e grupos sociais ocupam (ou devem ocupar)" nas "dimensões básicas da existência social" (Porto-Gonçalves, Quental, 2012, p. 6).

A questão racial, como explica Ianni (2004, p. 23) esconde "intolerâncias, preconceitos, segregações, racismos e ideologias raciais" e se produz e reproduz na "dinâmica das relações sociais". O racismo enquanto "forma de discriminação" que "legitima a subalternização do negro" (Batista et al, 2022, p. 94) é "uma forma de representação negativada da diferença" e um "tipo de ideologia, cuja operação discursiva serve não só para inferiorizar e excluir, mas também para incluir e superiorizar" (Lima, 2019, p. 161).

Em um sistema racializado, lugares e papeis sociais são "moldados e constrangidos" pelas "posições racializadas dentro do sistema" (Giddens, 2006, p. 248).

Racialização "diz respeito a processos de dominação e exploração nas quais categorias raciais são atribuídas para designar os grupos em situação de subordinação" (Barone; Rios, 2018). Está relacionada à formação de territórios e espacialidades negras" e o resultado desse processo "seria a construção de uma representação de lugar do negro que informa percepções, experiências e ações" (Silvério, 2004).

Racializar ou estigmatizar o "outro" e os "outros" é politizar as relações cotidianas, recorrentes, em locais de trabalho, estudo e entretenimento; bloqueando relações, possibilidades de participação, inibindo aspirações, mutilando práxis humana, acentuando a alienação de uns e outros, indivíduos e coletividades.

Sob todos os aspectos, a "raça" é sempre "racialização", trama de relações no contraponto e nas tensões "identidade", "alteridade", "diversidade", compreendendo integração e fragmentação, hierarquização e alienação (França, 2021). A racialização tem como dimensão central a hierarquização que "posiciona indivíduos e grupos racialmente" (Silvério, 2022, p.32).

A racialização contribui para criação de estereótipos e preconceitos que reforçam o racismo estrutural. O racismo estrutural, por sua vez, reforça e racialização, perpetuando a ideia de que há raças superiores e inferiores, justificando práticas discriminatórias.

Raça, racialização e racismo estrutural são conceitos interconectados que se retroalimentam, criando ciclos de desigualdade e discriminação que se mostram presentes nas relações do cotidiano.

O racismo estrutural que, para Bonilla-Silva (2024, p. 262) diz respeito ao "conjunto de práticas nos níveis econômico, político, social e até psicológico destinadas a manter vantagens sistêmicas para o grupo racializado como branco e a manter os grupos classificados como não brancos sob controle e numa posição de subordinação."

São manifestações do racismo estrutural, o racismo epistêmico e o racismo religioso. Para Reis (2020, p.8):

> o racismo epistêmico opera pela via da lógica segundo a qual o único regime de verdade seria fornecido pela tradição de pensamento ocidental, 'científica', cuja cosmovisão deveria se disseminar como forma 'superior' de conhecimento em detrimento de outras cosmologias e saberes.

O conhecimento produzido pela "cultura euro descendente" estabelece-se como norma, define "o que é verdade", estabelece o que é o bem e o mal, o certo e o errado, privilegiando "projetos coloniais no mundo" essa legitimidade e esse monopólio do conhecimento dos homens ocidentais tem gerado estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos" (Grosfoguel, 2016, p. 25). Para Carneiro (2005, p. 10) o epistemicídio é um dispositivo de racialidade "que realiza as estratégias de inferiorização intelectual do negro ou sua anulação enquanto sujeito de conhecimento".

O racismo religioso é fenômeno que se manifesta pela discriminação, preconceito e hostilidade a sistemas de crença diferentes daquele predominante em uma determinada sociedade. O modelo imposto pelo colonialismo baseia-se na crença cristã e, assim, ao longo da história brasileira, as "religiões de matriz africana têm sido alvo de preconceito e discriminação "(Hartikainen, 2020, p. 90). Nesse sentido, são frequentes as ações de hostilidade (Hartikainen, 2020, p. 93) e violência contra "terreiros" (Miranda et al, 2022; Pereira, 2023) e de deslegitimação de suas práticas e rituais. As religiões de matriz africana enfrentam hostilidade com relação a suas práticas e crenças, como consequência da deslegitimação

epistemológica ou de uma construção negativa dentro das perspectivas eurocêntricas que as associam a elementos de "maldição" ou de "demonologia" (MARINHO, 2022).

3 QUITÉRIA QUE É DA TERREIRA

Quitéria está com 46 anos de idade- a maior parte das mulheres que com ela cumpre pena são bem mais jovens do que ela. Mulher de cor preta, mãe de seis filhos com idades que variam entre 31 e 22 anos, foi presa em 2013 e condenada processos criminais cujas penas somadas já ultrapassam vinte e dois anos por seu envolvimento com tráfico de drogas. Para poder ter renda- ela tem sua firma[7]- vende croquetes e pastéis na cadeia. Também faz "lavados" para as outras presas, o que lhe rende alguns poucos reais- nos dias de semana é a responsável por cozinhar no seu alojamento- atribuição que assumiu por suas experiências como cozinheira em restaurantes- quando não estava presa. Ela foi entrevistada por cinco vezes e em cada uma delas deu conta de noticiar seus sofrimentos. Sofrimentos causados por uma vida de muitas batalhas. Ela é daquelas mulheres que as "colegas" apostam que não volta mais tráfico nem para cadeia porque "já passou muito trabalho".

Na primeira entrevista, em dezembro de 2022, ela contou do preconceito que sofreu em sua vida, em seus casamentos- dois casamentos com homens de cor branca. No primeiro casamento, a sogra já definia seu "lugar" - a cozinha, que era lugar de negra: "eu era a negra, a empregada- sempre na cozinha, eu e as outras que eram da minha cor, tínhamos que ficar na cozinha". O filho que tinha de um outro relacionamento anterior, como era moreno, índio, também tinha que ficar na cozinha "o negrinho era lá na cozinha comigo, mas o outro, alemão do olho verde- esse era o neto" (Diário de campo, 2022).

Quitéria não quer mais aceitar o modelo de "aparência" branca, dos cabelos lisos, das mechas loiras- cansou da busca "pelo simulacro da brancura" (Nascimento, 2003, p. 24).

A subalternidade de Quitéria definida pelo seu "lugar de raça" e a "intensa visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos "estavam sempre presentes nas relações com o ex-marido e a sogra. E em alguma medida, esse "modelo paradigmático de aparência", a cor do marido, da sogra, dos filhos que teve com este "branco" são presenças constante nas suas narrativas, reforçando a ideia de "modelo paradigmático de aparência e de condição humana "(Piza, 2016, p. 77).

Para ela "a cor existe!!! A gente vê na televisão, mentira, existe na vida real. Só quem passa sabe a dor que é tu seres rejeitada pela cor" (Diário de campo, 2022).

Em dezembro de 2022, ao ser perguntada sobre discriminação racial no seu cotidiano na unidade prisional, achou que ali não existisse preconceito explicito, mas em todas as vezes, em cada uma de suas

[7] Ter firma significa dizer que, em alguma medida, exercer alguma atividade que possa render frutos financeiros. Dependendo do "andamento" do Presídio, a firma funciona- ela consegue passar para o alojamento masculino, as comidas que faz- lá, outro preso frita os pastéis e croquete e vende- mediante o pagamento de um percentual.

falas, foi narrando episódios que se traduziam em experiências de discriminação- dentro e fora da prisão. O preconceito racial que está fora dos muros da prisão e também ali, já que ele muda sua aparência, mas não sua essência, modulando-se "pelas normas sociais de cada contexto" (Lima, 2019). Ainda que não explícito, também na prisão, com esta particularidade do racismo brasileiro, praticado de forma silenciosa- ele, o silêncio que "configura uma das formas mais eficazes de operação do próprio racismo no Brasil" (Nascimento, 2003, p. 23).

Nas narrativas e queixas da entrevistada, a discriminação racial está presente desde a impossibilidade de entrar na cadeia um "difusor" para secar seus cabelos crespos- enquanto as "chapinhas[8]" para alisar tem entrada liberada- até o episódio em que teve de tirar o aplique de cabelos tecidos com linha Cleia que usou para poder fazer tranças porque seu cabelo é curto- no dia do aniversário de uma "colega" presa. Mas duas "colegas" a entregaram para as "guardas" dizendo que estava de "mega" - e aí teve de tirar as tranças na hora da conferência[9], para não "tomar outro PAD":

> puro preconceito porque eu sou negra- as brancas podem usar chapinha, eu nem trança feita de crochê com linha Cleia- puro preconceito, racismo na cadeia. Mas no outro dia, na hora da contagem, quem tinha cabelo cumprido e não aprovaram o que aconteceu fizeram trança, um protesto silencioso pelo que tinha me acontecido (diário de campo, 2024).

Quitéria explica que não quer mais alisar seus cabelos- que no início da cadeia ainda alisava, mas depois decidiu assumir ser quem é- uma mulher negra de cabelos crespos.

A discriminação racial velada enfrentada revela-se nos momentos de tensão, de desentendimento, de brigas- quando sua cor é referida como forma depreciativa- sempre acrescida de algum adjetivo negativo.

Quitéria se sente muito oprimida por sua crença religiosa de matriz africana. Ela é do candomblé- "religião de sobrevivência étnica (dos grupos negro-africanos)" (Silva, 2022, p.20). Na cadeia ser "macumbeira" é traz consigo representações negativas para muitas de suas "colegas". Quando as coisas não vão bem, não falta quem associe o "azar" à macumba.

A tradição religiosa menosprezada pelas "colegas", ela herdou da avó: "a gente recebe os orixás prontos- de herança". A avó era uma benzedeira muito conhecida- "ela benzia em casa, com ervas, ela recebia Omolu, Deus da enfermidade.

No candomblé, explica Quitéria, as crianças são criadas junto aos pais e avós, "os netos mais velhos já direcionados a receber". Foi criada no terreiro da avó, com 7 anos de idade começou com "as rezas" - ali

[8] As chapinhas são uma referência estética importante na cadeia- desde as mulheres nas filas de entrada para as visitas carregam chapinhas e fazem uso delas enquanto se "preparam "para entrar e visitar seus maridos, companheiros e familiares.
[9] A conferência é a contagem das mulheres recolhidas em cada alojamento que acontece duas vezes por dia, de manhã, por volta das 8 horas e, no turno da tarde, às 16horas. No Presídio a conferência é também chamada de "bater grade" - mas o alojamento das mulheres não tem grades- só portas.

aprendeu “as comidas, as bebidas, as ervas, os chás, os orixás”. Mas foi só depois que virou mulher[10] que vieram os “exus”. A Oxum foi a primeira entidade que recebeu, depois veio a Jurema das Matas- que na linha de caboclo é sua entidade de frente. Há uns quinze anos fez santo na parte de batuque: a cabeça é Iemanjá e os pés é Bará. Tem sua própria terreira em sua casa- mas como está presa, não pode trabalhar- uma das filhas é que tem seguido com as atividades espirituais. Explica que na cadeia não pode trabalhar com seus guias espirituais- no máximo pode olhar alguma carta. Antes de ser presa, além de seus trabalhos na sua terreira, promovia “excursões” para a praia, para as festas de Iemanjá.

Não há “assistência religiosa” de “pai de santo” na prisão onde cumpre sua pena- embora a presença dos religiosos evangélicos seja constante. Na cadeia não está proibida de “cultuar seus santos e orixás”, mas não pode “incorporar”, nem fazer trabalhos, nem mesmo abrir as cartas da Maria Padilha, só “posso benzer porque serve para dar uma acalmada”[11]. Não que haja alguma regulamentação da SUSEPE estabelecendo tal proibição, mas porque, segundo ela, a própria religião não permite.

Quitéria, em mais de uma das entrevistas, queixou-se da perseguição que sofre por parte das “evangélicas”. A maior parte das mulheres presas é “evangélica praticante. Conta que elas falam abertamente que ela é “macumbeira” e que macumba “não é coisa de Deus”. Sofreu, especialmente em um dos alojamentos onde esteve, o que chama de opressão por parte das evangélicas “tu não podes imaginar elas cantando e rezando tarde da noite, todos os dias-rezavam e me olhavam”. Diz: “tudo que acontece de ruim para elas, é macumba-não tem justificativa para os erros, bota na macumba. Mas qualquer dorzinha de cabeça, me pedem para benzer. Na hora de pedir marido, não vão a Deus- vão a pomba gira. (Dário de Campo, 2024). E, nessas horas, esquecem de criticar as “práticas demoníacas dos umbandistas” (Silva, 2022, p. 248).

O espaço prisional marcado por tensões e hierarquias, torna-se mais hostil quando apenadas evangélicas adotam uma postura de superioridade moral em relação a quem professa uma fé que consideram menos “valida”. Conflitos entre pessoas de “religiosidade de perfil evangélico-pentecostal” e praticantes de religiões de matriz africana põe em “circulação moralidades, subjetivações e cálculos em disputa” (Miranda et al, 2022, p. 620)

O antagonismo entre as evangélicas e Quitéria está ligado à associação de práticas de religiões de matriz africana com as ações dos demônios:

> O neopentecostalismo, em consequência da crença de que é preciso eliminar a presença e a ação do demônio no mundo, tem como característica classificar as outras denominações religiosas como pouco engajadas nessa batalha, ou até mesmo como espaços privilegiados da ação dos demônios, os quais se “disfarçariam” em divindades cultuadas nesses sistemas. É o caso, sobretudo, das religiões

[10] Virar mulher aqui significa ter menstruado pela primeira vez

[11] A inserção do sagrado (religião) no espaço social da metrópole fornece “padrões orientadores do comportamento coletivo contínua atuando, seja para entender o mundo tal como ele “é” ou como “deveria ser”, para expiar a dor ou para aludir às dimensões ontológicas da vida humana” (Silva,2022, p. 38)

> afro-brasileiras, cujos deuses, principalmente os exus e as pombagiras, são vistos como manifestações dos demônios(Silva, 2007, p.207)

Cumpriu a maior parte da sua pena em um dos alojamentos, onde normalmente está o maior número de mulheres privadas de liberdade. Foi em janeiro de 2024 "cansada da opressão" que estava sofrendo naquele alojamento, foi "para porta" e pediu para ser transferida. Estava cansada de tudo- da opressão que sofria por parte das evangélicas- que rezavam e cantavam até tarde da noite, cansada de ter quem dissesse o que deveria fazer já que "a cadeia foi feita para todos, senão seria um hotel, onde eu escolheria o quarto".

Os ataques que sofreu por conta de sua religião de matriz africana podem ser apontados como manifestações "explicitas de intolerância e de racismo religioso (Silva, 2022, p. 254).

O desprezo e as humilhações dirigidas a Quitéria por muitas "mulheres evangélicas" são "pensados como caminhos para a interpretação das gramáticas do racismo (Diaz-Benitez; Gadelha; Rangel, 2021, p. 12) servindo para "interpretar exercícios hierárquicos da diferença" (op. cit).

Agora no novo alojamento está com outras "colegas" que também professam religião de matriz africana. A "maioria é umbandista, mas terreira só eu tenho- e mãe de santo pronta, só tem eu mesma" (Diário de campo, 2024).

Para Quitéria, a religião de matriz africana que professa tem muita importância: "a religião é a minha alma. Eu não vivo da religião, eu vivo para a religião. É o ar que eu respiro- é a maior herança que eu poderia ter recebido. Faço tudo como ela me diz" (diário de campo, 2024).

Expressões como "opressão[12]", "discriminação", "preconceito racial" fazem parte de seu vocabulário. Posiciona-se contrária às ações e falas que pretendam atingir sua crença religiosa e a outras formas de opressão. A história de Quitéria se desenha como de resistência. Sua força vem da sua religião que é amor e resistência.

Não aceita nem mesmo as tentativas de que no alojamento feminino possa qualquer facção ditar as regras, pois o "espaço é nosso, é do Estado, nós temos o direito de ficar aqui- não aceito que tentem faccionar a cadeia das mulheres" - ela é "carreira solo"[13] (Diário de campo, 2024).

Quitéria reclamava dos privilégios que quem era "mulher de patrão[14]" recebia- já saia com cama. Elas "chegam pensando que aqui é a Disneylândia". Conta ela que já experimentou ter que sair da sua cama para dar lugar para "as novatas". Elas "tiram as velhas da cama" - eu saí "mas dei pau em duas" - para "ensinar ser mulher do fulano" - explica ela que "quem é velha sabe puxar cadeia, os guardas nem

[12] Chamava atenção o número de vezes em que Quitéria verbalizou a expressão " opressão" durante as entrevistas realizadas.
[13] Quitéria explica que é carreira solo para dizer que não está ligada a nenhuma facção criminosa. Diz que quando traficou as facções não tinham a força que tem hoje.
[14] Patrão é aquele que é o "dono da droga" – quem fornece a droga.

ouvem falar da gente, mas essas aceleradas, tu dás um tapa e elas já pedem socorro". (Diário de campo, 2024).

A prisão é lugar onde os espaços estão definidos, as regras estão estabelecidas- não apenas na legislação ou nos regulamentos fixados pela SUSEPE, mas também pelas pessoas que ali vivem, porque há um "modo" da cadeia funcionar. Quitéria sabe como é viver na cadeia – está lá há muito tempo- mais tempo que a maior parte das mulheres que lá estão recolhidas:

> Na cadeia a gente aprende a sobreviver, mas as novas não são de segurar. As novatas não seguem regras- não conhecem o lugar de cada uma. O teu espaço é a tua cama e as tuas coisas. A tua cama é a tua casa- o resto é nosso. O corredor é nosso.

Quitéria há anos trabalha "dentro" da prisão- como cozinheira do seu alojamento ou nos serviços gerais. Sua pena não sofreu maior diminuição porque por várias vezes já perdeu a contagem de "tempo remido" em decorrência de condenações em PADs- processos administrativos disciplinares- onde ficou caracterizada a infração de alguns deveres enquanto presa.

Ela explica que quem chega na prisão precisa aprender muita coisa para poder viver ali. Em todas as vezes em que Quitéria foi entrevistada, chamava atenção o "branco" de suas roupas, o moletom resplandecentemente alvejado, as camisetas reluzentemente brancas, seu capricho com suas coisas- ela que "lava" roupa também para muitas das mulheres presas:

> A maioria que chega não tem costume da higiene. Com a desculpa do frio então, aí mesmo que não querem tomar banho. As novatas gostam de dormir até a uma da tarde. De manhã, já se toma banho. Não tomam banho e não lavam a roupa- as calcinhas no máximo deixam de molho. A gente deixa, deixa, deixa, depois bota fora. Deixo no máximo três dias. Explica, explica, explica- eu só explico para as novatas porque as velhas já sabem as regras. A cadeia tem regras (Diário de campo, 2024).

Quitéria explica para "as novatas" como funciona a cadeia, a rotina daquele lugar onde "cada instante do dia é destinado a alguma coisa" (FOUCAULT, 1987, p. 143)

A pouca individualidade no espaço celular, onde quase tudo é compartilhado, não lhes tira a "titularidade" de suas poucas coisas pessoais: "Cada um tem as suas coisas- não se pode pegar nada dos outros sem pedir. Não posso pegar a tua caneca sem pedir- não dou liberdade para isto para ninguém" - na cadeia "cada individuo no seu lugar" (FOUCAULT, 1987, p. 169).

Começo a levantar as novatas e explicar as tarefas de cada uma.

A mãe preta explica. Quando termina elas dizem " mãe preta- tá pronto".

Quitéria está na liga da remissão- desde que estava no alojamento de quem cumpre pena em regime fechado. Ela cozinha para todas as mulheres do seu alojamento.

Quando fala sobre o tráfico explica que muitas mulheres voltam porque não pegaram medo. Se tu pegas medo tu não voltas. A cadeia te ensina- se aqui tu fazes coisa errada, já dá problema.

Quitéria explica que as mulheres iam para o tráfico para dar uma vida melhor para seus filhos. As "mulheres velhas" quando faziam dinheiro, arrumavam a casa, botavam piso, forravam a sala e os quartos, compravam TV, trocavam os quartos da casa. Agora já tem aquelas que vão por "status", as "emocionadas". São aquelas que acham bonito guardar arma para o cara, ter dinheiro, usar roupa de marca, open bar, ir a clube. Tem aquelas que gostam de carregar o símbolo da facção- acham bonito- mas nem mandam nada na facção- só para ter "status".

As coisas mudaram muito na cadeia, mas o preconceito e a discriminação racial seguem lá, naquele lugar que é também um espaço racializado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências vividas por uma mulher negra em situação de privação de liberdade, colocam em evidência as múltiplas formas de racismo por ela enfrentadas. Os conceitos de racismo epistemológico, racismo religioso, racialização e os dispositivos de racialidade evidenciados nas falas da protagonista permitem que se depreenda a complexidade de sua realidade. O racismo não se mostra como um fenômeno isolado, mas interconectado a uma série de opressões que se manifestam de diferentes formas. O racismo epistemológico se torna evidente nas narrativas de descredibilização de sua crença religiosa, onde suas experiências e valores são frequentemente invalidados em favor de discursos hegemônicos que marginalizam sua perspectiva de mulher negra. A associação entre a identidade racial de Quitéria e suas práticas religiosas trazem à tona as tensões sociais envolvidas na confluência de raça e espiritualidade, revelando como essas dimensões influenciam suas interações no sistema penitenciário.
O processo de racialização reforçado por dispositivos de racialidade diminuem sua própria identidade racial, perpetuando a exclusão e o controle social.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda; SOARES, Antônio Jorge Gonçalves. O corpo negro e os preconceitos impregnados na cultura: uma análise dos estereótipos raciais presentes na sociedade brasileira a partir do futebol. Movimento, v.17, n.4, p. 265-280, out/dez 2011.

ADORNO, Sérgio. Crime, justiça penal e desigualdade jurídica: as mortes que se contam no tribunal do júri. Revista USP, Dossiê Judiciário, n.21, 1994. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

ADORNO, Sérgio. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. Revista Novos Estudos, nº 43, 1995.

ALVES, Júlia Somberg; MOREIRA, Lisandra Espíndula. Enquadro e Banco dos Réus: racismo e sistema de justiça. Revista Psicologia Social on line, v. 34, 2022, disponível em https:// /www.scielo.br/j/psoc/a/gn6NHQ5XWb94cdSVdR4yZky/, último acesso em 04 de outubro de 2024.

ANDRADE, Vera Regina Pereira. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. Revista Brasileira de Ciências Criminais, n 48, p. 260-290, maio/junho, 2004.

BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: uma introdução à Sociologia do Direito Penal, Rio de Janeiro, Revan, 6ª ed, 2011, 2ª reimpressão, agosto de 2014.

BARONE, Ana; RIOS, Flavia (orgs.). Negros nas Cidades Brasileiras (1890-1950). São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2019.

BATISTA, Waleska Miguel; SANTOS, Júlio César Silva; SANTOS, Lídia Carolina N; SILVA, Ariella Luiza R. da. Sistema de justiça criminal brasileiro e o racismo institucional: racialização e criminalização da população negra. Revista Brasileira de Sociologia do Direito, v. 9, n. 2, maio/ago. 2022

BENTO, Maria Aparecida Silva. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo, USP, 2002.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. CARONE; BENTO; (org) Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BRAH, Avtar. Cartografias de la diáspora: identidades en cuestión. Madri:Traficantes de sueños, 2011.

CAMPOS, Luiz Augusto, LIMA, Márcia. As transformações do racismo estrutural Entrevista com Eduardo Bonilla-Silva. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 36, 2024, disponível em https:// www.scielo.br/j/ts/a/5L4sp4vkN8VSFrCCFGvKJyL/?format=pdf&lang=pt, último acesso em 15 de outubro de 2024.

CARDOSO, Lourenço. Branquidade acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco antiracista. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, vol. 8. P. 607-630, enero-junio 2010.

CARNEIRO, Suely. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, USP, 2005, disponível em

https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf, último acesso em 04 de outubro de 2024.

CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. CARONE; BENTO; (org) Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

COLARES, Leni Beatriz Correa; CHIES, Luiz Antônio Bogo. Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 407-423, maio-agosto 2010.

DAVIS, Ângela. Estarão as prisões obsoletas?1ª ed, Rio de Janeiro: Diefel, 2018.

DEL PRIORE, Mary. As mulheres falam, os homens escutam. Revista Justiça e Cidadania, n 236, p.56-59, 2010.

DIAZ-BENITEZ; Maria Elvira; GADELHA, Kaciano; RANGEL, Everton. Nojo, humilhação e desprezo: uma antropologia das emoções hostis e da hierarquia social. Anuário Antropológico, v. 46, n.3, 2021, disponível em https:// periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/47801/36611, último acesso em 05 de novembro de 2024.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 27ª ed, Petrópolis, Vozes, 1987.

FRANÇA, Danilo. Racialização Urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 36, n. 107, 2021.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, V. (org.) Branquidade: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, p. 307-338, 2004.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian,6ª edição, 2006.

GOMES, Raíza Feitosa. Magistradas negras no poder judiciário brasileiro: representatividade, política de cotas e questões de raça e gênero. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos, 1ª ed, Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Revista Sociedade e Estado, v.31, n.1, jan/abril 2016.

HALL, Stuart. Raça: um significado flutuante, 1995, disponível em evistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante□/, último acesso em 21 de novembro de 2023.

HARTIKAINEN, Elina I. Racismo Religioso, Discriminação e Preconceito Religioso, Liberdade Religiosa: Controvérsias sobre as Relações entre Estado e Religião no Brasil Atual. Debates do NER, Porto Alegre, ano 21, n. 40, p. 89-114, 2021

IANNI, Octávio. Dialética das relações raciais. Revista Estudos Avançados, n. 18, v. 50, 2004.

KORDAZO, Carine; LOPES, Adrielli Ramos. O superencarceramento feminino em relação ao tráfico de drogas. Revista Emancipação, Ponta Grossa, v. 22, p. 1-15, 2022.

LAGO, Natália Bouças do. Mulher de preso nunca está sozinha: gênero e violência nas visitas à prisão. Revista ARACÊ – Direitos Humanos em Revista, ano 4, n. 5, p. 35-53, fev2017.

LIMA, Renato Sérgio de. Atributos raciais no funcionamento do sistema de justiça criminal em São Paulo, Revista São Paulo em Perspectiva, v.18, n. 1, p.60-65, 2004.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. O que há de novo no "novo" racismo do Brasil. Revista Ensaios e Pesquisa em Educação e Cultura, v. 4, n. 7, 2019.

LOPES, Tacyana Karoline Araújo. O mito da democracia racial e o funcionamento de justiça criminal brasileiro: uma revisão da literatura a partir da sociologia da administração da justiça. Revista da Defensoria Pública da União, Brasília, DF, n. 16 .1-298, dez 2021.

MADEIRA, Germano Leão Hitzxchky, QUEIROZ, Adriano Vicente; ALBUQUERQUE, Inês Cristina Alencar de. BOSSARD, Léo Charles Henri; GONÇALVLES, Liana de Souza Neto. A reprodução do racismo estrutural no Poder Judiciário. *Ensino Em Perspectivas*, *3*(1), 1–19, disponível em https:// revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/7407, último acesso em 28 de setembro de 2024.

MARINHO, Paula Márcio de Castro. Intolerância religiosa, racismo epistêmico e as marcas da opressão cultural, intelectual e social, Revista Sociedade e Estado, v. 37, Número 2, maio/agosto, 2022

MIRANDA, Cláudia.; PASSOS, A. H. Lugares epistêmicos outros para os novos estudos das relações raciais. Sociedade Brasileira de Sociologia. GT 16, Curitiba, 2011.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; ALMEIDA, Rosiane Rodrigues de. CAFEZEIRO, Fausto. Terreiros sob ataque? A governança criminal em nome de Deus e as disputas do domínio armado no Rio de Janeiro. Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc: Rio de Janeiro, n. 4, 2022.

MOREIRA, Adilson. O que é discriminação. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. 7ª ed, /rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PIRES, Thula. Racializando o debate sobre direitos humanos: limites e possibilidades da criminalização do racismo no Brasil. SUR- Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 15. n.28, p. 65-75, 2018.

PIZA, Edith. Adolescência e racismo: uma breve reflexão, disponível em http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000082005000100022&script=sci_arttext, último acesso em 20 de novembro de 2023.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. Pólis Revista Latinoamericana, nº 1, p. 1-33, 2012.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina; In A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas En: Buenos Aires Lugar CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor 2005

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In In: SANTOS, B. de S; MENESES, M. P. (orgs.) Epistemologias do sul. Coimbra: Almedina, 2009. p.73-117.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Introdução Crítica à Sociologia, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

REIS, Diego dos Santos. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Educar em Revista, Curitiba, v. 36, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. /b. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SENA, Ana Beatriz Silva. Quem está com a toga? Uma análise do poder decisório da branquitude em audiências de custódia na cidade do Recife. 7º Encontro Nacional de Antropologia do Direito, evento virtual, 2021, disponível em https://www.enadir2021.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=189, último acesso em 20 de novembro de 2023.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. Revista Psicologia e Sociedade, v.26, n. 1, p. 84-95, 2014.

SILVA, Vágner Gonçalves da. Orixás da Metrópole, 2ª ed, São Paulo: FEUSP, 2022.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade, vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul-dez 1995.

SILVERIO, Válter Roberto; GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. Ações afirmativas, sim. Revista Adusp, v.33, 2004.

SILVÉRIO, Valter Roberto. O lugar da política de ação afirmativa na construção de um novo regime de representação negro-africano no Brasil. Revista Educação e Políticas em Debate. v. 11, n. 1, p. 30-46, jan./abr. 2022

ZUBARAN, Maria Angélica; WORTMANN, Maria Lúcia; KIRCHOF, Edgar Roberto. Stuart Hall e as questões étnico-raciais no Brasil: cultura, representações e identidade. Projeto História, São Paulo, s/v, n. 56, p. 9-38, mai./ago. 2016

ISBN: 978-65-986235-0-0

Aurum EDITORA

CAPÍTULO 13

INCLUSÃO DIGITAL ATRAVÉS DOS JOGOS DIGITAIS: UMA ANÁLISE DE ACESSIBILIDADE TEXTUAL DO JOGO QUEENS: THE RESISTANCE STREET

DIGITAL INCLUSION THROUGH DIGITAL GAMES: A TEXTUAL ACCESSIBILITY ANALYSIS OF THE GAME QUEENS: THE RESISTANCE STREET

https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-013

Cauã Picetti
Mestre em Diversidade e Inclusão Social pela Universidade Feevale. Bolsista PROSUC/Capes.
Tecnólogo em Jogos Digitais pela Universidade Feevale (2017).
E-mail: cauapicetti@hotmail.com

Suzana Schuquel
Doutoranda em Diversidade e Inclusão Social pela Universidade Feevale (2025/1). Bolsista Capes.
Licenciatura em Letras Português e Inglês pela Universidade Feevale (2021).
E-mail: ssmtraducoes@gmail.com

Regina Heidrich
Pesquisadora, docente no Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale.
E-mail: rheidrich@feevale.br

RESUMO
O crescente número de consumidores de jogos digitais, incluindo pessoas com deficiência (PCDs), destaca a necessidade crucial de implementar opções de acessibilidade. Esta pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa, classificada como exploratória, além de interdisciplinar, concentra-se na análise do jogo *Queens: the resistance street*, a partir das diretrizes de acessibilidade textual da Xbox Accessibility Guidelines. Como resultado, encontrou-se que o jogo atende às recomendações em relação à *text size*, no quesito altura em pixels para caracteres e à capacidade de escala de, no mínimo, 200% do tamanho original, conforme a recomendação do *text scalling*. Porém, a ausência de opções para aumentar o tamanho do texto dentro do jogo é uma lacuna significativa. Isso ressalta a importância de desenvolvedores incorporarem recursos adicionais, e buscarem consultar guidelines para aplicação de acessibilidade, como opções de aumento de texto, para garantir uma experiência de jogo inclusiva e acessível para todos os jogadores, promovendo assim a igualdade de acesso e participação na comunidade de jogos digitais.

Palavras-chave: Jogos; Acessibilidade; Avaliação.

ABSTRACT
The increasing number of digital game consumers, including people with disabilities (PWDs), highlights the crucial need for implementing accessibility options. This applied research, with a qualitative approach, classified as exploratory and interdisciplinary, focuses on the analysis of the game Queens: the resistance street, based on the text accessibility guidelines of the Xbox Accessibility Guidelines. As a result, it was found that the game meets the recommendations regarding text size, in terms of pixel height for characters and the ability to scale to at least 200% of the original size, as recommended by text scaling. However, the lack of options to increase the text size within the game is a significant gap. This highlights the importance of developers incorporating additional features and seeking to consult accessibility guidelines, such as text zoom options, to ensure an inclusive and accessible gaming experience for all players, thus promoting equal access and participation in the digital gaming community.

Keywords: Games; Accessibility; Evaluation.

1 INTRODUÇÃO

O mercado de produção, desenvolvimento e criação de conteúdo atreladas a jogos abrange uma vasta diversidade, através de jogos eletrônicos, digitais, físicos, adaptações, gamificações e afins. A indústria já não se resume apenas ao entretenimento, pois além de uma grande mídia, também permite expressões criativas com seu uso. O mercado de jogos digitais tornou-se sólido e está em ascensão, e ao falar sobre seu consumo e alcance, a base global de jogadores chegou ao número de 3,2 milhões em 2022, com estimativa de crescimento para 3,572 milhões para 2025, além dos dados financeiros, que mostram $ 211 bilhões de dólares gerados pelo mercado (NewZoo, 2022).

Ao entender o grande alcance midiático de jogos na sociedade, a importância da democratização de seus acessos se faz presente, pois, conforme Sousa (2020)

> "Compartilhar, com o auxílio da comunicação midiática, já que tem um poder grande sobre nossas concepções, imagens que apresenta a nossa diversidade cultural a partir dos grupos que mais sofrem represálias justamente por ter menos espaço de se impor." (SOUSA, 2020, p XX).

A influência midiática que também se faz presente nos jogos digitais, faz parte da diversidade cultural. Assim, Sassaki (2019) expressa que a acessibilidade é a distância objetiva ou subjetiva entre pessoas e coisas, ao pontuar a existência de barreiras de acesso. Isto quer dizer que quanto menores são as barreiras para que as pessoas com deficiência adquiram um produto ou serviço, mais acessível ele é.

Ao alinhar esses dados com a informação de que, no mundo, há em torno de 450 milhões de jogadores PCDs (pessoa com deficiência) (Microsoft, 2022), fica claro a necessidade da presença de acessibilidade nesse tipo de produto, para a diminuição da exclusão social, que se alinha aos dizeres de Spagnolo (2003), ao definir que

> "Exclusão digital é o termo utilizado para sintetizar todo um contexto que impede a maior parte das pessoas de participar dos benefícios das novas tecnologias de informação. Digital também porque hoje as consequências da exclusão social acentuam a desigualdade tecnológica e o acesso ao conhecimento, aumentando o abismo entre ricos e pobres." (SPAGNOLO, 2003, p.2).

Com o entendimento da importância de aplicação de opções de acessibilidade para consumidores PCDs de jogos, esse estudo propõe uma análise das opções existentes, e possíveis aplicações de acessibilidade nos textos presentes no jogo Queens: the resistance street, para entender como um jogo produzido em um curto período de tempo, de forma independente pode (ou não) adotar práticas de acessibilidade em seus textos no desenvolvimento. A avaliação será feita com base nas guidelines e recomendações da *Xbox Accessibility Guidelines V3.2.* No próximo capítulo será apresentado o jogo Queens: the resistance street, objeto da análise.

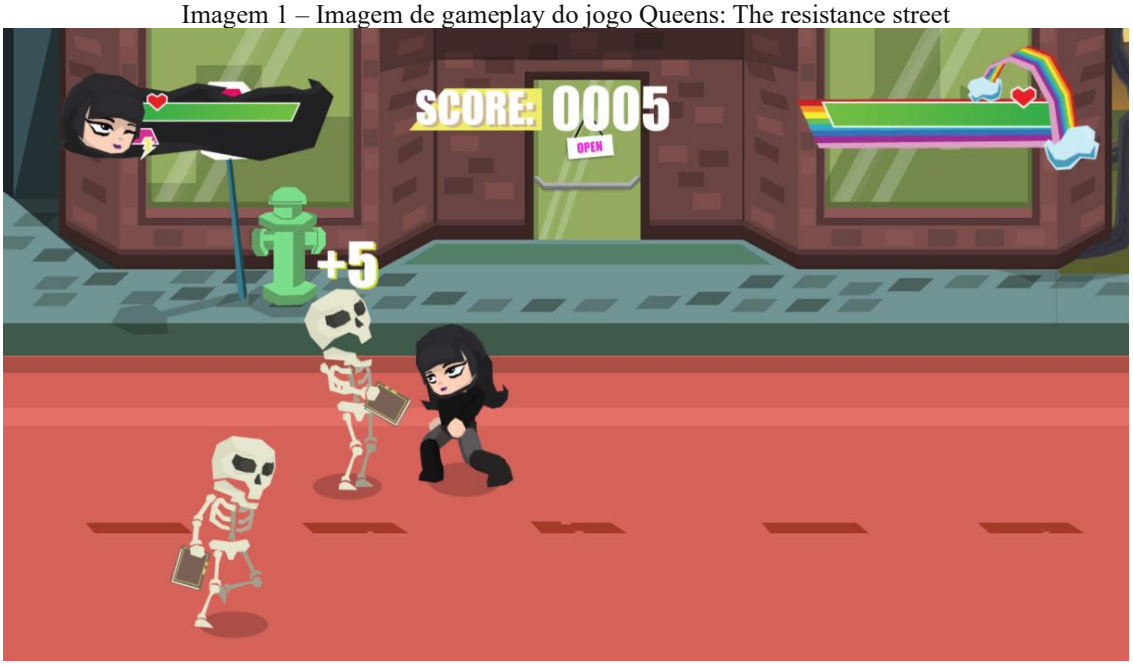
1.1 RESIST GAME JAM E QUEENS: THE RESISTANCE STREET

O jogo foi desenvolvido para a game jam “Resist Jam” durante o ano de 2017, período do qual aconteciam as campanhas e eleições políticas americanas. O objetivo da game jam, conforme descrição em sua página no Itch.io, plataforma que hospeda o evento online, diz “ResistJam é uma game jam online sobre criação de jogos que resistam o autoritarismo em todos as suas formas”. O evento estipulou o limite de 72 horas para a produção e envio do jogo.

A motivação do evento é dada pelos crescentes e calorosos embates políticos no período em questão. O evento reforça a força dos jogos como mídia interativa, da qual pessoas que não podem fazer parte de protestos de forma presente ou exposta, também possam se expressar.

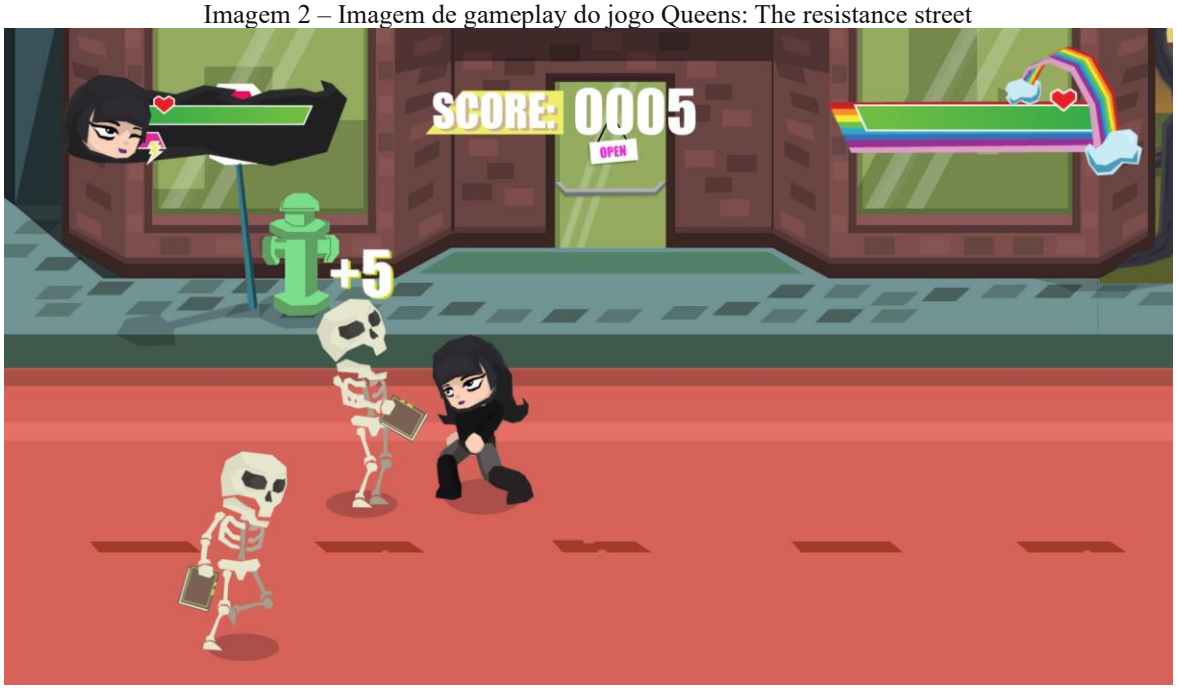
O jogo Queens: the resistance street é um tower defense, 2D, disponível para Windows e Web de forma gratuita. Na narrativa, o jogador assume o controle de uma Drag Queen brasileira chamada Pandora Yume, que pode ser vista no jogo da imagem 1.

Imagem 1 – Imagem de gameplay do jogo Queens: The resistance street



Fonte: Screenshot de gameplay do jogo Queens: The resistance street disponivel no site Itch.io https://img.itch.zone/aW1hZ2UvMTI2ODg4LzU4NDE1Mi5wbmc=/original/ra3Kiy.png

Imagem 2 – Imagem de gameplay do jogo Queens: The resistance street



Fonte: Screenshot de gameplay do jogo Queens: The resistance street disponivel no site Itch.io https://img.itch.zone/aW1hZ2UvMTI2ODg4LzU4NDE1MS5wbmc=/original/D4TLI4.png

Durante a gameplay, o jogador precisa defender o "orgulho" representado por uma estátua da liberdade com um arco íris em mãos (figura 2). A escolha do jogo para a análise desse trabalho se dá a partir da participação do autor na equipe de desenvolvimento. O capítulo 3 apresenta os estudos da Microsoft e Xbox sobre acessibilidade para jogos, e elenca as diretrizes da *Xbox Accessibility Guidelines* que serão utilizadas para a análise.

1.2 XBOX ACCESSIBILITY GUIDELINES

A Microsoft, uma das maiores empresas de tecnologia do mundo, através da marca Xbox, disponibiliza estudos acerca de acessibilidade em jogos por meio da *Xbox Accessibility Guidelines*, que faz parte dos documentos da Microsoft Game Dev Docs (MGDD). Os estudos são feitos com a comunidade gamer PCD através de testes de aceitação, que coletam informações e feedbacks dos usuários, e com profissionais desenvolvedores para as questões técnicas. Assim, uma lista de tópicos/categorias (figura 3), com guidelines para as melhores práticas durante o desenvolvimento fica disponível para auxiliar os desenvolvedores.

Imagem 3 – Imagem com a listagem das grandes categorias das guidelines da *Xbox Accessibility Guidelines*

Guideline	Description
101	Text display
102	Contrast
103	Additional channels for visual and audio cues
104	Subtitles and captions
105	Audio accessibility
106	Screen narration
107	Input
108	Game difficulty options
109	Object clarity
110	Haptic feedback
111	Audio description
112	UI navigation
113	UI focus handling
114	UI context
115	Error messages and destructive actions
116	Time limits
117	Visual distractions and motion settings
118	Photosensitivity
119	Speech-to-text/text-to-speech chat
120	Communication experiences
121	Accessible feature documentation
122	Accessible customer support
123	Mental health best practices

Fonte: Xbox Accessibility Guidelines V3.2

As categorias abrangem uma vasta área no âmbito de produção (e pré-produção) e, entre os tópicos, existem níveis de aprofundamento, dos quais cada especificidade do jogo pode utilizar técnicas avançadas ou básicas, conforme sua necessidade e capacidade de aplicação. O capítulo 4 apresenta os passos executados para a análise do jogo e a adaptação da guideline utilizada.

2 ANÁLISE E MÉTODO

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos (Prodanov e Freitas, 2013). Quanto a sua abordagem é qualitativa, uma vez que não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas (Prodanov e Freitas, 2013). Ainda, é classificada como exploratória, já que permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos, e se utiliza da análise de exemplos que estimulem a compreensão (Prodanov e Freitas, 2013).

Para a análise, a lista presente na figura 3 foi adaptada ao escopo do jogo em questão, e o tópico selecionado foi *Text Display*. Foram selecionados, para este primeiro estudo, os 2 tópicos pertencentes a categoria *text display*, dos quais o jogo possui, de forma clara, elementos incluídos em sua navegação e gameplay: *Text size*, que aponta sobre o tamanho mínimo dos textos dispostos no jogo, conforme sua plataforma. E *Text scaling,* do qual recomenda a adição de opções de aumentar o tamanho dos textos no jogo. As análises foram feitas em comparação com as recomendações básicas, e utilizou imagens e screenshots do jogo em questão, para a manipulação por software terceiro de edição de imagem, para simular as especificidades de cada recomendação.

2.1 TEXT DISPLAY

Para a análise em *text display*, foi selecionada a lista de parâmetros para PC, plataforma para qual o jogo foi projetado, do qual as recomendações determinam o tamanho mínimo de 18px para a resolução 1080p. Na figura 4, a comparação da medida estabelecida pela guideline (mostrado em preto), e os textos mostrados no jogo (em vermelho).

Imagem 4 – Comparação do menor e maior tamanho de textos apresentados no jogo, em relação às definições da guideline

Fonte: Autor

Para a análise sobre *text scaling*, os parâmetros apontam a possibilidade de aumento dos textos/caracteres do jogo em até 200% sem perder sua qualidade ou funcionalidade. Na figura 5, é apresentada a aplicação de aumento de 200% nos textos presentes no jogo.

Imagem 5 – Comparação da escala dos textos entre 100% (padrão) e 200% (aumentado)

Fonte: Autor

Imagem 6 – Menu inicial do jogo com as opções disponíveis

Fonte: Screenshot do Jogo Queens: The Resistance Street, disponivel no Itch.io

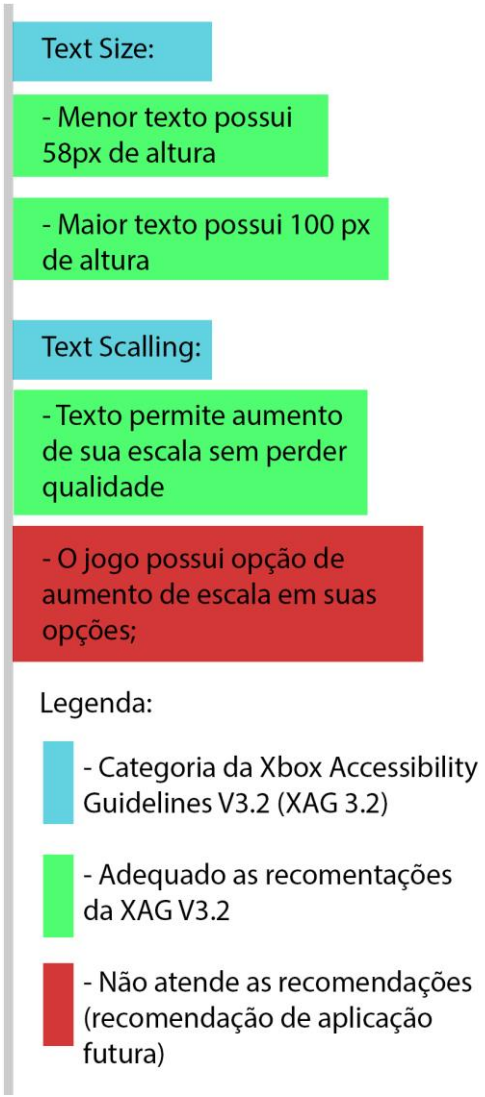
É importante pontuar que a comparação foi feita através de um software terceiro, de edição de imagem, pois, como é possível ver na figura 6, o jogo não possui a opção de escala de texto in game.

3 RESULTADOS

O jogo analisado, mesmo sem conhecimento prévio focado em acessibilidade por parte dos desenvolvedores, apresentou textos com tamanho dentro do esperado para a categoria de *text size*. A categoria recomenda, para a resolução 1080p, o mínimo de 18 pixels de altura para os caracteres. A análise mostrou que, mesmo o menor texto presente no jogo possui 58 pixels de altura, o maior texto possui 100 pixels de altura. Assim, ambos estão adequados à recomendação.

Os caracteres, a partir da análise, mostraram que suportam o aumento de escala em 200% sem perder sua legibilidade e funcionalidade, conforme previsto pela categoria de *text scalling*. Porém, dentre as recomendações de *text scalling* das guidelines, ter a opção de mudar o tamanho do texto dentro do jogo, foi um tópico do qual o jogo não estava adequado. Os testes foram feitos por softwares terceiros, pois o jogo não possui opções em seu menu principal, ou qualquer outra área do jogo.

Imagem 7 – Resultado da análise



Fonte: Autor

A figura 7 apresenta, de forma resumida, os resultados encontrados durante a análise. O capítulo 5 apresenta as considerações finais sobre as análises, o trabalho e experiência de participação do autor, assim como os próximos passos para a continuidade da pesquisa acerca da acessibilidade em jogos digitais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo fazer uma análise das opções existentes, e possíveis aplicações de acessibilidade de textos para o jogo Queens: the resistance street, e buscou entender como um jogo produzido em um curto período de tempo, de forma independente pode (ou não) adotar práticas de acessibilidade no desenvolvimento, a avaliação foi feita com base nas guidelines e recomendações da *Xbox Accessibility Guidelines V3.2*.

A partir das análises apresentadas, fica claro a importância da preparação dos desenvolvedores em termos de conhecimentos para aplicação de acessibilidade em jogos digitais, pois mesmo sem tal conhecimento, o jogo usado para a análise já contempla tópicos recomendados, e o planejamento da implementação pode contemplar ainda mais tópicos e recomendações, sem prejudicar as deadlines de produção. O limite de tempo para a produção do jogo Queens: the resistance street, feito em 72 horas, exemplifica um dos possíveis empecilhos para a adesão dos desenvolvedores com a aplicação de opções de acessibilidade em jogos, principalmente quando não possui um alto investimento, ou no caso de projetos independentes, como os jogos produzidos para game jams.

O trabalho traz à luz a utilização das recomendações da *Xbox Accessibility Guidelines* para análises de jogos digitais no contexto de acessibilidade, e busca criar um elo entre os trabalhos acadêmicos e da indústria de jogos digitais. A pesquisa apresenta dados significativos sobre práticas já existentes no âmbito de desenvolvimento de jogos, e abre uma oportunidade de novas pesquisas em torno de diferentes categorias de opções, títulos de jogos e níveis de aprofundamento das recomendações de opções de acessibilidade. Espera-se, também, incentivar os desenvolvedores a estudar as diretrizes para um embasamento e apropriação do assunto, para que possa ser aplicado em futuros projetos, de preferência, ainda na etapa de planejamento.

REFERÊNCIAS

MARTINS, José de Souza. O problema das migrações no limiar do terceiro milênio __in: O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio. 1ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MICROSOFT, Xbox Accessibility Guidelines. Disponível: https://learn.microsoft.com/en-us/gaming/accessibility/mgats. Acesso em: 20 jul. 2023.

NEWZOO, Global Games Market Report. Disponível em: https://newzoo.com/products/reports/global-games-market-report. Acesso em: 12 jul. 2023.

SASSAKI, R. K. As 7 dimensões da acessibilidade. Larvatus Prodeo, 2019.

SOUSA, Bárbara Léia Lopes. A importância da representatividade para os grupos minoritários: uma revolução na construção de identidades. 2020. 68 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Centro de Educação - CE, Universidade Federal da Paraíba - Ufpb, João Pessoa, PB, 2020.

SPAGNOLO, Giovani. O retrato da exclusão digital na sociedade brasileira. Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação, 2005.

ISBN: 978-65-986235-0-0

Aurum EDITORA

CAPÍTULO 14

A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NOS TRANSPORTES PÚBLICOS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

THE ENERGY TRANSITION IN PUBLIC TRANSPORT: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES

https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-014

Antônio Rosevaldo Ferreira da Silva
Mestre em Análise Regional pela Unifacs
Professor da Uefs
E-mail: rosevaldo@uefs.br

RESUMO

Este artigo analisa a transição energética no setor de transportes públicos, com foco nos desafios e nas oportunidades envolvidas nesse processo. A pesquisa considera os aspectos técnicos, econômicos e institucionais que influenciam a adoção de soluções mais limpas e eficientes, como a eletrificação da frota e o uso de combustíveis alternativos, a exemplo do hidrogênio verde e do biometano. Destacam-se também os altos custos iniciais de implantação de novas tecnologias, a necessidade de infraestrutura de recarga, além da resistência de operadores tradicionais à mudança de modelos operacionais. O estudo enfatiza a importância das políticas públicas como catalisadoras da mudança, apontando incentivos fiscais, subsídios e metas de descarbonização como mecanismos-chave para acelerar a transição. Também se discute o papel central do planejamento urbano sustentável, que deve integrar mobilidade inteligente, densificação urbana e priorização do transporte coletivo para maximizar os benefícios ambientais e sociais. Além disso, o artigo ressalta que a transição energética não é apenas uma questão tecnológica, mas também envolve decisões políticas, engajamento social e cooperação entre diferentes níveis de governo. A adoção de tecnologias limpas no transporte público representa uma oportunidade estratégica para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, melhorar a qualidade do ar nas cidades e promover um modelo de desenvolvimento mais justo e resiliente.

Palavras-chave: Transição energética; Transporte público; Eletrificação; Combustíveis alternativos; Planejamento urbano sustentável; Políticas públicas; Descarbonização; Mobilidade urbana.

ABSTRACT

This article analyzes the energy transition in the public transport sector, focusing on the challenges and opportunities involved in this process. The research considers the technical, economic and institutional aspects that influence the adoption of cleaner and more efficient solutions, such as the electrification of the fleet and the use of alternative fuels, such as green hydrogen and biomethane. It also highlights the high initial costs of implementing new technologies, the need for recharging infrastructure, and the resistance of traditional operators to changing operating models. The study emphasizes the importance of public policies as catalysts for change, pointing to tax incentives, subsidies and decarbonization targets as key mechanisms for accelerating the transition. It also discusses the central role of sustainable urban planning, which must integrate intelligent mobility, urban densification and prioritization of public transport to maximize environmental and social benefits. In addition, the article emphasizes that the energy transition is not just a technological issue, but also involves political decisions, social engagement and cooperation between different levels of government. The adoption of clean technologies in public transport represents a strategic opportunity to reduce greenhouse gas emissions, improve air quality in cities and promote a fairer and more resilient development model.

Keywords: Energy transition; Public transport; Electrification; Alternative fuels; Sustainable urban planning; Public policies; Decarbonization; Urban mobility.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a intensificação das mudanças climáticas, impulsionada principalmente pela emissão de gases de efeito estufa (GEE), tem pressionado governos, empresas e a sociedade civil a repensarem seus modelos de desenvolvimento. Nesse contexto, o setor de transportes figura como um dos principais responsáveis pelas emissões globais de carbono, especialmente em centros urbanos, onde o uso intensivo de combustíveis fósseis no transporte público contribui significativamente para a degradação ambiental e para a crise climática (IPCC, 2023).

A transição energética no transporte público emerge como uma estratégia essencial para reduzir essa pegada de carbono e promover uma mobilidade mais limpa e eficiente. Ela envolve a substituição gradual de fontes fósseis por alternativas sustentáveis, como a eletrificação da frota e o uso de combustíveis renováveis, como biometano, hidrogênio verde e biodiesel de segunda geração. Essa mudança, no entanto, não se limita à dimensão tecnológica. Trata-se de um processo complexo, que demanda mudanças institucionais, investimentos públicos e privados, reestruturação de políticas urbanas e engajamento da população (GUIMARÃES; RIBEIRO, 2020).

A eletrificação do transporte coletivo, por exemplo, já vem sendo testada em diversas cidades brasileiras e internacionais, com resultados promissores em termos de redução de poluentes locais e melhoria da qualidade do ar (REZENDE et al., 2021). No entanto, os altos custos iniciais, a infraestrutura de recarga ainda limitada e a falta de incentivos estruturais representam barreiras significativas à sua ampla adoção, especialmente em países em desenvolvimento.

Além dos aspectos técnicos e econômicos, há também desafios institucionais, como a fragmentação das competências entre os diferentes níveis de governo, a ausência de um planejamento urbano integrado e a resistência de operadores tradicionais à adoção de novas tecnologias (MOURA; SILVA, 2019). Por outro lado, existem oportunidades claras: a criação de empregos verdes, a valorização de cadeias produtivas locais e o fortalecimento de políticas públicas orientadas à sustentabilidade urbana.

A transição energética nos transportes públicos também está diretamente conectada ao conceito de justiça climática, pois afeta principalmente populações mais vulneráveis, que dependem do transporte coletivo e são desproporcionalmente impactadas pela poluição e pela ineficiência dos sistemas atuais. Assim, uma transformação bem planejada pode gerar benefícios sociais, econômicos e ambientais, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU.

Este artigo, portanto, busca discutir os principais desafios e oportunidades relacionados à transição energética no transporte público, com ênfase na eletrificação da frota e no uso de combustíveis alternativos, à luz de experiências recentes e literatura especializada. O objetivo é contribuir para o debate sobre caminhos viáveis para uma mobilidade urbana mais sustentável, eficiente e socialmente justa.

2 CONTEXTO E IMPORTÂNCIA DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

2.1 EMISSÕES DE CARBONO E IMPACTO AMBIENTAL DOS TRANSPORTES PÚBLICOS

O setor de transportes é um dos maiores emissores de gases de efeito estufa (GEE) no mundo. No Brasil, essa realidade também se reflete nos centros urbanos, onde o transporte público baseado em combustíveis fósseis — como diesel e gasolina — continua sendo amplamente utilizado. Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2022), o setor de transportes representa aproximadamente 47% das emissões de CO_2 relacionadas à energia no país, sendo o transporte rodoviário o principal responsável.

Embora o transporte público seja, em teoria, mais eficiente em termos de emissões por passageiro, o uso predominante de ônibus movidos a diesel contribui significativamente para a poluição atmosférica e para o agravamento de problemas respiratórios nas grandes cidades. Estudos mostram que a queima de diesel em áreas urbanas libera material particulado fino (PM2,5), óxidos de nitrogênio (NOx) e outros poluentes, que afetam diretamente a saúde da população (SILVA et al., 2021).

Além dos impactos na saúde, a dependência de combustíveis fósseis gera custos ambientais e econômicos elevados, associados à emissão de GEE e à necessidade de importação de derivados de petróleo. A continuidade desse modelo representa um entrave à mitigação das mudanças climáticas e ao cumprimento de compromissos internacionais, como o Acordo de Paris. Para que o transporte público seja parte da solução, e não do problema, é urgente acelerar sua transição energética.

Iniciativas como a eletrificação da frota e o uso de biocombustíveis avançados têm surgido como alternativas viáveis para reduzir as emissões. A introdução de ônibus elétricos, por exemplo, pode reduzir em até 90% as emissões locais de poluentes e em mais de 70% as emissões de CO_2, dependendo da matriz energética utilizada (REZENDE et al., 2021). No entanto, essas tecnologias ainda enfrentam barreiras como o alto custo inicial e a falta de infraestrutura de apoio, como pontos de recarga.

É importante destacar que a transição energética nos transportes públicos não deve ser pensada apenas como uma mudança tecnológica, mas também como uma transformação estrutural, que envolve planejamento urbano, políticas públicas integradas e participação social. A superação dos impactos ambientais do setor passa, necessariamente, pela priorização de modais coletivos, não motorizados e movidos a energias limpas.

Dessa forma, a transição para sistemas de transporte público menos poluentes representa não apenas uma resposta à crise climática, mas também uma oportunidade de melhorar a qualidade de vida urbana, reduzir desigualdades e promover justiça ambiental.

2.2 O PAPEL DOS TRANSPORTES PÚBLICOS NA MITIGAÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O transporte público exerce um papel estratégico na mitigação das mudanças climáticas, especialmente nas grandes cidades, onde a concentração de veículos particulares e a queima de

combustíveis fósseis são responsáveis por uma parcela significativa das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Ao promover o deslocamento coletivo e eficiente, o transporte público reduz o número de veículos nas vias, o consumo energético e, consequentemente, as emissões. Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA, 2022), investimentos em transporte coletivo limpo e eficiente podem reduzir em até 40% as emissões do setor até 2050.

No Brasil, essa abordagem é crucial diante do crescimento urbano desordenado e da priorização histórica do automóvel. Moura e Silva (2019) apontam que cidades com transporte público eficiente não apenas reduzem suas emissões de CO_2, mas também apresentam maior equidade social. Além disso, Oliveira et al. (2020) defendem que a expansão de redes de transporte de massa, como metrôs e corredores de ônibus, deve estar alinhada com políticas habitacionais e de uso do solo para maximizar seus benefícios ambientais.

A transição energética no transporte coletivo, com foco em veículos elétricos, híbridos ou movidos a biocombustíveis sustentáveis, é uma oportunidade real de acelerar essa mitigação. Guimarães e Ribeiro (2020) destacam que a substituição de ônibus a diesel por modelos elétricos pode reduzir em até 70% as emissões diretas de GEE, além de melhorar a qualidade do ar urbano. Já Silva e Lima (2021) argumentam que políticas de subsídios e incentivos fiscais são fundamentais para viabilizar economicamente essa modernização.

Além da tecnologia, o modelo de mobilidade adotado nas cidades precisa ser repensado. Cidades compactas e integradas — com serviços próximos e conectadas por transporte público de qualidade — tendem a reduzir o número e a duração dos deslocamentos, como destacam Vasconcellos (2013) e Cervero e Sullivan (2011). Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento orientado ao transporte (Transit-Oriented Development – TOD) tem sido aplicado com sucesso em diversas cidades do mundo, unindo mobilidade, planejamento urbano e sustentabilidade.

Não menos importante é a governança. Magrini et al. (2021) ressaltam que a articulação entre diferentes níveis de governo, operadores de transporte, setor privado e sociedade civil é essencial para construir soluções duradouras. A ausência de planejamento integrado e a descontinuidade de políticas públicas ainda são barreiras recorrentes no contexto brasileiro.

Assim, o transporte público tem um papel central na resposta à crise climática. Para além da mobilidade, ele é uma ferramenta de transformação urbana, inclusão social e justiça ambiental. Inserir o transporte coletivo limpo como eixo estruturante das políticas públicas é essencial para qualquer cidade que busque sustentabilidade de longo prazo.

2.3 EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS BEM-SUCEDIDAS NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA DO SETOR

Diversas cidades e países ao redor do mundo têm se destacado pela adoção de políticas e ações concretas voltadas à transição energética no setor de transporte público. Essas experiências internacionais bem-sucedidas demonstram que a descarbonização da mobilidade urbana é possível, desde que haja planejamento integrado, investimento estruturado, compromisso político e participação ativa da sociedade.

Um dos exemplos mais relevantes é o de Shenzhen, na China, que se tornou a primeira cidade do mundo a eletrificar 100% de sua frota de ônibus. Com mais de 16 mil veículos elétricos operando desde 2017, a cidade reduziu de forma expressiva as emissões locais e melhorou a qualidade do ar. De acordo com o World Resources Institute (WRI, 2020), essa transformação foi possível por meio de uma política pública coesa, forte envolvimento do governo central e local, subsídios diretos à compra de ônibus e à infraestrutura de recarga, além de apoio de empresas tecnológicas, como a BYD. Shenzhen se tornou um símbolo global de que eletrificação em larga escala é viável, mesmo em cidades com grande demanda por transporte.

Na Colômbia, Bogotá tem implementado uma transição progressiva em sua rede de ônibus TransMilenio. Desde 2021, centenas de ônibus elétricos começaram a operar em rotas de grande fluxo, com o apoio de financiamento internacional e parcerias com bancos multilaterais. A cidade estabeleceu metas claras para redução de emissões, mostrando que mesmo em países com menos recursos é possível avançar em direção à mobilidade de baixo carbono (BANCO MUNDIAL, 2022).

Santiago, no Chile, também avançou significativamente com o sistema RED, que incorporou mais de 1.000 ônibus elétricos em sua frota metropolitana. Essa ação, apoiada por políticas nacionais de eletromobilidade e investimentos privados, tem como objetivo não apenas reduzir as emissões, mas também melhorar o serviço prestado à população. Segundo a CEPAL (2021), a eletromobilidade tem sido tratada como parte de uma estratégia mais ampla de transição energética, com incentivos fiscais e apoio técnico a operadores locais.

Na Europa, cidades como Oslo, Amsterdam e Paris adotaram abordagens mais integradas, unindo políticas de transporte com planejamento urbano e metas climáticas. Oslo, capital da Noruega, lidera o movimento por um transporte público totalmente livre de emissões. Até 2023, toda a frota municipal de ônibus passou a operar com eletricidade ou biogás, parte de uma meta nacional de zerar as emissões líquidas até 2030 (C40 CITIES, 2021). O sucesso de Oslo se deve, entre outros fatores, à robusta política de incentivos à mobilidade sustentável, com restrições ao uso de carros no centro da cidade, estacionamento caro e uma ampla rede de ciclovias.

Já Amsterdam, na Holanda, integrou sua estratégia de transição energética com o estímulo ao transporte ativo, como bicicletas, e a proibição progressiva de veículos movidos a combustíveis fósseis no

centro até 2030. Além disso, os ônibus urbanos elétricos foram introduzidos de forma gradual, com apoio de financiamento estatal e metas anuais de conversão de frota. A cidade é frequentemente citada como referência em planejamento urbano voltado à sustentabilidade e ao bem-estar (GEELS et al., 2018).

Na Alemanha, Berlim e Hamburgo também estão à frente da mobilidade limpa, com planos ambiciosos de eletrificação total da frota de ônibus até o fim da década. A Deutsche Bahn, responsável por grande parte do transporte ferroviário no país, já opera com eletricidade proveniente de fontes renováveis em várias regiões, o que fortalece a cadeia de descarbonização em nível nacional (GERMANWATCH, 2021).

Nos Estados Unidos, cidades como Los Angeles e Nova York têm investido fortemente na modernização de suas frotas, com ênfase na eletrificação. Los Angeles estabeleceu que, até 2030, todos os ônibus da LA Metro serão elétricos. O plano inclui não só a compra de veículos, mas também a construção de uma rede de infraestrutura de carregamento e a formação de profissionais para manutenção e operação. Segundo a California Air Resources Board (CARB, 2022), esses investimentos contribuem diretamente para os objetivos climáticos do estado e ajudam a reduzir disparidades socioambientais em comunidades historicamente expostas à poluição.

Outro caso inspirador é o de Vancouver, no Canadá, que utiliza energia elétrica 100% renovável em seu sistema de transporte ferroviário urbano (SkyTrain) e está expandindo gradualmente sua frota de ônibus elétricos. O plano de transição da cidade está inserido em uma estratégia maior de neutralidade de carbono até 2050 e tem apoio de políticas de precificação de carbono e incentivos à inovação tecnológica (CITY OF VANCOUVER, 2022).

Esses casos ilustram que, apesar das diferentes realidades econômicas e políticas, existem elementos comuns nas experiências bem-sucedidas:

- Comprometimento político de longo prazo
- Modelos de financiamento inovadores (público, privado e parcerias)
- Planejamento urbano integrado com metas climáticas
- Participação ativa da sociedade civil
- Adoção de tecnologias limpas adaptadas ao contexto local

Além disso, a troca de experiências entre cidades e o acesso a redes internacionais, como o C40 Cities, ICLEI e UITP, têm permitido que boas práticas sejam replicadas e adaptadas de acordo com as especificidades locais. Como apontam Santos e Barbosa (2021), a transição energética no transporte público não é uma fórmula única, mas sim um processo contínuo de aprendizado, adaptação e inovação.

No contexto brasileiro, essas referências internacionais podem servir como base para políticas mais consistentes e ousadas. Ainda que o país enfrente restrições fiscais e institucionais, há um enorme potencial

para avançar, especialmente em cidades médias, onde intervenções de menor escala podem ter grande impacto.

3 TECNOLOGIAS E COMBUSTÍVEIS ALTERNATIVOS

3.1 ELETRIFICAÇÃO DA FROTA: ÔNIBUS ELÉTRICOS E INFRAESTRUTURA DE RECARGA

A eletrificação da frota de transporte público tem se consolidado como uma das estratégias mais eficazes para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e promover a transição energética no setor de mobilidade urbana. Os ônibus elétricos, por não emitirem poluentes locais durante a operação, contribuem significativamente para a melhoria da qualidade do ar e para a mitigação das mudanças climáticas, especialmente em grandes centros urbanos.

Segundo a International Energy Agency (IEA, 2022), a substituição de veículos movidos a diesel por ônibus elétricos pode reduzir em mais de 70% as emissões de CO_2 por quilômetro rodado, considerando-se uma matriz elétrica de baixo carbono. No Brasil, que possui uma matriz energética relativamente limpa, baseada em fontes renováveis como hidrelétricas e energia solar, esse potencial é ainda maior (EPE, 2023).

Contudo, a eletrificação da frota enfrenta desafios técnicos e logísticos importantes, principalmente no que diz respeito à infraestrutura de recarga. A instalação de eletropostos adequados, tanto nos terminais quanto nos pontos estratégicos ao longo das rotas, é essencial para garantir a autonomia e a eficiência dos veículos. Existem dois principais modelos de recarga: a recarga lenta, geralmente realizada durante a noite nos depósitos, e a recarga rápida, feita em terminais ou pontos de parada de maior permanência (SANTOS et al., 2020).

A escolha do tipo de recarga depende do modelo operacional da cidade, da autonomia dos veículos e da frequência das viagens. Segundo Lima e Pavan (2022), a infraestrutura deve ser planejada de forma integrada, considerando aspectos como a demanda energética, a rede elétrica disponível e o custo da energia. Além disso, é necessário o desenvolvimento de sistemas inteligentes de gestão de carregamento para evitar sobrecargas na rede elétrica e garantir o uso eficiente da energia.

Outro ponto importante é o custo inicial dos ônibus elétricos, que ainda é superior ao dos veículos convencionais a diesel. No entanto, diversos estudos apontam que o custo total de operação (TCO – Total Cost of Ownership) tende a ser mais baixo ao longo do tempo, devido à economia com combustível, manutenção e maior vida útil dos componentes elétricos (REZENDE et al., 2021). Políticas públicas de incentivo, como subsídios diretos, isenção de impostos e linhas de financiamento específicas, são fundamentais para viabilizar a adoção em larga escala.

Experiências internacionais e nacionais mostram que a eletrificação da frota, embora desafiadora, é viável quando apoiada por planejamento técnico, políticas públicas estruturadas e parcerias entre setor

público e privado. A eletrificação representa não apenas uma mudança tecnológica, mas um passo estratégico para cidades mais sustentáveis, saudáveis e resilientes.

3.2 USO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E HIDROGÊNIO COMO ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS

A busca por alternativas aos combustíveis fósseis no transporte público tem ampliado o interesse em fontes renováveis como os biocombustíveis e o hidrogênio verde. Ambas as opções são consideradas estratégias complementares à eletrificação, especialmente em países como o Brasil, onde há abundância de matéria-prima e know-how técnico para produção local de combustíveis limpos.

Os biocombustíveis, em especial o biodiesel e o biometano, já são utilizados de forma crescente em frotas urbanas e rodoviárias. De acordo com *Maciel et al.* (2016), o biodiesel pode ser incorporado à matriz energética do transporte público sem grandes alterações na infraestrutura, pois pode ser utilizado em motores a diesel com poucas adaptações, especialmente nas misturas B10 a B100. Além disso, estudos mostram que o biodiesel reduz consideravelmente as emissões de material particulado e gases como CO, HC e SO_2, o que traz benefícios diretos à saúde urbana.

Outro combustível promissor é o biometano, derivado da decomposição anaeróbica de resíduos orgânicos e esgoto. Conforme *Almeida, Santos e Silva* (2021), esse combustível apresenta grande potencial de integração com sistemas de transporte público, além de alinhar-se aos princípios da economia circular, ao transformar resíduos em energia útil. Cidades como São Paulo e Curitiba já realizaram testes com ônibus movidos a biometano, com desempenho satisfatório em termos de autonomia e redução de emissões.

Já o hidrogênio verde, produzido a partir da eletrólise da água com uso de energia renovável, tem ganhado relevância como vetor energético de longo prazo. Embora ainda apresente custos elevados, o hidrogênio se destaca por sua versatilidade e pelas emissões zero no ponto de uso. Em veículos com célula a combustível, o subproduto da reação é apenas vapor d'água. De acordo com *Santos et al.* (2022), o hidrogênio tem potencial para complementar a eletrificação, principalmente em linhas de ônibus de longa distância ou com alta demanda, onde a autonomia e o tempo de recarga são fatores críticos.

A utilização dessas tecnologias, contudo, depende de políticas públicas de incentivo, investimento em infraestrutura e parcerias com o setor privado. Segundo *Grillo e Gorini* (2021), a regulamentação do uso de combustíveis alternativos e a criação de linhas de crédito específicas são essenciais para viabilizar economicamente a transição energética em sistemas de transporte coletivo.

Portanto, tanto os biocombustíveis quanto o hidrogênio representam caminhos possíveis e complementares rumo a um transporte público mais limpo, eficiente e conectado com as metas climáticas globais e nacionais. A combinação dessas soluções pode ser particularmente eficaz no Brasil, dada sua matriz energética favorável e capacidade técnica instalada.

3.3 INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS PARA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E REDUÇÃO DE CUSTOS OPERACIONAIS

A incorporação de inovações tecnológicas no transporte público tem desempenhado papel central na busca por maior eficiência energética e redução de custos operacionais. Em um cenário de transição energética e pressão por sustentabilidade, a modernização dos sistemas de transporte não se limita à troca de combustíveis, mas envolve também otimização de processos, uso de dados em tempo real, tecnologias embarcadas e modelos inteligentes de gestão de frota.

Uma das principais tendências é o uso de sistemas de telemetria e análise de dados para monitorar o desempenho dos veículos em tempo real. Esses sistemas permitem acompanhar o consumo de energia, o padrão de condução dos motoristas, as condições do trajeto e o desgaste de componentes. Segundo *Andrade, Merschmann e Oliveira* (2020), a gestão de frotas com base em dados tem possibilitado reduções significativas no consumo de combustível e nos custos de manutenção, além de melhorar a eficiência operacional.

Outro avanço importante é o uso de tecnologias de regeneração de energia em veículos elétricos e híbridos. Por meio do sistema de frenagem regenerativa, a energia cinética gerada nas frenagens é convertida em eletricidade e armazenada na bateria do veículo, aumentando a autonomia e reduzindo o consumo energético total (GONÇALVES et al., 2019). Esse tipo de tecnologia é cada vez mais comum em ônibus elétricos e trens urbanos.

O uso de inteligência artificial (IA) e machine learning também tem revolucionado o planejamento de rotas e horários. Softwares inteligentes conseguem prever padrões de demanda e otimizar trajetos com base em variáveis como clima, fluxo de passageiros e trânsito. Segundo *Gomes e Lucena* (2021), essas ferramentas contribuem para a alocação eficiente dos veículos e para a diminuição de viagens ociosas, otimizando o uso da energia e reduzindo o custo por passageiro transportado.

Além disso, sistemas de bilhetagem eletrônica integrada e o uso de plataformas digitais de mobilidade (como aplicativos de tempo real e pagamento por QR code) têm reduzido custos operacionais relacionados à cobrança manual, aumentando a agilidade do embarque e a satisfação dos usuários. Esses sistemas também geram dados valiosos para a gestão do transporte, permitindo ajustes rápidos e eficazes.

A adoção de materiais mais leves e resistentes na fabricação de veículos, como ligas metálicas especiais e polímeros reforçados, também tem contribuído para o ganho de eficiência energética. Veículos mais leves exigem menos energia para se locomover, o que reflete diretamente nos custos operacionais, principalmente no transporte elétrico (MENEZES et al., 2022).

Portanto, as inovações tecnológicas no transporte público vão além da sustentabilidade ambiental: elas representam uma estratégia para aumentar a competitividade dos sistemas, melhorar o serviço prestado e garantir viabilidade econômica em médio e longo prazo.

4 DESAFIOS DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NOS TRANSPORTES PÚBLICOS

A transição energética no transporte público urbano enfrenta desafios estruturais significativos no Brasil, que vão desde limitações orçamentárias até entraves regulatórios e tecnológicos. Embora as soluções sustentáveis estejam disponíveis no mercado, sua implementação em larga escala ainda é limitada por uma série de barreiras interdependentes que exigem respostas coordenadas.

Entre os principais obstáculos estão os custos de aquisição e operação de tecnologias limpas, como ônibus elétricos ou movidos a biocombustíveis avançados. Conforme aponta *Pereira (2020)*, muitos municípios enfrentam dificuldades para manter os serviços atuais, o que inviabiliza a renovação da frota com tecnologias mais caras, mesmo que elas ofereçam menor custo operacional no longo prazo. A fragilidade fiscal das prefeituras e a ausência de mecanismos financeiros específicos dificultam a modernização dos sistemas.

Adicionalmente, há dificuldades regulatórias e institucionais. *Gonzaga et al. (2020)* destacam que o marco regulatório brasileiro para o transporte público ainda é pouco claro quanto à exigência de metas ambientais e incentivos à adoção de tecnologias limpas. A falta de articulação entre os entes federativos e a descontinuidade das políticas públicas comprometem a execução de projetos estruturantes voltados à mobilidade sustentável.

No aspecto técnico, as cidades brasileiras enfrentam infraestruturas urbanas defasadas, com redes elétricas que nem sempre suportam a demanda de carregamento de veículos elétricos em grande escala, além da falta de mão de obra especializada. *Vasconcellos (2013)* observa que a configuração dispersa e desigual das cidades brasileiras agrava esses desafios, exigindo intervenções que considerem também a reorganização territorial e a integração entre mobilidade e urbanismo.

Portanto, para que a transição energética nos transportes públicos ocorra de forma eficaz, é necessário enfrentar essas limitações com uma abordagem sistêmica, que inclua planejamento urbano, investimento público, capacitação técnica e compromisso político de longo prazo.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS E MODELOS DE FINANCIAMENTO

A superação dos desafios da transição energética no transporte coletivo depende diretamente da construção de políticas públicas integradas e mecanismos de financiamento adequados. No cenário nacional, ainda são incipientes os incentivos diretos à eletrificação de frotas e ao uso de combustíveis alternativos, apesar do potencial técnico e ambiental dessas soluções.

Ribeiro (2019) argumenta que políticas de incentivo à bioenergia e aos biocombustíveis avançados, como o biodiesel e o biometano, já mostraram resultados positivos em setores como o agrícola e o industrial, mas ainda são pouco exploradas no transporte urbano. A extensão desses incentivos à mobilidade urbana,

por meio de subsídios fiscais e linhas de crédito verdes, poderia impulsionar a adoção de tecnologias sustentáveis por parte dos operadores.

Outro instrumento promissor são as parcerias público-privadas (PPPs). Braga e Ferreira (2017) analisam o caso do metrô de Salvador como exemplo de como investimentos estruturais em transporte podem ser viabilizados por meio da cooperação entre governo e setor privado. Essas parcerias, se bem estruturadas, podem oferecer escala, inovação e agilidade à modernização dos sistemas de transporte, desde que acompanhadas de contratos claros, metas de sustentabilidade e fiscalização eficiente.

No entanto, essas iniciativas só alcançarão seu pleno potencial se estiverem articuladas com o planejamento urbano. Como destacam Buckeridge et al. (2020), a integração entre transporte, habitação e uso do solo é crucial para garantir que a infraestrutura sustentável seja utilizada de forma eficaz. Cidades compactas, conectadas por transporte coletivo limpo e apoiadas por políticas de adensamento inteligente, favorecem não apenas a eficiência energética, mas também a inclusão social e a qualidade de vida urbana.

Logo, é imprescindível que o Estado assuma um papel coordenador, capaz de alinhar interesses públicos e privados em torno de uma agenda de mobilidade urbana sustentável. A combinação de incentivos econômicos, segurança regulatória e planejamento territorial integrado forma o tripé necessário para viabilizar a transição energética nos transportes públicos de maneira efetiva e equitativa.

6 ESTUDOS DE CASO E BOAS PRÁTICAS

A adoção de tecnologias sustentáveis no transporte público tem gerado experiências relevantes ao redor do mundo, que funcionam como referência para cidades que buscam avançar na transição energética. Essas boas práticas demonstram que, com planejamento, financiamento estruturado e políticas públicas consistentes, é possível superar obstáculos técnicos, econômicos e regulatórios, além de promover uma mobilidade urbana mais limpa e eficiente.

A cidade chinesa de Shenzhen é frequentemente citada como o principal exemplo de sucesso na eletrificação da frota de ônibus. Desde 2017, opera com 100% de veículos elétricos no transporte coletivo. Esse resultado foi alcançado por meio de forte investimento público, subsídios diretos à aquisição de veículos e infraestrutura, além da integração com empresas locais de tecnologia. Segundo Zhang et al. (2019), a cidade reduziu significativamente as emissões de gases de efeito estufa e melhorou a qualidade do ar urbano, mesmo com o aumento da demanda por transporte. Outro caso de destaque é Bogotá, na Colômbia, que reestruturou parte do sistema TransMilenio para incluir centenas de ônibus elétricos. Com apoio de financiamento internacional, a cidade conseguiu estabelecer contratos que priorizam eficiência energética e metas ambientais claras, conforme apontado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP, 2021).

No Brasil, a cidade de São Paulo implementou metas legais para redução de emissões no transporte coletivo, com base na Lei 16.802/2018. O objetivo é substituir gradualmente a frota movida a diesel por veículos elétricos ou que utilizem combustíveis limpos, como o biometano. Até 2024, mais de 200 ônibus elétricos já estavam em circulação, operados por empresas privadas que firmaram contratos de desempenho com a prefeitura. Essa experiência reforça a viabilidade de transições graduais, apoiadas por legislação local, fiscalização ambiental e parcerias com fabricantes como Eletra e BYD.

Em paralelo à adoção de novas tecnologias, os modelos de financiamento e operação sustentável têm evoluído para permitir a viabilização econômica desses projetos. Em Bogotá, a estrutura contratual foi redesenhada: as empresas responsáveis pela operação dos ônibus não precisam mais ser proprietárias dos veículos, que são fornecidos por empresas especializadas em eletrificação urbana. Segundo o Banco Mundial (2022), esse modelo reduz os riscos financeiros e permite maior escala e velocidade na adoção de tecnologias sustentáveis. Cidades europeias como Londres e Amsterdam também adotam estratégias combinadas, com financiamento via fundos verdes, metas ambientais vinculadas ao orçamento público e cobrança de taxas urbanas para desestimular o uso de automóveis particulares.

As lições aprendidas nesses contextos são convergentes. Primeiro, é fundamental o planejamento de longo prazo, com metas progressivas de substituição da frota e integração com a rede elétrica e o uso do solo. Em segundo lugar, os contratos públicos devem ser reestruturados para valorizar desempenho ambiental, e não apenas critérios de menor preço. Por fim, é necessário promover capacitação técnica local, fomentar a produção nacional de equipamentos e ampliar os mecanismos de participação social no desenho das soluções.

Em suma, os estudos de caso revelam que não há um único modelo ideal, mas sim diferentes caminhos possíveis, adaptados ao contexto político, econômico e urbano de cada cidade. O que todos têm em comum é a articulação entre tecnologia, políticas públicas e financiamento estratégico — elementos essenciais para transformar o transporte coletivo em um motor de sustentabilidade urbana.

7 CONCLUSÃO

A transição energética no transporte público urbano não é apenas uma resposta à crise climática — é uma oportunidade histórica para repensar o papel da mobilidade nas cidades e promover um novo modelo de desenvolvimento urbano. A urgência em reduzir as emissões de gases de efeito estufa e em combater os efeitos das mudanças climáticas coloca o setor de transportes no centro das estratégias de sustentabilidade. Contudo, essa transformação precisa ir além da simples substituição de combustíveis: ela exige uma abordagem sistêmica, que envolva o redesenho das políticas públicas, o fortalecimento da governança urbana e a valorização da equidade social.

O Brasil, com sua matriz energética majoritariamente renovável, seu parque industrial diversificado e sua expertise em biocombustíveis, reúne condições técnicas e ambientais únicas para liderar a transição energética na América Latina. Ao contrário de muitos países que dependem fortemente de combustíveis fósseis importados, o Brasil já possui uma base favorável para integrar eletrificação, biocombustíveis avançados e fontes alternativas como o biometano e o hidrogênio verde ao transporte coletivo.

Ainda assim, os desafios são significativos. As barreiras econômicas continuam a ser um dos maiores entraves à modernização da frota. O custo inicial de veículos elétricos, da infraestrutura de recarga e da adaptação das garagens e terminais ainda está acima da capacidade de investimento de muitos municípios. Para superar esse obstáculo, é necessário ampliar o acesso a linhas de financiamento verde, criar fundos públicos voltados à mobilidade sustentável e atrair investimentos privados por meio de parcerias bem estruturadas, com garantias regulatórias e incentivos de longo prazo.

As barreiras regulatórias e institucionais também merecem atenção. Muitos contratos de concessão do transporte público ainda não incluem cláusulas relacionadas à redução de emissões, desempenho ambiental ou eficiência energética. A revisão desses contratos e a inclusão de métricas ambientais são passos essenciais para alinhar os operadores ao novo paradigma da mobilidade limpa. Além disso, a falta de articulação entre os níveis federal, estadual e municipal fragiliza a implementação de políticas estruturantes. A criação de consórcios intermunicipais e câmaras técnicas regionais pode favorecer a padronização de normas, o compartilhamento de tecnologias e a racionalização de recursos.

As limitações técnicas não são menos relevantes. A transição energética exige capacitação contínua de operadores, técnicos e gestores públicos. É necessário investir em centros de formação especializados, integrar universidades ao desenvolvimento de soluções tecnológicas e fomentar a produção nacional de equipamentos, como baterias, motores e painéis solares. A criação de uma cadeia industrial verde pode, inclusive, gerar empregos qualificados e impulsionar a inovação no país.

Além disso, a transição energética deve estar alinhada ao planejamento urbano integrado. Não basta mudar a tecnologia dos ônibus se as cidades continuarem baseadas na lógica do espraiamento urbano, da prioridade ao automóvel e da exclusão das periferias. A experiência de cidades como Shenzhen, Bogotá, Santiago e São Paulo demonstra que o sucesso depende da integração entre mobilidade, habitação, uso do solo e políticas sociais. Cidades compactas, densas e bem servidas por transporte coletivo de qualidade são mais eficientes, inclusivas e sustentáveis.

Outro ponto fundamental é o compromisso político de longo prazo. A descontinuidade das políticas públicas é um dos principais fatores de insucesso em projetos de mobilidade sustentável. Mudanças de governo não podem significar a paralisação de investimentos em infraestrutura limpa ou o retrocesso de marcos legais conquistados com base em evidências científicas e participação social. A transição energética

deve ser tratada como uma política de Estado, com metas claras, indicadores de desempenho e monitoramento permanente.

É igualmente importante garantir que a modernização do transporte público seja feita com justiça social e climática. As populações mais vulneráveis são as que mais sofrem com o transporte precário, com os efeitos da poluição e com a exclusão dos centros urbanos. Uma transição energética bem conduzida deve priorizar essas populações, levando ônibus limpos e eficientes às periferias, reduzindo o tempo de deslocamento, melhorando a qualidade do ar e ampliando o acesso ao emprego, à educação e à saúde. O transporte público não deve ser apenas sustentável, mas também acessível, seguro, confortável e digno.

Além disso, as mudanças culturais precisam acompanhar as inovações tecnológicas. A sociedade precisa reconhecer o valor do transporte público como um bem coletivo essencial para o funcionamento da cidade. Campanhas educativas, incentivo ao uso do transporte coletivo, políticas de desincentivo ao uso do carro individual e valorização dos profissionais do setor são estratégias importantes para criar uma cultura de mobilidade sustentável.

A implementação da transição energética pode, ainda, fortalecer o papel das cidades brasileiras em redes internacionais de inovação climática, como o C40 Cities, ICLEI e o Pacto Global de Prefeitos pelo Clima. A troca de experiências, a cooperação técnica e o acesso a fundos internacionais para ações climáticas são oportunidades que devem ser aproveitadas de forma estratégica.

Por fim, é importante destacar que o sucesso da transição energética no transporte público não será medido apenas pela quantidade de ônibus elétricos nas ruas, mas pela capacidade das cidades de oferecer um sistema de mobilidade que respeite o meio ambiente, valorize as pessoas e promova um futuro urbano sustentável. A construção desse futuro exige coragem política, visão estratégica e compromisso com o bem comum.

Mais do que trocar motores a diesel por baterias, é preciso redefinir o papel do transporte público na construção de cidades mais justas, resilientes e preparadas para o futuro. Trata-se de uma escolha entre manter um modelo excludente e insustentável ou construir, de forma colaborativa e inovadora, uma mobilidade que respeite o planeta e as pessoas. A transição energética é, acima de tudo, um caminho para transformar as cidades em espaços mais humanos, equilibrados e comprometidos com as próximas gerações.

REFERÊNCIAS

Almeida, M. C.; Santos, R. S.; Silva, L. M. Potencial do biometano como combustível para o transporte coletivo urbano no Brasil. Revista Gestão e Projetos, v. 12, n. 2, p. 45-60, 2021.

Andrade, C. S.; Merschmann, L. H. C.; Oliveira, F. A. A tecnologia de gestão de frotas e a redução de custos operacionais no transporte urbano. Revista de Administração e Inovação, v. 17, n. 3, p. 212-226, 2020.

Banco Mundial. Bogotá electrifies its bus fleet with support from international financing. Washington, DC: World Bank, 2022.

Braga, F. R.; Ferreira, J. A. Parcerias público-privadas e transporte urbano: o caso do metrô de Salvador. Revista de Administração Pública, v. 51, n. 5, p. 769-789, 2017.

Buckeridge, M. S. et al. Ciência e inovação para sustentabilidade: desafios da mobilidade urbana. Estudos Avançados, v. 34, n. 99, p. 189–204, 2020.

C40 Cities. Oslo: Zero Emission Public Transport. Disponível em: https://www.c40.org. Acesso em: 22 mar. 2025.

CARB – California Air Resources Board. Zero-Emission Transit Fleet Regulation. Sacramento, 2022.

Cervero, R.; Sullivan, C. Transit-oriented development's role in reducing greenhouse gas emissions. Urban Climate, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2011.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Electromovilidad en América Latina y el Caribe: hoja de ruta. Santiago: CEPAL, 2021.

City of Vancouver. Climate Emergency Action Plan 2022. Vancouver, 2022.

Geels, F. W. et al. The dynamics of low-carbon transitions: a multi-level perspective. Energy Research & Social Science, v. 30, p. 44–52, 2018.

Gomes, R. F.; Lucena, R. S. Inteligência artificial na gestão da mobilidade urbana: aplicações e desafios. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 13, n. 1, p. 105-122, 2021.

Gonçalves, F. F. et al. Eficiência energética em sistemas de transporte elétrico urbano: o papel da frenagem regenerativa. Revista Engenharia e Tecnologia Aplicada, v. 8, n. 2, p. 44-55, 2019.

Gonzaga, G. A. et al. Políticas públicas para o transporte público urbano no Brasil: entraves institucionais e desafios regulatórios. Revista de Direito Público, v. 55, n. 3, p. 145-168, 2020.

Grillo, F.; Gorini, A. P. Biocombustíveis e transição energética: desafios regulatórios e oportunidades para o Brasil. Revista de Administração e Inovação, v. 18, n. 3, p. 205-221, 2021.

Guimarães, L.; Ribeiro, S. K. A transição energética e a mobilidade urbana sustentável: desafios para o Brasil. Revista Transportes, v. 28, n. 1, p. 1-14, 2020.

IEA – International Energy Agency. Transport sector CO_2 emissions trends and drivers. Paris: IEA, 2022.

IPCC. Sixth Assessment Report – Climate Change 2023: Synthesis Report. Intergovernmental Panel on Climate Change, 2023.

Maciel, M. R. W. et al. Avaliação do uso de biodiesel como alternativa sustentável para transporte público. Revista de Administração de Empresas, v. 56, n. 2, p. 134-145, 2016.

Magrini, A. et al. Sustentabilidade e mobilidade urbana: governança e políticas públicas. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 13, n. 3, p. 75-89, 2021.

Menezes, A. F. et al. Aplicação de materiais leves em veículos de transporte coletivo: implicações na eficiência energética. Revista Produção e Desenvolvimento, v. 8, n. 4, p. 38-49, 2022.

Ministério do Meio Ambiente (MMA). Relatório de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil. Brasília: MMA, 2022.

Moura, R.; Silva, C. G. Governança e inovação no transporte coletivo: oportunidades e barreiras à transição energética. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 11, p. 1-17, 2019.

Oliveira, F. N. et al. Transporte coletivo e planejamento urbano: perspectivas para cidades sustentáveis. Cadernos Metrópole, v. 22, n. 48, p. 359-376, 2020.

Pereira, R. H. M. et al. Mobilidade urbana e qualidade do transporte público nas cidades brasileiras. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Nota Técnica n. 69, 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br.

Rezende, L. et al. Ônibus elétricos no Brasil: potencial, desafios e perspectivas. Caderno de Mobilidade Sustentável, Instituto Clima e Sociedade, 2021.

Ribeiro, S. T. C. Biocombustíveis e políticas públicas de energia: o caso brasileiro. Revista Brasileira de Energia, v. 25, n. 1, p. 93-107, 2019.

Santos, A. C.; Barbosa, E. M. Aprendizados internacionais para a eletromobilidade no transporte público brasileiro. Revista Brasileira de Planejamento e Políticas Públicas, v. 12, n. 2, p. 79-95, 2021.

Santos, F. A. R. et al. Hidrogênio verde como vetor de transição energética no setor de transportes: possibilidades e limitações. Revista Produção Online, v. 22, n. 4, p. 1045-1062, 2022.

Silva, J. L.; Lima, M. E. Políticas públicas e eletrificação do transporte coletivo no Brasil. Revista Planejamento e Políticas Públicas, v. 45, p. 1-20, 2021.

Silva, M. G. et al. Poluição do ar e saúde pública: o impacto das emissões veiculares em áreas urbanas. Revista de Saúde Pública, v. 55, n. 4, p. 1-9, 2021.

UNEP – United Nations Environment Programme. Electric Mobility in Latin America: Bogota Case Study. Nairobi, 2021.

Vasconcellos, E. A. Mobilidade urbana: espaço, tempo e controle social. São Paulo: Annablume, 2013.

World Bank. Financing Clean Urban Transport: Lessons from Bogotá. Washington, DC: World Bank, 2022.

WRI – World Resources Institute. How Did Shenzhen, China Build the World's Largest Electric Bus Fleet? Washington, DC: WRI, 2020.

Zhang, X. et al. Electric buses in China: Progress and challenges. Energy Policy, v. 132, p. 51-61, 2019.

REALIZAÇÃO:

CNPJ: 589029480001-12
contato@aurumeditora.com
(41) 98792-9544
Curitiba - Paraná
www.aurumeditora.com